SEARA NOVA *antologia* Volume I

SEARA NOVA *antologia*

Volume I

Organização, Prefácio e Notas de Sottomayor Cardia

Pela Reforma da República (1) 1921-1926

SIhi

Slhi

Seara Nova - *antologia*

Publicado:

Vol. I – *Pela Reforma da República (1) 1921-1926*

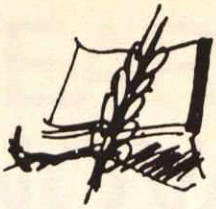
A publicar:

Vol. II – *Pela Reforma da República (2) 1921-1926*

Vol. III – *O pensamento democrático na adversidade (1) 1927-1939*

Vol. IV – *O pensamento democrático na adversidade (2) 1940-1958*

SIhi



EDIÇÕES DO CINQUENTENÁRIO

1921/1971

SIhi

Capa de
Acácio Santos

© Sottomayor Cardia
e Empresa de Publicidade Seara Nova, S.A.R.L.
Rua Bernardo Lima, 23, 1.º Esq. | Lisboa - 1

SIhi

SEARA NOVA *antologia*

Volume I

PELA REFORMA DA REPÚBLICA (1) 1921-1926

Organização prefácio e notas de Sottomayor Cardia

SEARA NOVA
1971

SIhi

SEARA
NOVA
antologia

Volume I

PELA REPÚBLICA (I)
1921-1926

SLHI

Plano dos volumes I e II:

Capítulo I – Grupo Seara Nova

Capítulo II – Os acontecimentos políticos: do 19 de Outubro ao 28 de Maio

Capítulo III – Programa político

Capítulo IV – Pensamento pedagógico

Capítulo V – Pensamento económico

Capítulo VI – Problema colonial

Capítulo VII – Problema militar

Capítulo VIII – Questão religiosa

Capítulo IX – Problema institucional

Capítulo X – Doutrina política

Capítulo XI – Acontecimentos internacionais

Capítulo XII – Filosofia

Capítulo XIII – História

Capítulo XIV – Figuras literárias

Capítulo XV – Literatura

Capítulo XVI – Aviação

Slhi

Índice

11 *Prefácio*

85 *Capítulo I:* GRUPO SEARA NOVA

89 Texto 1: *Seara Nova pretende:* (N.º 1 - 15/X/21)
90 Texto 2: *Apresentação* (N.º 1 - 15/X/21)
98 Texto 3: *A todos os portugueses desinteressados e de puras intenções* (N.º 1 - 15/X/21)
99 Texto 4: *O que nos é necessário* (N.º 1 - 15/X/21)
100 Texto 5: *A crise nacional* por Jaime Cortesão (N.º 2 - 5/XI/21)
108 Texto 6: *Porque não somos um Partido Político,* por Raúl Proença (N.º 2 - 5/XI/21)
113 Texto 7: *A Seara Nova e o sr. Francisco A. Correia* (N.º 2 - 5/XI/21)
114 Texto 8: *A Seara Nova e o Poder* (N.º 4 - 5/XII/21)
115 Texto 9: *Os acontecimentos e a atitude da Seara Nova,* por Raúl Proença (N.º 9 - 1/III/22)
119 Texto 10: *«Amanhã»* (N.º 12 - 15/IV/22)
120 Texto 11: *«Seara Nova»* (N.º 22 - /IV/23)
125 Texto 12: *No Governo* (N.º 28 - /XII/23)
128 Texto 13: *O Grupo «Seara Nova» ao País: Por que razão abandonaram o Governo os Ministros indicados pelo Grupo ao sr. Presidente do Ministério* (N.º 34 - 9/IV/24)
137 Texto 14: *Discurso de José Rodrigues Miguéis* (N.º 57 - 24/X/25)
141 Texto 15: *Propaganda* (N.º 61 - 21/XI/25)
143 Texto 16: *Propaganda anti-fascista: Em defesa das liberdades adquiridas* (N.º 80 - 27/III/26)

145 *Capítulo II:* OS ACONTECIMENTOS POLÍTICOS: DO 19 DE OUTUBRO AO 28 DE MAIO

149 Texto 1: *Os últimos acontecimentos,* por Raúl Proença (N.º 2 - 5/XI/21)
154 Texto 2: *Alguém,* por Jaime Cortesão (N.º 2 - 5/XI/21)
155 Texto 3: *Uma nova revolução?* (N.º 2 - 5/XI/21)
156 Texto 4: *Revoluções a que se desobedece* (N.º 3 - 20/XI/21)
157 Texto 5: *O «dente d'Ouro» e a noite trágica,* por Jaime Cortesão (N.º 4 - 5/XII/21)
158 Texto 6: *A inocência do Partido Liberal,* por R. Proença (N.º 4-5/XII/21)
159 Texto 7: *Os novos Lusíadas,* por Jaime Cortesão (N.º 13 - 12/V/22)
162 Texto 8: *Cunha Leal,* por Câmara Reys (N.º 14 - 1/VI/22)

SIhi

163 Texto 9: *Vergonhas*, por Câmara Reys (N.º 25 - /VII/23)
164 Texto 10: *Afonso Costa*, por Raúl Proença (N.º 27 - Out-Nov./23)
169 Texto 11: *Serviços externos da Moagem*, por Câmara Reys (N.º 30 - 31/I/24)
170 Texto 12: *O último movimento revolucionário*, por Raúl Proença (N.os 44 e 45 - V/25)
182 Texto 13: *A situação política*, por Raúl Proença (N.º 49 - 15/XII/25)
186 Texto 14: *19 de Julho*, por Câmara Reys (N.º 49 - 15/XII/25)
188 Texto 15: *A decisão da Sala do Risco*, por R. Proença (N.º 57 - 24/X/25)
193 Texto 16: *A lição das últimas eleições*, por David Ferreira (N.º 61 - - 21/X/25)
196 Texto 17: *O hábito da impunidade*, por Câmara Reys (N.º 64 - 12/XII/25)
198 Texto 18: *Presidência da República*, por Câmara Reys (N.º 65 - 19/XII/25)
199 Texto 19: *A situação política*, por Raúl Proença (N.º 67 - 2/I/26)
210 Texto 20: *As atitudes do sr. Cunha Leal*, por R. Proença (N.º 71 - 23/I/26)
216 Texto 21: *Memorandum do Republicano* (N.º 74 - 13/II/26)
217 Texto 22: *Congresso esquerdista*, por Raúl Proença (N.º 86 - 6/V/26)
219 Texto 23: *A crise política* (N.º 89 - 27/V/26)
222 Texto 24: *Uma «nobre jornada» do Integralismo Lusitano*, por Raúl Proença (N.º 90 - 3/VI/26)
225 Texto 25: *Corrupto e corruptor*, por Raúl Proença (N.º 90 - 3/VI/26)
232 Texto 26: *A revolta militar* (N.º 90 - 3/VI/26)
234 Texto 27: *A Ditadura Militar*, por Raúl Proença (N.º 91 - 10/VI/26)
242 Texto 28: *A República e o Exército* (N.º 93 - 23/VI/26)
246 Texto 29: *Um Homem de Princípios*, por António Sérgio (N.º 94 - 8/VII/26)
248 Texto 30: *A «Seara Nova» e a Censura* (N.º 96 - 12/VIII/26)

249 *Capítulo III*: PROGRAMA POLÍTICO

254 Texto 1: *Soluções Políticas*, por Jaime Cortesão (N.º 5 - 24/XII/21)
260 Texto 2: *Programa mínimo de salvação pública* (N.º 12 - 15/IV/22)
274 Texto 3: *Carta aberta dirigida a Sua Exa. o Presidente da República pelo Grupo Seara Nova* (N.º 27 - Out.-Nov./23)

293 *Capítulo IV*: PENSAMENTO PEDAGÓGICO

297 Texto 1: *Bases para a solução dos problemas da educação nacional*, por Faria de Vasconcelos (N.º 3, 5, 7, 9, 11, de 20/XI/21 a 15/IV/22)
320 Texto 2: *No Governo*, por António Sérgio (N.º 34 - 9/IV/24)
329 Texto 3: *Educação Republicana*, por António Sérgio (N.º 30 - 31/I/24)
332 Texto 4: *Problemas pedagógicos*, por A. Sérgio (N.º 38 - Set.-Out./24)
334 Texto 5: *Educação Popular*, por Ferreira de Macedo (N.º 8 - 15/II/22)

345 *Capítulo V*: PENSAMENTO ECONÓMICO

351 Texto 1: *O Problema Português*, por Ezequiel de Campos (N.º 1-15/X/21)
361 Texto 2: *O abismo económico e financeiro*, por Quirino de Jesus (N.º 7 - 1/II/22)
371 Texto 3: *A crise portuguesa*, por Ezequiel de Campos (N.º 57 - 24/X/25)

SIhi

Prefácio

PARA A COMPREENSÃO DO IDEÁRIO DO PRIMEIRO GRUPO SEAREIRO

I

O lançamento da Seara Nova em 1921 é, bàsicamente, obra de três grandes figuras intelectuais: Jaime Cortesão, Raul Proença e Luís da Câmara Reys.

Director da Biblioteca Nacional, Jaime Cortesão (n. em 1884) era já figura de larga projecção literária e política. Poeta, memorialista, dramaturgo, despertava então para a actividade que definitivamente o situaria em plano cimeiro da cultura portuguesa – a de historiador – e que iniciaria no ano seguinte.

Em 1907, na Escola Médica do Porto, foi um dos «intransigentes» que recusaram comparecer a exames. Provinha de um vago anarquismo que inspirou a fundação, nesse ano e em plena greve académica, da revista Nova Sylva, e no ano seguinte a organização do centro «Os amigos do A.B.C.».

A sua primeira intervenção política de certa importância parece ter ocorrido em 1908, nos primeiros dias de fevereiro. Preparava-se a revolução republicana no Porto; colhidos de surpresa pelo regicídio, os dirigentes decidiram adiá-la para evitar confusões entre a instauração da República, que tinham por objectivo, e o atentado, a que eram estranhos. Em nome dos revolucionários do Porto, foi Jaime Cortesão incumbido de se deslocar a Lisboa, onde procurou Bernardino Machado, que lhe deu parecer desfavorável à ideia de uma revolução imediata.

Já formado em medicina, conheceu a sua primeira prisão no dia 4 de outubro de 1910. Recuperou, pois, a liberdade com a vitória da Revolução. Embora sem o patrocínio do directório do Partido Republicano, que em alternativa apoiava um ex-monárquico, apresentou a sua candidatura a deputado pelo círculo de Coimbra nas

SIhi

eleições de 1911, sendo vencido por escassa margem de votos. Fixando-se no Porto como professor do liceu, foi um dos fundadores da Renascença Portuguesa, seu sócio n.º 1, colaborando assìduamente em A Águia *e dirigindo o quinzenário* A Vida Portuguesa. *Mas longe de confinar a sua acção à esfera política e jornalística, tornou-se activo orientador de cursos na Universidade Popular do Porto, também iniciativa da Renascença Portuguesa.*

De 1 de julho de 1914 a 4 de março de 1915, dirigiu O Norte, *«diário democrático da tarde», que nos últimos meses de publicação contribuiu para criar no Porto um ambiente hostil à ditadura de Pimenta de Castro. Simultâneamente, conspirava na Junta Revolucionária do Porto. Após o restabelecimento da normalidade constitucional, foi eleito deputado. Notabilizou-se então como ardoroso apologista da intervenção de Portugal na guerra, redigindo nesse sentido, a convite do ministro Norton de Matos, um folheto* –Cartilha do Povo – *de que foi feita tiragem de cento e cinquenta mil exemplares sem indicação de nome de autor. Ofereceu-se como voluntário, requerendo ser mobilizado para as primeiras linhas; gravemente ferido, vítima dos gases, que por algum tempo o cegaram, voltou condecorado com a Cruz de Guerra. Dessa experiência deixou impressionante testemunho humano e literário nas* Memórias da Grande Guerra, *publicadas após uma passagem de três meses pelas prisões de Sidónio Pais.*

A aventura monárquica de Monsanto, em janeiro de 1919, chama-o a novo combate armado em defesa das instituições republicanas. Em abril, ficou nomeado director da Biblioteca Nacional, a cuja actividade imprimiria um novo estilo, em estreita colaboração com Raul Proença, tanto no plano técnico como no plano cultural e cívico. Por novo rumo se orientava também a sua actividade política, passada a crise de 1919; reconhecendo a necessidade de uma reorganização das forças republicanas, abandonou o partido democrático, tornando-se personalidade política independente.

Raul Proença, também nascido em 1884, que sob a direcção de Cortesão escrevera já no diário O Norte *e de quem no trabalho*

Slhi

da Biblioteca se tornara principal colaborador, era, pelo contrário, conhecido de pequenos círculos. O homem que na Seara *se ia revelar como «o maior jornalista do seu tempo», na opinião de João Chagas, desenvolvia desde 1904 a sua actividade periodística principalmente em jornais de província, não deixando embora de colaborar na* Alma Nacional, *na* Águia, *na* Pela Grei *e nos* Anais das Bibliotecas e Arquivos.

Diplomado em ciências económicas e financeiras pelo Instituto Industrial, era, desde 1911, funcionário da Biblioteca Nacional, onde exerceu uma notabilíssima actividade no domínio da biblioteconomia. Elaborara as Regras de Catalogação, *que, mesmo não publicadas em livro impresso, seriam elogiadas pelos mais competentes bibliotecários num congresso realizado em Paris. Desse trabalho foram pedidas cópias por diversas bibliotecas estrangeiras. Também se lhe deve a iniciativa, depois interrompida, de organizar o catálogo ideográfico da Biblioteca Nacional. E iniciara já a preparação do monumental* Guia de Portugal, *de que em 1924 sairia o primeiro volume.*

A sua actividade política assinala-se pela participação no combate às incursões monárquicas; por um panfleto publicado em 1912: A situação política*; pela oposição frontal à ditadura de Pimenta de Castro; por um oferecimento (que não chegou a ser aceite) para partir como voluntário para a Grande Guerra; pela participação na escalada do povo de Lisboa sobre Monsanto ocupada pelos monárquicos.*

Luís da Câmara Reys (n. 1885) recorda que só muito tarde Raul Proença e ele descobriram haverem frequentado, em 1897-8, turmas vizinhas do Liceu do Carmo sem se conhecerem e que os primeiros contactos que entre si estabeleceram vêm de uma reunião da Renascença Portuguesa. «Ignorava a sua colaboração na Alma Nacional. *Quando saíu o primeiro número da* Seara Nova, *fiquei surpreendido e deslumbrado pelo vulto de atleta que nos excedia em muito, a todos, na destreza, no vigor, no ímpeto da polémica, na capacidade crítica e construtiva» – escreveu mais tarde em* As ques-

SIhi

tões morais e sociais na literatura *(vol. II, pág. 168). O fino espírito que assim retratava o perfil do companheiro era dramaturgo, cronista, contista e professor do ensino secundário. Em 1919, recusara um convite para ingressar no corpo docente da Faculdade de Letras do Porto por discordar da forma como se procedia à sua organização. Continuou a sua carreira de notabilíssimo professor de português e francês no Liceu Gil Vicente, onde impressionou e influenciou várias gerações. José Gomes Ferreira, por exemplo, seu aluno por volta de 1917, escreveria em* A memória das palavras: *«Com Câmara Reys aprendi a atentar no que ardia de eterno e de vivo, e portanto de actual, nos clássicos portugueses» (pág. 50). Para referir a sua intervenção como publicista político, recorde-se que entre agosto de 1911 e março de 1913 publicara dezassete cadernos, reunidos sob a epígrafe* Vida política, *que são um importante repositório para a história dos acontecimentos políticos do tempo.*

No plano doutrinário, foram esses os esteios do lançamento da Seara *em 1921. Secundados, porém, desde a primeira hora, por um conjunto de técnicos de elevada competência: nas questões pedagógicas Faria de Vasconcelos e Ferreira de Macedo, nas questões económicas Ezequiel de Campos, nas questões financeiras Quirino de Jesus.*

Faria de Vasconcelos nasceu em 1880. Doutorou-se, «com a maior distinção», pela Universidade Nova de Bruxelas (1904) e imediatamente se tornou professor da cadeira de psicologia e pedagogia. Dominando globalmente a problemática da educação, passou da teoria à prática, ao fundar à sua custa, em Bierges perto de Bruxelas, a École Nouvelle à la Campagne *(1911), escola que, na opinião de Adolfo Ferriére, foi uma das melhores realizações da Escola Nova. Atingido pela invasão alemã, abandonou a Bélgica em 1914 e transferiu-se para a Suíça; trabalhou no Laboratório de Psicologia Experimental da Universidade de Genebra, sob a direcção de Claparède. Especialista de nome internacional, foi convidado a fundar em Havana uma escola do tipo da de Bierges; passou depois a trabalhar na Bolívia, onde foi organizador e director de escolas normais e desenvolveu as ideias e os métodos da Escola Nova.*

Slhi

Regressando a Portugal em fins de 1920, entrou como professor de pedagogia para a Escola Normal Superior e foi nomeado assistente da Faculdade de Letras de Lisboa. Fundaria em 1925 o Instituto de Orientação Profissional. Era já autor de uma extensa bibliografia no campo das ciências pedagógicas e psicológicas.

De formação bem diferente provinha Ferreira de Macedo, nascido em 1887. Matemático, funcionário administrativo da Biblioteca Nacional e futuro professor do Instituto Superior Técnico, o seu empenhamento nos problemas pedagógicos realizara-se sobretudo na direcção, desde 1919, da Universidade Popular Portuguesa.

Sob o aspecto económico, a revista mal chegou a dispor da colaboração do director do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, Francisco António Correia (n. em 1877), porque este, optando pela participação no governo, teve de abandonar a direcção da revista [cfr. 1.07([1])]. Era não só figura de grande destaque universitário, mas autor de numerosas obras de ciência económica e história económica.

Sem nunca ter feito parte do seu corpo directivo, o economista representativo da Seara *no período 1921-1926 foi Ezequiel de Campos, nascido em 1874. Engenheiro, director dos serviços de electricidade do município do Porto, deputado às constituintes, professor catedrático do Instituto Superior de Comércio do Porto, amigo e discípulo de Basílio Teles (ver 14.05), era autor de importantes estudos sobre economia portuguesa. Fora já o mentor económico da revista* Pela Grei.

No terreno financeiro, a Seara *falaria pela voz de Quirino de Jesus (nascido em 1855), deputado no tempo da monarquia, advogado, polemista, funcionário da Caixa Geral de Depósitos, director da revista* Economista português, *que também nunca participou do corpo directivo da* Seara.

([1]) 1.07 = cap. I, texto n.º 7 da Antologia. O primeiro algarismo antes do ponto indica o capítulo e os seguintes o texto. Este sistema de referência é utilizado no resto do prefácio e nas notas.

Slhi

Entre os fundadores da Seara *contam-se destacados homens de letras, além de alguns dos já referidos. Raul Brandão, nascido em 1867, aparecia já aos companheiros do grupo como figura venerável. Fora certamente um dos oficiais do exército de menor vocação para o ofício das armas e cedo se reformara no posto de major. Vivia a maior parte do ano na Casa do Alto (em Nespereira, perto de Guimarães) mas passava o inverno em Lisboa. Participara, na juventude, dos «insubmissos» e da «boémia nova», de que saíram os movimentos iconoclastas do tempo. Dirigira, em 1895, a* Revista de Hoje, *e colaborara na* Revista de Portugal *de Eça de Queirós. Jornalista de nomeada, chefiara a redacção de dois diários:* O Dia, *de José Alpoim, em 1901, e* República, *de António José de Almeida, em 1911. Para usar palavras de Câmara Reys, «escreveu a epopeia das misérias, da dor, dos vencidos, dos oprimidos, dos que morrem de fome ou por uma insaciada sede de ternura»; «o musgo do tédio, a lepra senil das existências vegetativas, o lento caminho das almas medíocres e solitárias, encontraram nele um cronista extravagante» (cfr. 14.04). O pessimismo trágico de* A Farsa *(1903),* Os Pobres *(1906) e* Húmus *(1917) assinalam, efectivamente, uma voz literária irmã de Dostoievsky, que à literatura portuguesa trazia o mundo sinuoso do sofrimento, o tema do absurdo da vida mas também o sentido da fraternidade entre os homens, encontrando na miséria da condição humana, e sobretudo na miséria da condição dos pobres, um fundamento emocional para as mais avançadas aspirações democráticas e socialistas. Enveredava também pela crónica dos grandes e pequenos acontecimentos do seu tempo, publicando, em 1919, o primeiro volume das* Memórias.

Nascido nas fragas beiroas em 1885, Aquilino Ribeiro era já novelista e romancista de grande nomeada. Na juventude assistira em Lisboa ao afrontamento entre o republicanismo revolucionário e a ditadura de João Franco, assinalando-se a sua acção política por uma série de acontecimentos que o guindaram a uma posição de evidência. A pedido de Luz de Almeida, chefe da Carbonária, abriga no seu quarto, em fins de 1907, alguns caixotes carregados

Slhi

de explosivos. Aí deflagram dias depois quando dois revolucionários os manipulavam, sendo ambos vitimados e indo Aquilino para a prisão. Evade-se em meados de janeiro de 1908 e vive quatro meses clandestino em Lisboa. Entretanto dá-se o regicídio, de que descreveria algumas circunstâncias na Seara *(ver 13.02), e ao qual se diz que não terá sido inteiramente alheio. Segue finalmente para Paris em maio, apanhando o* Sud *no Entroncamento, e por lá ficará seis anos, frequentando a Sorbonne e convivendo com artistas e escritores.*

A sua carreira literária iniciara-se com Jardim das Tormentas *(1913), em cujos contos se desenhavam já os grandes temas da sua obra futura.* Via Sinuosa *(1918) aparecera como um desagravo da língua portuguesa contra o galicismo das letras nacionais. O ruralismo serrano, a linguagem e a paisagem humana da região natal, irrompera indomável nas* Terras do Demo *(1919). E nas* Filhas de Babilónia *(1920) dera forma a um anarquismo sensual requintadamente voluptuoso, inspirado por uma concepção em que se irmanavam o erotismo e a aspiração libertária. Regressara de Paris no princípio da guerra, trabalhando primeiro como professor do Liceu Camões e transitando em 1919 para a Biblioteca Nacional como segundo bibliotecário.*

Augusto Casimiro, nascido em 1889, era oficial do exército. Fora governador do Congo Português, secretário provincial do Interior e encarregado do Governo Geral de Angola em 1914. Fizera, de forma heróica, a campanha da Flandres em 1917-18, regressando agraciado com numerosas condecorações, entre as quais a Cruz de Guerra, a Military Cross e a Legião de Honra. Estreara-se como poeta lírico em 1906, conquistara larga audiência com a publicação de dois volumes de memórias: Nas Trincheiras da Flandres *(1919) e* Calvário da Flandres *(1920).*

Uma importante plêiade de jovens participava do grupo seareiro. Do primeiro corpo directivo da revista fazia parte o jovem advogado Azeredo Perdigão (n. 1896) que escassa colaboração lhe daria e apenas no primeiro ano. Quase desde a primeira hora David Ferreira (n. 1897), empregado de seguros e pouco depois secretário

Slhi

de Jaime Cortesão na Biblioteca; bastante ligado a meios populares, pela sua mão viriam ao grupo numerosos jovens graciosamente dispostos a tarefas administrativas. Com destaque devem mencionar-se os nomes dos estudantes de direito José Rodrigues Miguéis (n. 1901) já então grande figura literária e maior presença oratória, notável espírito doutrinário, e Mário de Castro (n. 1901), pensador político de elevada craveira.

Em 1923, a revista enriqueceu-se com a adesão de um doutrinário de vulto incomparável que por cerca de quinze anos, senão definitivamente, a marcaria com a sua eminente personalidade de pensador e crítico. António Sérgio nasceu em 1883; oriundo de uma família de marinheiros, seguiu a carreira de oficial da armada, que abandonou em 1910 para se consagrar à acção doutrinária. Movia-o o reconhecimento da necessidade de enraizar, na vida social e na esfera da cultura, a epidérmica mutação política representada pela proclamação da República. Na linha de Antero de Quental, combatia, em nome da democracia social, o superficial insurreccionismo «jacobino» predominante nas hostes republicanas. Empreendera em vários opúsculos pedagógicos uma crítica sociológica da pedagogia tradicional, chegando mesmo, em Considerações histórico-pedagógicas, *a delinear os traços gerais de uma história social portuguesa, esboço de que sairiam vários desenvolvimentos monográficos. Membro da* Renascença Portuguesa *e colaborador das suas publicações, entrou em dissídio com a linha predominante do movimento ao iniciar, na crítica do saudosismo, a sua campanha anti-irracionalista e anti-romântica. Em 1918 fundou e dirigiu a revista* Pela Grei, *órgão da Liga de Acção Nacional. Fixou-se posteriormente no Brasil como funcionário de uma empresa editorial, e lá publicou em 1920 o primeiro volume dos* Ensaios. *Um artigo de Raul Proença na* Seara *exortou-o a regressar e a prosseguir no país a sua luta em prol da racionalização dos espíritos: «Para que salvemos a Pátria necessário é que a não abandonemos nos piores momentos, que firmemos bem rijamente os* pés na lama. *Não há nada, nada, que explique a renúncia e o abandono do homem de* elite, *que deve ser a realização*

Slhi

suprema do verdadeiro homem. *Sobre ser uma inteligência, ele tem de ser necessàriamente um herói. (...) O pedagogo que abandona Portugal dá ao país a pior lição de pedagogia» (cfr. 12.01).*

Correspondendo à exortação, Sérgio regressou ao país. Ingressou no corpo directivo da Seara *em abril de 1923, quando neste se operou uma reorganização (ver 1.11) e deixaram de figurar entre os directores, por não lhe poderem dar colaboração permanente, os nomes de Aquilino Ribeiro, Augusto Casimiro, Ferreira de Macedo, Azeredo Perdigão e Raul Brandão. Passou pois o elenco a ser composto por António Sérgio, Câmara Reys, Faria de Vasconcelos (até 1925), Jaime Cortesão e Raul Proença.*

Na Biblioteca Nacional, que ao tempo desenvolvia intensa actividade intelectual e editorial, além de passar por assinalável modernização biblioteconómica, se reuniam esses homens. Jaime Cortesão, Raul Proença, Ferreira de Macedo, Aquilino Ribeiro, António Sérgio, Faria de Vasconcelos, David Ferreira e José Rodrigues Miguéis aí trabalhavam. O gabinete de Jaime Cortesão era local de reunião de vários grupos quer de políticos republicanos de tendência seareira, quer de intelectuais e artistas das mais diversas opiniões políticas, quer de dirigentes sindicais.

Contra o que é habitual afirmar-se não terá, contudo, existido – segundo David Ferreira (1) – um grupo da Biblioteca mas grupos da Biblioteca que se encontravam consoante os seus interesses intelectuais e políticos. Um deles era o da Seara Nova *que, dispondo de uma sede precária, frequentemente lá reunia e tomava as mais importantes decisões relativas à sua orientação e intervenção política. Das reuniões na Biblioteca saiu a* Seara Nova *como sairam várias tentativas circunstanciais de aproximação política e cultural entre*

---

(1) Tem em elaboração um interessantíssimo volume de memórias sobre Os grupos da Biblioteca Nacional e a Seara Nova, *de que teve a inexcedível gentileza de me facultar a consulta dos capítulos já redigidos, além de ter fornecido valiosas informações que muito ajudaram a anotação dos textos antologiados.*

Slhj

intelectuais de diversas e até antagónicas tendências, como saiu a Lusitânia *e o* Guia de Portugal *dirigido por Raul Proença, além de importantes edições próprias.*

Em 1924, a revista integrou no seu corpo directivo os nomes de Mário de Azevedo Gomes (n. 1885) e Sarmento Pimentel (n. 1888). O primeiro era engenheiro agrónomo silvicultor, professor do Instituto Superior de Agronomia desde 1915, autor de larga bibliografia especializada. Entrou na Seara *por haver sido indicado pelo grupo, por sugestão de António Sérgio, para o lugar de ministro da Agricultura no segundo governo de Álvaro de Castro. O segundo era oficial de cavalaria. Fora cadete da Rotunda em 1910, participara em campanhas no Sul de Angola em 1915 e na Flandres em 1917; em 1919, pusera-se à frente das forças que restauraram a República no Porto. Estava ao tempo em situação de licença ilimitada, ao serviço da Companhia das Minas de S. Pedro da Cova.*

Em 1925, entrou no corpo directivo o piloto aviador Sarmento de Beires (n. 1893). Depois de ter frequentado uma escola de aviação em França, salientou-se em diversas travessias de grande audácia. Em abril de 1924, com Brito Pais, a bordo do Pátria, *iniciou um voo que de Vila Nova de Milfontes os conduziu a Oran, a Tripoli, a Benghazi, a Hanói, a Macau, feito que teve grande repercussão, na linha do êxito transatlântico de Gago Coutinho (também colaborador da* Seara*) e Sacadura Cabral.*

Doutrinàriamente diferente do grupo seareiro e alheio às suas intervenções políticas, Emílio Costa (n. 1877) foi contudo colaborador assíduo da revista, onde expôs os seus pontos de vista anarco-sindicalistas, por vezes em polémica com os seareiros. Diplomado com o Curso Superior de Letras, era professor do ensino secundário e desenvolvia importante actividade doutrinária em jornais operários e através de opúsculos políticos.

Recordados os homens – os principais, naturalmente –, fixem-se as grandes linhas da obra que realizaram em comum.

Slhi

II

As páginas da Seara *constituem repositório de «doutrina e crítica» utilíssimo para a compreensão da crise das instituições republicanas em Portugal. É esse um período relativamente ao qual a investigação histórica se encontra ainda em fase muito embrionária; não pode, por enquanto, formar-se, com a necessária base analítica, uma segura visão de conjunto dos factores que interferiram na crise e menos ainda uma rigorosa imagem da importância relativa de cada um. Tal não deve nem pode, contudo, inibir a tentativa de elaboração de hipóteses de trabalho tão amplas quanto possível, sem as quais aliás se perderiam as próprias pistas necessárias à análise a que importa proceder. Seja como for, parece possível adiantar que os seareiros tiveram uma consciência bastante evoluída do processo em curso nesses anos de crise. Foram particularmente sensíveis aos vícios de mentalidade colectiva subjacentes ao caprichismo das forças políticas, à acção corrosiva dos interesses económicos, aos perigos do aventureirismo militarista.*

Na instabilidade política fixaram, naturalmente, a atenção todos os contemporâneos. A galopante fragmentação dos partidos, a brevidade das experiências governativas, a falta de programas precisos, a inconstância das posições, a indisciplina dos agrupamentos, a superficial mentalidade da enorme maioria dos intervenientes na vida política, a tumultuosa sucessão dos acontecimentos – tudo isso era reconhecido e, melhor ou pior, interpretado pelos observadores do tempo. Uns para concluirem por mútuas recriminações pessoais e sectoriais; certos outros para proclamarem, com uma inocência a que depois fizeram justiça os tempos que se seguiram, a viciosa natureza do sistema representativo; alguns para proporem a adopção de reformas na estrutura do Estado; outros ainda para pôrem em causa os fundamentos da sociedade burguesa. Por seu turno, ao entrar em liça, a Seara *exprimia bem claramente o seu pensamento: «Não comunga no vão e pernicioso sofisma de que são os políticos os únicos culpados da nossa situação. A verdade é que*

SIhi

os políticos não são melhores nem piores do que permitem as condições gerais da mentalidade portuguesa. Todo o país tem de aceitar a responsabilidade que lhe cabe no desastre colectivo; todo o país, e em especial a sua elite» *(cfr. 1.02). Para o grupo seareiro a crise era fundamentalmente uma crise de mentalidade, que por igual se reflectia nos hábitos políticos, nas actividades económicas, nas manifestações culturais. Porque os vícios de mentalidade não eram concebidos como simples erros do entendimento ou ocasional persistência de espectros mas como momento subjectivo de um processo de que o povo português era verdadeiramente o sujeito histórico, ainda que passivo.*

A estrutura tripartidária da primeira fase do período republicano (democráticos de Afonso Costa, evolucionistas de António José de Almeida, unionistas de Brito Camacho) entrara definitivamente em falência após o consulado de Sidónio e a crise consequente à restauração da normalidade constitucional. Por um lado, os três dirigentes perderam o papel de polarizadores activos da dinâmica política (Afonso Costa ficou em Paris como chefe da delegação portuguesa à Sociedade das Nações, Brito Camacho partiu para Moçambique como alto comissário e António José de Almeida foi eleito presidente da República); por outro lado, acentuou-se a tendência quer para fusões quer para dissidências. Assim, em outubro de 1919, deu-se a dissolução dos partidos evolucionista e unionista e formou-se um novo agrupamento conservador, o Partido Liberal Republicano, para o qual confluiram também elementos preponderantes do sidonismo. Encabeçou a nova formação partidária António Granjo. Mas, como nem todos os evolucionistas aceitaram a fusão, simultâneamente se constituiu um outro agrupamento, Grupo Parlamentar Popular, onde Cunha Leal teve papel relevante mas cujo chefe era Júlio Martins. Entretanto, o velho Partido Republicano Português, que após a cisão de 1911 passara a ser conhecido por Partido Democrático, e onde à chefia de Afonso Costa sucedera a de António Maria da Silva, sofreu, em março de 1920, nova dissi-

SIhi

dência, de que saiu o Núcleo de Acção de Reconstituição Nacional, de que Álvaro de Castro era a figura mais destacada.

Em 15 de outubro de 1921, quando foi lançado o primeiro número da Seara Nova, as principais forças parlamentares eram os liberais (79 deputados), os democráticos (54 deputados) e os reconstituintes (12 deputados) [1].

Ainda nesse ano Jaime Cortesão escrevia: «A Seara Nova entende que é extremamente defeituosa a organização actual dos partidos e que a República necessita para o seu regular funcionamento duma grande reforma de todos os seus poderes. Mas reconhece também a impossibilidade de substituir ou alterar profundamente por agora todos esses organismos. Atingimos um tal estado de desorganização que o menor abalo nos pode ser fatal. Procuremos, pois, realizar o máximo e o melhor esforço com os quadros e as fórmulas existentes. Mas para isso torna-se indispensável que o acordo dos partidos vá mais longe» (cfr. 3.01).

Uma breve nota de Câmara Reys – suscitada por um vulgar incidente parlamentar e escrita quando o Partido Liberal desaparecera já e fora em grande parte substituído pelo Partido Nacionalista – sintetiza as razões do desgosto dos seareiros perante os actos dos principais partidos: «Nem a maioria (democrática) nem a minoria nacionalista pensaram que quem se senta num «fauteuil» ministerial ou de deputado não obedece apenas aos seus impulsos pessoais, mais ou menos cavalheirescos ou arbitrários» (cfr. 2.09).

Por volta de 1925 o desespero relativamente às estruturas

---

(1) Era chefe do governo António Granjo. Quatro dias depois, eclodiu um movimento insurreccional – o 19 de outubro – que foi ocasião para uma série de assassinatos, entre os quais o do próprio António Granjo. Uma onda de emoção envolveu os acontecimentos dessa noite sangrenta, que ficou assinalada como uma das efemérides mais trágicas da história republicana, muito embora investigações posteriores viessem a fornecer uma orientação sobre a responsabilidade dos actos criminosos praticados a coberto da confusão gerada. Neste volume se reúnem vários textos (2.01 a 2.06) que documentam a atitude da Seara perante os acontecimentos.

Slhi

partidárias e parlamentares torna-se mais acentuado nas páginas da revista. O tom das objurgatórias eleva-se: «O quadro é na verdade desolador. Afonso Costa continua a disfrutar o doce exílio, à espera de que Portugal se transforme no melhor dos mundos possíveis, para ele vir fazer o favor de o governar. António José de Almeida e Brito Camacho, doentes ou desiludidos, retiram-se à vida privada, e os que ficam, ou são conservadores descambando em homens de negócios, ou radicais, tresandando a jacobinos. No grande hemiciclo das lutas partidárias não se eleva uma cabeça, uma vontade, uma ideia, um chefe. Toda a gente dá a impressão de gaguejar. Ninguém diz as coisas nítidas, precisas, leais, inteligentes – ninguém exprime a ideia justa e necessária, aquela que todos nós sentiríamos talhada na própria realidade, e que não traria ou a marca do interesse egoista, ou a falha do simplismo unilateral, ou a inflação grotesca da retórica. (...) Por outro lado já não há partidos, mas partidos de partidos, facções de facções – hordas indisciplinadas e guerrilhas de franco-atiradores. Homens que altissonamente se proclamam como colunas indestrutíveis da Ordem são os primeiros a dar o exemplo da falta de respeito pela disciplina, instituindo-se em mestres de anarquia» (Raul Proença – cfr. 2.13).

Ao iniciar-se o ano de 1926, as diatribes contra António Maria da Silva, chefe dos democráticos, e Cunha Leal, figura grada dos nacionalistas, cujo irrequietismo conduziria ainda a uma nova dissidência (de que saiu a União Liberal Republicana), as diatribes contra os representantes supremos da arena parlamentar atingem o auge. Vão reproduzidas (2.19 a 2.21) as peças mais representativas dessa campanha, que se pode sintetizar no Memorandum Republicano *impresso a negro no dia 13 de fevereiro de 1926: «É preciso deitar abaixo o regime António Maria da Silva-Cunha Leal. É preciso que todos os verdadeiros democratas se esforcem para essa queda. É preciso que organizem uma força que instaure, com um governo que governe, a moralidade republicana» (cfr. 2.21).*

Entretanto, a reserva com que, inicialmente, fora acolhido José Domingues dos Santos (acusado de demagogia embora aplau-

Slhi

dido na sua tentativa de coarctar as poderosas oligarquias financeiras) parece ter-se desvanecido, após cisão da Esquerda Democrática. Não só a revista preconiza, em novembro de 1925, a constituição de um «cartel *das esquerdas», em que se coligariam esquerdistas de José Domingues dos Santos, radicais de Lopes de Oliveira e socialistas de Amâncio Alpoim e Ramada Curto (cfr. 2.16) como saúda, já em maio de 1926, o primeiro congresso esquerdista (cfr. 2.24). Mas a colaboração entre os seareiros e José Domingues dos Santos só começaria na preparação da revolução de fevereiro de 1927, continuando depois, no exílio, em Paris. E é certo que essas lides as evitaram tanto António Maria da Silva como Cunha Leal.*

Mas o mal não vinha essencialmente dos políticos. E a solução – na ordem económica, como na ordem espiritual, como na ordem política – assentava, segundo os fundadores da Seara, *na renovação da mentalidade das elites portuguesas de modo a torná-las capazes de assumirem a direcção de um verdadeiro movimento de salvação nacional. Situando-se doutrinàriamente no horizonte de uma opção socialista e propondo-se combater, pelas armas da crítica, a dominação oligárquica que esmagava o povo português, o grupo seareiro recusava-se, contudo, a alinhar a sua posição por uma atitude de classe, o que a debilidade política do movimento operário de então e a sua própria fragilidade sociológica em parte explicam. Todo o empenho militante dos seareiros se media pelo intento de criar elites verdadeiramente conscientes do seu papel na construção de uma sociedade diferente: elites intelectuais, políticas, sindicais. Era de um amplo inquérito às causas da crise portuguesa, do estudo dos meios mais eficazes para a debelar, da racionalização das atitudes, do melhor entendimento dos interesses próprios – era de uma obra de clarificação das ideias, de lúcida persuasão, de audacioso amor à acção e à realidade que os seareiros esperavam a regeneração da vida portuguesa, a consolidação das instituições republicanas e a vitória das aspirações democráticas mais avançadas. Nesse programa de reforma das mentalidades se incluia até o apelo à racionalização das posições dos próprios adversários. «Não te venho*

Slhi

pedir que não sejas conservador: pelo contrário; peço-te que sejas conservador mas que o sejas com inteligência» – escrevia António Sérgio na Carta aberta ao conservador lusitano *(cfr. 10.05).*

E Raul Proença concluia: «Só uma consciência muito nítida dos problemas nacionais, uma grande competência, faculdades máximas de organização e de direcção, uma vontade capaz de todas as obstinações e de todos os heroismos, e uma larga corrente de opinião esclarecida, impondo e apoiando uma política de salvação nacional – só um conjunto tão precioso de recursos intelectuais e morais poderá fazer sair Portugal do abismo a que chegou. É necessário mais do que um homem, que dez homens, que um governo, que um parlamento: é necessária toda uma elite. Enquanto essa elite se não constituir em volta de um programa de salvação nacional, toda a esperança de redenção nos é vedada. Poderão objectar-nos que a fazemos depender dum milagre. E assim é com efeito. Mas poderemos por nosso lado retorquir que os que procuram outras soluções crêem em milagres ainda maiores» (cfr. 1.09).

A tal tarefa meteu ombros, na Seara, *um grupo de intelectuais que poderiam com facilidade fazer proeminente carreira política em alguns dos principais partidos. Recusaram-no contudo. E apesar da coesão doutrinária que os ligava, recusaram até constituir em torno da revista um novo agrupamento partidário. Não os movia nisso qualquer vocação antipartidarista, como se comprovará. Guiava-os uma preocupação militante que, embora voltada para a política, procurava incidir além dela, atenta à necessidade de operar uma profunda reforma na mentalidade das elites, sem a qual as estruturas políticas republicanas não acertariam na demanda do seu verdadeiro caminho.*

Como precisamente explicava o homem que em melhores condições para tal se encontrava, que frequentemente era convidado para ministro, que fora deputado e tivera papel de relevo na camada jovem do Partido Democrático, do qual se retirara por discordância relativamente ao estilo de acção que mais convinha à democracia – : «Os homens que dirigem a Seara Nova, *nunca será demasiado*

Slhi

repeti-lo, não pretendem o mando, nem se movem por ambições políticas pessoais. Todos eles sacrificam às angústias do presente as suas predilecções de trabalhadores do espírito. Querem, quando menos, salvar a tranquilidade das suas consciências. Não desejando tomar partido, não vêm fazer guerra aos partidos. Querem, sim, unir os esforços e as boas vontades isoladas para uma acção comum. Querem formar, como base indispensável de toda a salvação, uma opinião pública consciente, clamorosa, insofismàvelmente imperativa, que escolha os verdadeiros chefes e exija uma governação com fins de puro interesse nacional. Sabem que, sem isso, não há revoluções nem reformas que valham» (cfr. 1.05). Isto escrevia Jaime Cortesão no segundo número da revista e, poucas páginas adiante, Raul Proença explicava mais detidamente Porque não somos um partido político. *Por um lado o espírito de partido tende a constituir interesses próprios de partido, o que, além de virtualmente nocivo à independência crítica das ideias e dos propósitos, se torna de difícil aceitação por homens de espírito científico; por outro, mais do que agir na esfera política, o que o grupo se propõe é renovar as actividades essenciais da nação. «É preciso que, de uma vez para sempre, se deixe de ver no político o bode expiatório de todas as desgraças nacionais. É em todas as modalidades da vida portuguesa que devemos encontrar o vírus profundo da nossa degeneração. Cada um de nós, no círculo das suas actividades próprias (quer sejamos empregados públicos, professores, militares, industriais ou agricultores), tem manifestado essa mesma ausência de capacidade criadora e de subordinação aos interesses gerais que tão de boamente assacamos aos nossos políticos. Simples órgãos de correlação, os políticos não podem elevar-se acima das condições gerais da actividade e da mentalidade nacional. Simples função de correlação, a função política não pode ser a única que haja a modificar e corrigir. Há, pois, que agir sobre todos os tecidos do corpo colectivo, que modificar todas as funções desse corpo. E sobretudo que modificar aquele organismo que está destinado a exercer sobre todos os outros uma acção directiva: numa palavra, que reformar a estrutura*

Slhi

espiritual, a forma da mentalidade da elite portuguesa, tão certo é que têm sido os vícios mentais dos portugueses os seus piores inimigos (cfr. 1.06).

Quando, um semestre após o seu lançamento, o grupo se abalançou à publicação de um Programa mínimo de Salvação nacional, *escrevia a concluir os considerandos gerais: «Para o pôr em prática, não se constitui em partido político, nem se propõe a conquista do poder. Quer continuar sempre, como tem sido até aqui, um grupo de orientação doutrinária formador de correntes de opinião, e exigindo sempre, em nome da consciência nacional e do seu próprio pensamento ofendido, a satisfação dos mais altos interesses nacionais. Não querendo constituir, por si, um ministério para a execução desse programa, ele estará sempre disposto, porém, a colaborar com todas as pessoas competentes e corajosas que o queiram realizar, e apoiá-las decididamente enquanto se conservarem fiéis ao seu espírito.* A Seara Nova *move-a apenas esta grande ambição: intervir activamente na vida política do país sem se transformar em partido político. Quer continuar a exercer na sociedade portuguesa uma espécie de poder espiritual – no posto de mais desinteresse, de mais eficácia, e de maior perigo. Assim a auxiliem e a apoiem na sua acção patriótica todos os portugueses de boa vontade!» (cfr. 3.02).*

Dispondo também de uma secção editorial, que no período considerado escassamente contribuiu para a prossecução dos objectivos doutrinários do grupo, foi através da revista que este realizou o essencial da sua intervenção. O primeiro número data de 15 de outubro de 1921 e a publicação prossegue, irregularmente quinzenal, até ao n.º13, de 12 de maio de 1922. De julho de 1922 (n.º 14) a julho de 1925 (n.º 47) aparece como mensário também sujeito a notórias irregularidades, quer publicando mais de um número por mês quer não aparecendo em alguns meses ou editando números duplos. Recupera o ritmo quinzenal de julho a setembro de 1925 (n.º 48 a 53) e transforma-se em semanário, regular, saindo primeiro ao sábado e depois à quinta-feira, a partir do n.º 54 (3/X/1925). Sujeito à censura desde o n.º 94 (23/VII/1926), perde a regularidade e

Slhi

suspende a publicação no n.º 96 (12/VIII/1926). Nunca se chegou a realizar o projecto de publicação de um grande jornal diário extra-partidário, a que José Rodrigues Miguéis, por exemplo, aludia no discurso comemorativo do 4.º aniversário da Seara *(cfr. 1.14).*

Inicialmente, o grupo recusava qualquer modalidade de participação no Governo ou no Parlamento. Não procurava nem aceitava o poder, procurando exercer uma acção ùnicamente doutrinária e crítica. Jaime Cortesão era frequentemente convidado para ocupar uma cadeira ministerial e idêntico convite foi dirigido a outros directores da Seara. *Por não se lhe haver furtado, um deles, Francisco António Correia, teve de abandonar, ainda em outubro de 1921, o corpo directivo da revista (cfr. 1.07). Novamente instado no mês seguinte, o grupo recusou: não por «horror às responsabilidades» mas porque «nenhum dos membros da* Seara Nova *poderá exercer qualquer alta delegação dos seus princípios, sem que em volta deles se forme a necessária corrente de opinião pública» (cfr. 1.08).*

Recusando a participação no poder, nem por isso os seareiros fechavam as portas à colaboração com outros sectores de opinião ou personalidades independentes. Constituiram mesmo a espinha dorsal de três agrupamentos efémeros em que se incluiram sem neles se dissolverem: o Grupo de Propaganda e Acção Republicana, em janeiro de 1922; a União Cívica, em março de 1923; os Homens Livres em novembro de 1923, – todos incluindo personalidades largamente heterogéneas. O Grupo de Propaganda constituiu-se com vista às eleições legislativas de 1922, e embora recusando a apresentação de candidaturas próprias os seareiros deram-lhe a sua colaboração vendo nele uma plataforma capaz de dar ao país «a consciência do estado angustioso a que chegara a nação», de apontar linhas de solução dos problemas educativo e económico e de verberar os hábitos políticos correntes. A União Cívica propunha-se constituir um vasto movimento de opinião pública a favor da formação de um governo excepcional de salvação da República; pretendia suscitar a adesão de variados sectores partidários e ideológicos para uma tentativa de acalmia entre os republicanos e para a realização de um conjunto de medidas

SIhi

governativas contidas num extenso Apelo à Nação, *de que se reproduzem os considerandos gerais (ver 9.01). (Foi para secundar e explicar esse documento que Ezequiel de Campos e Quirino de Jesus publicaram o volume intitulado* A crise portuguesa – subsídios para a política de reorganização nacional). *Os Homens Livres, agrupamento de carácter mais acentuadamente intelectual e artístico e que chegou a publicar dois números de uma revista com o mesmo nome, tiveram origem num incidente ocorrido entre o maestro Francisco de Lacerda e a orquestra filarmónica do teatro S. Luís, que deu aso a um manifesto provàvelmente redigido por António Sérgio e a uma pateada com apitos no S. Luís, combinada na Biblioteca e organizada por Afonso Lopes Vieira e David Ferreira. Falhos de coesão interna e objectivos precisos, os três agrupamentos desagregaram-se ao cabo de poucas semanas. Com excepção da União Cívica pouca importância terão tido na vida da* Seara.

Em dezembro de 1923, constituiu-se o segundo governo de Álvaro de Castro, dirigente político que sempre mantivera boas relações com os seareiros e que a Jaime Cortesão dirigiu novo convite para participar do governo; perante a sua recusa individual ofereceu à Seara *três pastas: a da Instrução, a da Agricultura e a da Guerra. O grupo aceitou, escolhendo de início Jaime Cortesão, António Sérgio e o major Ribeiro Carvalho (que não pertencia nem pertenceria à* Seara*) respectivamente. Contudo, antes da tomada de posse, Sérgio acabou por transitar para a Instrução, sendo um amigo seu, Mário de Azevedo Gomes, que à data não pertencia ainda ao grupo, designado para a Agricultura. É certo que se não desencadeara o movimento de opinião pública que até então se tinha afirmado ser condição para o grupo participar no poder, mas – explicava-se – «tendo a* Seara *possibilidade de pôr em prática algumas das medidas mais essenciais do seu plano de reformação», «não cabia ao nosso grupo o direito de manter a sua recusa a colaborar numa governação nacional», até porque persistir sem motivo plausível na negativa «seria dar razão àqueles que insistentemente nos chamam teóricos e nefelibatas e desconfiam da nossa capacidade de realização». Afirmando não ser o governo de*

Slhi

Álvaro de Castro o «ministério ideal» – mas «quem procura apenas intervir nas condições ideais arrisca-se a não intervir nunca» e «manifesta a sua incapacidade de modificar a realidade» – a Seara *prometia abandoná-lo e erguer o seu protesto «quando se convencesse de que os seus esforços eram inúteis, que os seus planos não eram aceites». E desde logo anunciava: «ao contrário de certos políticos, manteremos no governo a nossa atitude da oposição» (cfr. 1.12).*

Os ministros seareiros mantiveram-se no poder cerca de dois meses, tendo-se retirado por motivo de um incidente ocorrido entre o ministro da Guerra e o Parlamento a propósito da promoção de sargentos. António Sérgio teve oportunidade de fundar o Instituto de Oncologia e de decretar a criação da Junta de Orientação de Estudos (de que sairia o Instituto para a Alta Cultura), suspendendo (para as reformar) as escolas primárias superiores e procurando dar alguns passos no sentido de atacar os dois problemas que lhe pareciam centrais no sector educação: formação de professores e constituição de escolas modelo (ver 4.02). Mário de Azevedo Gomes, que sobre a respectiva experiência governativa redigiu um extenso e muito técnico relatório publicado na revista e em separata – Dois meses no ministério da agricultura *–, foi sobretudo forçado a tomar providências no respeitante ao abastecimento de pão à cidade de Lisboa.*

Com a aquiescência do grupo, mas sem formalmente o representar, Ezequiel de Campos, com Sarmento Pimentel como chefe de gabinete, foi também ministro da Agricultura do governo de José Domingues dos Santos, em fins de 1924, não conseguindo que chegassem a ser discutidos no Parlamento dois projectos de lei que prontamente elaborou – um sobre aproveitamento hidroeléctrico, outro sobre planos de irrigação – por isso se retirando ao cabo de poucas semanas.

Em novembro de 1925 a Seara *não ficou indiferente aos pleitos eleitorais, muito embora não dispusesse de qualquer organização apta a esse tipo de competição política. Fracassou a tentativa de coligar esquerdistas, radicais, socialistas e seareiros para as eleições legislativas (cfr. 2.16) realizadas a 7. Mas quinze dias depois, para a eleição de parte dos corpos municipais, a frente vingou, e obteve*

SIhi

resultados positivos, sendo Jaime Cortesão eleito vereador da Câmara Municipal de Lisboa.

Da intervenção nessa conjuntura, parte a decisão de passar da mera doutrinação intelectual à propaganda através do país recorrendo a um contacto directo com mais largas camadas populacionais (cfr. 1.15). A primeira e única deslocação realizou-se a Coimbra, com assinalável êxito, em abril de 1926. Nessa altura o tempo (político) corria muito depressa... e um mês depois já não seria possível continuar, embora o programa tivesse sido anunciado.

No domínio da propaganda oral, deve contudo salientar-se a intervenção dos seareiros numa semana de propaganda contra o fascismo, «em defesa das liberdades adquiridas», em março de 1926, nomeadamente uma sessão no Liceu Camões, presidida pelo sindicalista Alexandre Vieira, e em que discursaram Câmara Reys e Rodrigues Miguéis (ver 1.16). (1)

Sempre que era chamada a proceder a um balanço crítico da sociedade do seu tempo, a Seara *não deixava de acentuar uma atitude de frontal antagonismo «à rapina das oligarquias dominantes» (cfr. 1.01) e à corrupção que pervertia a moralidade das instituições republicanas. «Queremos constituir na* Seara Nova *um núcleo de homens de boa consciência e vontade enérgica dispostos a assumir perante a expoliação, a rapina, o egoismo e a mentira nacionais uma violenta e sistemática atitude de protesto. Queremos apontar ao desprezo público os inimigos do bem comum, os que deitaram abaixo as estátuas de todos os altares, para prestar apenas culto ao Bezerro de Ouro. Queremos agrilhoar ao pelourinho da infâmia os «potentados do dinheiro» que dele se servem apenas para fazer a miséria dum povo. Queremos instaurar o processo de todos os escândalos, sejam quais forem os seus autores e responsáveis, sem que nos tolha a pena*

---

(1) Sobre «A acção política da Seara Nova*», ler o trabalho de David Ferreira publicado em 1946, no n.º 1000 da revista e o artigo «Seara Nova» (do mesmo autor) no* Dicionário de História de Portugal, *dirigido por Joel Serrão.*

Slhi

nem por um momento o miserável sofisma de podermos ser, com as nossas campanhas de moralidade, prejudiciais à República. Tais sofismas só podem ser defendidos por cúmplices ou por participantes; ou então pelos que, tendo horror à verdade, repudiam dessa maneira a mais alta essência do regime que dizem defender. Em democracia quem mente ao povo é réu de alta traição. É à verdade, à sinceridade, à absoluta lealdade e probidade de pensamento, que é mister habituar o povo português» (cfr. 1.02).

Tal oposição às manobras do dinheiro, às vicissitudes do parasitismo, à imoralidade dos negócios, ao império, em suma, de um capitalismo de assento especulativo exige uma breve reflexão sobre o significado histórico de tais críticas. António Maria da Silva e Cunha Leal apareciam aos seareiros como expoentes máximos da política de corrupção e da interessada versatilidade de atitudes. Como toda a imprensa, a Seara *dispunha de inteira liberdade. Guiava-se, além disso, por elevados valores morais e políticos que, ao tempo, não sofriam impugnação no plano teórico. Um e outro factor tornam a leitura das catilinárias anti-corrupção coisa bem estranha ante nossos olhos. Era corrupção sugerir-se, no governo, a nomeação de um correligionário para um lugar administrativo com fundamento na sua actividade partidária (cfr. 2.19 nota 6)? Claro que era. Era versatilidade interessada aceitar um lugar bem remunerado cuja criação antes se condenava (cfr. 2.20)? Claro que era. Mas é bem certo que ninguém hoje encontraria matéria de escândalo em actos que tais. É que não só não existem actualmente condições de informação que permitam expor ao juízo da opinião pública as grandes aventuras dos grandes corruptos e dos maiores corruptores, como, se tal acontecesse, a jurisprudência moral da nossa sociedade absolveria como perfeitamente veniais os «pecados» com que Raul Proença fulminava os afinal modestos e expostos «senhores» do tempo. E ainda descontando o decréscimo de vigilância cívica, produzido pelos próprios efeitos da intoxicação moral sobre as ideias morais, quantas «questões de tabacos» (ver 2.23) não teriam agitado a paz dos túmulos, se a imprensa tivesse*

Slhi

continuado livre após 1926? Bem ilustrativa é neste ponto, a leitura destas páginas de há quarenta e cinco anos. Constituem a denúncia de uma «arte» em incipientíssima gestação. Como é evidente, da leitura das próprias páginas da Seara, *que a própria cumplicidade do Partido Nacionalista com a União dos Interesses Económicos, tão duramente denunciada por Raul Proença (cfr. 2.12), não era senão um namoro recatado e provinciano quando comparado com os sólidos concubinatos que depois se formaram entre outros (e em parte os mesmos) «nacionalistas» e os mesmos «interesses económicos»! E como não sorrir da inocência do mesmo moralista e panfletário quando o vemos escrever em 1925: «A moral política dia a dia mais se relaxa e perverte. As câmaras são já como que as ante-câmaras das casas bancárias, e a política um meio de fazer fortuna. Quem entra na carreira começa por bramar contra a Finança, adere depois ao conservantismo, penitenciando-se das verduras da mocidade, e acaba por se introduzir na gerência dos bancos, como fruto da idade madura. Tal é a evolução da crisálida radicaleira até se transformar na fulgurante borboleta de asas de oiro»? (cfr. 2.13)*

Não há razão para afirmar que o fenómeno seja estruturalmente diferente, à parte as posturas políticas dos figurantes? Se alguém o admite, que atente no parágrafo imediatamente seguinte: «A coisa chegou a ponto que até já os políticos se aproveitam da sua situação ministerial para se instalarem nos chorudos lugares das companhias.» Quem hoje poderá negar ser prática corrente o que então era notòriamente caso excepcional? Alguém se lembraria hoje de iniciar um tal parágrafo escrevendo «a coisa chegou a ponto que até já»? E nem Raul Proença sonhava quanta e que premonitória razão lhe assistia ao perguntar, já em julho de 1926: «Qual é mais nefasto?, o político corrupto ou o corruptor? O corruptor, mil vezes, porque o corrupto, servindo-se a si, pode servir por vezes a Nação; enquanto o corruptor, corrompendo tudo em sua volta, e corrompendo a nação, destrói as fibras da moralidade e pratica contra ela o pior crime» (cfr. 2.25)? Genial antecipação.

Slhi

Oposta ao caprichismo político e à corrupção oligárquica, a Seara *não se batia menos contra a crescente intervenção das forças armadas na vida política. Desde o seu lançamento proclamou guerra aberta ao militarismo que minava as instituições republicanas e onde desencontradas facções procuravam instrumento de assalto ao poder. A intervenção na guerra conduzira fatalmente ao empolamento dos efectivos militares, que, restabelecida a paz, se tornaram não só peso morto burocrático no corpo da nação como constante ameaça de perturbações da ordem constitucional. De aí a constância, nas páginas da* Seara, *da condenação das «revoluções», já que, na gíria política do tempo, era esse o nome que se dava às quarteladas, aos pronunciamentos, ás sedições. Situando-se em atitude que sabia claramente distinguir as exigências da Revolução e as vicissitudes do golpe militar, a revista anunciava como seu objectivo: «contribuir para a grande e profunda Revolução que deve redimir a nossa Pátria – e exactamente porque trabalha para essa Revolução, combater todas as revoluções de clientelas, sôfregas de mando e vazias de princípios, que o banditismo dos* condottieri *políticos, sem o menor respeito pela vontade do País e pela democracia, têm perpetrado em Portugal. Esses processos de assalto revolucionário em que o poder é tomado de assalto por surpresa, sem o esclarecimento prévio do País sobre as intenções dos seus dirigentes, só poderão esperar da nossa parte, e sejam quais forem os princípios de que pretendam inspirar-se, a mais formal e indignada condenação» (cfr. 1.02).*

Sem duvidar das «boas intenções do movimento revolucionário» de outubro de 1921 e declarando mesmo «simpatizar com muitas ideias do seu programa», Raul Proença sublinhava que a «impotência do movimento revolucionário se revelou tão formidável (...) que lançou talvez o definitivo descrédito sobre o processo» (cfr. 2.01). O repúdio da insurreição não se explicava por razões de simpatia relativamente ao governo derrotado ou ao partido afastado do poder. O método, sim, era clamorosamente condenado. A Seara *reputava criminoso o recurso a meios violentos, destinados a alterar*

Slhi

as condições da vida política, mormente quando o país não houvesse sido esclarecido dos intuitos da rebelião e quando, portanto, os sediciosos triunfantes tivessem franca possibilidade de se desvincularem de compromissos não assumidos de modo inequívoco. Com boas vontades e vagas aspirações mas sem ideias e planos, não criam os seareiros que fosse possível inflectir profundamente o curso da vida portuguesa. E quando, nessas condições, se recorresse à violência insurreccional abrir-se-ia simplesmente a porta à turba-multa de baixos sectários movidos por instintos de morte e rapina (cfr. 2.01 a 2.06).

Poucos meses depois, em fevereiro de 1922, teve a Seara *conhecimento de que nova «revolução» se preparava, e ràpidamente denunciou, não à polícia mas à opinião pública, a ameaça de sedição, indiferente a que a improvisação insurreccional proviesse da direita ou da esquerda e despreocupada de saber se faria ou não o jogo do governo, presidido por António Maria da Silva (cfr. 1.09).*

Prestigiada pela coerência da atitude assumida quer diante das vãs agitações de um radicalismo que ingènuamente se candidatava a redimir o país pela aventura militar ao mesmo tempo que se conservava impotente em aspectos indispensáveis (criação de um movimento de opinião de sentido progressista e programação de reformas estruturais) quer diante das instigações à violência por parte dos adversários da República, encontrava-se a Seara *em posição de singular autoridade para condenar o movimento sedicioso de 18 de abril de 1925 organizado por gente reaccionária (monárquicos, plutocratas, sequazes de Mussolini) de mistura com alguns republicanos.*

O clima de que nasceu a insurreição de 18 de abril é característico do agravamento das lutas sociais. O governo de José Domingues dos Santos, vencido a 15 de fevereiro, tentara reformar a actividade bancária e conter algumas manifestações da frente plutocrática, no que fora impedido quer pela actuação da polícia quer pela obstrução parlamentar. Por outro lado, os atentados da Legião Vermelha contribuiam para, na aparência, equacionar o problema

Slhi

político em termos de alternativa extrema, dilema permanentemente explorado pela União dos Interesses Económicos e nomeadamente o seu principal órgão de imprensa, O Século. *Por várias vezes Raul Proença sublinhou a conivência, pelo menos objectiva, entre os actos de terror perpetrados pela Legião Vermelha e as frechadas da Legião Dourada contra as instituições republicanas, a pretexto de que estas toleravam os crimes dos «vermelhos».*

Largos sectores da burocracia militar estavam profundamente dominados pela contra-revolução monárquica e pelo peso dos interesses plutocráticos. É fácil que os corpos mortos e parasitários tendam a entrar na órbita das forças reaccionárias. O julgamento e a absolvição dos sediciosos, pedida aliás pelo próprio promotor de justiça, general Carmona, assinala um ponto alto da cumplicidade entre o militarismo, os movimentos tradicionalistas e fascistas, a ofensiva oligárquica (cfr. 2.15).

Sabe-se como tudo isso se consumou final e duradoiramente no dia 28 de maio de 1926. Desde a primeira hora que a Seara *advertiu os republicanos contra «a tendência a firmar um regime antiliberal e o predomínio de classe, e a não respeitar a liberdade de consciência sob todas as suas formas» (cfr. 2.26). Se alguma dúvida permanecia a respeito do destino das instituições representativas, ràpidamente se desvaneceu. «A actuação actual, sinceramente julgamos, vai arrastar-nos para um período de retaliações e de opressão» (cfr. 2.28) – previa Raul Proença a 23 de julho. No mês seguinte, incompatibilizada com a censura à imprensa que o regime ditadorial ilegalmente impusera, a revista suspendia a publicação. A opressão começava a ser explícita. As retaliações sofrê-las-iam poucos meses depois os seareiros, quando o grupo foi compelido à dispersão pelo exílio da maioria dos seus principais representantes. António Sérgio, por ter assinado em nome da* Seara *um documento contra o empréstimo externo solicitado pelos militares. Raul Proença, depois de alguns meses de clandestinidade exigida pela publicação dos* Panfletos. *Jaime Cortesão e Sarmento Pimentel, subscritores, com José Domingues dos Santos e Jaime de Morais,*

Slhi

do manifesto revolucionário de 3 de fevereiro de 1927 e promotores da fracassada tentativa. Pimentel seguiria para o Brasil; Sérgio, Proença e Cortesão reencontrar-se-iam em Paris ao lado de Bernardino Machado, Afonso Costa, Álvaro de Castro, José Domingues dos Santos, constituindo a Liga de Paris. Também Aquilino Ribeiro, envolvido no 3 de fevereiro, para aí foge e de lá regressa clandestinamente em 1928 para tomar parte em outra tentativa revolucionária, em Pinhel; preso, evade-se novamente para Paris. Pelo contrário o céptico Ezequiel de Campos iniciara já, ministro da Agricultura e do Comércio do governo Mendes Cabeçadas, a sua carreira de precursor dos hoje ditos «tecnocratas». E excedendo-o largamente, Quirino de Jesus tornar-se-ia, em breve, arauto do nacionalismo e mentor do ascendente professor de Coimbra (1)

III

Outra não poderia ter sido, no esquema geral da ofensiva contra as instituições representativas e democráticas, a vingança tirada pelo tradicionalismo sobre os seus mais lúcidos adversários. Porque era contra o tradicionalismo que bàsicamente se erguia a voz dos seareiros. E era aquele mesmo tradicionalismo que, pelos ínvios caminhos da ditadura militar, vinha impôr o seu arqueozóico império, ao mesmo tempo que esmagava os suportes institucionais da democracia.

Desde 1915 que Raul Proença, atento ao surto do Integralismo Lusitano – movimento monárquico tradicionalista congregado em torno da revista Nação Portuguesa *e que na Liga Naval realizara já uma série de conferências depois reunidas no volume* A questão ibérica –, *sublinhava, em carta a Câmara Reys, a necessidade*

---

(1) *Sobre o seu fim, escreve Sarmento Pimentel nas suas* Memórias do Capitão: *«Quando Quirino de Jesus começou a dar com a língua nos dentes, uma doença esquisita o liquidou em dois tempos» (pág. 284).*

Slhi

de «contrariar a acção monárquica da Liga Naval e dos integralistas, por meio duma propaganda democrática, não declamatória, em que se combata no campo das doutrinas o monarquismo destes snobs» (Câmara Reys, As questões morais e sociais na literatura, *vol. II, pág. 175*).

As primeiras grandes refregas de Proença na Seara seriam, nessa linha, voltadas contra o Integralismo Lusitano e a Cruzada Nun'Álvares. Mais híbrida e mais voltada para a acção política imediata, já que procurava conter o tradicionalismo em envólucro republicano, a segunda seria também criticada de modo mais circunstancial e daí a não inclusão desses textos na presente antologia. O primeiro, porém, justificava uma crítica em forma, que de algum modo ajudaria, aliás, a dar corpo organizado a um conjunto de doutrinas que os próprios aderentes tinham dificuldade em expor sistemàticamente. A peça essencial dessa crítica é a série (publicada nos n.os 5, 6, 7, 9 e 11) Acerca do Integralismo Lusitano, que ficou inconclusa.

Pretendendo-se nacionalista, clamando inserir as suas raízes no húmus da tradição portuguesa e candidatando-se mesmo a exprimir uma «verdade portuguesa», o Integralismo Lusitano resulta afinal, segundo Proença, de simples importação de ideias e fórmulas da Action Française, nomeadamente da Enquête sur la monarchie de Maurras. Como ele, declarava célula social a família e não o indivíduo, combatendo o divórcio, recusando a liberdade de testar, aplaudindo o morgadio; como ele, aspirava a reconstruir as antigas corporações de mestres e aprendizes; como ele, propunha a estruturação dos órgãos da administração local na base dos interesses familiares e corporativos; como ele, exaltava as virtudes da descentralização; como ele, preconizava a substituição do parlamento legislativo por uma assembleia nacional técnica e consultiva; como ele esconjurava o sufrágio popular e preconizava uma monarquia hereditária, orgânica, tradicional e antiparlamentar; como ele, proclamava fidelidade à «política do facto» ou política fundada no exclusivo ensinamento das «leis científicas» e nas simples lições

Slhi

da «experiência»; como ele, ostentava a mesma repugnância pela «política das ideias» ou política norteada pela procura de ideais normativos, de fins a conquistar, de metas a atingir. Mas, sublinhava Raul Proença, tudo se passa como se, para os sequazes portugueses da «política do facto», fosse Maurras o único facto – não apenas um facto eminentemente ideal mas chocantemente cosmopolita. Aliás, onde quer que uma política do facto os situasse, nunca ela deixaria de pressupor um joeiramento dos factos: a adopção como legítimos dos factos que servem, a rejeição como espúrios dos que não servem. Por isso, o tradicionalismo integralista, aparentando inspirar-se na tradição nacional, operava, na história pátria, uma selecção dos factos que convêm à sua imagem da tradição nacional. Não era do nacionalismo e do tradicionalismo, sedimentados na contemplação objectiva da tradição nacional, nas lições da experiência histórica, na voz dos factos, que se deduzia a monarquia hereditária e antiparlamentar. Era sim do restauracionismo monárquico, da hostilidade ao parlamentarismo que se partia para, descriminando os factos que convêm e os que não convêm a esse objectivo político, construir uma teoria justificativa, que encontrava seu desfecho conceptual no tradicionalismo e no nacionalismo. Seria boa a tradição que coincidisse com a monarquia. Seriam factos os acontecimentos que embaraçassem o parlamentarismo ou os progressos da democracia. Uma tradição fixada de modo preconcebido, materializada em factos, reguladores da acção, arbitràriamente escolhidos.

Cuidando assim firmar-se no necessário, no inelutável, na história, no facto, o tradicionalismo integralista desconhecia um facto capital, tanto na ordem histórica como na psicológica: a natureza essencialmente racional do homem. Ora sem o reconhecimento de tal facto, torna-se inconcebível a existência humana. O facto humano não se reduz à realidade habitual porque é permanentemente que o homem projecta a transformação da sua vida, norteado por valores, por vezes ideais, guiado pelo sentido da racionalidade. A acção em sociedade não prescinde de juizos valorativos, e era também, inevitàvelmente, em juizos de esse tipo que assentava a conclusão monárquica e tradicionalista do integralismo.

SIhi

E já que as tinha por repulsivas na ordem dos factos, era ao poder das ideias que o tradicionalismo fatalmente e contraditòriamente tinha de imputar as vitórias obtidas pela democracia desde fins do século XVIII. Do mesmo modo, deveria reconhecer serem os factos reguladores da sua doutrina uma coisa visìvelmente sepultada no passado: corporações, morgadios, ordens, monarquias absolutas. A tais paradoxos não escapava uma concepção decalcada da apologética do antigo regime concebida como se este vigorasse ainda. Argumentos que De Maistre poderia utilizar mas não Maurras, ou que tinham tido sentido nos escritos de Frei Fortunato de S. Boaventura mas não nos de António Sardinha. De frágil tábua de salvação, tornaram-se paradoxo gritante. Uma concepção positivista permeável às necessidades do mundo moderno – recordava Proença há meio século e poderíamos nós repetir hoje – conduziria, se alguma consequência política de ela houvesse de tirar-se, não ao conservantismo mas à democracia. Porque o espírito democrático triunfava de tal maneira em quase todo o mundo que os seus próprios adversários se deixavam (como deixam, mutatis mutandis*) infiltrar por ele, já que, inimigos declarados do que quer que seja que se pareça com a opinião pública, era à opinião pública que vinham propôr seus planos de salvação. Ontem como hoje – poderia acrescentar-se meio século volvido; e de tal modo que já nem sequer são só os antidemocratas de registo profético que* ainda *se sentem coagidos a aceitar regras de jogo democrático, mas são os antidemocratas de registo totalitário que* já, *e outra vez, se obrigam a rituais que substancialmente desdenham.*

Atente-se na síntese de Proença sobre a questão política do facto-política das ideias: «Se pretendemos resolver o dilema: política das ideias ou política do facto, veremos como os dois princípios, longe de se contradizerem, se conciliam e necessitam mùtuamente. Não pode haver política verdadeiramente humana *que não tenha o facto como base, a ideia como fim. É que o ideal não tem de mover-se em terreno plano, mas que atravessar montanhas e precipícios. A cada passo o mundo das realidades concretas, o mundo do* facto, *um mundo de matéria e de resistências oferece às ideias um sem-número de limitações infran-*

Slhi

gíveis. Ignorá-las, não contar com elas, é pretender conservar eternamente o ideal no mundo platónico das ideias. Para realizar um grande ideal é preciso ser-se sôfrego de realidades. E se é querer rebaixar a Humanidade propor-lhe o facto bruto como a lei de todas as leis, é condená-la à esterilidade absoluta erguer sobre ela o alvo intangível da quimera. Nem o sonho da quimera nem a brutalidade do facto; um idealismo que se prende à terra por todas as raízes das realidades, e que só realiza o ideal na maneira em que conta com elas para as vencer. Conhecer a situação do inimigo e as suas forças é a primeira condição da vitória» (S. N., *n.º* 7).

Aceitando o facto como base e situando a ideia como fim, o democrata recusa-se a confundir a liberdade como facto absoluto e metafísico, desmentido por toda a organização social, com a liberdade como valor racional, limitada pela reciprocidade de direitos; ou a igualdade como facto natural, desmentido pela evidente desigualdade das capacidades, com a igualdade como princípio de idêntica recompensa por idêntico esforço e aptidão (cfr. 10.01). Igualmente não confunde a crença no progresso com qualquer suposição de bondade natural do homem, porque a ideia de progresso supõe ùnicamente que as exigências da vida social e o esforço deliberado dos indivíduos podem levar os homens a realizar mais plenamente a humanidade, substituindo a pouco e pouco instintos naturais de egoismo, ferocidade e rapina por hábitos de altruismo e solidariedade.

A crítica sistemática do Integralismo Lusitano seria retomada em 1926 pelo jovem Mário de Castro em conferência realizada em Coimbra: Em frente das ideias reaccionárias. *Reproduzindo o essencial da argumentação de Proença, acrescenta-lhe, contudo, um apontamento de crítica sociológica que importa sublinhar: «Não se lembraram que a democracia não foi desmentida porque não foi realizada mas ao contrário miseràvelmente falsificada. Não se lembraram de observar a realidade social no seu conjunto; de ver que as ignomínias não são apenas dos governos, mas de todas as classes, especialmente daquelas que têm mais responsabilidades sociais por terem nas mãos os factores da produção, aquelas precisamente onde os reaccionários recrutam a*

Slhi

grande massa dos seus adeptos» (cfr. 10.13). O confronto entre integralistas e seareiros atingiria proporções diferentes do debate de ideias e da polémica ideológica quando uma conferência de António Sérgio, no Salão de S. Carlos, foi boicotada por um grupo de integralistas que, não contentes de provocar uma arruaça, tomaram a iniciativa de agredir fisicamente um dos seus adversários (ver 2.24). Faltavam poucos dias para o 28 de maio e os «ordeiros» ensaiavam já, naturalmente, o seu estilo de poder político.

Entretanto a ameaça fascista desenhava-se claramente em Portugal. Raul Proença veementemente a denunciou, em março de 1926, num artigo escrito de jacto e reproduzido em folheto: O fascismo e as suas repercussões em Portugal. *«Não há forma de suprimir hoje a democracia, em qualquer país civilizado da Europa, senão pelo recurso permanente à repressão executória e criminal. Seria como querer impedir que o vapor saisse duma caldeira sem exercer pressão sobre a tampa. O vapor acabará por fazer rebentar a caldeira – mas até lá é preciso que sobre ele se exerça uma força opressiva e esmagadora. Estes regimes antidemocráticos só podem manter-se, pois, nas actuais circunstâncias do mundo, por* um permanente acesso de violência. *A loucura, a criminalidade têm de estar no próprio coração do sistema. (...) É preciso tornar realmente insustentável a vida dos adversários, porque* é essa a única forma de assegurar a vida das instituições. *(...) Um governo assim (o de Mussolini) só pode sustentar-se, numa sociedade moderna, numa sociedade que viveu já sob formas democráticas, embora imperfeitas e adulteradas, fazendo do crime um instrumento de governo e da violência a* ordem do dia *permanente». Essas ameaças não passaram desapercebidas aos seareiros como o não passou também o endeusamento do chefe, o expansionismo bélico, a tentativa de matar o espírito proporcionando certos bens materiais. De se preparar para cometer semelhantes crimes contra o povo português acusava Proença a Cruzada Nun'Álvares e nomeadamente os seus dirigentes Filomeno da Câmara e Martinho Nobre de Mello. Mas suspeitando-os de fascistas um tanto cómicos, inconscientemente deixava antever que nem um nem outro, tão duramente*

Slhi

fustigados nas páginas da revista, estariam destinados ao mussolinato lusitano, posição que, ao cabo de alguns anos de militarismo cego, veio a caber a um obscuro lente de Coimbra, sequaz do maurrasismo, parente incerto do integralismo, irmão do italiano nas práticas previstas por Proença, embora distinto em matéria de estilo visto ser também outro o estilo da reacção portuguesa. Um Mussolini idêntico no poder totalitário que impunha, diverso no sentido da política que totalitàriamente prosseguia, porque também diversas eram as conveniências da oligarquia portuguesa. Saiu pois um Mussolini malthusiano protector de parasitismos, gestor de finanças estagnadas, clericalista, de aparência pacata e cunho provinciano. Por esse híbrido de fascismo e tradicionalismo na pessoa de um desconhecido, não esperava Proença... nem ninguém.

Lúcida e exigente para com a experiência republicana, inalterávelmente hostil às forças antidemocráticas que a ameaçavam, a Seara Nova *afirmou-se, desde a primeira hora, como um movimento de opinião republicana e democrática. Veio a transformar-se no principal agrupamento doutrinário do tempo e dela saiu o mais importante contributo para o rejuvenescimento do pensamento democrático em Portugal.*

«A Seara Nova *quer exercer mais do que uma simples acção de crítica e de protesto: quer chamar a atenção de todo o país para as reformas necessárias e contribuir para que se crie, em volta dessas reformas, uma opinião nacional que as exija e apoie. Quer fundar as condições da verdadeira democracia, sem as quais a República não passará do regime de baixa mentira e indigna plutocracia que tem sido até hoje. Quer ajudar a criar essa luminosa e firme consciência nacional que imponha aos dirigentes (políticos e não políticos) o caminho da nossa salvação. Quer, numa palavra, contribuir para a grande e profunda Revolução que deve redimir a nossa Pátria – e exactamente porque trabalha para essa Revolução, combater todas as revoluções de clientelas, sôfregas de mando e vazias de princípios, que o banditismo dos* condottieri *políticos, sem o menor respeito pela vontade do país e da democracia, têm perpetrado em Portugal. (...)*

SIhi

Sob o ponto de vista político, a Seara Nova *enfileira na extrema esquerda da República. Radical, sem ser jacobina, os seus esforços irão para a transformação do regime no sentido das mais avançadas aspirações» (cfr. 1.02).*

Antes de proceder a uma breve sinopse das «reformas necessárias» através das quais os seareiros de há meio século entendiam reestruturar a vida política e social portuguesa, importa conhecer as linhas gerais do pensamento político que presidia à orientação democrática, radical e revolucionária do grupo.

A compreensão desse ideário parte da interpretação do sentido da liberdade. Exceptuados os reaccionários sequazes do tradicionalismo e do fascismo, talvez ninguém em Portugal, nesses anos, dissentisse da tese que enuncia ser a liberdade o valor supremo da vida em sociedade. Simplesmente, afirmava Jaime Cortesão, na terceira das Cartas à mocidade, *também «talvez nenhures, como em Portugal, se torne necessário definir o que verdadeiramente seja liberdade», já que «onde pululam os abúlicos, os impulsivos, os sentimentalistas e os agitados, mais fàcilmente se concebe a liberdade como um direito a desprender-se de toda a sujeição e disciplina (cfr. 10.04). Ora a liberdade segundo o seareiro não coincide com a liberdade tal como a concebe o impulsivo, o sensitivo, o revoltado. Não se chama liberdade à espontânea irrupção das forças instintivas, tão sòmente ao domínio de si próprio. «A liberdade é uma vitória contínua sobre ti mesmo, e sobre as fatalidades e as forças da natureza». Por isso também não se chama liberdade às tumultuosas tensões passionais a que vive sujeito um povo preso do marasmo e esclerosado no parasitismo: «O que se diz dos homens pode aplicar-se aos povos. E aí tens a razão íntima de tantas loucuras e tiranias, que em Portugal se têm praticado em nome da liberdade. Assim, também a salvação portuguesa não está no auxílio do estrangeiro ou na exploração das colónias. O que ameaça e perverte a liberdade em Portugal é o velho sestro parasitário que degradou todas as virtudes da grei até às últimas aberrações. Se te queres salvar a ti e auxiliar a salvação do teu país natal, sê livre e gera a liberdade, pelo esforço produtivo e organizado. Só o*

Slhi

trabalho dá a disciplina aos homens e aos povos». Só de olhos fitos nesse conceito de liberdade, irmã gémea da razão e do trabalho, radical inimiga da paixão cega, e da tumultuosa parasitagem, se compreende o sentido destas outras palavras de Cortesão: «Os homens ou os povos são tanto mais poderosos quanto mais alto mantêm a sua independência moral ou política. E em rigor a perfeição duma sociedade pode avaliar-se apenas pelo seu conceito de liberdade. A mesma história do homem e da civilização é no fundo a história da liberdade» (cfr. 10.04).

No mesmo sentido se pronunciava António Sérgio quando sublinhava que «a base da democracia é a moralidade cívica de todos nós», que a democracia se não faz «directamente pela política», mas «indirectamente pelos costumes», que o seu fundamento assenta no «império racional de cada alma cívica sobre os seus próprios interesses e paixões» (cfr. 10.07).

Mais próximo do rigor da linguagem política, embora menos atento às implicações filosóficas da análise do conceito, Raul Proença corroborava tal concepção anotando, em réplica aos integralistas, que confundiam liberdade e anarquia: «A liberdade, longe de implicar a supressão de toda a regulamentação social, é ela mesmo um produto de regulamentação. O estado da natureza é o reino da opressão e da violência, e não o do direito. Quem diz liberdade social, diz liberdade não só para um ou para alguns, diz liberdade para todos. E não pode haver liberdade para todos senão no domínio da lei e da disciplina. A liberdade de que os verdadeiros democratas se constituiram paladinos não é, pois, o regime da licença ou do arbítrio, porque a licença e o arbítrio duns se tornariam lesivos da liberdade de outros. Ela deve ser definida como o faz o artigo 4.º da Declaração dos direitos*: «La liberté consiste à pouvoir faire tout ce qui ne nuit pas à autrui». E noutra parte: «L'exercice des droits naturels de chaque homme n'a de bornes que celles qui assurent aux autres membres de la societé la jouissance de ces mêmes droits». E dirigindo-se aos inimigos da liberdade, afirmava: «O que pedem para eles – liberdade de crenças, liberdade de Imprensa, liberdade de reunião – é*

SIhi

o que nós, democratas, pedimos para todos» (cfr. 10.01).

Empenhados na luta contra o tradicionalismo reaccionário e o fascismo, movidos pelo objectivo de denunciar as falsificações da democracia que faziam curso na sociedade de então, atentos (como se verá) à necessidade e à possibilidade de corrigir, através de certas reformas institucionais, os clamorosos fracassos da experiência republicana que se vivia, os seareiros não levaram muito longe, no período 1921-1926, a análise dos fundamentos doutrinários da democracia sob a forma de expressa e sistemática teoria política. A brilhante e profunda contribuição do grupo nesse sentido é, bàsicamente, polémica, fragmentária, implícita. Na série Acerca do Integralismo Lusitano, *por exemplo, o anunciado artigo* Sufrágio e competência na democracia *não chegou a ser escrito. E só em anos posteriores, sob a dupla pressão de um poder estatal abertamente hostil à democracia e de uma censura inibitória da intervenção quotidiana, os seareiros se sentiram convidados a pensar, abstracta e sistemàticamente, os grandes tópicos da concepção democrática.*

Como escrito doutrinário sobressai a conferência de Mário de Castro: Princípios fundamentais duma democracia organizada *(ver 10.10).*

«O princípio da verdadeira democracia é substituir o estado de arbítrio dos regimes autocráticos, em que a lei deixa de fora aquele que a deve aplicar, por um estado de direito, em que a lei alcance a todos e a cada um; e a melhor garantia deste princípio jurídico *é o princípio* político *de fazer votar a lei pelas consciências de aqueles que lhe hão-de obedecer».*

Formulado tal conceito, não deixava o jovem doutrinário de equacionar um problema que, na altura, era frequentemente disparado como arma de arremesso contra a democracia. «Todavia a complexidade das questões que são objecto do governo e dos processos a seguir para os resolver têm uma amplitude e exijem uma especialização que na prática impossibilitam o governo de todos por todos». Seria a democracia hostil a uma rigorosa e eficiente selecção de valores? O democrata não vê qualquer razão para que o governo da minoria,

Slhi

de preferência ao da maioria, seja mais apto ao recrutamento e efectivo aproveitamento das competências. O essencial da tese de Mário de Castro sobre o problema da competência em democracia vem exposto após a distinção entre função técnica (administrativa, construtiva) e função política (de direcção superior, normativa) no governo dos povos. «Tanto uma como outra exigem uma especialização, uma preparação especial para o seu exercício, uma capacidade própria, enfim. (...) A democracia não pode evidentemente pretender que toda a gente tenha essa capacidade: mas o que ela legìtimamente pretende é que sejam facultados meios de a adquirir a todos os que para isso tenham vocação. (...) O povo só está totalmente impossibilitado de intervir nos negócios públicos quando não tem qualquer espécie de competência para isso. Ora a verdade é que o povo não é totalmente desprovido dessa competência, que mais não fosse a competência para fiscalizar a acção dos governantes. Bem assim a incompetência do povo não pode ser invocada para os actos que caem no domínio da mera opinião mas sòmente para aqueles que são privativos da ciência».

As opiniões, os interesses, as tendências são necessàriamente modeladas pelos sectores mais conscientes da sociedade. Adoptando uma terminologia que hoje pode comprometer o entendimento dos seus pontos de vista, dada a feição antidemocrática que lhe foi incutida, recorria o grupo ao termo «elites», ou mesmo «aristocracias» para designar aqueles sectores. E Mário de Castro precisava: «Compete às elites uma acção educativa de esclarecimento, de doutrinação, que, levando ao espírito do homem a clareza indispensável à percepção nítida dos problemas, os habilite a decidir conscienciosamente. E está aqui precisamente a nota que profundamente distingue a democracia dos outros regimes políticos: é que enquanto eles concedem às elites – sem considerar já a forma privilegiada e empírica como elas se constituem fora da democracia – um poder de decidir com desprezo dos governados, embora para interesse deles, a democracia, pelo contrário, em nome da dignidade humana e da liberdade da consciência, impõe às elites que convençam os governados».

Slhi

A formação de «elites» ao nível do poder do Estado supõe, como único critério democrático possível, o sistema representativo: «Porque as elites dentro ou fora do governo não actuam afinal senão para o número, para os governados, nada mais legítimo e nada mais lógico do que deixar a estes a fiscalização do seu procedimento; facultando-lhes meios de periòdicamente ou extraordinàriamente julgarem a sua acção; e a melhor forma de isso se cumprir é confiar aos governados a escolha das elites governativas, ainda e sempre em obediência à lógica do princípio democrático, que impõe às elites que convençam *aqueles mesmos para quem elas governam e que são a fonte originária de toda a sua autoridade».*

Contudo, Mário de Castro, apontava para uma concepção de democracia que excede a do simples sistema representativo. Distinguindo democracia jurídica e democracia política, prossegue: «A democracia jurídica consiste na possibilidade *geral, na possibilidade que têm todos os membros de uma Nação de, independentemente de quaisquer princípios, exercer as funções do governo; e quando digo «independentemente de quaisquer princípios», refiro-me inclusivamente aos próprios princípios da riqueza, pois essa possibilidade que a democracia jurídica garante a todos de aspirar ao exercício das funções de governo não seria, evidentemente, real e efectiva, antes mero platonismo de doutrinas, se o Estado não facultasse aos que nada possuem os meios indispensáveis para que possam desenvolver a sua vocação individual. Exige, por consequência, do Estado uma acção activa e positiva, de assistência aos desprotegidos da fortuna, de forma que os valores possam ser seleccionados aonde estiverem e não sòmente entre os privilegiados de riqueza, facultando-lhes a entrada nos centros de cultura, com as regalias e condições materiais suficientes a um bom rendimento do trabalho. (...) Quando esta possibilidade se converte na efectiva participação nas funções de governo, entramos em pleno domínio do que se chama: a democracia política».*

Sem efectiva democratização na ordem social, o princípio político, embora não o jurídico, da democracia sofre rude desmentido. Ora,

Slhi

na sociedade portuguesa, viam os seareiros um agravamento da exploração e um peso crescente da oligarquia, necessàriamente incompatíveis com os ideais democráticos.

«As classes enclausuraram-se no mais obstinado egoismo, provocando, pela sua cegueira e imprevidência, as maiores calamidades sobre o país. Foram em sucessivo crescendo o gosto do luxo, a imoralidade, as despesas improdutivas, e o dinheiro tornou-se, nas mãos dos seus detentores, de agente de transformação económica e social, em simples instrumento de poder e exploração. O parasitismo, que era já, antes da guerra, a chaga que nos corroía as entranhas, exacerbou-se ainda mais (...) Vieram predominando cá dentro as despesas de esbanjamento e de consumo, as explorações implacáveis e exaustivas, o desenfreado amor da agiotagem, da jogatina e da dissipação. (...) Pela acção de tantas calamidades, naufragam as classes liberais, medianas e pobres; endividam-se e arruinam-se os estabelecimentos de assistência; multiplicam-se as dificuldades, as greves, as violências, os motins; o ódio e a desgraça abrem todos os dias diante de nós perspectivas mais aterradoras» (cfr. 3.02).

O texto retirado do Programa mínimo de salvação nacional, *parece típico da atitude seareira. Visão crítica do crescimento anárquico de um capitalismo especulativo e parasitário, mas assente em concepção exclusivamente moral, anterior ao conceito de luta de classes, e culminando numa solução da salvação nacional, de cariz socializante embora mas concebida à margem do poder das classes trabalhadoras. É evidente que as condições de vida social portuguesa não estavam maduras para uma atitude diversa. Nem são de reserva polémica mas de compreensão histórica as observações que o texto requer. Porém tal compreensão só a podemos obter reconhecendo que – se os ideais seareiros estavam em consonância com os mais avançados e vinculados ao movimento operário, como o atestam as suas declarações relativamente aos objectivos doutrinários do anarquismo (cfr. 1.10) e a sua colaboração, crítica embora, com a C. G. T. – a concepção sociológica subjacente à*

Slhi

interpretação do processo histórico se funda em instrumentos de análise que não excedem a economia clássica e o protesto moralizante. Verbera-se a acumulação capitalista, exautoram-se os seus beneficiários, reconhece-se o fundamento das agitações operárias, lamentando-as embora, clama-se contra a ruína das posições intermédias, declara-se a sociedade em crise e o país em perigo. Não se vislumbra a dinâmica social que conduz à concentração, às falências, à pauperização; e pretendendo-se que cada sector racionalize as suas atitudes e posições, não se vai ao ponto de aceitar, muito menos de fazer germinar, a ideia de que a racionalização global passe pelo embate dos grupos antagónicos, pela luta de classes. Projectava-se, pelo contrário, um ideal de harmonização dos interesses antagónicos, uma reforma do capitalismo que conduzisse à cedência das posições extremas deste. Por isso, os conflitos sociais eram encarados como desvio patológico, resultado de perturbações dos entendimentos, consequência de pendores passionais, origem de desperdício e fraqueza. Viam neles a epiderme, o empírico, não o significado histórico e social profundo, superficialidade que, não o esqueçamos, era em grande parte ajudada pelo caprichismo anárquico e pelo imediatismo insurreccionista que afectavam muitos passos do movimento operário, sob a égide anarco-sindicalista. Mas nem por isso deixavam de insistir em que o exemplo da anarquia social era dado pelos sectores plutocráticos.

O socialismo representa, nesse horizonte, a realização da justiça. «Todas as suas (da S. N.) simpatias vão para os que lutam, dentro da ordem, do espírito democrático e desse espírito das realidades sem o qual são inteiramente ilusórias quaisquer reformas sociais, pelo triunfo do socialismo» (cfr. 1.02) – anunciava-se na Apresentação. *E passado um ano e meio, esclarecia-se em importante editorial: «Continuaremos a ser republicanos de tendência socialista – quer dizer, a aceitar o princípio da intervenção do Estado nas actividades para pôr termo na medida do possível à anarquia económica, e estabelecer progressivamente a maior justiça distributiva compatível com as condições necessárias*

Slhi

de todo o trabalho colectivo e o interesse da produção – o que é justamente o contrário do bolchevismo, pois que nem este admite qualquer espécie de «progressividade», nem procura realizar, no fundo, a justiça distributiva, nem respeita as condições reais do exercício das actividades económicas. (...) Continuaremos a defender a necessidade de coarctar os abusos da riqueza, opondo-nos assim ao laissez faire, laissez passer *do liberalismo económico. Reconhecemos em toda a sua plenitude a propriedade dos instrumentos de consumo, e, como exigida (pelo menos) pelo estado actual do mundo, a propriedade dos próprios instrumentos de produção, mas não esquecendo: a) que o direito de propriedade não é um absoluto e que portanto ele tem de se limitar, e «constitucionalizar», por assim dizer, por um conjunto de medidas que lhe fixem o exercício, lhe marquem as indispensáveis restrições, lhe tirem o seu carácter soberano e irresponsável, e o impeçam de colidir com o maior bem da comunidade; b) que o direito de herança deve ser limitado ao indispensável para constituir um móbil da actividade individual, devendo ser suprimido sempre que se reconheça à evidência que ele não tem nenhuma influência benéfica na produção ou na conservação das riquezas» (cfr. 1.11).*

A uma concepção moralizante da questão social correspondia pois uma concepção moderada de socialismo, empenhada em evitar os abusos do liberalismo económico, em disciplinar os circuitos da riqueza, sem pôr em causa (pelo menos no imediato) a propriedade capitalista dos meios de produção, embora tentando obviar a certos inconvenientes das estruturas burguesas do direito de sucessão e apontando para uma progressiva aproximação da justiça distributiva.

Assinalável abertura a posições mais avançadas representa contudo a colaboração frequente do destacado anarco-sindicalista Emílio Costa, designadamente duas séries de artigos sobre o tema da revolução. Uma, em 1921-1922, onde convida a burguesia a transigir progressivamente perante a fatalidade de uma nova organização económica e social, apresentando um conjunto de reformas

Slhi

*destinadas a abrir o caminho da revolução. (*Se a burguesia quisesse..., *de que se extracta o primeiro capítulo em 10.12). Outra, em 1925, em que, já desvanecida quanto a Portugal aquela ilusão, se expõe não o programa de uma política evolutiva de reformas mas o de uma ditadura revolucionária (cfr. 10.13),' estudando sucessivamente as condições de triunfo, a organização do trabalho, o programa económico, a orientação pedagógica).*

Oposta ao bolchevismo, a Seara *nem por isso transigia com a medíocre demagogia antibolchevista dos sectores plutocráticos, que reconhecia interessada na conservação dos interesses reaccionários. «Havendo uma verdadeira revolução a fazer, ainda ninguém conseguiu impor ao país a consciência dessa necessidade; e a aspiração de justiça, de honradez política, de nobre idealismo que fez a República, já é apontada aos ódios da gente ordeira como manifestações de bolchevismo. Não há um discurso de chefe político no tempo da propaganda (seja ele António José, Bernardino Machado, Brito Camacho ou Afonso Costa) que, reproduzido hoje, não soasse aos ouvidos da maioria dos dirigentes como uma arenga comunista – tão anti-idealista, tão reaccionária é a sua mentalidade e a própria atmosfera que respira» (cfr. 2.13).*

Nunca aliás o antibolchevismo conduziu a uma atitude agressiva perante a Rússia revolucionária. Repetiram-se as intervenções contra o bloqueio, de que se destacam os apelos de Raul Brandão (11.02) e de Raul Proença (11.04). Nem faltou o reconhecimento da obra de Lenine: «Deu ao mundo a primeira realização socialista, imperfeita e poderosa como um esboço de titã» (cfr. 11.05). E também não foi poupado aplauso aos intervencionistas de Viena quando tentaram reunir a Internacional vermelha e a social democrata (cfr. 11.03). Nem Raul Proença se inibia de escrever, em 1926: «O bolchevismo é violento, agressivo. criminal, antidemocrático, nos métodos e na expressão, uma coisa a proscrever da correcta atitude social do homem de hoje. Mas ao menos esses levaram a educação do povo a uma altura que nunca o cesarismo atingiu; quer dizer, a obra pedagógica que tem criado (e que é formidável)

Slhi

contém em si mesma os gérmens da sua própria destruição como regime – e com ele, necessàriamente, os gérmens da Sociedade Futura» (cfr. 10.02).

No plano europeu, as simpatias pareciam orientar-se para o trabalhismo. Da sua próxima ascensão ao poder, esperava Câmara Reys a transformação, «de um momento para o outro», do «império britânico numa esplêndida realização socialista, em que a cooperação das classes, a harmonia dos interesses opostos, a consulta livre da opinião pública e a organização dos trabalhadores, esboçassem finalmente na Terra, ainda que por uma maneira muito imperfeita, aquela sociedade sonhada há muito pelos utopistas e pelos profetas» (cfr. 11.01). A cooperação das classes, a harmonia dos interesses opostos – tais eram alguns dos ideais que, coerentemente com a concepção do grupo, se deviam esperar do socialismo. Por outro lado, «a Inglaterra é o país do realismo político – e ali está talvez a encontrar-se o figurino socialista que, como outrora o constitucionalista, venha a ser arremedado por meio mundo» (cfr. 11.06) prosseguia Câmara Reys após o acesso do trabalhismo ao poder. Mas que o senso crítico e o espírito problemático também aqui não desamparavam os «seareiros» prova-o a caricatura que apresenta o leader *trabalhista Mac-Donald tornado primeiro-ministro, «errando vacilante, entre as fábricas, onde os operários sofrem, e os palácios dos ricos» (cfr. 11.07). É certo que a caricatura foi retirada dos* Izvestia, *de Moscovo; porém o motivo da sua reprodução terá provàvelmente algo a ver com a dificuldade de conciliar as classes e harmonizar os interesses opostos. Conciliação que aliás não dispensaria a luta aberta, embora não sob forma revolucionária insurreccional, entre o proletariado e a burguesia. Em 1926, a greve geral britânica era saudada como «um dos episódios mais formidáveis do choque entre o mundo antigo e a sociedade nova». Confiante no êxito da via britânica trabalhista para o socialismo, previa: «A Inglaterra vai talvez encontrar, como outrora para o constitucionalismo, a fórmula política que, no campo intermédio da ditadura russa e do fascismo, sirva de figurino aos outros povos. (...) As gerações que presenciaram a grande guerra vão*

Slhi

assistir, porventura, à alvorada dum mundo novo, colorida estranhamente com laivos de esperança e de sangue» (cfr. 11.11).

O internacionalismo é outra constante da posição seareira. Em suas implicações pacifistas – «uma consciência internacional bastante forte para não permitir novas lutas fratricidas» (cfr. 1.01) – como no que respeita a emancipação dos povos: «O princípio das nacionalidades por toda a parte se exacerba e triunfa. Os kemalistas acossam os gregos; a Índia revolta-se; a Irlanda fala à Inglaterra quase como nação independente; os marroquinos levantam dezenas de milhares de homens contra a antipática colonização da Espanha. No viveiro das aspirações humanas esboçam-se formas mais belas de fraternidade. O Congresso Pan-Africano (...) marca o despertar, para a vida política e social, do Continente Negro» (cfr. 11.01) – escrevia Câmara Reys sublinhando ainda a presença de um colaborador da Seara, *o distinto médico José de Magalhães, membro da* Liga Africana *e crítico literário, no referido congresso. A propósito da guerra do Riff, observava: «Não é por acaso que os fogachos da independência se estão erguendo pelo mundo inteiro, no Riff, no Egipto, na Síria, na Índia, na China. Julgaram que as palavras Direito e Justiça se podiam pronunciar, durante anos, sem acordar um eco, de polo a polo» (cfr. 11.09). E convém não esquecer que a* Seara *acolheu a colaboração de goeses simpatizantes de Gandhi: Cordato de Noronha, Constâncio de Mascarenhas, Constantino dos Santos.*

Analisando, já em agosto de 1926, o problema dos Estados Unidos da Europa, Rodrigues Miguéis contrapunha à panaceia da queda das fronteiras um internacionalismo assente no desaparecimento dos blocos e na solidariedade dos povos: «A ideia justa é a da mais larga e profunda união dos povos, das camadas sociais interessadas na paz do mundo, no progresso, na política de igualdade e segurança mútua – a ideia mãe da Liga das Nações. Por isso mesmo, é indispensável a maior liberdade aos povos, essa liberdade que a formação dos grandes blocos prejudica. A guerra europeia deu a muitas nações a ansiada liberdade – para que se unam e aliem como entendam melhor. Para que o mapa-mundo se aproxime da unidade de cor,

Slhi

é preciso que os continentes não se vejam repartidos nas quatro ou cinco manchas das grandes potências, mas que se dividam em mil cores diferentes. O fraccionamento dos Estados, que parece uma fraqueza, trará para os povos a fecunda solidariedade que é a verdadeira força» (cfr. 11.12). Mais concretamente o próprio Rodrigues Miguéis salientara já, a propósito de um incidente de pesca na barra do Guadiana, que a verdadeira paz se firma nas «manifestações de vontade das grandes massas do trabalho, da sua solidariedade, da sua força, da sua inteligência» (cfr. 10.09).

Deve ainda recordar-se que os mais representativos escritores do grupo seareiro, do velho Raul Brandão ao jovem Rodrigues Miguéis passando por Aquilino Ribeiro, deixaram na revista páginas de frontal denúncia das opressões sociais. Logo no primeiro número, Raul Brandão, que à Seara *daria várias páginas de memórias e uma primeira versão de* A morte do palhaço, *se apresentava com umas* Sombras humildes *que alertavam: «A aldeia que eu conheço é uma aldeia trágica. A aldeia de Júlio Diniz nunca existiu: é a saudade da vida e mais nada. (...) O homem do campo não tem pão para todo o ano e são raros os que passam de caldo e pão. Tenho entrado em muitas destas casas: são pocilgas com as enxergas pôdres (...) O lavrador, por um hábito secular, entrega ao senhorio, no fim de cada ano, quase tudo o que a terra lhe produz». Solução? Proclamava-a também com o radicalismo da sua voz angustiada, largamente excedendo as posições dos seareiros doutrinários e políticos: «A terra é de quem a cultiva» (cfr. 15.01). Por seu turno, a concluir a* Crónica deselegante da minha aldeia, *Aquilino Ribeiro não continha uma exclamação: «Minha aldeia, pobre célula viva desta terra malfadada, triste, esquecida de todos que não seja o fisco e o letrado da vila, indiferente ao Terreiro do Paço, a quem de resto alimenta, mais aos catitas, às sécias, aos pedantes das letras e das artes, e às ratinhas sábias que apertam o nariz ao cheiro dos teus tojos, minha aldeia bárbara, espelho perfeito da Idade Média rural, a tua ignorância, a tua rudeza são bem escusáveis!» (cfr. 15.02). E no limiar da sua obra de novelista, Rodrigues Miguéis narrava, em* Noite infinita

Slhi

(ver 15.03), o natal de um mendigo de sete anos, fascinado pelas montras festivas de Lisboa, repentinamente confrontado com a notícia da morte da madrasta, última pessoa que lhe restava; depois vencido pelo sono e pelo desamparo, afoga-se entre os coloridos fulgores de luz espelhados no Tejo.

No período considerado, os estudos de natureza filosófica e histórica não encontram a representação que mais tarde vieram a conquistar. Mesmo assim foram publicados alguns de assinalável importância. Pelas páginas da Seara *tem de passar quem queira conhecer a formação da teoria sergiana da razão e o ponto de partida das investigações históricas de Cortesão.*

Polemizando com Carlos Malheiro Dias e Martinho Nobre de Mello, Sérgio deixa claro que o seu conceito de razão é simultâneamente epistemológico e moral. «Chama-se racionalismo a doutrina que sustenta a irredutibilidade da razão à percepção sensível, isto é, a impossibilidade de, só com a percepção sensível, arquitectar a vida mental; ou ainda: a que afirma a existência no nosso espírito de uma actividade ordenadora, superior à percepção sensível. (...) É esta (a razão) um ideal de harmonia interna, que busca a paz, a justiça e o progresso (essencialmente) pelo trabalho do espírito sobre si próprio, pela faina de concentração, pela íntima disciplina da consciência individual; que reconhece a influência dos factores externos, mas como meios dos factores internos; que afirma a necessidade fundamental do domínio das paixões: e por isso condena simultâneamente, já os homens que tudo esperam dos progressos exteriores (os mecanicistas), já aqueles que tudo esperam da expansão sentimental (os românticos)» (cfr. 12.03). «Donde vem para a consciência a imposição da ideia moral? Da própria natureza da consciência, onde sinto a formulação de um dever ser. *Ao examinar a consciência, encontro nela irredutìvelmente a formulação de um* deve ser *(não só no campo da razão prática, mas também no da razão teórica); encontro a afirmação de certos valores, ligados à busca da Unidade, à propensão para o Universal. Sinto-me em suma um ser da Razão» (cfr. 12.04). Tudo se passa, nessa concepção, como se a ordenação teórica dos*

Slhi

conhecimentos e a ordenação prática das acções fossem obra de um mesmo e único princípio ordenador e unificante: a razão. Apresentada inicialmente no ensaio Educação e Filosofia *(em* Ensaios, I*), a tese não era nova no pensamento de Sérgio; importa contudo chamar sobre ela a atenção pela importância que revestiria na obra do filósofo e pelo desenvolvimento que viria a conhecer na sua colaboração seareira dos anos trinta. Pode dizer-se que assinala a convergência de dois aspectos essenciais do sergismo filosófico: o idealismo crítico de feição neo-kantiana e o moralismo apriorista em que assentava a doutrinação pedagógica e assentaria a pregação cooperativista.*

Elaborado em consonância com o volume A expedição de Pedro Álvares Cabral e o descobrimento do Brasil *(1922), primeira obra histórica de Jaime Cortesão, o estudo* A expedição de Pedro Álvares Cabral e a família dos Marchioni *(ver 13.01) assinala a importância das relações comerciais, concebidas em sua dimensão internacional, na preparação das viagens portuguesas de descobrimento. É patente a convergência metodológica entre esse estudo e o de Sérgio sobre* A conquista de Ceuta, *pouco antes publicado (*Ensaios I*). E não deixa de vir a propósito registar a posição teórica definida por Cortesão no volume referido: «Pretende o materialismo histórico explicar pelos factos económicos toda a história humana. Segundo essa escola filosófica, são as necessidades de ordem material e os meios inventados para as satisfazer que originam e transformam as instituições sociais. No pólo oposto, supõe a concepção idealista que a humanidade traz em si uma ideia prévia de justiça e de direito e se move num caminho progressivo de civilização, não pela transformação mecânica dos modos de produção mas sob a influência daquele ideal. Pensamos, à maneira de tantos, que as duas concepções se podem e devem conciliar. Se a organização económica da sociedade influi poderosamente na sua concepção moral e direcção geral da sua vida, não é menos verdade que os sentimentos e as ideias generosas são igualmente factores da história humana» (2.ª ed. (1967), pags. 171-172).*

Sublinhe-se, finalmente, a atenção prestada pela Seara *aos come-*

SIhi

timentos da aviação. Não só a viagem de Gago Coutinho e Sacadura Cabral foi assinalada pela publicação de um número especial, em que Cortesão saudava Os novos lusíadas *(ver 2.07) e pouco depois por um poema de Augusto Casimiro:* Cântico sobre o abismo *(ver 15.04). O vôo Vila Nova de Milfontes-Macau empreendido por Sarmento de Beires e Brito Pais foi acompanhado da edição pela* Seara *de* Sinfonia do vento, *versos de Sarmento de Beires, ilustrado por José Tagarro, livro sobre o qual a revista reuniu um vasto conjunto de depoimentos subscritos por figuras de grande relevo literário. A partir de 1925 Sarmento de Beires deu à revista assídua colaboração sobre problemas da aeronáutica publicando mesmo um estudo sobre* A aviação na vida moderna *(ver 16.01) a que não é difícil reconhecer um evidente valor histórico.*

IV

Do conjunto de medidas reformadoras que o primeiro grupo seareiro preconizou para a transformação da sociedade portuguesa há cinquenta anos, não interessa aqui reter senão as ideias norteadoras para melhor entender o Programa mínimo de salvação nacional *(ver 3.02) ou a* Carta aberta ao Presidente da República *(ver 3.03). Um trabalho minucioso nesse domínio não só exigiria aturada investigação no que diz respeito às ideias então dominantes, às adoptadas pelos diversos sectores políticos e pelos governos mais representativos, às perfilhadas pelos especialistas e publicistas de maior nomeada, mas suporia, para se tornar plenamente inteligível, um conhecimento da conjuntura histórica nos diversos aspectos. Evite-se, pois, o pormenor para, concentrando a atenção nas grandes linhas, se adiantar um pouco mais na determinação da posição doutrinária da* Seara *no período 1921-1926.*

O Programa mínimo *esclarece sobre as traves mestras do reformismo seareiro: «Há que mudar, por uma questão de vida ou de morte, de métodos políticos. A República tem-se caracterizado até*

Slhi

hoje pela violenta combatividade nos domínios da religião e da política, e pela inércia na economia e na finança; o grupo Seara Nova *entende que chegou o momento de seguir por caminhos inteiramente opostos, isto é, pela tolerância em religião e em política, e pela intensa actividade reformadora na estrutura económico-social e na finança. Assim ele julga propôr-se uma mais completa realização da democracia e uma mais segura defesa da República. E como entende que o bem-estar económico dum país vale sobretudo por favorecer a cultura e a civilização, não sendo a prosperidade material um fim em si mesmo, mas um meio para atingir os mais altos fins, que são os espirituais; e como fia sobretudo a salvação definitiva de Portugal do melhoramento físico e mental das novas gerações, o grupo* Seara Nova *liga uma importância máxima ao problema da educação, que, com o económico e o financeiro, formam as partes fundamentais do seu programa de realizações políticas» (cfr. 3.02).*

Importa pois começar por conhecer as linhas gerais do pensamento pedagógico e económico da Seara. *A prioridade relativa de cada um dos termos do binómio – educação ou economia – provocou, logo nos primeiros números, uma pequena polémica entre Proença (que sustentava a prioridade da educação em geral) e Ezequiel de Campos (que tinha por prévio o incremento do trabalho produtivo e da educação profissional). Cortesão resumiria o problema escrevendo: «O que urge é educar para e pelo trabalho, produzir para educar e pela educação. A resolução dos dois mais graves problemas – o educativo e o económico – faz-se concomitantemente» (cfr. 3.01). E na* Carta aberta *o grupo afirmaria: «São causadores da nossa crise certos defeitos muito graves no arranjo económico da grei e na educação que tem recebido. No combate a essa crise não é possível dar preferência a um qualquer de tais factores: porque, se a formação social é o elemento básico da educação, a educação, por sua vez, é o factor de mais importância na formação social de todos nós» (cfr. 3.03).*

Desde o lançamento da revista, Faria de Vasconcelos foi encarregado de expôr o programa pedagógico do grupo. Cumpriu a incum-

SIhi

bência iniciando a publicação de uma série, não concluida, intitulada Bases para a solução dos problemas da educação nacional *(ver 4.01).*

Preconiza, em primeiro lugar, que as reformas a introduzir nesse domínio sejam planeadas e executadas experimentalmente evitando aplicar-se em globo o que não foi ensaiado em pequena escala: princípio obrigatório da consulta prévia aos organismos competentes, organização de um serviço de inquéritos escolares, criação de escolas-modelo, possibilidade de cada escola constituir no seu seio uma secção experimental de reformas e iniciativas.

Ao problema de formação de professores é dedicada especial atenção, declarando o autor, que passou no estrangeiro grande parte da vida, serem excelentes as virtualidades nacionais. Exigia-se contudo, para seu cabal aproveitamento, uma reorganização das escolas normais, a prática de um estágio no estrangeiro para aperfeiçoamento e complemento de estudos, o contrato de professores no estrangeiro, o estímulo à acção e trabalho dos professores, o intercâmbio de professores.

Não menos fundamental se reconhece ser a organização das instituições escolares e dos serviços técnicos e administrativos, sem a qual se frustrariam as possibilidades de actuação dos mais competentes e dedicados professores. Haveria que assegurar a «neutralização política» do Ministério da Educação por tempo suficiente para a execução de reformas com a necessária unidade de critério, dotar a organização escolar de uma direcção superior colegial e amplamente representativa (Conselho Superior de Educação Nacional), remodelar os serviços administrativos do ministério, assegurar um serviço de inspecção eficaz e descentralizar a administração escolar.

Quanto a recursos financeiros, propõe-se a criação de um tesouro próprio da Educação Nacional constituido por taxas percentuais fixas incidindo sobre diversos sectores da actividade fiscal.

Os ideais pedagógicos a que deveria subordinar-se a actividade escolar foram sobretudo tratados por António Sérgio. Era constante a insistência no carácter dinâmico da aprendizagem, no valor da experiência adquirida e na desvalia da acumulação de conhecimentos,

Slhi

na finalidade activa, prática, da cultura intelectual, no papel formativo do trabalho manual (ver 4.03 e 4.04). No plano político, Sérgio revelava-se sobretudo sensível à conveniência de na escola se fazer a aprendizagem de hábitos democráticoa que reforçariam na prática a ordem institucional vigente. «O que importa é fazer da própria escola, do conjunto dos estudantes, uma sociedade democrática» – acentuava Sérgio, reafirmando os seus pontos de vista sobre educação cívica («os alunos de uma escola podem organizar-se sob a forma de democracia, elegendo os seus magistrados e habituando-se assim a proceder republicanamente») e recomendando a necessidade de «dificultar o acesso das altas carreiras universitárias aos filhos dos ricos que não têm capacidade para os mais difíceis trabalhos da ciência e da literatura» e de «facilitar esse acesso aos filhos dos pobres que nasceram com talento» (cfr. 4.03). O Programa mínimo *preconiza a gratuitidade do ensino primário e secundário, a «concessão de bolsas de estudo para o ensino superior aos indivíduos de maior capacidade que não estejam em condições de sustentar-se pelos seus recursos» e a «organização eficaz de obras de assistência escolar».*

No que respeita a reorganização dos diversos graus de ensino, podem consultar-se os respectivos tópicos no Programa mínimo. *Faria de Vasconcelos propunha-se desenvolver o assunto nas* Bases, *começando pelos jardins de infância para concluir na universidade. De facto, ocupou-se apenas da educação infantil (1). Os problemas relativos aos restantes graus de organização escolar foram contudo debatidos na revista em diversas ocasiões, mas sempre de modo parcelar, por homens como Aurélio Quintanilha, Luís Simões Raposo, Alberto Pessoa, Jaime Cortesão, Raul Proença, Câmara Reys, Ferreira de Macedo, Mário de Castro, José Rodrigues Miguéis, Manuel Mendes, Sílvio de Lima, Vitorino Nemésio e outros, além de Faria de Vasconcelos e António Sérgio.*

A inquietação pedagógica dos seareiros, aliás em si mesma nada

---

(1) Pela mesma altura saiu, pela departamento editorial, o primeiro volume de Programas escolares *(1921).*

Slhi

excepcional no ambiente cultural de então, transitou da ordem programática à tentativa de actuação prática a nível oficial pelo menos em duas circunstâncias: quando Faria de Vasconcelos e António Sérgio colaboraram activamente no projecto de reforma de João Camoesas e quando António Sérgio ocupou o lugar de ministro (ver 4.02).

De sublinhar também a estreita colaboração da Seara *com a* Universidade Popular *e a* Universidade Livre, *coerentemente subordinada ao ideal de promover a formação de elites nas mais vastas camadas da população como premissa do amplo movimento de opinião consciente sem a qual baldadas seriam todas as tentativas de ressurgimento nacional. Como explica Ferreira de Macedo, o ideal da educação popular outro não era senão o da «educação dos adultos de todas as classes sociais, a educação da massa geral da nação» ou «a educação social da nação» (cfr. 4.05).*

No terreno económico foi Ezequiel de Campos a grande figura doutrinária do primeiro período seareiro. A sua visão histórica e estrutural do problema económico português vem resumida no discurso que pronunciou no quarto aniversário da Seara: «*Dominado o sarraceno do Douro até ao mar do Algarve, fomos, depois da ida a Ceuta, explorá-lo ao norte de África. Daqui entramos no gozo dos achados orientais. Dissipados os* fumos *da Índia com o afundamento das naus apodrecidas, descobrimos o ouro e as pedrarias do Brasil. Perdido este, fizemos a almoeda dos bens nacionais; desperdiçamos os empréstimos externos e internos com o fontismo. Terminado este, iniciamos a exportação sistemática do melhor crescimento da nossa população, na Europa e na África, saldando assim o nosso desequilíbrio económico, e somando à dívida consolidada os* deficits *anuais do Orçamento. – Quando estava a esgotar-se toda a riqueza, e a minguar a gente para a exportação, surge a Grande Guerra, que nos faculta novos empréstimos, nova dissipação em agravamento do parasitismo; e, estancados aqueles, nos encaminha para o desbarato da riqueza amealhada com os montões de escudos enganadores de prosperidade» (cfr. 5.03).*

Slhi

Agravada pela guerra, a tradicional questão financeira – contas públicas deficitárias, dívida pública agravada, inflação crescente – constituia tema dos mais acerbos e dramáticos debates, encontrando-se frequentemente na origem de crises ministeriais. Nas páginas da Seara, *Quirino de Jesus acompanhou com regularidade os problemas financeiros emitindo sobre eles opiniões que, provàvelmente, os directores da revista não dominavam inteiramente. Desde o seu primeiro artigo* – O abismo económico e financeiro – *(ver 5.02) reconhecia contudo claramente que a raiz do mal era económica, sustentando que mais grave problema do que travar a tendência para a bancarrota era o de fomentar a produção agrícola e a actividade produtiva em geral, sem esquecer uma mais justa tributação. Tal foi também o ponto de vista de Ezequiel de Campos que, na série* O problema português *(ver preâmbulo em 5.01), logo desenvolvida no primeiro volume de* Lázaro!, *apresentava os «traços gerais da reorganização económica». A questão financeira e o problema das subsistências, outra das raízes do drama político, resolver-se-iam pela redução da actividade parasitária e pelo estímulo a novos sectores da actividade produtiva.*

A redução da actividade parasitária realizar-se-ia pela disciplina do funcionamento de tabernas, cervejarias e cafés; pela proibição do jogo; por um travão à construção urbana e ao trabalho de oficinas anti-higiénicas ou de laboração deficiente; pelo combate à vadiagem e pelo aproveitamento dos condenados; pelo corte nas despesas militares e burocráticas; pela eliminação das actividades prejudiciais; pela orientação dos capitais públicos e particulares para a valorização da agricultura, da indústria e do comércio.

Como estímulo a novos sectores de actividade produtiva, encarava as seguintes linhas gerais de actuação:

Na agricultura, a intensificação do povoamento e uma melhor utilização da terra, a remodelação da contribuição predial rústica e a modernização da técnica agrícola. Dos três factores, o mais detidamente analisado foi o primeiro, preconizando Ezequiel de Campos a partilha em lotes de família e o povoamento de certas

SIhi

terras (obtidas quer por expropriação em regiões de fraca densidade populacional, quer através de um mecanismo fiscal, quer pela opção do Estado na venda em hasta pública) e tractos agrícolas das matas do Estado, a execução de obras de rega de interesse local e regional e povoamento das terras irrigáveis, a arborização de encostas no norte do país. Assim esperava conseguir a fixação no país de muita gente que, de outro modo, emigraria, bem como promover a valorização do solo nacional.

Na indústria, essencialmente a utilização da energia hidroeléctrica, para que na prática directamente trabalhava e pela qual muitos anos lutaria. Mas também o aproveitamento de sucatas e fabrico de máquinas agrícolas, a instalação de modernos estaleiros navais, a protecção de certos ramos designadamente adubos azotados, linho, seda, papel, cortiça, açúcar, beterraba, secagem de fruta e produtos agrícolas.

No comércio, o melhoramento da marinha mercante, dos caminhos de ferro, de estradas, dos portos de mar e de navegação comercial, a revisão de pautas alfandegárias, a reserva de «recursos naturais mais valiosos para o labor português», a organização dos abastecimentos de géneros fundamentais.

Tais propostas, retomadas no Programa mínimo de salvação nacional, *relevam de uma óptica claramente desenvolvimentista, a que Sérgio chamava «política de fixação», e inserem-se na continuidade do «programa velho» (como lhe chamou Vieira de Campos) dos economistas do século XVII antologiados pelo próprio Sérgio. Deve ainda sublinhar-se a preocupação pelos problemas da estrutura agrária, mesmo se concretizada em medidas tímidas, como as que vieram a ser apresentadas em 1925 pelo ministro Ezequiel de Campos na* Proposta de lei de organização rural, *que ainda assim encontrou resistências inultrapassáveis. Assinale-se,contudo, ser essa, desde as leis de Mousinho da Silveira, a única proposta de lei elaborada com o objectivo de corrigir os seculares vícios da nossa estrutura agrária, e recorde-se, para nos confinarmos ao domínio das iniciativas oficiais, que só dois projectos de lei, igual-*

SIhi

mente vencidos, foram apresentados nesse sentido: o Projecto de lei de fomento rural *de Oliveira Martins em 1887 e o* Projecto de lei de utilização dos terrenos incultos *de Ezequiel de Campos em 1911(1). Recorde-se que o então mais destacado teórico da reforma agrária, Basílio Teles, tendo embora sido figura proeminente na propaganda republicana e dirigente do partido nessa fase, sempre se recusou a participar no governo.*

Situando a problemática colonial no conjunto dos problemas nacionais, declarou Ezequiel de Campos no já citado discurso: «Foi a colonização portuguesa inoculada pelo vírus da exploração oriental, não tendo jamais apreendido, como norma geral, cuidado honesto e científico da valorização das gentes indígenas e dos recursos naturais, alguns de tão simples aproveitamento, para consolidação do nosso vastíssimo e, potencialmente, tão rico território de Além-Mar, segundo a utilização efectiva, *como resolvido na conferência de Berlim, de 1885, em complemento dos direitos históricos» (cfr. 5.03). Já nessa altura era bem visível que o subdesenvolvimento da metrópole se completava de modo coerente mediante uma primaríssima exploração das colónias, ambos legìtimamente irmanados no interior de uma única estrutura parasitária. Tendo constituido e continuando a constituir factor de estagnação da sociedade portuguesa, a exploração das colónias era, por seu turno, afectada por aquela mesma estagnação. Porque havia vastíssimos espaços para explorar «à oriental», não era necessário caminhar no país «à ocidental», resultando o enfraquecimento do colonizador em reforço da inutilidade da colonização. Continuando a viver-se à custa de um círculo vicioso parasitário cada vez necessàriamente mais estreito, não só se persistia no caminho, posteriormente facilitado, que conduziu*

---

(1) Para conhecer o pensamento de Ezequiel de Campos em matéria de estrutura agrária, ler A revolução e a evolução agrária *(1918) e* Lázaro! *(1922). Sobre a proposta de lei de 1925, consultar Henrique de Barros* – Economia Agrária, *vol. III, Lisboa, 1954, págs. 425-435.*

Slhi

à ruína do país, mas debilitava-se a própria presença colonial, largamente vulnerável na competição, ora intensa, das nações colonizadoras. Desde o último quartel do século XIX, a penetração britânica e alemã na África Austral projectava importante ameaça sobre a soberania portuguesa nessa região. Nem esta conseguia fundamentar-se na efectiva ocupação dos territórios, exigida desde 1884 pelo Tratado de Berlim.

Combater tal «perigo», de evidente raiz colonialista – inútil sublinhar que à data não havia movimentos representativos lutando pela independência nas colónias portuguesas –, foi preocupação central dos seareiros no capítulo política colonial. Para tanto o grupo preconizava, desde o Programa mínimo, *a «nacionalização efectiva do território, população, agricultura e comércio das províncias ultramarinas». O problema das colónias veio a ser retomado em número especial, saído em janeiro de 1926, sob a orientação de Jaime Cortesão. Em síntese, pode dizer-se que o grupo seareiro pretendia romper o círculo vicioso do parasitismo, abrindo, quer na metrópole quer nas colónias, vias de desenvolvimento económico, social e cultural: «dilatar a ocupação económica multiplicando os instrumentos de civilização mecânica e espiritual e iniciando um programa de colonização em Angola e Moçambique» (cfr. 6.03). Em alguns escritos, transparece mesmo a ideia de que importava promover o desenvolvimento da metrópole enquanto subsistissem colónias sob tutela portuguesa.*

*Deve ainda sublinhar-se a atenção crítica de que a revista dava provas ao denunciar a dominação do Banco Nacional Ultramarino sobre as colónias (ver 6.01) e o modo pelo qual era acentuada a extensão dos deveres assumidos perante os povos coloniais: «*A Seara Nova *entende que Portugal deve aos indígenas dos seus domínios ultramarinos a protecção mais eficaz e um esforço contínuo de assistência no sentido duma crescente civilização. E pensa que só com essa condição lhe será lícito manter a soberania sobre os seus vastos territórios» (cfr. 6.02).*

Slhi

Conhece-se a oposição seareira à quartelada insurreccional. Coerente com essa constante da sua atitude cívica, o grupo procurou, pela reforma das forças armadas, debelar uma das causas endógenas de males que tão frontalmente combatia.

«Combatemos em França contra o militarismo, para no regresso estadearmos uma organização militar que absorve por si só a quase totalidade das receitas do Estado» (cfr. 1.05) – observava Jaime Cortesão com a autoridade inerente ao heroismo da sua voluntária intervenção na guerra. Com efeito, o peso burocrático acentuara-se consideràvelmente no sector das forças armadas. Sebastião da Costa, oficial da marinha, propunha que o Estado «aproveitasse em obras de fomento nacional todos os militares absolutamente dispensáveis ao seu serviço e todos os burocratas excedentes nas secretarias», concedesse licença ilimitada a todos os requerentes, facilitasse a reforma, fechasse as escolas militares por dez anos e encerrasse alguns quartéis (cfr. 7.01). E um dos oficiais que, aliás após um feito político de vulto, trocaram as fileiras pela actividade produtiva, Sarmento Pimentel, sustentava, por um lado, a necessidade de neutralizar politicamente o exército – «é preciso organizar a força pública, remodelar todos os serviços dando-lhes coesão, ordem, prestígio, autoridade, separando as missões que a cada um dos seus elementos constitutivos pertence, tirando do seu seio a política neste sentido reles em que ela vem exercendo a sua acção perniciosa» (cfr. 7.02) –, por outro, a urgência de «modificar radicalmente a base da organização para a Nação Armada, *incutindo no espírito dos novos os deveres e direitos de cidadãos conscientes» e fazendo «nas escolas a primeira propaganda» (cfr. 7.03), ou seja, reformando a instrução militar em sentido democrático. Era uma ferida em que os seareiros – que aliás não depreciavam os problemas técnicos de defessa nacional como demonstram os artigos não só dos autores citados mas ainda de Sarmento de Beires, de Ribeiro de Carvalho e de Fernandes Duarte – punham lùcidamente o dedo. E de tal modo que o regime que veio depois fez exactamente o contrário: reforçou*

Slhi

o poder da tropa, ampliou o corpo das forças armadas, politizou-o ainda mais, depurando-o, embora violentamente, de todos os discordantes.

Pretendendo extirpar do corpo da República o cancro militarista que o minava, tentava igualmente a Seara *desvinculá-la da atitude anticatólica, que dia a dia alimentava o surto de um clericalismo cada vez mais extremista e ofensivo das instituições republicanas. A questão religiosa fora, de facto, uma das grandes manifestações, senão a maior, do antagonismo entre o espírito republicano e o velho mundo, sinal, provàvelmente, de que a sociedade portuguesa vivia ainda um estado teológico.* A Seara *situa-se abertamente para além quer do embate histórico que recebeu o nome de «questão religiosa» quer do melindre teologal que movia os religiosos e os irreligiosos do tempo.*

«Continuaremos a manter no problema político *da religião isto é, nas relações entre esta e o Estado (e seja qual for a atitude religiosa, a-religiosa ou anti-religiosa,* dentro da esfera das doutrinas filosóficas, *de cada um de nós) a mesma independência e respeito por todas as crenças, por todas as descrenças e por todas as afirmações adversas ao espírito da religião* – o que é justamente o contrário do proselitismo sectário, *que pretende instituir em modos de ser obrigatórios simples convicções pessoais. (...) Continuaremos a afirmar a independência da religião e da política. Há na* Seara Nova *quem seja religioso, a-religioso e anti-religioso (entendendo por este termo a concepção dos que consideram a atitude irreligiosa, não só como a única compatível com a ciência, mas como moralmente superior à religiosa). Mas nem os religiosos pretendem uma confissão do Estado, nem os a-religiosos o silêncio alheio, nem os anti-religiosos a transposição do seu irreligiosismo doutrinal em anti-religiosismo político,* porque tudo isso são formas diferentes da mesma tirania dogmática e da mesma invasão ilegítima do Estado nos domínios invioláveis da consciência» *(cfr. 1.11).*

Raul Proença, por exemplo, considerava a atitude ateista

SIhi

moralmente superior à religiosa. «A crença na inexistência de Deus e da vida eterna, com todas as sanções futuras que andam ligadas a essas duas ideias, seria por assim dizer a condição sine qua non *da moralidade pura». Mas recusando o ateísmo ingénuo do Sr. Homais, no fundo parente próximo do religiosismo bem pensante, Proença sublinha o aspecto de incerteza que condiciona toda tomada de posição no domínio religioso. Ser ateu ou crente é fazer uma «aposta» no «tabuleiro da metafísica». Por isso, a quantos consumiam suas energias num proselitismo que recorria ao poder do Estado como instrumento de facção, perguntava: «Porque eu jogo no par, hei-de exigir aos outros que não joguem no ímpar?» (cfr. 12.02).*

Na ordem jurídica e política, um crente não poderia legìtimamente ver os seus direitos de cidadania diminuidos por efeito da sua crença. A intervenção de António Sérgio no debate suscitado em torno da proposta de lei de Leonardo Coimbra, autorizando o ensino religioso em estabelecimentos particulares, é típica dessa atitude. Não interessava ao debate em curso a opinião de quem quer que fosse sobre o problema filosófico ou pedagógico da religião; a questão era ùnicamente jurídica e dizia respeito à liberdade dos particulares (neste caso escolas) no domínio de certas actividades complementares do ensino comum. Não estavam em causa os fundamentos metafísicos de uma crença religiosa nem as vantagens formativas da religião na ordem pedagógica, ùnicamente o direito dos cidadãos à liberdade de ensino e de opinião, sem prejuizo, que não haveria, da disciplina pedagógica, a que necessàriamente se submetiam todas as escolas privadas, religiosas ou não (ver 8.01). Na defesa dos direitos individuais dos cidadãos, neste caso dos crentes molestados pelas suas crenças, sempre os seareiros foram vigilantes, como provam as suas intervenções de protesto contra certos vexames que por vezes atingiam alguns hierarcas da Igreja.

Não confundir, porém, essa atitude com a de complacência diante da «bruteza», do «fanatismo», da «hipocrisia» do clericalismo ofensivo e reaccionário de gente como Nemo, director do jornal Época. *Tal complacência nunca existiu na* Seara, *como bem se*

Slhi

documenta num artigo de António Sérgio: Coisas do Demo no papel de Nemo *(ver 8.02).*

V

Um ponto carece, finalmente, de ser esclarecido. A atitude da Seara *perante as instituições republicanas tem dado aso a especulações que convém reduzir à sua dimensão própria.*

Sem conferir ao problema das instituições políticas o carácter de exclusividade que vários sectores lhe atribuiam (os monárquicos clamando pelo rei, certos republicanos preconizando o presidencialismo, muitos outros exigindo a ditadura), e mantendo-se inalteràvelmente fiel à República e ao respeito pelas liberdades democráticas, nem por isso a Seara *deixou de recomendar a introdução de reformas institucionais, admitindo mesmo, em certos momentos, a vantagem de uma experiência de uma governação excepcional.*

Embora considerando «extremamente defeituosa a organização actual dos partidos» e reconhecendo que «a República necessita para o seu regular funcionamento duma grande reforma de todos os seus poderes», Jaime Cortesão sustentava, ainda em 1921, «a impossibilidade de substituir ou alterar profundamente por agora todos esses organismos» e aconselhava a que se procurasse realizar o máximo e o melhor esforço com os quadros e as fórmulas existentes», não deixando, porém, de sublinhar que tal exigia que o «acordo dos partidos vá mais longe» (cfr. 3.01).

Em abril de 1922 diversa era já a atitude do grupo, como se verifica da leitura do Programa mínimo de salvação nacional: *«A experiência tem demonstrado que só um esforço prodigioso, realizado fora dos métodos parlamentares (que somos os primeiros a defender nas circunstâncias normais da vida política) poderá encarreirar o país no caminho da salvação. Trata-se duma obra tão larga e profunda, com tanta unidade e coesão, e tão pouco do agrado afinal dos que têm feito deste país simples logradouro dos seus*

Slhi

apetites, que só a continuidade de alguns meses dum poder forte e respeitado, constituído por verdadeiras competências, e com o apoio decidido da opinião pública, poderá assegurar o seu empreendimento». As condições necessárias à actuação de tal governo, extra-parlamentar, forte, competente, estável e voltado para uma obra de salvação nacional, só seriam contudo preenchidas quando «uma activa propaganda das nossas ideias acorde no país todos os elementos sãos e vigorosos».

Um Apelo à Nação, *subscrito cerca de um ano depois por um vasto elenco de personalidades políticas reunidas em torno da União Cívica, anunciava um «programa de governação extraordinária» que «deveria ser posto em execução por um* ministério nacional *que o Sr. Presidente da República, interpretando as sumas necessidades de Portugal e os maiores desejos do país, e conseguindo tréguas dos partidos, pudesse constituir em circunstâncias tão graves. É evidente que ele seria irrealizável e a salvação pública impossível, sem que um tal governo exercesse, durante certo período, poderes excepcionais e amplos. O melhor meio para isso consistiria em lhe serem concedidos estes pelo Congresso, com adiamento das sessões pelo prazo indispensável» (cfr. 9.01).*

Em conferência que, pela mesma ocasião, pronunciou para precisar os intuitos e métodos da União Cívica, António Sérgio, depois de sublinhar que toda a obra política exige a elaboração e propaganda das ideias renovadoras, a intervenção eficaz de uma força política que as apoie e finalmente a respectiva execução por políticos e técnicos, e depois de recordar os doutrinários que precederam Pombal e o tornaram possível, confessava: «Nós não temos, infelizmente, um Pombal a recomendar; mas não podemos esperar por ele. Arranjemo-nos com a prata da casa até que apareça o grande político» (cfr. 9.02). O apelo à governação excepcional completava-se, assim, no espírito de Sérgio, por um outro apelo: ao aparecimento de um novo Pombal, embora sem os defeitos do Pombal setecentista. Mas sempre recomendando que a inexistência do «grande político» não impedisse a prática das medidas que se fossem impondo, e que na

Slhi

ordem institucional passavam por um executivo dotado de amplos e excepcionais poderes que o Congresso, interrompendo por algum tempo as suas actividades, lhe conferisse. Nenhuma ilegalidade era proposta, ùnicamente uma suspensão provisória e voluntária da acção das instituições parlamentares.

Nesse espírito, o grupo Seara Nova *dirigia, meses depois, uma* Carta aberta *ao novo presidente da República, Teixeira Gomes, advogando a tese de uma governação excepcional. A profundidade e a rapidez das medidas necessárias «não se compadecem com a morosidade, com as resistências passivas de toda a ordem, do sistema parlamentar* tal como tem funcionado*»; «assentes as linhas gerais de um plano geral de reorganização» (a* Carta *continha um extenso programa governativo), tornava-se, por aquela razão, necessário formar um governo «com políticos de prestígio moral, que se vão buscar onde quer que estejam, assistidos dos técnicos mais competentes e seguros do acatamento e da disciplina da força armada». Não deixavam, contudo, os seareiros de advertir contra os perigos de uma ditadura militar, denunciando a ameaça de «um governo militar de inspiração reaccionária aliado às oligarquias» (cfr. 3.03).*

Distinção candente, já que muito se falava e nos anos seguintes mais se falaria de ditadura e suas miríficas virtudes. Os seareiros reconheciam a conveniência de que – após um amplo movimento de opinião e estabelecido um programa de acção de sentido renovador, democrático e oposto ao parasitismo e às oligarquias – o Congresso, visto o modo do seu funcionamento a todos se afigurar como incapaz, permitisse a um governo, formado por homens competentes e de reconhecida moralidade, a acumulação de poderes necessária à realização de aquele programa de democratização da vida social, sem o qual as instituições representativas difícilmente sairiam do impasse. Em quadrantes adversos desenhava-se claramente o propósito de, aproveitando o seu enfraquecimento, suprimir as instituições parlamentares como condição de uma segura caminhada para formas mais extremas e resguardadas de dominação oligárquica. E entre uma e outra tese outros, sem qualquer ideia, simples-

Slhi

mente acalentavam a panaceia da ditadura redentora porque ditadura.

«Se houvesse em Portugal mil, dois mil homens inteligentes, creio que seria muito difícil, se não impossível, o êxito formidável, digno dos deuses, que a ditadura indeterminada, a ditadura porque é ditadura(quia est verbum), *independente do carácter, das ideias, dos planos, dos processos, da moral dos ditadores, tem tido em Portugal nos tempos precipitados que vão correndo, aparvajados os bestuntos pelo prodígio romântico dos ditadores à Mussolini e à Primo Rivera. (...) A todos se ouve, e por toda a parte, como uma espécie de* scie, *um credo que teríamos sugado nas próprias tetas da ama, um padre-nosso de* conto do vigário *universal e isto de maneira imperiosa, como quem formula um axioma matemático ou um princípio da* razão pura: Só a ditadura nos poderá salvar. *Reparem os senhores (porque aí está o nó da questão) não se diz:* tal ditadura, *a ditadura de* tais *homens, a ditadura com* tal *finalidade e com* tais *processos, a ditadura apoiada em* tal *ou* tal *força nacional superior às classes, às casernas e aos partidos» – damava Raul Proença em 1924, denunciando o perigo que se avizinhava e profetizando o que em breve se iria passar.*

Qual ditadura? – tal era essencialmente o problema que Proença levantava aos espíritos atingidos de panaceia ditatorial. Excluia, com efeito, a hipótese da «boa ditadura» porque essa – que «decerto poderá vir um dia» – não virá «dum momento para o outro, de arranco, de surpresa, como a sorte grande do Natal». «Quando ela vier, se tiver de vir, já ninguém sentirá estranheza de maior, porque, antes de ter tomado conta do poder, tomou conta das almas», assente que «antes de governar no poder é preciso governar nos espíritos, antes de ser ditadores de política, condutores de almas». A outra, a ditadura possível na eventualidade, a ditadura para que se caminhava, ou «é a ditadura dos concussionários e dos incompetentes, ou a ditadura do Acaso, a aventura no Desconhecido, o grande salto no abismo em trevas».

SIhi

E como é inegável que as ideias exercem influência por si próprias, exclamava Raul Proença: «Estamos chocando, todos, mais ou menos, o grande aventureiro» (cfr. 9.03).

A questão levantou controvérsia nas próprias páginas da Seara. *Emílio Costa, situado do ponto de vista do anarco-sindicalismo, sustentava a tese de uma «ditadura revolucionária» que por nada seria destruída se actuasse no bom sentido e por nada seria mantida se caminhasse no mau. A sua força residiria na «massa enorme dos que se sentirem bem servidos por ela» e sua justificação no cumprimento, sem hesitações nem excessos, de um «programa bem estudado de reformas não muito numerosas mas que cavem fundo e revolvam bem a terra social e política, tornando impossível a volta às formas anteriores» (cfr. 9.07).*

E António Sérgio, depois da absolvição dos sublevados de 18 de abril, perguntava: «E nós? Desejaríamos nós uma ditadura? Porque não? Muitíssimo diversa, porém, da que os revolucionários nos poderiam dar; ditadura que se fizesse, não em benefício de uma classe mas em benefício da Nação; ditadura preparadora de uma verdadeira democracia, passagem sincera e reformativa para um regime de maior justiça – não passagem para mais sólida, mais estável, mais omnipotente oligarquia. Ditadura de reforma, lealíssima, que saiba o que quer e diga o que quer, que queira realmente aquilo que diz, e nos convença pela clara Ideia, antes de vencer pelo canhão» (cfr. 9.08).

Modalidades de ditadura como as concebidas por Emílio Costa ou António Sérgio, ambas de sentido avançado embora alicerçadas em divergentes posições ideológicas, eram precisamente a hipótese de que Raul Proença descria e que portanto recusava. Preconizar uma ditadura e uma revolução só poderia resultar «em proveito dos nossos adversários – de todos os que em Portugal pretendem consolidar o regime das oligarquias, destruir as liberdades, perseguir os republicanos, afogar todas as reivindicações da democracia, e por fim assegurar a manutenção do que já aqui chamei a «política dos negócios». Fazendo a propaganda da Revolução e da

Slhi

Ditadura, estamos a fortificar a causa que deveríamos combater. *Porque é de toda a evidência que, entre nós, no actual momento só há uma Revolução e uma Ditadura possível: é a Revolução e a Ditadura de Cunha Leal. Fazendo, pois, a propaganda da* nossa *ditadura, como ela neste momento é absolutamente inviável, o que estamos a fazer, com uma inabilidade que nos comove mas nos perde, é a propaganda da* única ditadura possível, *aquela que viria agravar enormemente os males nacionais, aquela precisamente que para nós é infinitamente pior do que o pior de todos os parlamentos do mundo. (...) Revolução e Ditadura são hoje a cocaína com que nos adormecemos – e a prancha que estendemos a todos os salteadores!» (cfr. 9.09).*

Os fundamentos do cepticismo de Proença verificar-se-iam cerca de meio ano depois de escritas estas palavras, quando o pronunciamento de Braga veio lançar os suportes do regime previsto no artigo, apenas com o agravamento de o próprio Cunha Leal ter sido, primeiro, excedido e, depois, abertamente expelido da caravana ditatorial. Especial autoridade lhe assistia, quando, a 10 de junho de 1926 e sob a epígrafe A ditadura militar, *Proença escrevia: «Ninguém nos meios influentes nos quis ouvir. Nem os do governo, nem os da oposição. (...) Quando os políticos dum país fecham assim os olhos às realidades, vem fazê-los abrir para ver as estrelas, a bota dum ditador. A bota que veio foi enorme – enorme e contundente. Tem dado pontapés em barda – nos políticos, nos militares e na lógica. (...) Dir-se-ia afinal que não é nem o Sr. Gomes da Costa nem o Sr. Cabeçadas nem o Sr. Carmona que nos governam: mas Tickè, a deusa do Acaso» (cfr. 2.27). Ainda a procissão ia no adro. Depois deixou de ser a deusa do Acaso a ditadora e personalizou-se a ditadura no deus da férrea Estagnação, na figura que para toda a história simbolizaria a tremenda aventura chocada diante dos olhos arrepiados de Proença.*

Atento à reforma da mentalidade dos partidos e à reforma geral dos hábitos políticos, Proença recusava também subscrever

Slhi

o lema rotativismo e estabilidade com o qual, e por si só, outros pretendiam emendar os desmandos da República. Rotativismo, quando os dois partidos – nacionalista e democrático – que «pretendem alternar-se no poder têm uma feição caracterìsticamente conservadora», quando o que se faria alternar no poder eram os «estômagos» e não as «tendências»? Estabilidade, para permanecerem no poder «bonzos incontestàvelmente estúpidos (com ofensa e sem favor), de inteligência empedernida por uma fossilização multi-secular»? Não, o empolamento dos partidos nacionalista e democrático e a respectiva rotação no poder não agradavam a Proença, que pelo contrário via nas pequenas formações partidárias as únicas forças capazes de tomar iniciativas reformadoras; nem à estabilidade em si reconhecia virtude autónoma. Nas tentativas de reorganizar a vida política pelo rotativismo das forças existentes e pela estabilidade dos governos que daí pudessem sair, não via Proença mais do que a realização da máxima «comer – mas devagar» e da cantiga «ora agora comes tu – ora agora como eu – comes tu mais eu» (cfr. 9.05). Nem Proença suspeitava, mesmo quando denunciava a aventura ditatorial com que o país se começava a narcotizar, de toda a catástrofe que a estabilidade pela estabilidade viria depois engendrar, como não suspeitava da monstruosa iniquidade que a simplificação do rotativismo em unipartidarismo faria estender sobre a terra portuguesa, estabilidade monolítica em cujo seio a máxima e a cantiga teriam, não aplicação sectorial ou inter-sectorial, mas ampliada concretização individual intra-sectorial. Comer muito mais, muitíssimo mais devagar e sempre em família. É que mesmo quando tomava a defensiva do pluralismo partidário (cfr. 9.12) perante um grupo de tradicional-fascistas, dificilmente Sérgio adivinharia toda a tragédia que se avizinhava sob o sectaríssimo slogan da negação dos partidos.

Atenção, finalmente, às propostas do grupo seareiro sobre um ponto candente: o da competência técnica na legislação e no governo.

O Programa mínimo *propõe, à cabeça: «Reforma da Constituição, de maneira a assegurar a representação das competências*

Slhi

técnicas ao lado das políticas e a garantir mais eficazmente a separação dos poderes». Sublinha-se a dupla finalidade da reforma constitucional preconizada, sabido que o problema da competência técnica em política era frequentemente voltado por reaccionários de diverso matiz contra o próprio princípio da separação dos poderes. Isso precisamente o que veio a acontecer no Estado Novo, que pràticamente apagou as funções do que seria a assembleia representativa em benefício quer do governo quer da câmara corporativa. Importa ter presente que nunca ilações dessa ordem foram tiradas pelo grupo seareiro, que nunca confundiu aproveitamento das competências técnicas com a supressão das estruturas democráticas do poder, por mais crítica que fosse a sua atitude diante das orientações políticas predominantes ao tempo.

No editorial do n.º 22 lê-se: «Continuaremos a aceitar como bons os métodos governativos da democracia, e portanto a intervenção da vontade geral da Nação, sob a forma de parlamento político, *nos actos de legislação e administração nacional, ainda que reconheçamos a necessidade de essa vontade ser esclarecida pela competência dos melhores, e de uma colaboração efectiva organizada entre os políticos e os representantes das profissões reunidas numa espécie de* parlamento técnico, *de missão esclarecedora e consultiva, com direitos de proposição, mas sem voto deliberador, pois o congresso político continuaria a ser o único órgão supremo do* contrôle *e da vontade nacional» (cfr. 1.11).*

E na Carta aberta *a Teixeira Gomes, esclarecia-se para que não ficassem dúvidas: «É necessária a reforma do actual regime parlamentar, cujos defeitos, hoje, ninguém de boa fé contesta já. Não preconizamos um parlamento técnico, substitutivo do parlamento político; desejamos porém ao parlamento político conceder o esteio de uma assembleia técnica» (cfr. 3.03).*

Alguns artigos de Rodrigues Miguéis desenvolvem a ideia de dotar o parlamento de um apoio técnico consultivo. Nesse sentido propunha a redução do Congresso a uma câmara única, pela eliminação do Senado, substituido por «uma instituição à qual

Slhi

coubesse sobretudo completar e apurar as leis vindas dos deputados, estudando-as através dos diferentes critérios técnicos e profissionais, analisando a sua aplicabilidade ou probabilidades de êxito, os seus efeitos políticos, sociais, económicos e educativos; uma câmara com larga iniciativa em matéria de finanças, de economia, de educação; em resumo um cérebro pensante ao lado do sentimento político representado pelos Deputados, em íntimo contacto com o poder executivo e as classes ou interesses sociais, inspirando e orientando aquele quanto à resolução de tantos casos intrincados da administração pública» (cfr. 9.04). A preocupação de reforçar o parlamentarismo, e não de o condenar ou suprimir, contém-se no próprio título do artigo que continua o precedente: Salvemos o parlamentarismo *(cfr. 9.10). A constituição de um conselho ou Câmara Orgânica Nacional não seria pretexto para alguém esmagar ou desvirtuar o sistema representativo mas suporte capaz de o salvar. Era uma das medidas de reforma constitucional preconizadas por Miguéis. Entre as outras contavam-se: direito de voto aos dezoito anos e eleição directa do Presidente da República (cfr. 10.08).*

No tocante à actividade governativa, Mário de Azevedo Gomes completava o sentido das teses desenvolvidas por José Rodrigues Miguéis recomendando que os governos, formados por votações parlamentares, «se fortaleçam com a colaboração proficiente de alguns elementos recrutados segundo o exclusivo critério da competência insofismável, que a todos se imponham, e que, transitando de governo para governo, não hajam que ser atingidos pelas contingências da vida parlamentar, e logrem, enfim, lançar os fundamentos de uma obra perdurável em benefício da Nação» (cfr. 9.06). [Era afinal uma generalização do que desde os primeiros números a Seara *propunha relativamente ao Ministério da Educação, pela voz autorizada de Faria de Vasconcelos (ver* Bases, *cap. II, § 6 in 4.01).]*

Azevedo Gomes poderia ter sido um desses ministros, na pasta da Agricultura. Um seu adversário político, Martinho Nobre de

de Mello, afirmou isso ou coisa semelhante em sessão de propaganda da Cruzada Nun'Álvares na Sociedade de Geografia: a capacidade técnica de Mário de Azevedo Gomes *não teria aproveitado ao país tanto quanto seria possível porque o regime parlamentar a isso opunha obstáculo. Resposta do visado: «Passagens dos dois discursos pronunciados pelos oradores da Cruzada na sessão a que me reporto trazem impressas, em meu juízo, um iniludível propósito de defender a introdução nesta hora, em Portugal, dos processos políticos que a Itália, com Mussolini, e a Espanha, com Primo de Rivera – cada um a seu modo – estão pondo em prática. (...) Temos pois, se não estou em erro, que V. Ex.ª só encontraria maneira de conseguirmos o apetecido governo* capaz e duradouro, *aquele governo de que o país absolutamente carece, na adoração de processos excepcionais* signés Mussolini lusitano! *Não foram a convulsão perigosa e o peso dos novos embaraços, vindo juntar-se aos muitos que já assinalam a crise portuguesa actual, e talvez que, como professor afeito, como V. Ex.ª, à prática do método experimental eu me atrevesse a apetecer a experiência... para lograr convencer através dela os propagandistas desse credo de que mal servem, apregoando-a, a Nação... cujo progresso, aliás, tanto ambicionam como eu próprio. Falaríamos então com o jogo à vista e com o apoio dos factos inegáveis... falaríamos* se nos deixassem; *que não é o regime cuja visão faz aquecer os cérebros e as mãos dos seus ouvintes entusiasmados da Sociedade de Geografia muito respeitador disto que se chama a* liberdade de opinião, *e que nos permite ainda agora neste país, apesar de quanto nos cerca, a V. Ex.ª e a mim, ir dizendo cada um aquilo que pensa e sente, como é condição essencial da própria dignidade humana! Não, decididamente; eu não creio nas virtudes do vosso resolutivo poderoso» (cfr. 9.11).*

A razão que assistia a Azevedo Gomes *para recusar a experiência pôde começar a comprovar-se poucos meses depois, quando o seu interlocutor foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros da Ditadura Militar. Comprovou-se, é claro, que a liberdade*

Slhi

de opinião desaparecia mas, para além disso, verificou-se quanto o culto da competência nos reaccionários é afinal uma frase especiosa para jogar contra a teoria democrática mas não para concretizar quando se monopoliza o poder. As páginas da Seara *puderam ainda assinalar a incongruente ministeriatura do «competentista» Martinho Nobre de Mello, rendido à conveniência política sectária de afastar pessoas competentes dos seus lugares na administração pública (cfr. 2.29). Depois, deixou mesmo de se poder falar disso na imprensa censurada, mas não se ignora quanto o exemplo de Martinho Nobre de Mello ecoou, profundo, no coração e no entendimento dos «competentes» ministros da Ditadura Militar e do Estado Novo. A lição que Azevedo Gomes previa, essa, tirou-se de facto e bem tràgicamente, mas, como ele também previu, não tem havido maneira de fazer prevalecer as suas lógicas consequências.*

VI

Os noventa e seis números publicados pela Seara *entre 1921 e 1926 assinalam, mesmo independentemente da posterior continuidade da revista, um dos mais notáveis movimentos de ideias que Portugal conheceu este século. Os apontamentos que antecedem, elaborados embora por um não-historiador, procuram ùnicamente dar uma panorâmica geral do corpo doutrinário e crítico que a revista desenvolveu na sua primeira fase. Ao alinhá-los, fez-se a experiência do carácter relativamente aleatório a que muito dificilmente escapam as montagens de textos destinadas a dar sumàriamente conta de uma realidade cultural no seu conjunto, incerteza, reconheça-se, muito mais acentuada quando o que se toma por objecto não é a obra de um autor mas uma publicação colectiva periódica. Muitas árvores terão sido sacrificadas à visão geral da floresta, que bem merece um estudo compreensivo, condição prévia de qualquer valorização ou desvalorização que de ela se pretenda fazer com o mínimo de fundamento no plano crítico ou ideológico.*

SIhi

Ao longo dos quarenta e cinco anos que nos separam de 1926, as colunas da Seara *acolheram significativa amostra da crítica que tem sido dirigida ao ideário dos primeiros anos seareiros. É verdade que, até 1939, o grupo de 1921-26 e seus continuadores imediatos prosseguiram na revista o essencial da sua campanha doutrinária, embora sob condições diversas. Algumas das mais representativas figuras do primeiro grupo prolongaram mesmo a sua colaboração até anos muito posteriores. Contudo, desde cedo, começou a revista a dar acolhimento a críticas ao seu ideário inicial. Nos volumes seguintes da* Antologia *recolher-se-á o essencial dessa crítica. Do seu conhecimento se haverá também de partir para uma apreciação valorativa da primeiro ideário seareiro segundo as preocupações de hoje, sem dúvida, mas também sem deformação da verdade histórica.*

SOTTOMAYOR CARDIA

SIhi

Capítulo I

GRUPO SEARA NOVA

SIhi

Fig. 1 - Reunião do grupo fundador da *Seara Nova* no Coimbrão, em casa de José Leal. Da esquerda para a direita, em pé: *Teixeira de Vasconcelos, Raul Proença* e *Câmara Reys;* sentados: *Jaime Cortesão, Aquilino Ribeiro* e *Raul Brandão.*

SIhi

SEARA NOVA

Slhi

Texto 1

SEARA NOVA PRETENDE:

Renovar a mentalidade da élite portuguesa, tornando-a capaz dum verdadeiro movimento de salvação;

Criar uma opinião pública nacional que exija e apoie as reformas necessárias;

Defender os interesses supremos da nação, opondo-se ao espírito de rapina das oligarquias dominantes e ao egoismo dos grupos, classes e partidos;

Protestar contra todos os movimentos revolucionários, e todavia defender e definir a grande causa da verdadeira Revolução;

Contribuir para formar, acima das Pátrias, a união de todas as Pátrias – uma consciência internacional bastante forte para não permitir novas lutas fratricidas.

(N.º 1 – 15/X/21)

◆ Fig. 2 - Capa do n.º 1 (15/X/1921) da autoria de *Leal da Câmara.*

Slhi

Texto 2

APRESENTAÇÃO (1)

A *SEARA NOVA* representa o esforço de alguns intelectuais, alheados dos partidos políticos mas não da vida política, para que se erga, acima do miserável circo onde se debatem os interesses inconfessáveis das clientelas e das oligarquias plutocráticas, uma atmosfera mais pura em que se faça ouvir o protesto das mais altivas consciências, e em que se formulem e imponham, por uma propaganda larga e profunda, as reformas necessárias à vida nacional.

Não comunga ela no vão e pernicioso sofisma de que são os políticos os únicos culpados da nossa situação. A verdade é que os políticos não são melhores nem piores do que o permitem as condições gerais da mentalidade portuguesa. Todo o país tem de aceitar a responsabilidade que lhe cabe no desastre colectivo; todo o país, e em especial a sua *élite*. A vida política duma nação é, em grande parte, o reflexo da sua vida intelectual, dos seus movimentos de ideias, das aspirações mais profundas do seu escol. Por outro lado nenhum regime político de mentira e incompetência se pode manter em qualquer país sem que essa incompetência e essa mentira sejam os característicos dominantes da sua própria *élite* intelectual. De outra forma, as monstruosidades e as traficâncias impedi-las-ia o seu protesto organizado. Em última análise, é ela a maior responsável, porque constitui aquela parte da consciência duma nação que deveria ser a última a desfalecer ou a corromper-se. Renunciando ao seu papel directivo,

---

(1) *Sem título. Reproduzido em* Páginas de Política *(2.ª série, p. 85 a 92) de Raúl Proença.*

Slhi

sequestrando-se no formalismo e no cabotinismo literário, não fazendo do sacrifício o seu prazer mais elevado e da dedicação pelo bem geral o seu mais alto privilégio – não tendo sequer a elegância moral de se conservar pura e desinteressada no meio da corrupção e da deliquescência das altas camadas da sociedade – a sua indiferença, o seu miserável contentamento de si própria, o seu cepticismo moral, a sua intolerável vaidade, a sua falta de preocupações largamente humanas e, sobretudo, a absoluta incompreensão da sua verdadeira missão social, conduziram a este tremendo resultado, que todas as esferas da actividade da nação se sentiram atingidas da falta de ideal, de inteligência, de capacidade criadora e de sensibilidade moral que se revelavam na sua *elite*.

Os homens da *SEARA NOVA* pretendem fazer, por sua parte, em nome de toda a *élite* portuguesa, o seu acto de contrição. Serão poetas militantes, críticos militantes, economistas e pedagogos militantes. Ao contrário dos contritos de outro tempo, que renunciavam ao mundo para se consagrar ao divino, é ao mundo que a sua contrição os restitui. Muito tempo passaram já os homens de *élite* isolados do povo, fora das realidades sociais, muito para além do plano e do movimento em que se tece o futuro do mundo. É preciso que desçam até à corrente que transporta os germens da sociedade futura, e que nela lancem também o seu próprio sangue. Pouco importa qual o exemplo das outras classes sociais. Quanto mais baixo e mais vil for o meio que os cerca, mais eles têm de refinar no sacrifício e na nobreza, pondo as qualidades morais acima de todas as outras distinções. Considerarão o egoismo como uma lepra, como a deselegância suprema. Que importam as dificuldades a vencer, e os perigos com que arrostar? O heroismo é a palavra mais adequada para exprimir o peso enorme das suas responsabilidades.

Compenetrados destas ideias, queremos constituir na *SEARA NOVA* um núcleo de homens de boa consciência e

Slhi

vontade enérgica dispostos a assumir perante a espoliação, a rapina, o egoismo e a mentira nacionais uma violenta e sistemática atitude de protesto. Queremos apontar ao desprezo público os inimigos do bem comum, os que deitaram abaixo as estátuas de todos os altares, para prestar apenas culto ao Bezerro de Ouro. Queremos agrilhoar ao pelourinho da infâmia os «potentados do dinheiro» que dele se servem apenas para fazer a miséria dum povo. Queremos instaurar o processo de todos os escândalos, sejam quais forem os seus autores e responsáveis, sem que nos tolha a pena nem por um momento o miserável sofisma de podermos ser, com as nossas campanhas de moralidade, prejudiciais à República. Tais sofismas só podem ser defendidos por cúmplices ou por participantes; ou então pelos que, tendo horror à verdade, repudiam dessa maneira a mais alta essência do regime que dizem defender. Em democracia quem mente ao povo é réu de alta traição. É à verdade, à sinceridade, à absoluta lealdade e probidade de pensamento, que é mister habituar o povo português. Mais ainda que os próprios escândalos, irritam o homem de perfeita consciência esse sistema de silêncio, de meias confissões e baixos compromissos em que todos nós vivemos. Sente-se que há sempre por detrás das nossas palavras guarda-ventos e anteparos onde a verdade se esconde. O vento da verdade é demasiado forte para nós. Pelo que pessoalmente nos diz respeito, queremos receber nas faces a sua lufada vital. Poremos sempre o que julgamos o nosso dever para com o país e a República acima da maneira como possam ser interpretadas ou deturpadas as nossas intenções. Pouco nos importará que a crítica que fizermos em obediência à verdade se encontre por vezes com aquela que por simples interesses partidários façam os inimigos da República: isso não alterará nem num ápice a linha do nosso procedimento.

Mas não abandonando nunca estas disposições de combate, a *SEARA NOVA* quer exercer mais que uma simples acção

Slhi

de crítica e de protesto: quer chamar a atenção de todo o país para as reformas necessárias e contribuir para que se crie, em volta dessas reformas, uma opinião nacional que as exija e apoie. Quer fundar as condições da verdadeira democracia, sem as quais a República não passará do regime de baixa mentira e indigna plutocracia que tem sido até hoje. Quer ajudar a criar essa luminosa e firme consciência nacional que imponha aos dirigentes (políticos e não políticos) o caminho da nossa salvação. Quer, numa palavra, contribuir para a grande e profunda Revolução que deve redimir a nossa Pátria – e exactamente porque trabalha para essa Revolução, combater todas as revoluções de clientelas, sôfregas de mando e vazias de princípios, que o banditismo dos *condottieri* políticos, sem o menor respeito pela vontade do país e pela democracia, têm perpetrado em Portugal. Esses processos de assalto revolucionário em que o poder é tomado por surpresa, sem o esclarecimento prévio do país sobre as intenções dos seus dirigentes, só poderão esperar da nossa parte, e sejam quais forem os princípios de que pretendam inspirar-se, a mais formal e indignada condenação.

Não nos prendendo assim com vãs palavras – República, Revolução – atrás das quais se pode pôr tudo, até o *contrário* da República, até o *contrário* da Revolução – procuraremos atingir as próprias realidades. Mas porque o nosso realismo não é um realismo estreito e materialista, um realismo do «inferior», que só vê na melhoria das condições materiais a nossa verdadeira salvação, e despreza o Espírito e tudo quanto depende do Espírito como uma excrescência de luxo ou um puro epifenómeno, esforçar-nos-emos acima de tudo pela elevação do Espírito, condição essencial de toda a nobreza da vida humana e das próprias reformas materiais. Para nós a literatura, a arte, a filosofia não constituem um requinte dispensável da civilização: são, pelo contrário, as suas necessidades mais insofismáveis e as mais altas realidades da vida

Slhi

da espécie, sem as quais não seria possível conceber a sua existência nem desejar a sua prorrogação. Se o idealismo está desacreditado entre nós, é porque ele se tem conservado infinitamente longe da vida, é porque ele não tem expresso as mais reais e fortes aspirações da alma humana. Mas o verdadeiro idealismo é aquele que mergulha as suas raízes nas mais fundas necessidades da existência, aquele que exprime a própria vontade de viver uma vida inteiramente humana. A verdade é que toda a civilização que pretenda deixar de fundar-se num idealismo desta natureza atinge, só por esse facto, o *terminus* da sua existência: parte assim todas as molas que a mantinham e lhe davam impulso. – Por outro lado, não concebemos nenhum esforço de redenção nacional sem uma espécie de conversão e de exaltação religiosa dos espíritos. Não é no marasmo intelectual, no letargo colectivo, que se podem elaborar os grandes movimentos redentores. E aos que nos queiram contradizer, perguntamos simplesmente o que é então que explica porque não entrámos ainda nesse caminho de redenção. Essa exaltação religiosa dos espíritos direis talvez vós outros que é uma utopia; iludi-vos singularmente: a verdadeira utopia é pensar que sem ela se possa redimir qualquer país. Chamais espírito *prático* ao que vê apenas as determinantes inferiores dos processos sociais; mas nós chamamos verdadeiramente espírito prático ao que vê também as determinantes superiores. Eis como o vosso materialismo vos torna vítimas da utopia mais perigosa. – Pela nossa parte não cremos nas gerações espontâneas; não cremos numa melhoria da nossa vida nacional sem que as mais íntimas fibras das consciências sejam abaladas. Somos afinal os grandes cépticos: teimamos em não acreditar que da morte possa sair qualquer germe de vida. A salvação nacional ou se fará pelo caminho que deixamos indicado – ou não se fará. E não valem pressas e impaciências ante a irredutível realidade das coisas.

Sob o ponto de vista político, *A SEARA NOVA* enfileira

Slhi

na extrema esquerda da República. Radical, sem ser jacobina, os seus esforços irão para a transformação do regime no sentido das mais avançadas aspirações. A crítica que todas as escolas, reaccionárias ou progressivas, têm feito da democracia, ou sofrem do erro de exigir dela um «absoluto» que nenhum regime poderá atingir, porque nenhum poderá modificar a própria natureza das coisas; ou incidem apenas sobre defeitos de organização que não são inseparáveis do sistema; ou, o que é pior, recaem sobre as *realizações da democracia,* tantas vezes antagónicas do seu verdadeiro espírito. Não se pode atacar a democracia pelo facto de ela não realizar o paraíso terreal; pela circunstância de *os homens que a puseram em prática* não terem adoptado, em conjunção com os métodos que lhe são próprios, métodos de organização social e de valorização da «inteligência», que com ela são absolutamente compatíveis; finalmente de ser a responsável pelas grotescas falsificações que em alguns países (como Portugal) se fizeram do seu espírito e dos seus métodos, isto é, no fundo, de ser responsável por que os homens a não tivessem feito.

Mas *A SEARA NOVA* não pode proceder ainda como se a sociedade actual fosse a realização suprema da justiça; como se uma maior justiça social não fosse possível nem desejável; como se o socialismo não representasse uma promessa de realização dessa justiça. Todas as suas simpatias vão, pois, para os que lutam, *dentro da ordem, dos métodos democráticos e desse espírito de realidades sem o qual são inteiramente ilusórias quaisquer reformas sociais,* pelo triunfo do socialismo.

Longe, pois, de termos de retroceder até aos últimos dias de Setembro de 1910, como querem os monárquicos tradicionais, ou ainda mais para além, como querem os monárquicos tradicionalistas, devemos regressar ao 5 de Outubro, mas regressar avançando, caminhando numa direcção inteiramente diversa e numa atitude de espírito inteiramente nova.

A SEARA NOVA não poderá também esquecer que vive

Slhi

num mundo de nações ainda separadas por estreitos exclusivismos. O seu esforço irá, pois, neste ponto, para combater todas as formas de nacionalismo, essas doutrinas anti-humanas que pretendem erguer em volta de cada país um círculo espesso de muralhas da China. Ela crê necessário que se forme, acima das Pátrias eternas, uma consciência internacional capaz de resistir enèrgicamente a novas tentativas militaristas. É preciso que em todo o mundo haja, entre os espíritos de integral humanidade, uma acção de reconhecimento: também nós devemos formar um exército, pronto a mobilizar à primeira voz, pronto a impedir que haja mais uma hecatombe ao deus da Estupidez e dos Exércitos. Possam os homens de boas intenções de todas as Pátrias erguer um dia, sobre um mundo que ainda hoje se debate em miseráveis disputas nacionalistas, o arco-de-aliança duma humanidade justa e livre, realizando na paz vitoriosa as conquistas da inteligência e da vontade desinteressada!

Slhi

O GRUPO SEARA NOVA não lisonjeará nenhuma classe da sociedade.

O GRUPO SEARA NOVA não dará a nenhum dos seus aderentes qualquer esperança de benefício pessoal.

O GRUPO SEARA NOVA não pretende o poder, mas preparar as condições necessárias de todo o verdadeiro poder.

O GRUPO SEARA NOVA quer a Revolução, mas não aplaude as revoluções.

O GRUPO SEARA NOVA quer semear em proveito colectivo, e não colher em proveito próprio.

O GRUPO SEARA NOVA não se limita a prosternar-se perante as glórias passadas da Pátria: quer criar para a Pátria uma nova glória.

O GRUPO SEARA NOVA não olha o Passado, marcha resolutamente para o Futuro.

O GRUPO SEARA NOVA não se limita a glorificar os mortos heróis: quer que apareçam os heróis vivos.

O GRUPO SEARA NOVA não fará festas, nem lançará morteiros. Dirige todos os esforços para a acção, e para a preocupação do dia de hoje e de amanhã.

(N.º 1 - 15/X/21)

Slhi

Texto 3

A TODOS OS PORTUGUESES DESINTERESSADOS E DE PURAS INTENÇÕES

A SEARA NOVA não é nem nunca será um partido político. Não pretende, como grupo, a governança da Nação, mas sim transformar de maneira tal a mentalidade da élite portuguesa e do próprio povo que obrigue os políticos a seguir uma verdadeira política nacional. Nem por isso a sua acção será menos importante e fecunda, se de todas as camadas vivas da sociedade lhe vier o apoio entusiasta e desinteressado. Por isso se pede a todos aqueles que concordarem com as ideias basilares da SEARA NOVA e estejam dispostos a enfileirar com ela no bom combate, o favor de o comunicarem a esta redacção. É urgente fazer o recenseamento das forças morais e mentais com que o país pode contar para a sua regeneração. Que de todos os lados (desde os operários aos professores, médicos e jurisconsultos) nos venha a promessa da aurora de novos dias. Serão bem-vindos, os que ainda esperam. Serão bem-vindos, os que têm ainda coragem para a luta. Serão bem-vindos os que não se resignam à morte ignominiosa da nacionalidade. Serão bem-vindos, os que não vivam ùnicamente para os interesses materiais e estão dispostos a colaborar com um grupo de homens que lhes não pede votos, que lhes não garante posições e honrarias, e que apenas lhes exige dedicação social e espírito de sacrifício!

(N.º 1 - 15/X/21

Slhi

Texto 4

O QUE NOS É NECESSÁRIO

Clareza de entendimento e disciplina das ideias.
Abandono de todos os exclusivismos.
Amor da realidade, na sua expressão *total e profunda.*
Poder de sugestão e de sedução intelectual.
Uma dedicação sem limites pelos interesses gerais.
O mais absoluto escrúpulo profissional.
O amor supremo da verdade – fonte de todas as virtudes.
O desprezo absoluto da mentira – fonte de todos os vícios.
O amor da acção – e das ideias, *ùnicamente* como instrumentos e finalidades da acção.
Vontade enérgica e decidida aos esforços mais violentos e heróicos.
Desprezo completo de todo o medo do ridículo.
E audácia, audácia invencível!

(N.º 1 - 15/X/21)

Slhi

Texto 5

A CRISE NACIONAL

Os homens que dirigem a *Seara Nova,* convenceram-se de que a abstenção e o isolamento perante a angustiosa crise nacional eram tão indígnos de criaturas na plena consciência dos seus deveres como perigosos para os seus direitos mais sagrados. Entendem eles, além disso, que todas as nações são organismos característicos, com problemas e soluções próprias. Resolveram, pois, agrupar-se para estudar em comum as causas da crise da sociedade portuguesa e os remédios mais eficazes para a debelar.

Cônscios das suas responsabilidades, não querem dar-se apenas à tarefa fácil, mas perigosa, de criticar pelo mero prazer de destruir. Propõem-se actuar e construir vàlidamente desde os alicerces. Vão discutir e apresentar nesta revista um plano de reformas, tão completo quanto o permitam as suas capacidades, o grave condicionamento externo da política nacional e o estado de renovação intensa em que se agita todo o mundo.

Vivemos num ambiente espesso de mentiras.

Um dos maiores sintomas da debilidade nacional é o receio de encarar a verdade, frente a frente. Uma espécie de letargia colectiva furta-nos a razão ao contacto das próprias realidades. Comecemos, pois, por dizer a verdade nua e crua. Lançando os olhos para os aspectos mais flagrantes da crise nacional, ressaltam logo os sintomas duma situação económica terrível. A carestia da vida aumenta sem cessar. Os géneros escasseiam ou são falsificados. As relações entre consumidor e comerciante tornam-se a cada passo do lado dos primeiros em assalto ao produto e duma grande parte dos segundos em

SIhi

especulação desenfreada, pelo açambarcamento e o uso dos mais ilegítimos processos para enriquecer depressa. Daí o agravamento do pauperismo até à miséria extrema dum lado, e do outro o estadear dum luxo delirante.

Se olharmos aos aspectos da vida social, não é menor a crise. A luta de classes assume com frequência um carácter de irredutibilidade e ódio. As greves sucedem-se, entremeadas de episódios sangrentos. As classes médias e as profissões liberais debatem-se em condições precaríssimas de vida. A mortalidade infantil e os estragos pela tuberculose aumentam dia a dia. E um delírio de ganância, um insofrido desejo de exceder a esfera própria se apoderou de quase todas as classes sociais.

A essas duas crises liga-se lògicamente uma crise moral profunda. Também aí não faltam os sintomas. A venalidade no exercício das funções dirigentes, o cinismo burlão de certos meios financeiros assumiram o aspecto da dissolução mais baixa. Muitos dos chamados órgãos da opinião pública estão claramente amordaçados pelas oligarquias do dinheiro. O jogo e a prostituição exacerbaram-se. Cresceu a vagabundagem infantil. Perdeu-se ou aviltou-se o sentimento religioso sem que o tenha substituído outro ideal humano, vasto e desinteressado. E uma descrença profunda de todos e de tudo, uma resignação apática e servil vão-se transformando, a pouco e pouco, na descida, de olhos e ouvidos tapados, para o fundo.

Por detrás destes sintomas, a gerá-los, existem essencialmente um *deficit* de trabalho e produção, uma distribuição péssima da riqueza e a subordinação dos interesses colectivos aos individuais.

A crise vem de longe. Já no reinado de D. Manuel os mesmos estrangeiros, que, alguns anos antes, vinham a Lisboa para carregar trigo, vêm trazer-nos os géneros alimentícios, a troco das especiarias orientais. Desde então abandonamos o

Slhi

esforço produtivo pelos ganhos fáceis da conquista. O desenvolvimento vigoroso das classes, que até ao século XV se operou gradualmente, sob a base da terra e do trabalho, retrocede de súbito. Em troca desse esforçado labutar na terra própria, entregámo-nos de todo à exploração da alheia. Portugal encheu-se de riquezas, trazidas de toda a parte. Mas o trabalho são, a exploração das riquezas naturais e a organização das classes definharam quase por inteiro.

Esgotados os tributos do Oriente, estancaram-se as minas do Brasil; e o parasitismo começou a organizar-se sob a forma dos conventos, estufa de ociosos, cultivando em torno a mendicidade natural. A breve trecho, ao Estado comerciante e expoliador seguiu-se o Estado-asilo. O comunismo monástico tornou-se em comunismo burocrático passando a ser «o caldo das secretarias distribuído pelos governos, como o caldo das portarias o fora outrora pelas comunidades». Os hábitos de ociosidade arraigados por uma cultura de séculos, que de guerreira se volveu em monástica, arquitectaram todo o sistema social. Abandonados a terra e o trabalho, atrofiaram-se as províncias, e Lisboa, onde se concentrou quase toda a vida nacional, engrandece dia a dia. O antigo Portugal, sadio e forte, volveu-se num corpo de pigmeu, com uma cabeça imensa e desvairada. Ao fim caiu em puro autofagismo; devora-se a si próprio.

O parasitismo, eis o grande mal. E, como o trabalho é a condição da liberdade e sem verdadeira liberdade não há opinião pública, Portugal tornou-se um viveiro de oligarquias: à cobiça duma meia dúzia subordinam-se os interesses de seis milhões de portugueses.

Esta a velha crise da nacionalidade, que os últimos anos de constitucionalismo e de República levaram quase ao desespero. Mas hoje, depois da grande guerra, a essa veio sobrepor-se uma outra, comunicada do exterior, a crise social europeia,

Slhi

tão aguda e violenta como aquela. As duas, porque implicam no fundo um problema de trabalho, multiplicam-se em perspectivas de pavor.

A vitória dos aliados, por mais que o tentem iludir os seus próprios dirigentes, é afinal a vitória dos princípios de justiça, que durante um século se afiguraram suspeitos de utopismo ingénuo. A totalidade da história intensificou e esclareceu nos campos de batalha o sentido profundo. Há três ou quatro anos que a Europa está em revolução lenta. Na Inglaterra, na Alemanha, na Itália, na França, na Roménia o regime da propriedade sofre dia a dia alterações profundas. De maneira que, tendo as duas crises um carácter de trabalho, o esforço inteligente dos políticos deve tender para resolver essa grave questão e satisfazer quanto possível as reclamações das classes trabalhadoras em geral. Estas duas crises esclarecendo todo o problema nacional devem influir solidàriamente qualquer plano de reformas.

Que têm feito ou que fazem os políticos?

Representantes duma sociedade em crise, enfermam em geral dos mesmos vícios. Continua a ser má a organização partidária da República. Aos partidos falta essencialmente a unidade moral e directiva que advém dos princípios. Os governos, tantas vezes recrutados na mais irrisória das incompetências, iludem quase sempre com expedientes e modificações de superfície muitas das mais sagradas promessas feitas nos bons tempos. Sucedem-se uns aos outros e os problemas da maior urgência continuam insolúveis. Enquanto um partido ou um grupo de partidários diferentes está no poder, vêem-se os outros com frequência gastar todos os seus esforços em dispor a casca da laranja, que os há-de fazer tombar.

E o parlamento? Esse canta mas não produz: é a grande cigarra nacional, símbolo da falência colectiva.

Que espanta, assim, que a cadeia das mentiras e das

Slhi

contradições individuais ou colectivas tenha aumentado a cada passo?

«Com capacidade territorial dentro do país para alimentar 15 milhões de habitantes, não alimentamos a terça parte». (A. d'Andrade). «Podendo após três anos de trabalho forte e bem organizado garantir a nossa independência económica, há três séculos que nos falta o pão de cada dia.» (Ezequiel de Campos). «Com um domínio ultramarino vinte vezes mais extenso que a metrópole, por tal maneira estão estabelecidas as suas mútuas relações, que nem as colónias servem a metrópole nem esta serve as colónias...» (A. d'Andrade). Pregamos, desde longa data, contra a chaga roedora do burocratismo e aumentamos nos últimos tempos os quadros do funcionalismo, em proporções delirantes. Combatemos em França contra o militarismo, para no regresso estadearmos uma organização militar, que absorve só por si a quase totalidade das receitas do Estado. Ainda há pouco tempo discutiamos o *superavit* e há um ano a esta parte que nos ameaça a suspensão de pagamentos.

Eis ao que chegamos. As outras nações voltam olhos atentos e inquietos para aqui.

Os nossos diplomatas ou vêm mostrar aqui o seu alarme ou bradam lá de fora, com todo o peso das suas responsabilidades: «Cuidado! Cautela! Os pequenos incêndios apagam-se com pouca água!» Todavia, no *forum* de S. Bento, salvo algumas raras e honrosas excepções, os nossos legisladores, debruçados sobre o tabuleiro dos pequenos interesses, cuidam apenas em fazer avançar a sua pedra.

A continuar assim, a pouco e pouco deslaçados a confiança, o respeito mútuo e a disciplina moral, o que nos espera? Depois dalguns dias de desordem sanguinária, em que todos, todos temos a perder, a tutela estrangeira, clara ou disfarçada. E após a sujeição miserável em que fatalmente caem os povos que não trabalham, nem sabem conduzir-se. Acaso, o destino

Slhi

dum Egipto escravizado, dum povo de *fellahs* trabalhando à força e a quem restem ao fim algumas páginas fortes no Passado, espécie de Pirâmides grandiosas, para alimentar o pasmo dos estranhos e, talvez ainda então, a retórica dos naturais.

Não se diga, todavia, que se perderam todas as esperanças. Alguns sintomas débeis indicam um despertar das velhas energias. Nos últimos tempos as classes têm procurado organizar-se. Aqui e ali, nota-se uma intensificação na iniciativa particular. Homens ou grupos de homens isolados trabalham silenciosamente em obras de puro interesse colectivo. Contra a especulação e a carestia da vida deu-se uma reacção pelo incremento do cooperativismo. As províncias reagem em congressos regionais contra a absorpção do poder central. A nação fatigada repele todas as lutas fratricidas. E os mesmos governos, convencidos da gravidade da situação, mas sem o impulso e a força que dão os grandes movimentos de opinião, anunciam reformas... que ainda não passaram do papel.

Os homens que dirigem a *Seara Nova,* nunca será demasiado repeti-lo, não pretendem o mando, nem se movem por ambições políticas pessoais. Todos eles sacrificam às angústias do presente as suas predilecções de trabalhadores do espírito. Querem, quando menos, salvar a tranquilidade das suas consciências. Não desejando formar partido, não vêm fazer guerra aos partidos. Querem, sim, unir os esforços e as boas vontades isoladas, para uma acção comum. Querem formar, como base indispensável de toda a salvação, uma opinião pública consciente, clamorosa, insofismàvelmente imperativa, que escolha os verdadeiros chefes e exija uma governação com fins de puro interesse nacional. Sabem que, sem isso, não há revoluções nem reformas que valham.

A obra que se impõe exige um tal heroismo da vontade,

Slhi

uma tão grande pureza de intenções e um tamanho espírito de sacrifício, tanto dos dirigentes como dos dirigidos, que só a formação duma nova mentalidade, dum novo e abrasado desejo, pode determinar a sua realização inteira. Sem a colaboração do tempo não há obras perfeitas. Uma concentração de tropas na Rotunda pode dar quando muito uma mudança de cenário político. Mas a resolução profunda das ideias e processos, a que nós aspiramos, demanda a lenta fecundação das almas.

Estamos convencidos de que surgimos na hora própria. A aspiração indefinida das consciências está cansada e desiludida com as sucessivas falsificações do ideal republicano.

É uma renovação inteira desse ideal, que pretendemos. Aos puros, aos fortes, aos generosos, aos que sabem crer e esperar nos dirigimos para que nos auxiliem, e oferecemos o melhor dos ensejos para se excederem, medindo o seu esforço e a sua audácia pela mais árdua e alta das tarefas a cumprir. Pois só um levantamento idealista das almas, abrasadas em fé, e prontas a todo o sacrifício, em compreensão e desejo pleno, nos poderá salvar.

JAIME CORTESÃO

Nota. – Tinhamos escrito estas palavras, antes dos últimos acontecimentos revolucionários. (1) Não temos que alterar uma única. Ao contrário, aqueles factos vieram confirmar e agravar muitas das nossas afirmações. Cremos, ao invés dos dirigentes revolucionários, que a crise nacional se agravou temerosamente nestes dias. A boa vontade dos homens não pode modificar dum dia para o outro os vícios e defeitos, que representam a obra e a infiltração dos anos ou dos séculos.

Referimo-nos atrás ao desfecho que a crise nacional fatalmente há-de ter, se a tempo não nos emendarmos: – «depois de alguns dias de desordem

---

(1) Alusão ao 19 de Outubro; ver capítulo II deste volume

Slhi

sanguinária, em que todos, *todos* temos a perder, a tutela estrangeira, clara ou disfarçada». Não estávamos, todavia, convencidos que os factos viessem confirmar tão completamente essas palavras. Os crimes da noite de 19 de Outubro, que vitimaram desde um presidente de ministério a um operário, seguidos dos «desejos» do corpo diplomático devem bastar como sinal e amostra, para convencer os mais incrédulos da inadiável urgência de mudar inteiramente de caminho.

(N.º 2 - 5/XI/1921)

SIhi

Texto 6

PORQUE NÃO SOMOS UM PARTIDO POLÍTICO

Sendo nosso intento contribuir para que se renove completamente a política portuguesa, porque não somos um partido político? Não seria essa a maneira mais directa e eficaz de exercer uma influência positiva sobre a sociedade portuguesa? Recuaremos nós perante as responsabilidades e as fadigas da acção política, quando acima de tudo prégamos a necessidade da acção, prèviamente esclarecida pela inteligência?

Esta pergunta, que possívelmente foi formulada por alguns dos nossos leitores, requer uma resposta categórica; e por isso este artigo.

Não somos, em primeiro lugar, um partido político porque a nossa acção não pretende limitar-se à simples esfera política. Para além dela vemos toda a vida da nação nas suas actividades essenciais; e à renovação dessas actividades nos consagramos. É preciso que, duma vez para sempre, se deixe de ver no político o bode expiatório de todas as desgraças nacionais. É em todas as modalidades da vida portuguesa que devemos encontrar o vírus profundo da nossa degeneração. Cada um de nós, no círculo das suas actividades próprias (quer sejamos empregados públicos, professores, militares, industriais ou agricultores), tem manifestado essa mesma ausência de capacidade criadora e de subordinação aos interesses gerais que tão de boamente assacamos aos nossos políticos. Simples orgãos de correlação, os políticos não podem elevar-se acima das condições gerais da actividade e da mentalidade nacional. Simples função de correlação, a função política não pode ser a única que haja a modificar e corrigir. Há, pois, que agir sobre todos os tecidos do corpo colectivo, que modificar

Slhi

todas as funções desse corpo. E sobretudo que modificar aquele organismo que está destinado a exercer sobre todos os outros uma acção directiva: numa palavra, que reformar a estrutura espiritual, a forma da mentalidade da *élite* portuguesa, tão certo é que *têm sido os vícios mentais dos portugueses os seus piores inimigos.*

A nossa empresa é, pois, cumpre vê-lo a toda a luz, extremamente ambiciosa. Não podemos ser um simples partido político, porque a nossa missão social excede o campo de acção de todo e qualquer partido político.

Mas há mais. Por maior que sejam o desinteresse e a boa vontade das pessoas que se resolvam a constituir-se em partido político, a verdade é que dentro em breve à consideração inicial dos interesses colectivos se ajunta e sobrepõe a dos interesses partidários. Forma-se uma nova psicologia, uma nova moral, *deveres* para com o partido e o grupo, em conjunção algumas vezes, muitas outras em oposição aos deveres para com o país. Uma outra palavra soará, mais tarde ou mais cedo, além da dos supremos interesses colectivos: falar-se-á então dos interesses de tal partido em oposição com tal outro. E assim se explica, dentro desta psicologia e desta moral gregária, como homens da mais perfeita isenção e dignidade intelectual toleram, dentro dos partidos, os maiores agravos à dignidade e às conveniências nacionais. O caso de Afonso Costa (político que eu considerei *sob certos pontos de vista* até ao caso dos 50 milhões) é perfeitamente típico. Se me tivesse arregimentado e mantido no grupo que ainda hoje o apoia, não teria conservado ante o seu inclassificável procedimento (em que sobretudo vejo o mais profundo desrespeito pela democracia e pelo bom nome da República) a atitude de independência e juízo clarividente que me levou a fazer coro com os seus irredutíveis inimigos – com aqueles que lhe não perdoaram a sua acção republicana e patriótica (senão nas intenções, nos resultados) em graves emergências da nossa

Slhi

vida nacional ([1]). O espírito de partido cria interesses próprios de partido, e exerce sobre toda a actividade mental uma acção perturbadora. E no que vai dito considera-se apenas a melhor hipótese possível: a hipótese, puramente teórica e verbal, de o partido se não engrossar com a malta dos pescadores de todas as águas que fariam do movimento apenas mais um anzol para pescar na vasa podre do país o peixe dourado das suas ambições. O mais belo movimento de salvação nacional arriscar-se-ia assim a ser pervertido e falsificado pela massa ignara dos sectários, não tardando a ser reduzidos ao silêncio e a ser sacrificados os apóstolos da salvação.

Estou a ver uma objecção aflorar aos lábios do leitor: «O que diz dos partidos políticos não se pode aplicar de pleno direito a todo e qualquer grupo? Não se sobreporão em nenhum caso os interesses do vosso grupo aos interesses do país?»

Mas não querendo nós, em caso algum, deter, como grupo, a governança da nação, quando e como podiam os *interesses* do nosso grupo colidir com os interesses gerais do país? A minha sinceridade intelectual obriga-me a responder que tal caso era possível. Seria possível, por exemplo, que o estabilismo mental, que o amor às nossas ideias, nos levasse a defendê-las tão afincadamente que a nossa propaganda resistisse à demonstração da sua falsidade ou da sua inconveniência. Esta e muitas outras hipóteses são absolutamente plausíveis quando não abandonamos o campo das simples possibilidades lógicas.

Temos, pois, que um grupo como o que constituimos na *Seara Nova* pode, em princípio, ser levado à defesa de

---

([1]) *Reeditando o artigo em 1939, na 2.ª série das* Páginas de Política, *Raúl Proença suprimiu os dois períodos antecedentes (ver p. 152). Sobre a opinião de Proença a respeito de Afonso Costa, ver o artigo incluído no cap. II deste volume. «Caso dos 50 milhões»: alusão a negociações – relativas a um empréstimo externo – que Afonso Costa encetou e não pôde levar a cabo.*

Slhi

ideias, de homens e de processos políticos que estejam em conflito com os interesses da nação. O que não se pode, porém, deixar de reconhecer é que as possibilidades desse facto estão aqui reduzidas a um *mínimo* que não se encontra realizado nos partidos políticos. Um grupo não partidário vale o que valem os seus homens; um partido político, pelo contrário, cria vícios e defeitos próprios. Cremos, pois, ter demonstrado que, *dado um mesmo grupo de homens,* esse grupo dá mais garantias de desinteresse conservando-se completamente fora de todas as facções do que arrebanhando-se num partido político. A consciência dos interesses nacionais é assim menos refractada que através dum meio puramente partidário.

Mas há mais. A missão que a *Seara Nova* quer exercer na sociedade portuguesa tem de ser realizada em parte por homens de espírito científico, educados nas disciplinas do pensamento crítico, e por isso fundamentalmente incapazes de se arregimentarem em qualquer facção. Nunca em caso algum esses homens seriam homens de partido. Nunca em caso algum eles poriam acima das suas convicções, das suas dúvidas ou das suas reservas mentais qualquer dogma político ou qualquer autoridade partidária.

Mas mesmo na hipótese de nos resolvermos constituir em partido político, nem por isso deixava de subsistir a necessidade de existir acima dele e de todos os outros partidos um órgão supremo da consciência nacional, em que todos fossem avaliados, comparados e discutidos, e que constituisse, por assim dizer, o tribunal da opinião para que houvesse sempre apelação e agravo.

Ora é este supremo órgão directivo, inspirador e orientador da opinião pública, *formado por cabeças e não por espadas,* que nós precisamos, antes de mais nada constituir em Portugal. Enquanto isso se não fizer, o corpo da Nação será sem alma, sem vontade, sem rumo e sem destino.

Constituírmo-nos em partido político seria novamente

Slhi

errar o caminho – seria frustar mais uma vez todas as esperanças de renovação nacional.

RAÚL PROENÇA

(N.º 2 - 5/XI/21)

Slhi

Texto 7

A SEARA NOVA E O SR. FRANCISCO A. CORREIA

O sr. Francisco A. Correia, levado por motivos de sentimento, entre os quais o apelo do senhor Presidente da República, feito nas horas trágicas de 19 e 20, aceitou uma pasta no actual ministério ([1]). Fiel aos seus princípios, entendeu a *Seara Nova* que não podia s. exa. continuar a fazer parte deste grupo. Por nossa parte aceitámos as razões alegadas pelo sr. F. A. Correia, e ele por sua vez não tomou como desprimorosa a nossa resolução. Para esclarecer melhor o público sobre a nossa atitude, devemos ainda declarar que mais alguns membros da direcção da *Seara Nova* foram instados para tomar conta doutras pastas. Todos eles separadamente e depois o grupo reunido resolveram por forma categórica declinar o convite.

(N.º 2 - 5/XI/21)

([1]) A das Finanças, no governo presidido pelo coronel Manuel Maria Coelho; fora em 1920 ministro dos Negócios Estrangeiros num dos ministérios de António Maria da Silva.

Slhi

Texto 8

A SEARA NOVA E O PODER

Mais uma vez um dos directores da *Seara Nova* foi vivamente instado para entrar no governo (1) ou para indicar outro dos directores a participar do poder; e uma vez mais qualquer dos membros da direcção e o mesmo grupo reunido terminantemente recusaram o convite. Não o fizeram pelo horror às responsabilidades, nem agora o proclamam por envaidecimento estulto. Estas palavras têm um único fim: mostrar que os nossos actos estão de acordo com as ideias que apregoamos. Nenhum dos membros da *Seara Nova* poderá exercer qualquer alta delegação dos seus princípios, sem que em volta deles se forme a necessária corrente de opinião pública.

(N.º 4 - 5/XII/21)

---

(1) *Jaime Cortesão. Foi várias vezes convidado a participar no governo; sobre as suas sucessivas recusas, ver o depoimento de David Ferreira em* Jaime Cortesão – subsídios para a sua biografia *(Seara Nova, Lisboa, 1953), p. 38, publicado sob o pseudónimo de Ricardo Saraiva.*

SIhi

Texto 9

OS ACONTECIMENTOS E A ATITUDE DA «SEARA NOVA»

Se quisermos definir duma maneira exacta o que caracteriza o estado actual da sociedade portuguesa, não podemos fazê-lo melhor que por meio destas palavras: a obstinação no contra-senso. Com uma teimosia que tem seu quê de infantilidade e desvario, perseveramos em tentar a cura dos males nacionais por meio de métodos terapêuticos de que a experiência demonstrou a ineficácia absoluta. E nada nos impede, nada, nem a lembrança dos mais negros crimes, nem a compreensão mais elementar das conveniências nacionais, de prosseguir no fazer e desfazer da mesma teia de Penélope, em cujas malhas de morte se enreda e compromete o país.

E as tentativas revolucionárias sucedem-se, cada vez com frequência mais assustadora. Nem ideais, nem planos, nem programas de governo, nem homens, nem essa preparação da opinião pública sem a qual todas as pretendidas revoluções não passam de motins mais ou menos organizados. Apenas duas ideias norteiam os agitadores revolucionários: que isto vai mal; que é necessário que vá de outra maneira. Quanto à maneira como é necessário que isto vá, disso não curam os pretores. Posta a revolução na rua, tomados os ministérios, as ideias, os planos, os homens surgirão por geração espontânea. Por trás de cada movimento revolucionário há sempre este postulado: que nada é mais fácil do que salvar o país. Questão de boa vontade e de coragem, nada mais.

E a maior mentira está aí. Pelo contrário: nada há porventura mais difícil do que salvar Portugal da situação tremenda a que chegou. É um dos trabalhos de Hércules. Só uma

Slhi

consciência muito nítida dos problemas nacionais, uma grande competência, faculdades máximas de organização e de direcção, uma vontade capaz de todas as obstinações e de todos os heroismos, e uma larga corrente de opinião esclarecida, impondo e apoiando uma política de salvação nacional – só um conjunto tão precioso de recursos intelectuais e morais poderá fazer sair Portugal do abismo a que chegou. É necessário mais do que um homem, que dez homens, que um governo, que um parlamento: é necessária toda uma *élite*. Enquanto essa *élite* se não constituir em volta dum programa de salvação nacional ([1]), toda a esperança de redenção nos é vedada. Poderão objectar-nos que a fazemos depender dum milagre. E assim é com efeito. Mas poderemos por nosso lado retorquir que os que procuram outras soluções crêm em milagres maiores ainda. Assim como assim, Portugal só poderá salvar-se por meio dum milagre; e toda a questão está em saber se nos esforçamos por produzir os milagres possíveis, ou prosseguimos simplesmente na demanda dos quiméricos.

E que prosseguimos na demanda dos quiméricos, diz-no-lo a experiência de todos os dias. Mais uma vez a ameaça duma revolução esteve pendente sobre nós. Mais uma vez se tentou organizar o assalto ao Terreiro do Paço. Havendo tido conhecimento dos factos que se preparavam, e não tendo a mais pequena dúvida sobre as suas inevitáveis consequências, que poderiam levar-nos à perda da nacionalidade, a *Seara Nova* não poderia hesitar. Ela impôs-se a obrigação de adoptar em todos os momentos, no meio do egoismo e da cobardia colectivas, a atitude mais desinteressada, e a mais perigosa. Tendo sempre condenado as revoluções improvisadas, quer essas revoluções sejam feitas pela direita ou pela esquerda, ela não tinha a perguntar em nome de que princípios se seguia

---

([1]) *No mês seguinte, o grupo publicaria um* Programa mínimo de salvação pública, *reproduzido no cap. III deste volume.*

SIhi

mais uma vez o caminho da sedição. Não a preocupou também um só momento, ao publicar o seu manifesto ([2]), se estava ou não fazendo o jogo do governo; sabia que estava fazendo o jogo do país, e isso lhe bastava. Grande parte da «esperteza» do português gasta-se em proceder estùpidamente para que os outros o não tomem por estúpido. A *Seara Nova* quis proceder com inteligência e patriotismo, embora para isso fosse necessário passar por instrumento nas mãos dum governo que é a sombra do satisfeito e cauteloso exilado de Paris ([3]). Finalmente, ela desprezou completamente os perigos que a sua atitude, no meio da efervescência revolucionária, que bem conhecia, lhe poderiam acarretar.

Se a maior parte da imprensa (e honra lhe seja) formou em quadrado à volta do manifesto da *Seara Nova* e lhe parafraseou as afirmações, provocando um movimento de opinião que poderosamente contribuiu para abortar a revolução projectada, houve alguns poucos jornais que nos apontaram como boateiros, como inimigos da tranquilidade pública, e nos censuraram por nos não limitarmos a denunciar o movimento à polícia. Eis o que se chama ter a noção exacta da situação dos homens e da conveniência das atitudes. Os membros da *Seara Nova* julgam ter na sociedade portuguesa uma missão muito mais alta a desempenhar do que a de simples denunciantes. Não os preocuparam os homens, mas os factos. Não quiseram o castigo, mas a prevenção. Não consideraram os revolucionários como inimigos, mas como pessoas desvairadas. Não tentaram o seu encarceramento, mas a sua reconsideração. Julgaram que, lançando um grito de aviso e de protesto, poderiam influir benèficamente no ânimo dos conjurados. Foi tudo o que pretenderam. Todas as perseguições violentas, todas as *revanches* isentas, todas as tentativas de desarmamento

---

([2]) *Difundido na imprensa diária e denunciando a tentativa insurreccional.*
([3]) *Afonso Costa. O governo era presidido por António Maria da Silva.*

Slhi

que não correspondam a uma redução geral de *todo o exército* e que possam comprometer a segurança da República, estão inteiramente fora do seu pensamento.

Falou-se já em desarmar a Guarda Republicana. Tal procedimento não merece senão a nossa desaprovação formal. *Manter a Guarda Republicana como órgão essencial da defesa da ordem e do regime,* tal é a única doutrina sensata que podem defender todos os bons republicanos. E há duas maneiras de inutilizar essa defesa: lançar a Guarda na desordem, ou desarmá-la. Tanto os que tentam uma coisa como os que tentam outra procedem como inimigos da República. Assim fala quem acima de todas as facções e clientelas vê os interesses supremos do país e do regime. Sob este ponto de vista, como sob tantos outros, poderemos nós atirar sobre todos os grupos – a primeira pedra...

RAÚL PROENÇA

(N.º 9 - 1/III/22)

SIhi

Texto 10

«AMANHÃ»

O que distingue a acção dos escritores do «Amanhã» ([1]) da que orienta os publicistas da «Seara Nova», não é a audácia das utopias e das esperanças, igual nuns e noutros. É a maior ou menor confiança na perfectibilidade imediata dos homens. Os redactores da «Seara Nova» entendem que é sobretudo uma lenta acção educativa (talvez exequível ainda, pelo menos em parte, dentro da actual organização social) que transformará os espíritos – e que há um programa mínimo de realizações instantes a apregoar e reclamar. Esta explicação esclarecerá, parece-nos, a estranheza e as amáveis dúvidas do «Amanhã», a quem agradecemos as boas palavras de camaradagem e simpatia.

(N.º 12 - 15/IV/22)

([1]) Revista quinzenal de tendência anarquista dirigida por Campos Lima. S. N. assinalara já o aparecimento do Amanhã: *«Forma muito à esquerda da* Seara Nova, *mas, pela sinceridade e audácia das ideias, pela generosidade desinteressada dos intuitos, pela simpatia espiritual que liga a alguns dos redactores duma e outra revista, e até pela comunidade de colaboração, as duas falanges terão que empreender, porventura, campanhas semelhantes». (N.º 10 – 15/III/22).*

Slhi

Texto 11

«*SEARA NOVA*»

Tendo-se reconhecido a necessidade duma maior unidade de doutrina e dum *controle* mais eficaz de todos os artigos destinados à publicação, foi decidido pelos membros do grupo *Seara Nova* que o número dos directores desta revista se reduzisse ao estritamente indispensável. (1) Ficou, pois, esse grupo constituido por todos aqueles que poderiam consagrar à *Seara Nova* um esforço mais contínuo, os antigos directores Câmara Reis, Faria de Vasconcelos, Jaime Cortesão e Raúl Proença, a que se junta hoje o nome cheio de prestígio do espírito mais lúcido, mais penetrante e mais sólido da moderna geração, o homem que, nos seus admiráveis *Ensaios* de 1919, fez a crítica do pensamento nacional, o inventário das nossas mais perigosas ilusões e das nossas mentiras mortais, o processo minucioso da decadência do nosso escol, e marcou algumas das directrizes fundamentais da reforma a realizar. Não podemos ocultar que essa adesão preciosíssima representa o maior triunfo ainda obtido pala *Seara Nova*. Efectivamente, nenhum dos homens da *Seara Nova* ignora que as suas conquistas se têm de reduzir nos primeiros tempos aos verdadeiros valores da *élite*. Mas também nenhum desses homens desconhece que quando o nosso grupo tenha obtido a adesão de cinco ou seis criaturas do valor de António Sérgio – não só literatos, não só artistas, não só eruditos – mas sobretudo homens que tenham a capacidade das ideias gerais, o interesse das

---

(1) *Deixaram então de figurar na direcção da* Seara *os nomes de Aquilino Ribeiro, Augusto Casimiro, Ferreira de Macedo, José de Azeredo Perdigão e Raul Brandão.*

Slhi

questões políticas, o maior idealismo de doutrina unido ao mais objectivo realismo dos processos, e uma energia inflexível posta ao serviço da salvação nacional – nesse dia a crise portuguesa entrou, decididamente, em caminho de solução. Foi sempre assim, em todos os tempos da história; o próprio cristianismo, a maior empresa colectiva realizada, na esfera das consciências, pela civilização, partiu nas suas origens dum apostolado de doze homens. Antes de imprimir uma nova direcção à vida de todo um povo, – constituir o escol que lhe há-de dar essa direcção.

Todavia, nem a redução do número dos antigos directores, nem a adesão de António Sérgio alterarão a linha doutrinal e os processos de combate construtivo até aqui seguidos pela *Seara Nova*. À *Seara Nova* ficará – não precisamente o que os seus detractores pretendem que ela seja, mas o que dela quiserem fazer os seus fundadores. Continuaremos, pois, a ser democratas – quer dizer, a reconhecer apenas como válidos os actos governativos aceites e impostos por uma *opinião pública* esclarecida – *o que é justamente o contrário da demagogia,* que consiste no domínio dos corrilhos e no sectarismo das paixões políticas. Continuaremos a ser republicanos de tendência socialista – quer dizer, a aceitar o princípio da intervenção do Estado na regulamentação das actividades, para pôr termo na medida do possível à anarquia económica, e estabelecer progressivamente a maior justiça distributiva compatível com as condições necessárias de todo o trabalho colectivo e os interesses da produção – *o que é justamente o contrário do bolchevismo,* pois que nem este admite qualquer espécie de «progressividade», nem procura realizar, no fundo, a justiça distributiva, nem respeita as condições reais do exercício das actividades económicas. Continuaremos a ser partidários duma profunda reforma nacional – quer dizer, duma modificação estrutural orgânica da nossa vida colectiva – *o que é justamente o contrário dos intuitos que têm presidido aos vários movimentos*

SIhi

revolucionários de todas as cores políticas, pois que estes só procuram alterações nas tabuletas ou no predomínio das clientelas. Continuaremos finalmente a manter no problema *político* da religião, isto é, nas relações entre esta e o Estado (e seja qual for a atitude religiosa, a-religiosa ou anti-religiosa, *dentro da esfera das doutrinas filosóficas*, de cada um de nós) a mesma independência e respeito por todas as crenças, por todas as descrenças e por todas as afirmações adversas ao espírito da religião – *o que é justamente o contrário do proselitismo sectário*, que pretende instituir em modos de ser obrigatórios simples convicções pessoais.

Continuaremos assim:

– a aceitar como bons os métodos governativos da democracia, e portanto a intervenção da vontade geral da nação, sob a forma de *parlamento político,* nos actos de legiferação e administração nacional, ainda que reconheçamos a necessidade de essa vontade ser esclarecida pela competência dos melhores, e de uma colaboração efectiva organizada entre os políticos e os representantes das profissões, reunidos numa espécie de *parlamento técnico,* de missão esclarecedora e consultiva, com direitos de proposição, mas sem voto deliberador, pois que o congresso político continuaria a ser o único órgão supremo do *controle* e da vontade nacional.

– a defender a necessidade de coarctar os abusos da riqueza, opondo-nos assim ao *laissez faire, laissez passer* do liberalismo económico. Reconhecemos em toda a sua plenitude a propriedade dos instrumentos de consumo, e, como exigida (pelo menos) pelo estado actual do mundo, a propriedade dos próprios instrumentos de produção, mas não esquecendo: *a)* que o direito de propriedade não é um absoluto, e que portanto ele tem de se limitar, e «constitucionalizar», por assim dizer, por um conjunto de medidas que lhe fixem o exercício, lhe marquem as indispensáveis restrições, lhe tirem o seu carácter soberano e irresponsável, e o impeçam de colidir com o maior bem da comunidade; *b)* que o direito de herança

Slhi

deve ser limitado ao indispensável para constituir um móbil da actividade individual, devendo ser suprimido sempre que se reconheça à evidência que ele não tem nenhuma influência benéfica na produção ou na conservação das riquezas;

– a combater enèrgicamente todos os motins revolucionários e a própria ideia de salvar a Pátria por métodos catastróficos – essa ideia brutalmente absurda de que o que é preciso é uma limpeza geral, um mundo novo formado sobre os escombros do mundo velho, sem se saber nem *para quê,* nem *porquê,* nem *como,* nem *com quem*;

– a afirmar a independência da religião e da política. Há na *Seara Nova* quem seja religioso, a-religioso e anti-religioso (entendendo por este termo a concepção dos que consideram a atitude irreligiosa, não só como a única compatível com a ciência, mas como moralmente superior à religiosa). Mas nem os religiosos pretendem uma confissão do Estado, nem os a-religiosos a transposição do seu irreligiosismo doutrinal em anti-religiosismo político, *porque tudo isso são formas diferentes da mesma tirania dogmática e da mesma invasão ilegítima do Estado nos domínios invioláveis da consciência*;

– finalmente, continuamos a desejar a organização e predomínio duma *élite* generosa, inteligente e sabedora; a disciplina social, fundada na disciplina intelectual, na moralidade governativa e na prática da justiça; a combater a política de expedientes ou de tendências vagas e indefinidas; e a não crer na eficácia de uma obra de governo que não seja a execução de um plano sistemático, com ideias concretas de administração, e préviamente propagado num contacto imediato com a opinião pública.

Seremos, pois, o que sempre temos sido até aqui – não por teimosia, mas por convicção. Todos os que julgaram que outras ideias defendiamos, ou nos não leram, ou nos não souberam ler. Aos primeiros pedimos

Slhi

a abstenção na crítica; aos segundos, um esforço de compreensão (1).

(N.º 22 - IV/23)

(1) Reproduzido em *Páginas de Política* (2.ª série, p. 255-260) de Raul Proença.

SIhi

Texto 12

NO GOVERNO

Por várias vezes a *Seara Nova* tem sido solicitada a colaborar no governo. A essas solicitações tem ela oposto invariàvelmente a sua recusa terminante, porque a todos os argumentos se têm sobreposto sempre a firmeza dos seus princípios ou o simples sentido das conveniências morais. Também o sr. Álvaro de Castro entendeu que devia dar à *Seara Nova* a honra de convidar para o actual ministério um dos seus mais categorizados membros, o sr. Jaime Cortesão. Recusou este *in limine,* alegando, entre outros motivos, que era convicção da *Seara Nova,* já tantas vezes manifestada, que os problemas nacionais se não resolviam parcelarmente, mas integrando-os numa obra de conjunto. Não se deu por vencido o sr. Álvaro de Castro, retorquindo que ao nosso grupo seriam dadas, não uma, mas três pastas (instrução, guerra e agricultura), duas das quais constituiriam realmente os eixos móveis dos nossos mais instantes problemas nacionais. Então o sr. Jaime Cortesão apelou para a decisão dos seus amigos, que foram de parecer que, nestas condições, tendo a *Seara* possibilidade de pôr em prática algumas das medidas mais essenciais do seu plano de reformação, e dando-se ainda a circunstância de terem sido frustrados, mas não definitivamente afastados, o perigo e a vergonha dum golpe militar em benefício dum partido, e chefiado por um aventureiro político serventuário da Finança, *o que seria a maior alteração de ordem moral que se teria produzido neste país,* não cabia ao nosso grupo o direito de manter a sua recusa a colaborar numa governação nacional. Persistir nela, sem motivo plausível, por simples desejo de «torre de marfim», seria dar razão àqueles que insistentemente nos

Slhi

chamam teóricos e nefelibatas, e desconfiam da nossa capacidade de realização. Ora já desde o primeiro número desta revista vimos dizendo que «uma acção social verdadeiramente fecunda só a podem exercer, num país desiludido como o nosso *(et pour cause)*, aqueles que se apresentam ao público com mais alguma coisa do que teorias, livros e discursos – com *actos* em que se revele competência, discernimento, audácia, capacidade criadora e perfeita dedicação ao país... Este país ferido na sua grande massa por um justificadíssimo cepticismo, que lhe vem de todos os programas políticos irrealizados, de todas as maravilhosas intenções frustradas, de todas as teorias naufragadas na maior crise de inércia e incapacidade que ainda viu um povo – este país já não confia, nem pode confiar, na simples actividade teorizante.»

Até agora havia para a nossa recusa imperiosas *razões*; neste momento passaria a haver apenas subterfúgios, habilidades, ou falsos pretextos criados pela consciência da própria incapacidade ou pelo comodismo. Demais, não aceder agora ao convite feito, era apressar porventura o desfecho sinistro da crise, levar a razão a escolher entre o dilema que ùltimamente lhe vem sendo posto entre o regime dos arruaceiros e dos demagogos, e a tirania das ditaduras militares, orientadas por interesses anti-racionais e servidas por políticos corruptos.

Evidentemente que o ministério do sr. Álvaro de Castro não é positivamente o ministério ideal, o que teria saído da cabeça de Júpiter, se Júpiter se desse ao trabalho de pensar na solução dos nossos problemas nacionais. Mas não julgamos que tão cedo os nossos governos saiam da cabeça de Júpiter; temos de nos contentar, por ora, com as contingências que ao verdadeiro ideal nacional fixam as nossas tristes realidades políticas. Quem procura apenas intervir nas condições ideais, arrisca-se a não intervir nunca, e manifesta, além do mais, a sua inadaptação social e a sua incapacidade de modificar a realidade.

SIhi

A *Seara Nova* está, pois, representada no ministério, [1] e está representada *para defender o seu ponto de vista de política geral e para pôr em prática os seus planos concretos de reformação.* Quando a *Seara Nova* se convencesse de que os seus esforços eram inúteis, que os seus planos não eram aceites, que tinhamos de continuar a viver neste regime de baixa oligarquia financeira que deu o escândalo tremendo das 400.000 libras, [2] sancionado por monárquicos e republicanos, o caminho estar-lhe-ia naturalmente indicado. Ela deixaria então de colaborar, e ergueria, ainda mais alto e com maior autoridade, o seu protesto, não para se juntar aos demagogos, aos jacobinos, aos irrequietos, aos ambiciosos, aos comediantes, mas a todos os Homens Livres de Portugal que aspiram a dignificar a Pátria em que vivemos. Ao contrário de certos políticos, manteremos no governo a nossa atitude da oposição. Deixamos a dialéctica dessas distinções aos que presam a Jano de duas caras – aos que não têm, afinal, cara nenhuma.

(N.º 28 - XII/23)

---

(1) O ministério Álvaro de Castro ficou totalmente constituído a 28 de Dezembro de 1923. Presidente do Conselho e ministro das Finanças: Álvaro de Castro; Interior: Sá Cardoso; Justiça: José Domingues dos Santos; Guerra: major Ribeiro de Carvalho; Marinha: comandante Pereira da Silva; Estrangeiros: Domingos Pereira; Comércio: António da Fonseca; Colónias: Mariano Martins; Instrução: António Sérgio; Agricultura: Mário de Azevedo Gomes; Trabalho: Lima Duque.

(2) Alusão a uma dívida de 430.000 libras contraída por vários bancos junto do Estado em 1919 e cuja restituição estava sendo protelada. A 15 de Abril de 1924, o governo de Álvaro de Castro intimaria as entidades devedoras a regularizar a situação. Ver: A Acção financeira do governo de Álvaro de Castro, *1925, p. 27-29.*

Slhi

Texto 13

O GRUPO «SEARA NOVA» AO PAÍS

PORQUE RAZÃO ABANDONARAM O GOVERNO OS MINISTROS INDICADOS PELO GRUPO AO SR. PRESIDENTE DO MINISTÉRIO

Em volta da saída do Governo dos dois primeiros Ministros da Instrução e da Agricultura do Gabinete de Álvaro de Castro, ocorrida em 28 de Fevereiro, aventaram-se hipóteses, esboçaram-se gestos de surpresa, e bordaram-se considerações de certo desfavor, que obrigam a *Seara Nova* a acrescentar às notas que tornou públicas pela imprensa, em 26 e 27 daquele mês, (1) os esclarecimentos que seguem, e que visam a colocar esta questão em seus devidos termos e verdadeiro significado, perante a opinião independente. Já o abandono do Gabinete por parte do Ministro da Guerra, o major Ribeiro de Carvalho, que também o grupo havia indicado ao Chefe do Governo, não pareceu assim estranho, e não surpreendeu ninguém, embora o lamentassem todos os Portugueses que têm por aquele oficial a consideração que merece; pareceu a sua saída um acto lógico e feito a tempo, acolhendo-o a opinião pública

---

(1) *«Como esclarecimento à nota oficiosa de ontem, e confirmando-a, a comissão política da «Seara Nova» declara, conforme foi sempre sua opinião, que, no dia em que o «Parlamento» aprove a proposta da promoção dos sargentos, os seus ministros deixarão o Poder. Assim se explica também porque aqueles ministros não acompanharam o Sr. Ribeiro de Carvalho quando este deixou o ministério. Seja, porém, qual for a atitude a que a forçarem os acontecimentos, a «Seara Nova» continuará prestando ao sr. Álvaro de Castro todo o seu apoio, enquanto reconhecer que S. Exa. prossegue no caminho já encetado de moralização administrativa e implacável defesa dos dinheiros públicos».* (Diário de Lisboa, *27-2-1924*)

Slhi

como perfeita afirmação de inteireza de carácter. Por isso mesmo nada há a explicar a seu propósito, nem até que referir o facto, senão pelas relações que ele possa ter com esse outro acto subsequente, de que vem tratar em especial este manifesto.

A *Seara Nova* é um agrupamento, pequeno em número mas forte em convicções, empenhado no estudo da vida nacional, com a ambição, que julgamos legítima, de ajudar a melhorá-la, para bem de todos nós; tem documentado com os seus trabalhos e os seus actos o empenho que a anima e os propósitos que sustenta. Foi a penúltima afirmação do seu esforço a *Carta Aberta ao actual Presidente da República,* (2) documento a que não há negar, supomos, seriedade e profundeza; e a última, enfim, o seu concurso (por um convite que, em nosso entender, tanto a honrou a ela como a quem o fez), ao governo Álvaro de Castro. O que representava para nós, desde que as circunstâncias o permitiram, essa entrada na governação? O governar de qualquer modo, ao sabor de qualquer corrente, para simples satisfação da vaidade de ser governo? Não, evidentemente: que a isso se não amoldavam os princípios que apregoamos e aos quais vimos tributando o mais íntegro dos respeitos. Governar, para nós, seria, na *política especial* de cada ministério, primeiro: colocar à frente da administração pública quem oferecesse garantias de valor moral, de inteligência, de saber e de trabalho – (e é caso de perguntar aqui, aos desapaixonados e aos de boa fé, quando feito o honesto desconto à curteza da experiência, se iludimos esta parte do nosso programa, indicando para as pastas da Guerra, da Instrução e da Agricultura os três nomes que indicámos ao Sr. Dr. Álvaro de Castro?); governar seria depois para nós, na medida em que as circunstâncias o permitam, em matéria de *política geral* – de que não era lícito abstrair

(2) *Reproduzida no cap. III do presente volume.*

Slhi

em qualquer caso – tentar libertar o Executivo de todas as nefastas influências de que até aí frequentes vezes se mostrara dependente, com grave prejuizo da elevação da nossa política, do prestígio do poder, e (com a crescente desmoralização na administração do Estado) da sua capacidade educativa junto das classes sociais.

Quer isto dizer que, sem nos lançarmos precipitadamente atrás de um óptimo irrealizável, mas sem nos prendermos, também, às transigências e aos compromissos de um passado que não era o nosso, anteviamos nesta matéria um programa mínimo de realizações imediatas, a cujo cumprimento nos atinhamos com firmeza; e quer isto dizer outrossim que nenhuma atitude governativa de que resultasse quebra de prestígio para esse poder, de que participávamos, poderia vir a ser sustentada e bem aceite por nós outros. Concretizando, tais realizações não passavam de momento da adopção de medidas que seguramente conduzissem à moralização administrativa e à implacável defesa dos dinheiros públicos, podendo dizer-se que era este também o programa mínimo do Sr. Álvaro de Castro, a sua aspiração dominante, a qual ainda hoje o acompanha, segundo supomos.

Abra-se a propósito um parêntese, para esclarecer nesta altura a atitude actual da *Seara Nova:* entendemos que o facto de ter abandonado o Governo, para não prestar solidariedade a determinados actos a que o força o ambiente político de que ele depende, não implica, não pode implicar só por si, que se desconheçam as intenções honestas do seu Chefe e os esforços que vem fazendo para ser útil ao País; simplesmente, os campos estão agora bem estremados: convidados pelo Sr. Álvaro de Castro para o seu ministério, somos hoje forçados a concluir pela experiência que não está S. Exa. tão liberto de peias partidárias, e tão capaz de impôr-se na política portuguesa, que possa garantir – apesar da sua boa vontade – aos seus colaboradores (quando estes tenham, como sucedia

Slhi

com os Ministros que lhe indicámos, um passado que politicamente os não entibie no presente) aquela atmosfera de independência de que absolutamente carecem, para que não desvirtuem com os seus actos os rígidos princípios a que devem obediência. Esta é, em sua nudez, a situação.

Temos pois (retomando a exposição dos factos) que entraram para o Gabinete Álvaro de Castro os ministros da Instrução e da Agricultura, exonerados agora a seu pedido, com o pleno convencimento de que iriam participar numa política de rigorosa redução de despesas (a única compatível com a situação do Tesouro), *e de que essa política seria tão pronto como o próprio Governo a promovê-la, o Parlamento,* mòrmente a maioria parlamentar, da qual depende a estabilidade do primeiro; entraram crentes também, e nós com eles, de que todas as receitas a criar seriam propostas em Câmaras, e por estas votadas, com o exclusivo fim; primeiro, de procurar extinguir o «déficit» do Estado, referido aos encargos então existentes, *e não a encargos novos;* segundo, de promover obras de fomento no País, visto como a situação actual, tornando necessária, inadiável por vezes, a efectivação de despesas produtivas, criadoras de riqueza, do mesmo passo condena qualquer despesa nova de carácter improdutivo; entraram, finalmente, certos de que vinham fazer parte de um Governo que de facto governasse, isto é: possuidor da força necessária para rebater com decisão quaisquer imposições surgindo franca ou veladamente em seu caminho, assim apostado esse Governo, antes de tudo, em dignificar finalmente o desacreditado exercício do poder. Nesta crença se dispuseram a trabalhar, e foram de facto trabalhando, bastante conhecedores, de resto, do meio viciado em que vivemos para que contassem de antemão com as hostilidades que haviam de sair-lhes ao encontro: de ânimo pronto, pois, tanto para as ironias dos que, incapazes de submeter-se à disciplina do estudo, entendem ridicularizar os estudiosos, como para as diatribes e para o

Slhi

desforço daqueles a quem houvessem de ferir em seus interesses ilegítimos, e para as próprias calúnias de que muitos se fazem eco neste país, quando aceitam *a priori* que tem de ser, desde logo, desonesto, todo aquele que surge um dia como homem de Governo.

Assim, o primeiro conjunto de medidas com o objecto de reduzir as despesas públicas, prenúncio de mais largos voos, mereceu toda a colaboração daqueles Ministros, e todo o nosso apoio, sendo ainda (convém repeti-lo) por iniciativa dos representantes da *Seara Nova* no poder que o Governo resolveu, pelas comissões chamadas *de economias*, estudar a sério as possibilidades de redução dos quadros, posta uma vez mais a questão fundamental – que ainda até hoje não logrou resposta – de saber-se se é justo, se é moral, que pague o Estado tão pouco aos funcionários que trabalham e que cumprem, para manter com tratamento idêntico muitos que recebem desmedidamente, em relação ao nada que produzem.

Nisto se estava quando surgiu, pouco tempo decorrido, a chamada *questão dos sargentos* (3), que, por demais agitada no Parlamento e na Imprensa, não carece de ser exposta aqui em pormenor; depressa vimos, pelo rumo que as coisas levavam, que era esta a primeira questão séria que se levantava, perante os princípios que deixámos esboçados e nos cumpria defender no ministério. Susceptível tal questão de encarar-se sob os três aspectos, técnico, financeiro e moral, logo sucedeu que sob todos eles foi, quanto a nós, a solução encontrada a pior solução. Com efeito: *tècnicamente,* estando afecta ao Parlamento uma proposta de remodelação do Exército fundamentada em estudos de toda a seriedade, a qual implicava a remodelação dos quadros (com a possível redução do número dos oficiais), não era admissível uma promoção assim feita, apressada e inoportuna; *financeiramente,* obrigando-se o Governo (e com

(3) *Tratava-se de um projecto de lei relativo à promoção de sargentos. O ministro da Guerra declarara que se demitiria se a Câmara dos Deputados o votasse.*

Slhi

ele a maioria parlamentar, visto que lhe dava o seu apoio) à mais estrita economia, tão pouco havia que pensar em tal medida, que implicava um aumento de despesa considerável; *moralmente* (e não era este o menos importante dos aspectos) também não podia o projecto ter seguimento, porquanto dos próprios debates resultava nítida, insofismável, a impressão de que de facto se tratava, em holocausto a compromissos anteriores, (às transigências de sempre que tanto condenámos) de dar satisfação a determinados membros de uma classe, aliás respeitável, como pagamento de serviços prestados ao Regime, – fórmula usual contra que sempre ergueremos o nosso protesto de convictos republicanos, pois que jamais compreendemos a legitimidade, sequer ao menos a inteligência, de considerar como favores a pagar, como benemerência a reconhecer, os sacrifícios de qualquer indivíduo pela causa que diz ser sua, aquilo mesmo que só deve, para ser nobre e respeitável, partir de uma dedicação sincera que coisa alguma poderá pagar, precisamente porque não é de um *artigo de compra* que se trata.

Postas assim as coisas, sem sombra de disfarce surgia para nós a situação, perante os factos consumados, como insustentável; e aliás, como se ainda isto não bastasse, era agora sobre o próprio Governo que se adensavam também as grossas nuvens, as quais em breve se poderiam resolver todas, ao que previámos, em novo e maior desprestígio da função gover nativa.

Só agora publicamente nos referimos a esse facto, mas muito contribuiu ele também para levar-nos ao convencimento da improficuidade da nossa missão. Primeiro os funcionários dos correios, depois os de várias repartições públicas – o aspecto é sempre o mesmo – uns e outros se lançaram em greve, mais uma vez para imporem aumento de salários. Quem duvida aí que é o funcionário do Estado um daqueles que mais sofre com a situação presente da vida?Mas quem

Slhi

há também aí que ainda acredite que não é, para ele próprio, uma perigosa ilusão a simples melhoria de vencimentos? Pois não será exemplo de ontem que toda essa melhoria a absorverão de pronto os fornecedores indispensáveis? E fará sentido, por outro lado, que se pense em pagar mais sem haver primeiro realizado a redução do funcionalismo a que fizemos referência? E ainda que, depois de se haver imposto em nome da salvação pública, aos portadores da nossa dívida, a redução dos juros do empréstimo, pensem o Governo e o Parlamento em criar novos encargos improdutivos, quaisquer que sejam as receitas inventadas para cobri-los? E se há margem para tais receitas, não seria mais inteligente e mais moral que as empregasse o Estado em dotar convenientemente os serviços de abastecimento *e os das cooperativas de consumo,* por maneira a influir directamente no embaratecimento da vida? Perguntas todas são estas que oferecemos à consciência, ao livre exame de quem nos lê.

Entretanto, o que julgavamos iniludível é que ia criando foros de cidade o princípio de constituir um remédio que não falha, para o conseguimento de melhoria de salário por banda do Estado, o de se declararem em greve, ou mansa ou agitada, aqueles que essa melhoria pretendem ter; e o que se impunha ao nosso espírito é que não podíamos nós, *Seara Nova,* figurar em um Governo, este ou qualquer outro, que concorresse, pela sua atitude, para tornar de cada vez mais firme esse princípio tão nefasto.

Deixaram pois, pelo que fica exposto, o gabinete Álvaro de Castro os seus primeiros Ministros da Instrução e da Agricultura, fazendo-o coerentemente, fazendo-o oportunamente. Mas é preciso que se diga, em nome da verdade, que jamais o fizeram porque a qualquer deles falecesse o ânimo para a resolução dos problemas relativos às pastas que sobraçavam, pois que na técnica dos seus ministérios, como na vida de relações de cada um deles, nenhum dos obstáculos que encon-

Slhi

traram lhes pareceu insuperável; bem pelo contrário, tudo o que tinham feito e observado só podia servir-lhes de incentivo para se manterem nessa posição a qual haviam (coisa um pouco nova para o nosso meio), *por direito* conquistado. Saindo do Governo nestas condições, representou a sua saída um verdadeiro sacrifício: homens de acção que sempre foram, inteiramente dedicados, um deles à causa da educação nacional, o outro à do fomento agrícola do País, cônscios ambos do caminho a seguir e certos também de que em nenhuma outra posição, melhor do que naquela, seriam capazes de pôr em prática os planos amadurecidos por um aturado estudo, esse sacrifício que se lhes impôs foi o mais pesado que pode exigir-se a homens da sua têmpera: o sacrifício, momentâneo embora, da renúncia. O que ele representa, cremos que pode avaliá-lo qualquer espírito lúcido e qualquer consciência sã; e julgávamos também que, ao menos por ele, conseguiriam de todos os campos o respeito a que têm jús. Mas nem isso lográmos: nem eles, nem nós. Ao serem substituídos os dois Ministros, perguntava um partidário no seu jornal em nome de quê havíamos nós ido ao Governo, – nunca ele percebera o que podia ter-nos dado direito a ascender assim à situação ministerial; e logo um outro jornal, de apoio hábil à situação, acrescentava ser impressão sua que ficava agora, com a recomposição feita, mais firme o Gabinete, por mais homogéneo naturalmente, e mais integrado no ambiente parlamentar.

Com que fidelidade assim retratam a situação, um com a sua dúvida persistente, o outro com a sua observação perspicaz! É que, na verdade, à política portuguesa, com as suas características dominantes e suas desastrosas ligações com o passado, não pode em rigor convir a cooperação daqueles que, mantendo-se até aqui na situação previlegiadamente educativa de espectadores, não se encontram eivados dos mesmos vícios e sujeitos à mesma intoxicação do meio deletério, com que essa política, por um lado se debate, e no qual, por outro, ela respira.

Slhi

Acreditamos piamente, sem qualquer paralelo depreciativo entre os que entraram e os que sairam, que esteja mais firme agora o bloco *governo-maioria parlamentar*, e que já não seja assim fácil que surja uma voz discordante adentro dele.

Mas aquilo que perguntamos a nós próprios – o mesmo que perguntaríamos à Nação se desperta enfim, e interessada nos seus próprios destinos, ela quisesse responder-nos, – é se estará sempre igualmente disposta a consciência nacional a mostrar-se assim concorde, e assim contente, com o andamento da coisa pública, e com a obra dos políticos que se permitem criticar-nos, depois de terem levado o País ao estado em que se encontra agora?

Sabemos que a resposta da Nação não vem, – pelo menos que não vem ainda; e é afinal por isso mesmo que nós aqui andamos labutando; para que ela acorde, para que se interesse, enfim, por aquilo que é verdadeiramente seu. Continua pois o nosso esforço: não desfalece, e julgamos até que é agora o regime das marchas forçadas aquele que mais lhe convém. Isto porque receemos, tomados de negro pessimismo, que possa vir tarde de mais aquele necessário despertar? Apenas porque a observação dos factos nos convence de que, quanto mais demorar em tornar a si essa consciência da Nação, para que apelamos, tanto pior para todos nós.

O GRUPO SEARA NOVA

(N.º 34 - 9/IV/24)

Slhi

Texto 14

DISCURSO DE JOSÉ RODRIGUES MIGUÉIS (1)

Em volta da *Seara Nova* há um grupo de rapazes que seguem atentos a sua obra e aplaudem a sua doutrinação. Carece o facto de ser agora explicado.

As condições em que surgiu na vida portuguesa a *Seara Nova,* não me cabe a mim explicá-las aqui e são de resto sobejamente conhecidas: um caos governativo presidindo a um caos moral, económico e mental; a Nação desorganizada entregue à mais sistemática de todas as desgovernações; a República sofrendo todas as consequências más dos erros acumulados através do tempo, agravados agora pelo desvairamento ou pela corrupção de uns políticos e de muitos cidadãos.

Se o problema era e é primàriamente um problema educativo ou cultural, – como afirma António Sérgio – ou ainda económico, – como parece concluir Ezequiel de Campos, – a verdade é que a cadeia dos males nacionais é tão fechada que não podemos perder tempo a discutir «por onde se há-de começar a abrir-lhe a brecha».

Parece-me pois que a *Seara Nova* surgiu exactamente para levantar o espírito da Nação a um estado de consciência activa, no qual, – e dentro das formas *nìtidamente democráticas* pelas quais pugnamos, – lhe fosse possível começar o ataque aos erros antigos e modernos da nossa vida colectiva.

Tomando essa atitude de combate construtivo, a *Seara Nova* tornou-se desde logo um instrumento racionalizador da política portuguesa, – e portanto um esteio da inteligência

---

(1) *O discurso de que aqui se reproduz largo extracto foi proferido por ocasião do quarto aniversário da* Seara Nova.

Slhi

no seu combate ao romantismo dissolvente da política; foi uma bandeira de reacção contra as mentirolas da retórica política e, sempre defendendo a República, procurou, através de dificuldades bem sensíveis, construir um programa de acção.

Com isto, creio bem, e por isso aqui estou eu, e outros como eu, ela não quis constituir-se em partido político. Cabia-lhe e cabe-lhe na sociedade portuguesa um papel demasiadamente vasto para se conformar dentro das preocupações vulgares dos organismos partidários. O que não representa, de nenhum modo, o repúdio de qualquer intervenção na política activa, sempre que o requeiram, como já sucedeu, as condições da vida nacional.

Da atitude moral dos homens da *Seara Nova;* do seu desejo firme de bem servir a Nação e a República; da autoridade intelectual de que todos os seus orientadores vinham revestidos; do seu alheamento em relação às clientelas e às operações partidárias; do seu estofo pedagógico, da sua independência em matéria económica e religiosa, – proveio que desde logo ela se apresentasse ao espírito de muitos homens novos como uma promessa e garantia de renovação do espírito da política portuguesa.

Ela não pode agradar a certas categorias de pessoas – aqueles licenciados em jurisprudência que Camilo zurziu, desenhando-lhes cruelmente a atitude de subserviência em relação aos políticos, na esperança do emprego.

Mas a sua independência impôs-se simpàticamente a muitos novos, das escolas e de fora das escolas. Seja-me consentido dizer de passagem que, da maneira como a Escola existe em Portugal, não há muito a esperar dos moços para o serviço da grei: eu vim ontem de lá – sei o que é a Escola e o que são os escolares. Quando falo de gente nova, lembro-me por igual dos que estudam, ou fingem estudar, e com ternura dos que, fora das escolas, trabalham pelo bem da Nação ou pelo pão de cada dia.

Slhi

Estes quatro anos de esforços tenacíssimos, orientados todos eles pelo espírito a que me referi, representam uma excepção na vida mental do nosso País e são a justificação do programa da Revista.

Através da hostilidade silenciosa de uns e agressiva de outros, equilibrando-se entre os ataques dos inimigos do regime e dos próprios republicanos que teimam em não ver nela uma voz dignificante para a República, – sofrendo todas as tremendas dificuldades materiais do presente e dos últimos anos – sem, para vencê-las, se socorrer da caridade pública nem dos auxílios aliciadores de quaisquer potentados, – a *Seara Nova* prosseguiu serenamente na sua obra de criação de uma *opinião republicana* em Portugal.

O regime republicano é essencialmente um *regime de opinião,* sobretudo quando o voto se tornou um instrumento de corrupção política, como entre nós, reduzido a privilégio de meia dúzia de cavalheiros que tomam à sua conta o papel de fazer mecânicamente a representação nacional, – que chamaríamos, com mais propriedade, a representação das clientelas partidárias.

Ora essa opinião, que não existe em Portugal, ou se existe dorme o sono hipnótico de que só aparentemente conseguiu arrancá-la a vinda da República, – essa opinião republicana, fiscalizadora e orientadora do governo, tem de ser criada!

Para nós, a *Seara Nova* é como que o embrião dum grande órgão jornalístico que, exercendo a sua acção fora dos partidos, das classes, dos interesses e das religiões, – conseguisse levar a todos os espíritos um pouco de luz, de conforto e de verdade. Jornal republicano, ele seria para os cidadãos um bom conselho e um bom estímulo – sem lhes pedir em troca o seu voto e a sua consciência, sem os forçar a ignorar o que é preciso que se saiba em Portugal. Enquanto – e nestas palavras não envolvo condenações para quem quer que seja, – a imprensa se vê, hoje, forçada a servir as empresas –

Slhi

– políticas, religiosas ou interesseiras, – que dispõem de capitais e de influência, esse jornal seria uma voz independente e livre, afinando ùnicamente pelo diapasão da verdade e da justiça.

Tem sido isto, dentro de limites acanhados, a Revista *Seara Nova*. Dar-lhe pois o nosso alento, sustentá-la nos momentos de luta, servir o seu espírito divulgando-a, permitir-lhe o progressivo melhoramento material aumentando a sua expansão, – são deveres que nos cabem e que buscamos cumprir honestamente, são deveres cujo cumprimento conduz necessàriamente à formação duma atmosfera de sinceridade e de honestidade na vida pública portuguesa.

(N.º 57 - 24/X/25)

Slhi

Texo 15

PROPAGANDA

O grupo de amigos que rodeiam a *Seara Nova* reconhece a necessidade de se dar a mais larga expansão às doutrinas desta Revista. Parece-lhes que não basta, para isso, a letra redonda, com a distância material que põe entre público e escritores, e a impossibilidade quase completa de úteis controvérsias e debates, que a timidez impede e a pena pouco experimentada atraiçoa muitas vezes. Pretendem pois levar a todos os distritos da República, onde seja possível, por meio de conferências e comícios, a difusão do espírito e dos ideais da *Seara Nova,* facilitando assim a quantos se interessam pela Revista e aos que vivem fora dela e até dela ignorantes, maneira de melhor conhecerem os seus homens e os seus pontos de vista, e alcançando a forma de discutir e esclarecer por toda a parte aquilo que, na atitude política e social desta Revista, careça de ser melhor conhecido e julgado pelo público.

Com este objectivo, cuja realização os amigos da *Seara* julgam absolutamente indispensável não só à vida deste Grupo, mas, sobretudo, ao progressivo melhoramento do espírito republicano e esclarecimento das questões nacionais, – torna-se necessário organizar desde já uma lista de cidadãos que subscrevam mensalmente uma quota mínima, que poderá ser de 5$00, para o cofre de Propaganda, que terá por *fim exclusivo* subsidiar as excursões a todos os lugares do País, onde elas possam realizar-se com proveito.

Dentro em breve enviaremos circulares aos nossos amigos das províncias, e desde já prometemos voltar ao assunto, dando nestas colunas, às adesões que formos recebendo, a publicidade que se julgar conveniente.

Slhi

Aqui fica, pois, o nosso apelo, que esperamos ver seguido pelos dedicados amigos da *Seara Nova.*

A COMISSÃO DE PROPAGANDA:
Raúl Proença, David Ferreira
e *Rodrigues Miguéis.*

(N.º 61 - 21/XI/25)

Slhi

Texto 16

PROPAGANDA ANTI-FASCISTA

EM DEFESA DAS LIBERDADES ADQUIRIDAS

Depois duma semana de intensa propaganda anti-fascista, realizou-se na quarta-feira, à noite, no ginásio do Liceu Camões, uma grande sessão final, em que falaram a maioria dos oradores empenhados nessa obra de defesa das liberdades adquiridas. Com uma concorrência formidável, no mais extraordinário entusiasmo, recordando aos espíritos comovidos os tempos da propaganda republicana anterior a 5 de Outubro, essas centenas de homens comungaram no compromisso solene duma frente única contra esta ameaça: a implantação triunfante, em Portugal, do espírito, das violências e dos processos mussolinistas.

A «Seara Nova» teve o seu lugar nìtidamente marcado nessa sessão. Os seus oradores, Rodrigues Miguéis e Câmara Reys, foram escutados com o maior respeito e saudados calorosamente, porque, não lisonjeando o espírito simplista da multidão, pronunciaram, como todos ou quase todos os oradores, palavras límpidas, concretas, reçumantes de verdade, reveladoras de caracteres que nada devem nem nada temem, – palavras com a nudez impoluta de afirmações idealistas, aceitando a solidariedade, porventura momentânea, de outros homens sinceros, mas de credos diferentes, falange do mesmo ideal de liberdade. Se amanhã esses homens, ali unidos, divergirem profundamente na maneira de combater o fascismo e de remediar as causas mediatas e imediatas da sua eclosão na Europa e em Portugal – nunca poderão esquecer, por

Slhi

certo, a estreita camaradagem dessas belas horas, em que falaram às fileiras cerradas e inquietas do Povo, esquecidos da divergência dos programas, das paixões, das doutrinas, dos seus agrupamentos e partidos.

(N.º 80 - 27/III/26)

Slhi

Capítulo II

OS ACONTECIMENTOS POLÍTICOS: DO 19 DE OUTUBRO AO 28 DE MAIO

Slhi

SEARA NOVA

Pus o meu sapatinho no fogão... e deu bota!

SIhi

Fig. 3 - Capa do n.º 5 (24/XII/1921) da autoria de *Leal da Câmara*.

Texto 1

OS ÚLTIMOS ACONTECIMENTOS

Mais uma vez a mais perigosa das utopias levou este país à epilepsia da desordem. Já o tínhamos previsto. Nem foi surpresa para ninguém. Desta vez, porém, a impotência do movimento revolucionário revelou-se tão formidável, que eu julgo-o de incontestável benefício educativo para o país. Ele lançou talvez o definitivo descrédito sobre o processo. Pôs a claro as ilusões que o determinaram, as mentiras em que se baseia, as consequências que traz consigo. É um processo em franca liquidação. Não cremos que ele possa tornar a arrastar grandes massas de homens; e aos que nos perguntavam no dia seguinte à revolução se ela tinha sido o triunfo da *Seara Nova*, nós poderíamos ter respondido que sim: pois que contribuira, mais do que nenhuma outra, para demonstrar que só uma profunda acção educativa e social poderá trazer a este povo os benefícios que ele até agora tem esperado do motim e das revoluções improvisadas. A tese da *Seara Nova* recebeu mais uma confirmação. A gravidade dos factos compreendê-mo-la, mas não nos deixamos vencer por ela. Não cremos que seja este o último dia da nossa vida, e o dia de amanhã só tem – quem sabe? – que lucrar com as tristezas e as misérias do dia de ontem. Aprenderemos, fatalmente teremos que chegar a aprender à custa dos nossos desatinos e do nosso sangue. Experiência dolorosa, trágica, mas nem por isso menos salutar e necessária.

Não duvidamos das boas intenções dos organizadores do movimento revolucionário que acabou de se produzir. Simpatizamos com muitas das ideias do seu programa. Coincide em muitos pontos com a nossa a sua orientação política. Não

S]hi

podemos deixar de reconhecer a nobre e dolorosa verdade que há na sua condenação de todo o passado da República. Mas já no primeiro número da nossa revista afirmámos duma maneira categórica que «todos os processos de assalto revolucionário, em que o poder é tomado por surpresa, sem o esclarecimento prévio do país sobre as intenções dos seus dirigentes, só poderão esperar da nossa parte, e *sejam quais forem os princípios de que pretendam inspirar-se*, a mais formal e indignada condenação».

Não temos de alterar uma só palavra às afirmações que fizemos. Continuamos a acreditar que o país só poderá salvar-se depois duma profunda conversão das consciências, duma renovação da mentalidade, dum vasto movimento democrático em que todas as soluções sejam debatidas, esclarecidas e vulgarizadas; numa palavra, depois que se conquiste para um dado plano de reformação uma opinião pública perfeitamente consciente de si mesma, que permita a solução viável e segura de todos os problemas, sem receio de que, dum momento para o outro, falte aos «salvadores» a base da sua acção política. Continuamos a julgar que é um crime decidir da sorte do país sem o país ser esclarecido e consultado. Continuamos a rotular de «mosco» político o sistema que consiste em abrir as portas do Terreiro do Paço, na calada da noite, pela gazua das revoluções. Queremos fazer a revolução à luz do dia, por processos enérgicos, mas pacíficos, em que toda a consciência nacional colabore, e não admitimos nela os criminais-natos que buscam nos movimentos revolucionários uma derivante aos seus instintos anti-sociais e a satisfação das suas perversas tendências destruidoras.

E a verdade é que, quando um movimento sedicional se produz nas circunstâncias do actual, *por melhores que sejam as intenções dos seus dirigentes*, a baixa vasa humana dos sectários acha neles ocasião asada para exercer os seus instintos de morte e de rapina. Uma meia dúzia de homens caiu varada

Slhi

pelas balas dos assassinos (1). Prosternemo-nos perante os seus cadáveres. Choremos sobre todos eles as desditas da Pátria. Não perguntemos qual foi a sua política, quais os seus erros, e os seus nomes. Não nos atrevamos sequer a fazer distinções. Foram homens que cairam, vítimas dos erros e dos crimes de nós todos – dos deles próprios também. Vítimas de tudo o que fizemos e do que não fizemos; do que dissemos e do que calámos; do que praticámos e do que consentimos; do nosso egoismo e do nosso silêncio; da ignorância profunda em que deixámos o povo; da nossa falta de ideal, de espírito democrático e visão total das realidades. O sangue dos que cairam deve tingir as mãos de nós todos; e a sua última agonia devemos senti-la todos na garganta.

Nos lamentáveis sucessos cabe grande parte de responsabilidade aos dirigentes da Revolução. Porque o mais grave do caso é que podem não ter sido pròpriamente uns facínoras os homens que mataram António Granjo (2). Soldados broncos, sem nenhuma espécie de cultura, sem a menor noção das questões políticas e do grau de responsabilidade dos políticos nas desgraças nacionais, talvez julgassem que, se estavam empenhados, eles, *soldados da Ordem*, em fazer uma revolução contra o governo dum determinado homem, é porque esse homem era um criminoso culpado dos delitos mais graves. Exercendo esse selvagem morticínio, porventura eles teriam julgado praticar um acto de justiça sumária. Dura e tremenda

---

(1) António Granjo, presidente do Ministério; comandante Carlos da Maia; comandante Freitas da Silva, chefe de gabinete do ministro da Marinha; Machado Santos, herói de 5 de Outubro de 1910; coronel Botelho de Vasconcelos, antigo ministro do sidonismo.

(2) A partir de averiguações posteriormente empreendidas por Berta da Maia, viúva de Carlos da Maia, junto dos principais criminosos, quando estes se encontravam já condenados, veio a concluir-se que a chacina teria tido sua génese na acção de sectores monárquicos (Berta da Maia – As minhas entrevistas com Abel Olímpio «o dente de ouro», *Lisboa, 1928).*

Slhi

lição para os que, de aqui em diante, se lancem em movimentos revolucionários que podem armar, como este, os braços dos assassinos – dos que matam pelo prazer de matar ou pelo desejo de desforra, ou dos que assim praticam por considerarem tais actos perfeitamente justificados dentro da lógica e da moral revolucionárias.

O que vai sair de aqui? Quem é bastante estulto para esperar a salvação? Quem acredita ainda nas fraudes revolucionárias? Quem esperará ver nos ministérios que imediatamente se seguirem outra coisa que não seja ministérios de simples expediente administrativo? E isto quando a força das coisas e a própria lógica das circunstâncias nos não levarem para uma ditadura militar, com toda a opressão do sistema militar, e o predomínio dos interesses militares.

Nós, que fizemos o voto de dizer toda a verdade, e de conservar sempre acesa a sua chama luminosa, levantamos a nossa voz de protesto e acusação. Acusamos os de ontem e os de hoje. Os que ja fizeram o mesmo e agora o condenam nos outros, e os que, para corrigir os erros passados, começam por seguir os métodos do passado. Acusamos os partidos da oposição que conheciam o que se ia passar, e nada fizeram para evitar a catástrofe. Acusamos os que fomentaram todas as desordens, os que fizeram silêncio sobre todos os desvarios demagógicos (Afonso, Sidónio e tantos outros), que não tiveram uma palavra de condenação e de proscrição para os miseráveis que, dizendo-se seus partidários, desmentiam todos os sentimentos da humanidade. Acusamos os potentados da finança, os últimos dos pervertidos morais (exploradores, especuladores, açambarcadores, falsificadores, inimigos do Povo, criminosos sacrílegos) que vivem de sugar todo o sangue da nação pelas ventosas da sua ambição desmedida. Acusamo-nos a nós próprios por só agora termos tido este grito, por só agora jogarmos a bem da nação o nosso próprio destino.

Desanimamos definitivamente? Não, cremos ainda. E so-

Slhj

bretudo cremos na mocidade, que nós subtrairemos às ilusões sub-humanas do snobismo, por ser ela aquela parte da nação que melhor pode compreender o nosso gesto e as nossas palavras, por não ter feito ainda do coração a lama asquerosa onde vegetam os baixos sentimentos do egoismo e da rapina. Compete à mocidade portuguesa o destino mais belo do mundo: fazer duma nação vergonhosa, presa ao vilipêndio de todas as nações, uma nação humana e digna, capaz de se instituir em exemplo de virtude e de trabalho. Que a mocidade responda ao nosso apelo; siga o nosso exemplo; diga como nós: Basta! E como nós se lance na grande aventura de dar à Pátria a salvação. Só assim o sangue dos mortos fecundará a terra em que nascemos!

R. P.

(N.º 2 - 5/XI/21)

Slhj

Texto 2

ALGUÉM

Nesta liquidação funambulesca, em que desandou a última revolução, em que a própria nobreza da raça soçobrou, houve, todavia, uma afirmação cavaleirosa de bravura e lealdade antiga. Um homem, para salvar o adversário político, com quem dias antes desejava bater-se, defende-o, chama ansiosamente por auxílio, acompanha-o através de tudo, expõe a própria vida, e, já ferido e coberto de sangue, insulta os assassinos, que, de armas apontadas, o pretendem varar. Quando a determinação reflectida da vontade se acompanha de tão nobres circunstâncias, não hesitamos em apelidá-la de heroismo. Esse homem constitui uma das raras consolações que nestas horas horríveis foi dada às almas amarguradas. É escusado dizer-lhe o nome (1). A sua maior glória consiste em que todas as consciências puras lho conhecem e repetem com respeito comovido.

J. C.

(N.º 2 - 5/XI/21)

---

(1) *Cunha Leal. Sobre a intervenção de Cunha Leal no 19 de Outubro, ler* As Minhas Memórias, *vol. II, p. 279-314, Lisboa, 1967.*

Slhj

Texto 3

UMA NOVA REVOLUÇÃO?

Não foram bastantes os mortos. Não é ainda assim bastante grave a desorganização da sociedade portuguesa. É preciso que nos afundemos mais. Outros homens têm de cair varados pelas balas. Outros assassinos têm de surgir. Outros «homens da ordem» se têm de tornar os cúmplices desses assassínios. Sim, é inacreditável mas a verdade é que outra revolução se está urdindo a estas horas. Desta vez é todo o reaccionarismo indígena que prepara o salto. Pretende ferir-se a República nos seus organismos essenciais de defesa. Contra este grave perigo pomos em guarda todos os republicanos. É preciso que não deixemos consumar a tragédia. Cada um de nós deve dar o exemplo da disciplina, da serenidade, da obediência aos superiores, e da firme disposição de combater implacàvelmente todas as tentativas de desordem. A *Seara Nova*, que condenou o anterior movimento, sente-se cheia de autoridade para condenar implacàvelmente o que se prepara. Depois de tamanhas demonstrações do que produzem os movimentos revolucionários, estes já não podem classificar-se como simples erros ou desvarios políticos, mas como empresas de miseráveis!

(N.º 2 - 5/XI/21)

Slhj

Texto 4

REVOLUÇÕES A QUE SE DESOBEDECE

O chefe do actual governo (1) declarou ao tomar posse que não conhecia nem obedecia ao programa revolucionário. É o que pode evidentemente acontecer a todos os programas impostos por uma revolução de gazua... Só há uma maneira de tornar respeitada a vontade revolucionária: é fazer as revoluções na opinião pública. Só assim se exercerá sobre os governos uma pressão constante e absolutamente imperativa. Quando é que serão compreendidas em Portugal verdades tão comesinhas?

(N.º 3 - 20/XI/21)

---

(1) Maia Pinto; o seu ministério, formado a 5 de Novembro, era o segundo constituído sob a égide da «revolução» de 19 de Outubro.

SIhi

Texto 5

O DENTE D'OURO E A NOITE TRÁGICA

Depois dum silêncio geral, à volta dos crimes da noite de 19 de Outubro, o clamor de protesto foi crescendo até atingir por fim o rufo de tambor em barraca de feira. A *Seara Nova,* pela boca dum dos seus representantes, foi dos primeiros organismos a condenar severamente os assassinatos dessa noite. Mas condena também a especulação que actualmente se faz com o sentimentalismo doentio do público.

Quando lemos certas parangonas duma tardia e inflada reprovação, pintalgadas com gravuras, logo recordamos aqueles cantadores de feira, que exploram a piedade dos simples, relatando, junto aos painéis alusivos e em versos de pé quebrado, os *crimes horripilantes.*

À humanitária revolta desses cronistas de assassinatos recomendamos que apontem à consciência pública as maxilas mais vorazes e mais douradas dos que, açambarcando, especulando, tripudiando sobre a miséria da nação, atentam dia e noite, a sangue frio, contra a vida humana.

Desçam aos bairros pobres, entrem no lar de quantos vivem apenas do seu trabalho, entrevistem aqueles que não querem ou não têm nada para vender ou com que especular e saberão que há muitos *Dentes d'Ouro* à solta e sem castigo e que a vida de famílias, sem conta, se tornou uma lenta e cruciante *noite trágica.*

J. C.

(N.º 4 - 5/XII/21)

Slhj

Texto 6

A INOCÊNCIA DO PARTIDO LIBERAL

O partido liberal não compreende o movimento revolucionário de 19 de Outubro. «Qual a causa íntima, não confessada, qual o objectivo que reuniu e agregou os elementos que apareceram na revolução de 19 de Outubro? O Partido Republicano Liberal declara-se inabilitado a responder, porque não possui provas para confirmar as suas suspeitas.» Causa sincera pena reconhecer tamanha inocência num partido tão conspicuamente intelectual. Estamos a ver o sr. Brito Camacho em Moçambique, de asas brancas, a chupar rebuçadinhos cor de rosa...

Não sabe o partido liberal quais as causas do movimento revolucionário? Foi, em primeiro lugar, a aspiração fremente e viva de uma profunda renovação dos nossos processos políticos e da própria vida da nação. Foi, em segundo lugar, a falência completa de todos os partidos republicanos, escravos das oligarquias e atacados da maior incapacidade de realização que se pode conceber. Foi, em terceiro lugar, a estranha mentalidade nacional, que acredita ainda nas mutações catastróficas e julga possível transformar um país só com boas vontades e vagas aspirações, sem ideias, sem planos e sem homens. Todos os outros objectivos ocultos são simplesmente micróbios funestos que aproveitaram um meio naturalmente preparado, por causas mais profundas, para a sua eclosão. Resumindo, podemos dizer: a causa da Revolução foi a tristeza do real confrontado com o ideal sentido e vivido, e a impotência e desconhecimento dos modos de transformação do real. Hein? Isto parece mesmo do vosso correligionário Kant...

R. P.

(N.º 4 - 5/XII/21)

Slhi

Texto 7

OS NOVOS LUSÍADAS

Dois portugueses [1] acabam de relembrar, em realidade bela e heróica, à esquecida grei a era de Quinhentos. Atravessaram, pela primeira vez, num voo, o Atlântico do Sul, de lado a lado. Pela primeira vez também, guiados por métodos seguros, dirigiram o rumo a um ponto predeterminado, com certeza magnífica. Voando entre Portugal e o Brasil, descobriram a navegação aérea transoceânica. Para além do acto político de aproximação entre dois países, o abraço épico do seu voo dilata-se e cinge toda a Humanidade. As duas asas que na aparência unem apenas dois povos irmãos, abrem-se sobre o mundo e abrigam sob a possante envergadura uma formosa esperança de fraternidade universal.

Cremos que este feito é dos que rasgam à sua frente as eras novas. Porventura haverão de transcorrer muitos anos de experiências, lutas e sacrifícios antes que, definitivamente, os homens possam em poucas dezenas de horas voar de continente a continente, por sobre os mares. Mas como os primeiros descobrimentos das regiões longínquas, como as primeiras tentativas da imprensa, da navegação a vapor e da telegrafia, como tudo que tem aproximado o homem do homem e misturado o sangue e o pensamento humano, este novo feito descobridor pertence ao escasso número dos que aceleram maravilhosamente o ritmo da vida e tornam mais livre e redimido o Espírito.

Como os seus antepassados de Quatrocentos, estes dois

---

[1] *Gago Coutinho e Sacadura Cabral.*

Slhi

homens hão-de sentir que o seu acto é dos que de século em século se propagam. Tal qual as navegações dos seus irmãos nas alvoradas do Renascimento, o seu voo sublime anuncia aos homens uma nova Primavera da Espécie.

E, se a missão universalista do português, que deu mundos ao mundo, reincarna nos dois aviadores, é que uma profunda analogia os aproxima dos homens daquela idade de oiro. Como os velhos navegadores e capitães da Índia, eles se formaram na escola adusta de África; aprenderam a guiar-se pelos astros nas vastas solidões de terra e mar; e endureceram às inclemências dos vários climas e várias latitudes. Como eles, longa e pacientemente se prepararam no estudo e na experiência, calando os seus maiores desígnios; criaram a ciência própria; e se guiaram pelos «regimentos das estrelas» e «pesaram o sol com o astrolábio». Como eles, enfim, têm a nobre, a humilde e orgulhosa consciência da grandeza nacional e humana do feito que praticam. A modéstia e o orgulho, a tenacidade e a disciplina, o método organizador e o espírito de dádiva e sacrifício, o que mais enalteceu o português das velhas eras, ressurge nos dois como numa aparição de espíritos. Tal deles recorda até na glabra e rude face, curtida pelos ventos do mar e dos sertões, na distância marítima do olhar, na gravidade e austera fortaleza, que lhe transluz no rosto, os velhos navegadores e cavaleiros das tábuas de mestre Nuno.

Assim se compreende que, após quase quatro séculos de pecados, infortúnios e desvairamentos, eles realizem, talvez como nunca em toda a nossa história, o milagre de unificar a consciência nacional no mesmo veemente e heróico entusiasmo. É que o génio lusitano nas suas virtualidades mais perfeitas, audaz e cândido, aventuroso e reflectido, tanto mais universalista quanto mais português, revive neles o esplendor antigo. De novo os olhos portugueses podem chorar as lágrimas sublimes, e os lábios rezar, em paráfrases de glória, os versos dos *Lusíadas*. Mais uma vez na *praia*

Slhi

ocidental se talham os padrões que delimitam as idades. O mundo inteiro volta a alumiar-se com a candeia da «pequena casa lusitana»!

JAIME CORTESÃO

(N.º 13 (2) - 12/V/22)

---

(2) O número da Seara *que abre com este artigo é totalmente consagrado à viagem transatlântica; destaca-se: «Algumas considerações sobre navegação astronómica aérea» por Gago Coutinho; «O raid aéreo Lisboa-Funchal» por Sacadura Cabral; «Gago Coutinho - Sacadura Cabral» por José de Magalhães; «A ciência da posição e a ciência da utilização» de Ezequiel de Campos; «O destino de Portugal» de Quirino de Jesus.*

Slhi

Texto 8

CUNHA LEAL

Há nele dois homens: um, superior a quase todos nós, e que, na noite horrenda do Arsenal, deu a medida do seu heroismo e da sua generosidade; outro, inferior a quase todos nós, e que, sem um fogacho de arrependimento, sem um lampejo de coerência, saltita de partido para partido, de programa para programa, da extrema esquerda para a extrema direita. Na clássica junção de D. Quixote e Sancho Pança, o Cunha Leal político tem necessàriamente que nos interessar muito mais nas regiões de S. Bento e do Terreiro do Paço, do que el-rei Sancho nos domínios da Barataria.

C. R.

(N.º 14 - 1/VI/22)

Slhi

Texto 9

VERGONHAS

O Parlamento actual, nascido e congregado ainda à sombra pavorosa da «camionette» de 19 de Outubro, mostrou, a princípio, uns louváveis desejos de arrepiar caminho. Já começa, porém, de novo, a cair na decomposta atitude tão funesta ao brio nacional. No incidente, que ia causando uma crise ministerial, nascido de desleixos, vaidades, irritações, nem o sr. Freiria (1), nem o sr. Maia (2), nem a maioria (3), nem a minoria nacionalista, pensaram que quem se senta num «fauteuil» ministerial ou de deputado não obedece apenas aos seus impulsos pessoais, mais ou menos cavalheirescos ou arbitrários. Os heterogéneos nacionalistas nem pouparam o presidente da sua feição! E os monárquicos, apresentando armas à Ordem e ao Exército, estiveram dentro da lógica do existente. Quanto à maioria, não soube ir até ao fim, adoptando a mesma severidade tanto para a quebra da disciplina, como para a pronúncia por crime eleiçoeiro. É necessário que, a pouco e pouco, em todos os dirigentes da nossa sociedade, se crie uma mentalidade nova, mais alta, mais nobre, mais impessoal, coadunando-se irrepreensìvelmente com os interesses da colectividade.

C. R.

(N.º 25 - Julho de 1923)

---

(1) Coronel Fernando Freiria, ministro da Guerra (de um governo António Maria da Silva).

(2) António Maia, deputado, aviador, suscitara um conflito disciplinar com o ministro da Guerra.

(3) Democrática.

Slhi

Texto 10

AFONSO COSTA

Depois de uma longa ausência por terras estrangeiras voltou a Portugal o sr. Afonso Costa (1). Entendeu S. Exa. que era chegada a ocasião de aceder aos desejos, tantas vezes manifestados pelos seus correligionários, de se pôr novamente à frente dos destinos do País.

Não podemos deixar de rejubilar com semelhantes disposições, desde o momento em que o sr. Afonso Costa venha disposto, como parece, a enveredar por caminho diferente do que trilhou até aqui e a fazer tábua rasa da velha e desconceituada política de expedientes e falso radicalismo a que ligou o seu nome. A sua figura, deve reconhecer-se, sempre sobressaiu como a mais alta afirmação política da República. Dotado de excepcionais faculdades de trabalho, de um belo temperamento obstinado de actividade entusiasta, o sr. Afonso Costa bem depressa se ergueu acima das energias frouxas, dos temperamentos moles e dessorados, das almas sem confiança nem entusiasmo dos políticos que o rodeavam ou o combatiam, alguns dos quais, tidos como mais inteligentes ou mais

---

(1) O destacado dirigente republicano encontrava-se em Paris desde o tempo da ditadura sidonista; primeiro, como exilado político recém saído da prisão; depois, desde 17 de Março de 1919, como chefe da delegação portuguesa à Conferência da Paz e à Sociedade das Nações. Pouco depois da ascenção de Teixeira Gomes à Presidência da República, voltou a Lisboa, a 6 de Dezembro de 1923. «Não trago ódios. É indispensável a união de todos» – declarou então. Mas não tendo obtido a colaboração ministerial do Partido Nacionalista, que aliás lhe assegurava apoio parlamentar, Afonso Costa desistiu de formar governo e regressou ao seu voluntário «exílio» de Paris. Era a figura dominante do Partido Democrático, então francamente hegemónico...

Slhi

cultos, se inutilizavam no entanto numa simples actividade crítica e dissolvente. Não pode esquecer-se a sua formidável obra de equilíbrio financeiro e a maneira como colaborou na nossa intervenção na guerra. Mas, a par dessas faculdades e destes serviços, quantos defeitos graves num estadista ele não revelou, e quantos malefícios para o País não resultaram da sua política! A Afonso Costa faltou sempre a visão arquitectónica, a capacidade das ideias largamente construtivas e a compreensão dum plano de conjunto. De visão rápida, percepção segura, firme energia, revelou-se, porém, sempre como um espírito unilateral, não vendo as coisas em globo e não apreendendo os seus nexos necessários. Nunca concebeu, por isso, a política nacional como um todo orgânico, a salvação nacional como um sistema de soluções interdependentes. Nunca a ideia duma reforma completa na estrutura mental e económica do País preocupou o seu espírito. Dir-se-ia que, para ele, estabelecida a República, todos os problemas nacionais se encontravam resolvidos. Manter o novo regime, equilibrar o orçamento, assegurar as alianças tradicionais, tais pareciam os únicos pontos basilares da sua política, que assim parecia reduzida a uma espécie de «economia doméstica» e inadequada portanto à verdadeira solução dos problemas nacionais. A verdade é que nunca a República podia ser outra coisa senão um *começo de soluções,* e assim desvirtuado o seu significado, quebrado o forte impulso, o novo regime não fizera mais que perpetuar os vícios da monarquia e agravar ainda a crise tremenda em que nos debatíamos. Afonso Costa, erguido nos escudos de todas as esperanças nacionais, mas sem visão política, e rodeado de uma centena de imbecis e de incompetentes, falhou a essas esperanças, sossobrou irremediàvelmente e teve uma queda desairosa e estrepitosa. Vieram depois o sidonismo, Monsanto, os governos-relâmpagos e as camionetas-fantasmas, e, finalmente, o sr. António Maria da Silva. Foi então que se deu esse estranho caso dos 50 milhões

Slhi

de *dolars,* perante o qual o sr. Afonso Costa manteve um silêncio que não foi de molde a fazer acreditar numa conversão do seu espírito e numa clara consciência dos deveres que, em toda a parte, aos seus políticos, impõe a democracia.

Estará o sr. Afonso Costa firmemente resolvido a abandonar a velha política tradicional e a enveredar pelo caminho das soluções necessárias? Terá meditado no seu longo exílio, e assim a distância da acção política terá podido apreender as linhas gerais duma política nova, radical, sistemática, construtiva? Trará finalmente agora um plano de administração global formulado em face das necessidades totais do País, e não apenas pontos de vista fragmentários, soluções precárias, expedientes ilusórios, simples panaceias administrativas que não contendem com os males essenciais, orgânicos, de que enferma a Nação? Adoçado o seu espírito em relação aos seus ódios e às suas antipatias pessoais, ao seu obcecado anti-catolicismo, não terá, porém, perdido as reservas de energia que pressupõe a obra de ordem, de justiça e de maior equilíbrio social que há a realizar na sociedade portuguesa? Estará disposto a rodear-se dos melhores, enfrentar as oligarquias, exigir os sacrifícios necessários às classes conservadoras, fazer trabalhar os madraços, reduzir o exército – enfim, a *governar,* no amplo e inteiro sentido da palavra?

Oxalá assim seja. As suas primeiras palavras são animadoras. Pode dizer-se que s. exa. entrou com o pé direito. Apenas não compreendemos a sua teimosia em não querer formar governo sem a participação dos nacionalistas: pela nossa parte, estamos dispostos a prestar-lhe o nosso auxílio desde que tome o rumo salvador. É preciso que o sr. Afonso Costa não desminta mais uma vez as esperanças que nele depositou o País

É preciso que não caia novamente, agora de mais alto, para um charco talvez mais fundo.

É preciso, finalmente, para parafrasear uma das célebres

Slhi

frases do Eça, que o sr. Afonso Costa não continue a ser *um prestígio à procura duma ideia construtiva.* – *R. P.*

(N.º 27 - S.d., mas correspondente a Out.-Nov. de 23)

Fig. 4 - Capa do n.º 32 (1/III/1924) da autoria de *José Tagarro* ➡

SEARA NOVA

REVISTA DE DOUTRINA E CRÍTICA

N.º 32 — 1 MARÇO, 1924

O NOSSO ENTRUDO

Pierrot em Londres — enfarinhado nas seduções da Moagem e besuntado no vermelhão dos Imortais Princípios . . .

Slhi

Texto 11

SERVIÇOS EXTERNOS DA MOAGEM

O sr. Augusto de Castro tem publicado ùltimamente, no «Diário de Notícias», alguns artigos inteligentes, sobre o idealismo na política, os perigos duma ditadura militar e os incidentes da última crise ministerial. Nada para aguçar o entendimento como uma aspiração obsidiante na vida. Vagara finalmente a legação de Paris! Deixou-a, ao cabo de doze anos de exercício, o espírito excepcionalmente culto do sr. João Chagas, cujo nome é para todos nós, evocador duma valiosíssima obra de escritor, de jornalista e de panfletário.

(Aproveitamos a ocasião para anunciar, aos leitores da «Seara», a publicação, em breve, dum trecho das suas «Memórias»).

Vem a propósito lembrar que o «Diário de Notícias» inseriu há tempos uma longa entrevista com o actual Ministro dos Negócios Estrangeiros, em que o esforço das Necessidades, nas negociações com a França, era posto num relevo tamanho que a actividade do sr. João Chagas se sumira, espectralmente, na distância, para além dos Pirinéus.

Irá o sr. Augusto de Castro para Londres, já que não lhe ofereceram a vaga de Paris, tão namorada? Não o sabemos neste momento. – Caixeiro literário da Moagem lhe chamava, com espírito, há dias, em conversa, um dos nossos mais ilustres escritores. Aceitando o epíteto e caso se confirme a ida de S. Exa. para Inglaterra, perde a Moagem, – que está a ser, como outrora o jesuíta, uma espécie de avantesma do novo regime – perde a Moagem um excelente caixeiro de praça, mas, em compensação, adquire um óptimo caixeiro viajante. C. R.

(N.º 30 - 31/I/24)

Slhi

Texto 12

O ÚLTIMO MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO

A maneira como sempre temos condenado todas as agitações da esquerda republicana dá-nos uma autoridade especial para julgar o último movimento conservador como um acto essencialmente criminoso, que a República tem não só o direito mas o dever de castigar inexoràvelmente – em nome do prestígio do poder e da própria piedade bem compreendida, que não pode nunca sobrepor a generosidade para com os vencidos aos interesses gerais da nação e à piedade pelas vítimas inocentes dum estado de insurreição crónica que nos envergonha à face do mundo. Temos de pôr termo, por mais que isso custe à nossa frouxa virilidade e à brandura dissolvente dos nossos costumes, às constantes aventuras revolucionárias como meio de fazer manter pontos de vista partidários. É preciso que doravante o bombardeamento da cidade pelos despeitados ou os ambiciosos seja um desporto arriscado. Temos de endireitar a cerviz, de tonificar os nervos, de sufocar os sentimentalismos estéreis e criminosos que têm resultado numa pavorosa crise de toda a ideia de autoridade. Restabelecer a autoridade, organizar a defesa do regime, fortalecer a ordem, acabar de vez com a impunidade que premeia todos os banditismos políticos é o primeiro dever dos que têm nas mãos os destinos da República.

Mas em nome de que princípios e de que exigências da consciência nacional se fez o último movimento revolucionário? Com que elementos contava, e que forças lhe davam o seu apoio? E qual era a perspectiva que ele abria sobre o futuro da República, se tivesse ficado vencedor? Tais são as questões de que nos propomos tratar neste ligeiro artigo.

Slhi

Todos nós sabemos como a revolução de 18 de Abril foi precedida de dois actos violentos, que não eram mais do que os sintomas dum estado revolucionário latente e os pródromos ameaçadores duma luta à mão armada. Um desses actos foi a hostilidade declarada do partido nacionalista contra o actual parlamento, abandonando o Congresso e permitindo-se invectivar o presidente da República por o não ter chamado a constituir governo após a queda do gabinete José Domingues dos Santos. O outro foi a campanha tendenciosa da União dos Interesses Económicos (1), que, pela pena do director de *O Século,* preparou uma atmosfera revolucionária puramente artificial, e à custa dos mais miseráveis sofismas e da ausência duma imprensa que a defrontasse e a esmagasse, pretendeu convencer a nação que os radicais queriam estabelecer entre nós o regime bolchevista e deixar impunes os assaltos da Legião Vermelha (2).

São estes dois actos essenciais que explicam a eclosão do último movimento revolucionário. Temos de os analisar, para lhes compreender o alcance e o valor.

Quanto ao partido nacionalista, devemos afirmar, sem nisso pormos a mais leve sombra de paixão, que não vemos motivos legítimos para que ele tivesse assumido essa atitude

---

(1) Importante grupo de pressão fundado, no segundo semestre de 1924, por um grupo de banqueiros, homens do alto comércio e outros capitalistas como reacção «contra a situação política e a actuação do poder executivo, em relação aos sectores económicos, e contra a crise e instabilidade de um parlamento que não limitava nem impedia a acção governamental em matéria de impostos, taxas, tabelamentos e limitações de actividade, e não forçava o governo à adopção de providências que ajudassem a salvar o Comércio, a Indústria e a Agricultura, das profundas coisas que sofriam» (cfr. Grande Enciclopédia Luso-Brasileira, *vol. 33). Foi uma das forças que mais activamente prepararam a destruição das instituições republicanas, impondo o poder totalitário da frente oligárquica. Era seu órgão* O Século.

(2) Organização secreta de tendência niilista, especializada na acção directa. Ver artigo de David Ferreira em Dicionário de História de Portugal *dirigido por Joel Serrão, vol. II, p. 672-674.*

Slhi

de incompatibilidade, que nem sequer poupou, como dissemos, o supremo magistrado da Nação. Queixam-se os nacionalistas que o partido democrático está exercendo uma ditadura de facto pelo largo monopólio do poder, e que tendo caído o governo radical de José Domingues dos Santos, era a eles, como conservadores, que devia incumbir naturalmente a tarefa de constituir ministério. Tal a lógica interessada e simplista com que os nacionalistas consideraram a questão. Mas a verdade é que a realidade dos factos não se põe com esta simplicidade infantil. Nunca em parte alguma um partido abandonou o governo pelo simples poder dos anos. A filosofia do «tira-te tu, que já lá estás há muito tempo» pode ser, em matéria de psicologia saloia e de moral de funileiro de Braga, irrepreensível, mas não tem sequer os laivos dum pensamento democrático. Em toda a parte um partido se conserva no poder enquanto é aceite pela opinião pública e corresponde iniludìvelmente a uma necessidade nacional. Ora o partido democrático não tem culpa de que os conservadores portugueses não tenham compreendido nunca os problemas fundamentais da nacionalidade e tenham sido invariàvelmente surdos às exigências mais clamorosas dos nossos interesses vitais. Em 1914 o problema vital da nacionalidade era a nossa intervenção na guerra; e vimos como o partido conservador, com o sr. Brito Camacho à frente, usou da mais eloquente e capciosa dialéctica para negar a utilidade dessa intervenção, e favoreceu e fomentou todas as agitações conducentes a diminuir o valor do nosso esforço e a quebrar a já abalada unidade nacional. Fazendo depender a nossa entrada na guerra e a forma da nossa participação dos pedidos da Inglaterra, cometeu erros de palmatória, que nos teriam sido fatais se a teimosia de Norton de Matos nos não tivesse então salvado dos desastres irremediáveis e nos não tivesse impelido para os campos de batalha da França, *contra os desejos íntimos da Inglaterra.* Ao esforço dos democráticos se deve, cumpre não

Slhi

esquecê-lo, essa brilhante vitória diplomática, que foi a garantia mais eficaz do nosso domínio colonial. Hoje o problema vital da nacionalidade consiste na defesa obstinada da Nação contra os apetites desenfreados e os interesses das oligarquias; e vimos também como o partido conservador desenvolveu toda a sua dialéctica para nos convencer dos malefícios dessa política. Por mais inteligentes que sejam alguns dos conservadores portugueses, faltou-lhes, porém, sempre esse sentimento vivo das realidades, essa intuição imediata das verdades de facto que torna vã toda a dialéctica, e que os democráticos nunca deixaram de revelar nas duas maiores crises do regime. Ao contrário de Mussolini, intervencionista da guerra e pacificador da Itália ameaçada pela tirania maximalista, *e que portanto reagiu nas duas crises por que passou o seu país segundo o interesse nacional* (embora o seu ódio à democracia o condene a um eclipse próximo), os conservadores portugueses têm-se mantido constantemente cegos a todas as *realidades portuguesas*. Se nos falam, pois, em Mussolini, não é para lhe imitar o espírito, para ser sensível como ele às exigências nacionais, mas para copiar servilmente um figurino estrangeiro – como se a realidade portuguesa se moldasse absolutamente sobre a realidade italiana (*)! Cada país tem os seus problemas próprios, que não se podem resolver pela importação pura e simples das fórmulas estranhas.

Foi isto que compreenderam os democráticos, e por isso vêem formar mais uma vez a seu lado homens que não são do seu grémio nem da sua feição, mas que estão dispostos a esquecer as questões secundárias para atender às questões essenciais. A política nacional a fazer, a política de que o povo sente a necessidade, não a prégaram nunca os nacionalistas. Como se compreende então que eles se sintam com o direito

(*) O que é mais interessante é que são esses homens, que querem aplicar aos nossos casos as soluções estranhas, que se dizem *nacionalistas!*

Slhi

de usufruir dum poder cujas condições não prepararam e de afrontar a opinião expressa do país?

Fácil é também mostrar que a interpretação da votação parlamentar que fez cair o gabinete dominguista não obedeceu também a uma lógica desinteressada. Efectivamente, o que fez cair esse governo não foi a sua política radical, isto é, o essencial das suas medidas económicas e financeiras, que a câmara apoiou, mas certa atitude tomada para com a Guarda Republicana por ocasião dos tumultos de Março ([3]). Como se compreenderia então que o presidente da República resolvesse a crise esquecendo os seus motivos determinantes, a posição do parlamento em relação à política geral, as imperiosas exigências da opinião pública e a situação de reduzida minoria nas duas câmaras do partido nacionalista? Se o sr. Teixeira Gomes, nestas circunstâncias, tivesse confiado o poder aos nacionalistas, teria cometido um abuso de autoridade e um acto de ditadura pessoal que a história lhe não perdoaria.

([3]) *Por decreto de 17 de Janeiro de 1925, o governo (de esquerda democrática) de José Domingues dos Santos propunha-se reformar profundamente o exercício da actividade bancária. Frontal e imediata foi a reacção dos interesses atingidos. Vitorioso na Câmara dos Deputados, apesar da oposição conjunta de Cunha Leal e António Maria da Silva, o governo adoptou providências excepcionais para impor a reforma, dissolvendo, em 6 de Fevereiro, a Associação Comercial de Lisboa, que se salientara na resistência. O clima tornou-se tenso. Em Lisboa uma manifestação popular, favorável às medidas governamentais, foi reprimida pela Guarda Republicana. O presidente do Ministério pronunciou, então, as seguintes palavras: «Povo de Lisboa! Agradeço as saudações que vindes trazer ao Governo da República. O povo tem sido explorado pelo alto comércio e pela alta finança. O Governo da República colocou-se abertamente ao lado dos explorados contra os exploradores. O Governo vai fazer uma grandiosa obra de saneamento moral! Lamento profundamente o acontecimento que se acaba de dar. Vou ordenar imediatamente um rigoroso inquérito. Não consinto que a força pública seja para fuzilar o povo». Derrotados dias depois na Câmara dos Deputados, José Domingues dos Santos afirmou: «Ficamos entendidos – a Câmara quer um Governo que esteja ao lado dos exploradores contra os explorados, a Câmara quer um governo que espingardeie o povo». (cfr. Damiao Peres* – História de Portugal, *suplemento, p. 391-392).*

SIhi

Assim vistas as coisas, o partido nacionalista deveria resignar-se, aceitar por um tempo a sua subalternidade política, refazer-se na propaganda e procurar obter um maior apoio na massa republicana do país. Em vez disto, foi para a revolta inevitável, inflamando-se nas tiradas apaixonadas e subversivas do mais pessoalista (4) de todos os nossos políticos (cheio de ódios, de despeitos, de cóleras, de ambições) e, enfraquecendo-se como força política de ordem, enfraqueceu e comprometeu o regime. À custa desta fraqueza vegetou como nunca o cogumelo das Forças Vivas. Nos seus artigos campanudos, *O Século* tocou a rebate. A União dos Interesses Económicos desenvolveu com maior confiança a sua táctica de resistência contra a política dos interesses nacionais. A banca desatou os cordões à bolsa, o movimento organizou-se em todo o país, e a propaganda fez-se, clamorosa como nunca. Em nome de quê? Em nome da Ordem ameaçada. Quis-se fazer crer que entre os dois extremos antagónicos – *Bolchevismo* e *Oligarquia* – não eram possíveis termos intermédios; quem quisesse meter a Finança na ordem *ipso facto* se pronunciava pelo bolchevismo. Eis o primeiro sofisma. Mas isto não bastava. Era preciso um facto concreto, que espalhasse o terror nos espíritos, e então surgiu a Legião Vermelha, corporação de criminosos comuns sabe-se lá a soldo de que miseráveis interesses de partido, e fácil foi aos homens do *Século* convencer os seus leitores de que essa malta de facínoras era tolerada pelo estado republicano. Eis o segundo sofisma.

Noutro país esta propaganda cairia pela inépcia e pelo ridículo. O nome do pobre Trindade Coelho (5) despertaria quanto muito um sorriso de escárnio ou de indulgência. Entre nós espalhou-se nas classes possuidoras a crença na aproximação do bolchevismo, e o nome do jornalista foi

(4) *Cunha Leal.*
(5) *Henrique Trindade Coelho, director do* Diário de Notícias.

Slhi

soprado nas tubas sonoras da Fama. Assim triunfam entre nós, só porque gritam todos os dias as mesmas coisas, os audaciosos e os imbecis.

Mas bastaria a mais ligeira parcela de espírito crítico para compreender as manobras sofísticas e desmascarar os intuitos da campanha. Ver-se-ia desde logo que a União dos Interesses Económicos, longe de se ter constituído para o triunfo da boa economia, visava a fortalecer o domínio da má finança, abusando certamente da confiança de muita gente sincera, que tivera artes de atrair ao seu seio. Ver-se-ia que era uma política cega de *resistência,* e não uma política de transigência e de parcial abdicação que as classes possuidoras aqui pretendiam instituir, ao contrário do que se faz, por exemplo, na pacífica Inglaterra, onde os conservadores ainda há poucos dias declaravam querer «abandonar o que têm nas mãos». Ver-se-ia *(decisivo argumento)* que se a União se revolta contra a maioria dos políticos deste país, *é precisamente para dar o aplauso aos políticos que são os piores serventuários e caixeiros viajantes da Finança* – como se a corrupção e a venalidade fossem, para ela, as qualidades supremas dos homens de Estado. Ver-se-ia que entre o bolchevismo e a oligarquia há uma série infinita de termos, e que não basta transcrever sob grandes *en-têtes* os malefícios do bolchevismo para ter sufocado todos os germes de independência, todos os anseios duma vida mais nobre, todas as medidas de boa economia social e de defesa dos interesses do povo exigidas pela consciência do país. Ver-se-ia que o bolchevismo, para os homens do *Século,* é apenas a capa cor de sangue que o *diestro* maneja diante dos olhos do povo para lhe enterrar com mais segurança a garrocha das oligarquias. Ver-se-ia ainda... o que não se veria! Ver-se-ia a ganância e a tirania mussolinesca dessa gente atingir extremos tais, que a simples simpatia do povo por um governo já é tida como suspeita e como envolvendo uma ameaça de subversão social. Ver-se-ia finalmente que a Legião Vermelha, longe de ter tido

Slhi

a cumplicidade dos homens da polícia ou do governo, teve apenas a cumplicidade dos homens de negócios. Ocultam o nome dos criminosos às autoridades policiais, e censuram depois estas por os não ter descoberto! Impossibilitam a acção da justiça, e queixam-se em seguida de ela ser complacente ou generosa! Muito grande deve ser a intranquilidade de espírito dessa gente, muito deve ter descido nela a noção do dever social, para se submeter assim tão cobardemente e tão criminosamente a uma quadrilha de salteadores. Se procurarmos uma resistência, vêmo-la apenas num popular: o resto, as *forças vivas* fazem de forças mortas, sempre que se trata de lhes exigir coragem, audácia, sacrifício de si mesmo e a obrigação moral de resistir a todas as coacções e a todos os crimes.

Eis os pretextos e os motivos reais que determinaram a última revolução conservadora. No fundo, um movimento para triunfo dum partido sem partidários e duma política antagónica com os interesses da nação. A ele deram a sua adesão os monárquicos e os inimigos tradicionais do democratismo. Se ele tem vencido, teríamos um *sidonismo sem Sidónio,* quer dizer um período de violências que não seria ao menos temperado e dominado por homem de prestígio, e que viria a dar, ainda num prazo de tempo mais curto, uma nova traulitânia. É esta perspectiva necessária, absolutamente lógica, absolutamente de acordo com as verdades da história e as realidades psicológicas, que mais condena os nacionalistas. Não se pode fugir a explicar a sua atitude de conivência neste movimento por uma imprudência que roça pela traição, senão atribuindo-a a uma estupidez que roça pela loucura. Os nacionalistas, conluiando-se com os monárquicos para a derrota dos esquerdistas e pondo o seu partido acima da República, cometeram um acto execrável que a grande família republicana levará algum tempo a esquecer.

O que se vai seguir? Continuaremos a alimentar todas

Slhi

as causas de desordem e a oferecermos a impressão da fraqueza e da inépcia?

Continuará o partido democrático a degladiar-se em lutas intestinas, e a dar, nas próprias discussões de política geral, o espectáculo do mais desenfreado individualismo – como se cada um dos seus membros fizesse gala em ser o *Único* de Max Stiner, e não concebesse melhor maneira de afirmar a sua altiva e indomável independência do que filiando-se num partido?

Continuará o nacionalismo de cócoras ante o sr. Cunha Leal, identificando-se absolutamente com a sua pessoa e com os seus processos – enquanto uma das facções do partido republicano português adopta a mesma atitude de servidão para com o grande estadista desterrado nas agruras de Montparnasse e do *Moulin Rouge*, à espera daquele «momento oportuno» que Jehovah ainda não teve a clemência de decretar, e para um e para outro muito oportunamente vai pingando o dinheiro do Banco Ultramarino?

Continuará a chamada «política das esquerdas» sem chefes de verdadeira categoria intelectual que a preguem e que a realizem – política de salvação comprometida pela pequenez dos homens, programa de justiça arrastado na lama das ambições?

Continuará a vida nacional a ser dominada pelos apetites desvairados das oligarquias e dos «homens de negócios» de todos os partidos, advogados, procuradores e caixeiros de companhias e de bancos, receptadores dos chorudos sobrescritos lacrados, sem que uma onda de indignação e de idealismo subverta ou meta na ordem esses vendilhões da República, que todo o bom republicano deveria considerar como os piores inimigos do regime, mas *para quem até agora toda a gente tem apelado* – incluindo aqueles mesmos que há bem poucos dias se revoltaram, invocando hipòcritamente motivos de honra e de justiça?

Slhi

Continuaremos a assistir diàriamente aos actos mais revoltantes de indisciplina, sem que o respeito pelo poder, o culto das virtudes militares, o próprio decoro se imponham às mais altas patentes do exército, que parecem ajustadas em o enxovalhar e destruir?

Continuarão os republicanos a ser representados por uma imprensa inconcebível, infinitamente inferior, pelo espírito, pelo talento, pela inteligência e pela cultura, à sua própria *elite* – uma imprensa incapaz de orientar e discutir, de esmagar pela cólera ou de conquistar pela persuasão, e que dá aos monárquicos a impressão que no nosso campo é tudo uma súcia de idiotas, enquanto no deles refulge o talento esplendoroso dos Cunha e Costas (6) e dos Trindades?

Que fazemos? Estamos à espera da onda final que nos subverta – ou do clarão de Júpiter que nos ilumine? Suicidamo-nos ou fazemos preces? Levamos as mãos à cabeça, como o náufrago, ou elevamo-las ao céu, como o impotente que pede o auxílio divino? Até que ponto podemos levar a nossa cobardia e a nossa estupidez incorrigível?

A oito dias duma revolta dominada *sem honra nenhuma para os vencidos* parece que foram estes os vencedores. A nossa imbecilidade e a nossa incompetência para o combate permitem que se envolva duma auréola de prestígio um movimento que confessadamente não possuia programa e *para o qual cada um levava as suas inclinações (!!!)*, e que tinha um dos seus mais firmes e desejados esteios no sr. Cunha Leal. Pensavamos navegar em pleno oceano e chafurdamos num pântano. Julgavamos ir respirar um ar de primavèra, e só nos chegam às narinas miasmas pútridos. Continuam as disputas intestinas, as longas discussões estéreis, as manifestações de tibieza duma gente que parece ter nascido só para marchar à frente dum

---

(6) *Cunha e Costa, advogado monárquico.*

Slhi

cavalo marinho. Os generais batem o pé aos homens do governo, como a galuchos. Os revolucionários publicam os seu manifestos livremente e falam já em «outra vez». Cunha Leal triunfa. Sobre o general de divisão impende uma acusação gravíssima (**). Os nacionalistas erguem com orgulho a cabeça, como se não tivessem cometido uma estupidez ou uma traição. Viva a Ordem triunfante; viva a República!

Como é triste a gente olhar para toda a parte e não ver ninguém, ninguém, ninguém! Apenas os dirigentes operários (de ordinário tão estreitos e facciosos) tomaram nesta emergência uma atitude que os honra, e que seria uma lição, se neste país houvesse gente com cabeça para aprender. Em face da ameaça das direitas sem programa e com os apoios que se conhecem, o operariado compreendeu que é do seu próprio interesse não exigir medidas catastróficas, e é o primeiro a propor uma plataforma e um programa mínimo perfeitamente exequíveis (7). Diante do perigo iminente, abate as suas bandeiras. Nesta hora duvidosa em que tantos parecem querer engeitar a solidariedade para com os operários, eu saudo-os como a única força que soube manter-se firme e digna, como os únicos que se mostraram dispostos a compreender e a transigir. Que importa aqueles que por medo os repudiam com grandes gritos lancinantes, como se governar com o seu apoio se tornasse suspeito à gente da ordem? Na hora de

---

(**) Devemos também observar que os homens deste movimento tiveram a especialidade da delacção pessoal. Em revoltas portuguesas, depois de 5 de Outubro, quer-nos parecer que é a primeira vez!

(7) Talvez R. Proença aluda a uma «declaração de princípios» adoptada pelo Partido Socialista Português por ocasião do 1.º de Maio. Publicada em República Social, *n.º 173 (2.ª série). Ou, simplesmente, ao «Programa do P.S.P.», então publicado em todos os números de* O Protesto Socialista. *No n.º 141 deste semanário (17/V/1925) transcreve-se um artigo do «nosso leal colega»* O Comunista, *onde se refere à constituição, após «o movimento fascista de 18 de Abril», de «um comité de representantes do P.C., do P.S., da I.S.V. e da C.G.T.».*

SIhi

tibieza que corre – na hora dos traidores e dos poltrões, – por inteligência e por decoro, é para eles que vai a minha simpatia.

RAÚL PROENÇA

P.S. – Acabo de ler com espanto, o último manifesto dos oficiais revolucionários. Que pobreza de ideias, que estilo, e que sintaxe! Dir-se-ia que para esses senhores é bem mais fácil salvar a Nação do que escrever com gramática. Que grande obra se faria neste país se obrigassemos todos os salvadores da Pátria a estudar as primeiras letras! Enquanto eles se não convencem, poderia ao menos o governo abrir desde já cursos nocturnos para autores de manifestos revolucionários...

R. P.

(N.º 44 e 45 - V/25)

Slhi

Texto 13

A SITUAÇÃO POLÍTICA

A política parece ter chegado entre nós – porque se não há-de dizer toda a verdade? – ao último grau da barafunda. Se houvesse monárquicos de valor neste país, – se, politicamente, eles não constituissem uma caterva cuja coragem se limita às mais miseráveis resistências passivas (que contendem muitas vezes com os mais altos interesses da Pátria) e ao ridículo desporto de se desbarretarem ante todas as igrejas num snobismo risível, se não infundisse antes a piedade, – se à grande massa que nos momentos decisivos heróica e desinteressadamente se sacrifica fosse já indiferente a questão do regime – teríamos chegado de facto, como tanto escreve o sr. Moreira de Almeida, ao *fim do fim*. O quadro é na verdade desolador. Afonso Costa continua a disfrutar o *doce exílio,* à espera de que Portugal se transforme no melhor dos mundos possíveis, para ele vir fazer o favor de o governar. António José de Almeida e Brito Camacho, doentes ou desiludidos, retiram-se à privada, e os que ficam, ou são conservadores descambando em homens de negócios, ou radicais, tresandando a jacobinos. No grande hemiciclo das lutas partidárias não se eleva uma cabeça, uma vontade, uma ideia, um chefe. Toda a gente dá a impressão de gaguejar. Ninguém diz as coisas nítidas, precisas, leais, inteligentes – ninguém exprime a ideia justa e necessária, aquela que todos nós sentiríamos talhada na própria realidade, e que não traria ou a marca do interesse egoísta, ou a falha do simplismo unilateral, ou a inflação grotesca da retórica. Havendo uma verdadeira revolução a fazer, ainda ninguém conseguiu impor ao país a consciência dessa necessidade; e a aspiração de justiça, de honradez

Slhi

política, de nobre idealismo que fez a República, já é apontada aos ódios da gente *ordeira* como manifestações de bolchevismo. Não há um discurso de chefe político no tempo da propaganda (seja ele António José, Bernardino Machado, Brito Camacho ou Afonso Costa) que, reproduzido hoje, não soasse aos ouvidos da maioria dos dirigentes como uma arenga comunista – tão anti-idealista, tão reaccionária é a sua mentalidade e a própria atmosfera que respiram.

A moral política dia a dia mais se relaxa e perverte. As câmaras são já como que as ante-câmaras das casas bancárias, e a política um meio de fazer fortuna. Quem entra na *carreira* começa por bramar contra a Finança, adere depois ao conservantismo, penitenciando-se das verduras da mocidade, e acaba por se introduzir na gerência dos bancos, como fruto da idade madura. Tal é a evolução da *crisálida radicaleira* até se transformar na fulgurante *borboleta de asas de oiro*. Esta evolução é por vezes acelerada, e só pode explicar-se, à face da biologia, por verdadeiros cataclismos de convicções. É verdade que De Vries já estudara as mutações bruscas – na *Oenotheria lamarckiana (*)*.

A coisa chegou a ponto que até já os políticos se aproveitam da sua situação ministerial para se instalarem nos chorudos lugares das companhias.

(*) Um ilustre deputado perguntou na câmara aos parlamentares de tendências *soi-disant* bolchevistas se queriam que todos os políticos fossem pelintras. Aqui está um sofisma que inverte os dados do problema. Nós não queremos que eles sejam pelintras: temos apenas a modesta e respeitosa pretensão que eles sejam honestos. *Il y a là une petite nuance.* A política não deve ser em parte alguma um modo de negócio. Que não sejam pelintras, admirável; mas que de pelintras se transformem em milionários só à custa de alianças equívocas, eis o mal, meu senhor, de que nos queixamos. Não temos nada com a vida particular dos cidadãos. A moral pública é para nós mil vezes mais importante do que a moral privada. Estar, em política, ao serviço de interesses particulares, eis o crime, que desonra a República – o crime de muitos homens, vivos e mortos, que são admirados e louvados – e que não são e não foram para nós, mais uma vez o dizemos, senão os maiores inimigos do regime!

Slhi

Por outro lado já não há partidos, mas partidos de partidos, facções de facções – hordas indisciplinadas e guerrilhas de franco-atiradores. Homens que altissonamente se proclamam como colunas indestrutíveis da Ordem são os primeiros a dar o exemplo da falta de respeito pela disciplina partidária, instituindo-se em mestres de anarquia. Todos estamos procedendo como se o dever só começasse a ter uma significação precisa de nós para baixo. São os que recusam a pagar impostos, os que transformam as suas associações comerciais em centros de agitação revolucionária e de propaganda de resistência contra o Estado, os que subsidiam as Legiões Vermelhas, os que bombardeiam as cidades, os que se entrincheiram para desobedecer às ordens dos ministros, os que pretendem liquidar as suas questões pessoais dentro dos estabelecimentos do Estado, os que não acatam as normas mais elementares da disciplina partidária, são esses mesmo que se queixam da indisciplina do nosso povo (que querem confundir com a horda de assassinos criada pelo seu exemplo) – o nosso povo, o mais dócil, o mais paciente e submisso de todos os povos da terra – esse povo bonacheirão que assiste sem um protesto a tanta miséria, como a última das bestas de carga, já incapaz da eloquência dum orneio ou da virilidade enérgica dum coice. Segundo esses senhores, ele consente ainda pouco. Querem-no simplesmente prender pelo bridão, em homenagem ao homem que está sendo hoje em Portugal o ídolo de monárquicos e republicanos da direita, Mussolini!

Que admira, pois, que a crise tivesse redundado no opróbrio desta solução? Que as aspirações da grande massa republicana tivessem sido mais uma vez ludibriadas? Que fosse possível fazer ministro das Finanças, com o negócio dos Tabacos em aberto, um empregado da casa Burnay – um homem sem verdadeiro idealismo republicano, feito com as oligarquias financeiras, e que no tempo do sidonismo não teve pejo de ostensivamente se desligar do partido demo-

Slhj

crático, então condenado à opressão e ao ostracismo? E, como digno remate de tanto cinismo, o governo tivesse o inaudito descaramento de agradecer à câmara *um voto* de maioria – o voto precisamente daquele senhor de colete branco que, por ter perdido o comboio da noite, resolveu passar ali até madrugada, assegurando ao sr. António Maria da Silva a sua vida ministerial? E assim agora o futuro de Portugal fica pendente desse senhor de colete branco...

E bramam estes homens contra a Legião Vermelha! Então os srs. julgarão que devem disfrutar o monopólio da insensatez? Ou pensarão que só os esfarrapados e os que não têm que comer têm o dever de ser honestos? – R. P.

(N.º 49 - 15/XII/25)

Slhj

Texto 14

19 DE JULHO (1)

A *Seara Nova* tem afirmado sempre quanto julga inúteis e condenáveis as revoluções da rua, a desordem endémica, a leviandade arruaceira às quais o exército, para honra sua e bem de nós todos, vai esquivando cada vez mais a sua força e o seu prestígio, não destinados, à maneira mexicana, a pronunciamentos e golpes de mão, com vagos programas ocasionais, sem a mais elementar preparação na opinião pública.

Penaliza-nos imenso ver envolvido, na última aventura, o ilustre comandante Cabeçadas que supôs cumprir um dever de patriota, indo a S. Bento pôr escritos no palácio da representação nacional, transmudado, com deslavado descaro, na feira gananciosa das próximas eleições. Aquilo, assim, não é, em boa verdade, nem República nem democracia; mas o problema não se resolve à coronhada, ou acordando na força pública mais elementos de confusão e de indisciplina.

O governo venceu e está demissionário (2), tendo crispado as mãos desesperadas, como um náufrago, até ao fim, nas rédeas do poder. Seria torpe cinismo acamaradarem agora, no repasto amigável dum ministério de concentração, os quatro ou cinco grupos que ainda ontem se abocanhavam num arreganho de feras. É indispensável, em benefício do país e das próprias facções políticas, que o encargo de organizar ministério seja dado a uma individualidade prestigiosa e imparcial, para um governo acentuadamente extrapartidário.

---

(1) *Revolta de elementos do exército e da armada, entre os quais alguns implicados no 18 de Abril, que se haviam evadido do forte de S. Julião da Barra.*

(2) *Da presidência de António Maria da Silva.*

Slhj

Assegure-se o mais possível a liberdade eleitoral, a todos os partidos e nuanças – desde os monárquicos aos comunistas. Será inconveniente, dizem, não se formar, dentro do regime, duas grandes forças partidárias. Mas mais prejudicial e desmoralizador é, com certeza, criar ou manter artificialmente partidos heterogéneos, esfacelados nas próprias entranhas por intrigas e rivalidades. Em toda a parte se constituem hoje blocos da esquerda e da direita. As próximas eleições devem dar uma medida, tanto quanto possível exacta, do eleitorado português, permitindo, porventura, iniciar-se enfim uma era mais dignificadora, na nossa desmantelada democracia.

C. R.

(N.º 49 - 15/XII/25)

Slhj

Texto 15

A DECISÃO DA SALA DO RISCO

A absolvição (1) dos criminosos do 18 de Abril pelos srs. generais reunidos na Sala do Risco, que durante todo o decurso do julgamento tinham dado as mais fervorosas demonstrações de parcialidade e de nepotismo, representa a inversão de todos os princípios em que se funda um Estado, uma Autoridade e um Exército. É a abdicação do direito perante a força, a eliminação da consciência jurídica, a sanção do estado crónico de indisciplina dum exército que se está transformando em joguete de aventureiros políticos, a destituição do Poder, a irrisão dos Governos, a condenação moral dos que bateram os revoltosos, e afinal de todos nós, que a este povo de desvairados e impotentes vimos falando a linguagem do bom senso e da razão. A revolução de 18 de Abril! Mas quem fala ainda no 18 de Abril! A verdadeira revolução é esta – a mais sintomática, a mais estranha, a mais vexatória e a mais grave – em que os revolucionários se mascaram com a toga jurídica, decidem contra a evidência, sancionam pelo direito o que só poderia justificar-se pela força, renegam o Exército (que é uma ideia – ideia de coesão, de serviço, de obediência e disciplina –, mais do que uma massa de homens e um punhado de armas), e assumem uma atitude de cumplicidade talvez inédita nos anais da justiça, cumplicidade aliás degradante para homens de espada, porque não tem a grandeza da sinceridade e da valentia, e se oculta em formas subreptícias e em aparências de legalidade.

---

(1) *Pedida pelo próprio promotor de justiça, general Carmona.*

Slhi

Há quem pense que, ante este cataclismo jurídico – a mais grave revolução que temos sofrido depois de 1910, porque assegura a perpetuidade das revoluções e a certeza de que não é possível haver garantias de ordem em Portugal –, que ante este vexame e esta loucura devemos guardar um silêncio absoluto. Por mim, falarei, porque antes quero mil vezes uma monarquia servida por esses homens que uma república que os tem por generais.

Bem sei que o «bom republicano» protestará indignadamente contra as minhas palavras. O «bom republicano» não quer perder a sua influência, os seus padrinhos, os seus afilhados, as suas sinecuras, o «frete» de deputado, a representação no banco. Para o «bom republicano» a República é este sistema de interesses, de egoismos, de aspirações do estômago, perante o qual tudo deve capitular: prestígio do regime, afirmações da consciência, a própria dignidade do Poder. Um regime em que o José Luís Ricardo é chefe dos serviços da Assistência, o António Maria director dos telégrafos, o Malva do Vale fiscal do Banco Ultramarino, o Barreto empregado da Instrução, e assim por diante, é o que é, para eles, a República. Defender a República é defender a perpetuidade de tais situações. A simples substituição de um Rei por um Presidente satisfaz as exigências sumárias da sua idealidade exígua e rudimentar. A República, para os «bons republicanos», é um regime em que não há Rei a governar – e em que eles se governam. Assim, quando poupam os generais da Sala do Risco, defendem a República – tal como eles a concebem.

Mas para nós, senhores, a República é uma Ideia, um facto da Consciência, uma afirmação moral, uma aspiração do Espírito.

Destruida essa ideia, aniquilado esse facto, renegada essa afirmação, sufocada essa aspiração do Espírito, o António Maria poderá continuar nos Correios e Telégrafos e o Malva

Slhi

do Vale no Banco Ultramarino – mas a República perecerá. Era a ideia, a aspiração que lhe dava vida, e não a comedoria dos funcionários. Não queremos, pois, que ela capitule perante os galões dos generais – que ela se destrua, dando-se a ilusão que se mantém. Para quê tanto amor a uma ficção, a uma comédia, a um vilipêndio e a uma mentira! Se não temos a coragem de ser republicanos, demos o lugar a outros – aos que tenham a coragem de ser monárquicos.

E de que desordenada e titubeante maneira reagiu contra esta afronta à República o sentimento republicano! Se o governo se tivesse sentido apoiado numa força unânime, ele teria decerto procedido com toda a energia que o caso impunha. Em vez disto, limitou-se a afastar os generais revolucionários das suas situações de confiança e de comando. E a tal estado de espírito chegámos, numa tal insensibilidade mergulha a nossa consciência individual e colectiva, que os srs. generais ousaram estranhar a atitude do governo – mais uma vez mascarando a sua cumplicidade revoltante com propósitos de obediência e disciplina. Triste país, em que nem sequer os homens que usam espada, e que a usam como símbolo de alto comando, são capazes de assumir a responsabilidade plena dos seus actos e de se sujeitar às consequências que eles naturalmente implicam! Não vêem, ninguém vê que só merecem respeito os revolucionários que, quando não triunfam, reclamam as honras do castigo. A revolução foi sempre um jogo. Se jogo contando apenas com a vitória ou com o perdão, pratico um acto tão pouco limpo como se jogasse com as cartas marcadas; mas eu não quero ser um jogador desleal.

Estes homens tiraram tudo às revoluções – a seriedade, a força, a razão, a sinceridade, a justiça – e até a grandeza! Tornaram a coragem fácil.

Quando será que num tribunal português ouviremos estas honradas palavras: – Senhores, condenem-me, porque eu fiz tudo para os inutilizar, para os dominar e para os vencer.

Slhi

Eu não sou dos que querem ganhar... mesmo quando perdem.

Mas silêncio, coração indomável... Creio que estou a falar na língua de Homero aos pretos da Senegâmbia.

Falemos outra linguagem, a dos revoltosos, a dos advogados, a dos juízes... a linguagem que se compreende.

Bem, vejamos: quando é a nova revolução? Quando indisciplinaremos novamente a caserna, desobedeceremos aos ministros, bombardearemos a cidade, assassinaremos os cidadãos pacíficos?

Vamos. Nada há a perder. Jogamos pela certa. Se vencemos, o Terreiro do Paço é nosso. Se não vencemos, são nossos os juízes. Para o público falaremos em coragem, em dedicação, em heroísmo, em sacrifícios. Isso dará tom – e as meninas da Baixa revirarão os olhos. Mas entre nós, em família, em segredo, ao chàzinho com torradas (oh tia Anica, nada receie; oh mana Antónia, pois não vê!...), à tia Anica, à mana Antónia, à mulher, aos irmãos, aos filhos, diremos que o negócio em que nos vamos meter é um negócio inteiramente seguro. E o serão familiar acabará na serenidade das consciências inefáveis, na certeza consoladoramente inabalável de que nada há mais respeitável, mais sagrado, mais sério, mais prático, mais seguro do que as revoluções em Portugal. Quem arrisca as suas esperanças numa revolução faz do seu capital o emprego mais sensato: arrisca quase nada e sujeita-se a ganhar tudo. Ora é isto precisamente o que constitui a característica dos bons chefes de família. O nosso revolucionarismo revela sobretudo uma grande prudência e um alto tino familiar.

Efectivamente, meus amigos, quem há aí tão diabòlicamente perspicaz, tão subtilmente capcioso, de inteligência tão perversa e de intenções tão maquiavélicas que veja no 18 de Abril e nas outras revoluções o semblante dum crime? O que é crime é ser honesto, coerente, disciplinado, leal, audaz, sensato, inteligente, e brutalmente sincero, num país que tem estes revolucionários, estes republicanos e estes juízes.

Slhi

E pelo meu crime de hoje, de dizer a verdade nua a um país de safardanas e eunucos – onde sair dum quartel com um regimento em armas já passou a ser tão banal como sair do *club* com o *pardessus,* – desde já me sujeito ao *veredictum* da Sala do Risco (onde por sinal os que lá foram não estiveram sujeitos a risco nenhum...), com a condição, já se vê, de não nomear, nem à força de decreto, como meu defensor o Cunha Leal.

RAÚL PROENÇA

(N.º 57 - 24/X/25)

Slhi

Texto 16

A LIÇÃO DAS ÚLTIMAS ELEIÇÕES

Perante os resultados das últimas eleições (1), uma indicação há a tirar imediatamente; e é ela que se tanto em Lisboa como no Porto se tivesse formado o *cartel* das esquerdas, constituído, pelo menos, pela Esquerda Democrática, Partido Radical e Socialista e pelos representantes de algumas classes, a vitória eleitoral, nas duas cidades mais importantes do País, teria, sem dúvida, cabido a essa coligação.

Da parte da gente da Esquerda Democrática houve, como os jornais publicaram oportunamente, a intenção bastante louvável da formação do *cartel* das esquerdas; mas, segundo se diz, o Partido Radical, que não consegue levar um único representante ao Parlamento, fez exigências tais, reclamando para si 4 ou 5 candidaturas na lista de Lisboa, que tornaram impossível a efectivação do pretendido acordo. O Partido Socialista, por seu turno – diz-se também – marcou três ou quatro reuniões dos seus corpos directivos com o fim de estudarem e resolverem sobre a proposta apresentada pela Esquerda Democrática; porém, nenhuma das reuniões se chegou a efectuar, e, já quando o Partido Radical se tinha desinteressado do caso, os socialistas declaram então que, atendendo à pouca viabilidade de êxito, também não desejavam entrar na coligação das esquerdas.

---

(1) As eleições legislativas de 9 de Novembro de 1925. Na já citada biografia de Jaime Cortesão, que publicou sob o pseudónimo de Ricardo Saraiva, o autor do artigo caracterizaria, cerca de 30 anos depois, a conjuntura eleitoral de esse mês de Novembro, em que, duas semanas após as legislativas, se realizaram eleições municipais; ob. cit. p. 39-41.

Slhi

Ainda que censurável, a atitude do Partido Radical não só foi legítima como até defensável, e os factos apenas vieram provar que os dirigentes do Partido se enganaram redondamente quanto à sua força eleitoral. E neste ponto é mesmo para louvar que, não obstante ter cometido a imprudência de recusar a sua comparticipação no *cartel* das esquerdas, o Partido Radical se tenha apresentado sòzinho, e sem híbridos entendimentos, ao eleitorado do País.

Mas o que se passou com o inerte Partido Socialista Português, é, além de muito lamentável, suficientemente sintomático do impudor de certos políticos e da inanição de algumas correntes doutrinárias. Os dirigentes socialistas andaram primeiro a fazer um vergonhoso jogo de dissimulação e por fim resolveram-se pelo pior – aquiescendo às solicitações da táctica do sr. António Maria da Silva, fazendo-se eleger – eles, os socialistas!... – com os votos da parte mais burguesa e mais conservadora dos partidos republicanos.

Que confiança poderão inspirar, pois, na futura Câmara, os dois deputados socialistas, não só aos esquerdistas como a todas as demais correntes avançadas sem representação no Parlamento? Se já de si não fosse muito precário o prestígio político dos srs. Amâncio de Alpoim e Ramada Curto, bastaria a sua atitude perante as últimas eleições para que ficasse irremediàvelmente feita a sua desclassificação política, se o Partido Socialista não fosse por ora, infelizmente, em Portugal, um partido sem vida, e retiro ao qual se costumam acolher certos falhados políticos.

A acção do futuro Parlamento vai ser, por culpa dos grupos da esquerda que não quiseram coligar-se, acentuadamente conservadora, e uma intolerável ditadura das direitas se avizinha já, e realizar-se-á, se acaso dentro do Partido Democrático não surgir, como é natural que surja, um grupo – chefiado talvez pelo sr. Vitorino Guimarães – disposto a não consentir a política desgraçada dos *bonzos*.

Slhi

O que é de todo o ponto assente é que a representação dos grupos da esquerda, dos grupos que reclamam a realização imediata de todas as reformas que urge fazer, poderia ser muito mais numerosa. Não o é, por culpa de alguns desses grupos. E agora, que se aproximam as eleições administrativas, teimarão esses grupos em deixar-se bater, concorrendo às urnas como forças em dispersão – mas sabendo antecipadamente que é uma derrota inglória que os espera?

DAVID FERREIRA

(N.º 61 - 21/XI/25)

Slhj

Texto 17

O HÁBITO DA IMPUNIDADE

Os aventureiros do Banco Angola e Metrópole (1) sabiam que mais tarde ou mais cedo se descobriria a sua espantosa burla. Mas contavam, e talvez contem ainda, com a impunidade.

A primeira garantia dessa impunidade é terem chegado a esta altura da existência, envergando frak e casaca, e não o uniforme e o capuz de penitenciários. Outra garantia foi a possibilidade de protecções diplomáticas para dois ou três cadastrados da polícia internacional. Houve ainda o beneplácito das autoridades oficiais, na abertura do banco. Mais: administradores de empresas coloniais, da categoria dos srs. Freire de Andrade, Egas Moniz, Marques Ribeiro, na iminência dum estoiro irremediável, aceitaram às mãos ambas, como uma tábua de salvação, sem averiguarem muito a fundo a sua origem, os milhares de contos desse Banco rocambolesco. O cofre de M.me Humbert estava vazio; os cofres do Angola e Metrópole tinham dinheiro a mais!

Esses bandidos, quantas vezes se teriam tranquilizado uns aos outros, recordando a impunidade de tantos: a fuga de criminosos dos Transportes Marítimos, absolvições por falta de provas, o bacalhau dos Caetanos, os zum-zuns da Casa da Moeda, os bombistas impunes, jurados medrosos, testemunhas complacentes, homicidas condenados a penas mínimas, e até, no nível desinteressado das revoluções salvadoras,

---

(1) Caso celebérrimo de falsa emissão de papel moeda, cujo principal responsável foi Alves dos Reis. Conseguiu que a própria casa impressora das notas do Banco de Portugal (Waterlow and Sons, de Londres) fabricasse duplicados das notas de 500$00 em circulação.

Slhi

a indisciplina revolucionária e fratricida guindada à apoteose do civismo engrinaldado de lauréis!

Portugueses amigos, isto acaba mal. Estamos na encruzilhada dos calvários. Não sei o que nos espera. O desprestígio das classes dirigentes excede em muito a desvalorização da moeda. Todo o pessoal governante em circulação se queimou e temos de criar o *rentenpolitik*. Para o critério simplista do povo, um ministro do comércio, por exemplo, vale hoje muito menos que um moço de fretes da Ilha dos galegos.

Para onde caminhamos? ditadura? episódios de Leninegrado? cativeiro de Babilónia? ou, finalmente, a organização das esquerdas, *tendo como ponto de partida iniludível uma moralização rigorosíssima dos processos políticos?*

C. R.

(N.º 64 - 12/XII/25

Slhi

Texto 18

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

A *Seara Nova* mais de uma vez tem prestado homenagem ao sr. Teixeira Gomes, à sua correcta isenção no atribulado e alto cargo que exerceu, durante mais de dois anos, entre a turbulência cega dos políticos e as correntes indecisas da opinião pública. Da atmosfera serena da embaixada de Londres às mal-aventuradas intrigas de S. Bento, a distância é tão grande, que hoje, ainda doente e fatigado, o sr. Teixeira Gomes deve porventura sentir a dolorida impressão dum pesadelo que se varreu, mas o deixou de mau humor.

A maleabilidade política do sr. Bernardino Machado, a sua capacidade de adaptação, a sua inteligência experiente, os ensinamentos duma magistratura já exercida, o conhecimento dos homens e das correntes de opinião, o hábito do poder e do tacto governativo, constituem condições incontestáveis de bom agouro para o novo período presidencial, mesmo com todos os elementos de instabilidade que, no parlamento e na rua, ainda estão bem longe de se desvanecer.

A *Seara Nova,* cumprindo a norma de ver para além dos indivíduos as ideias e as funções que eles representam, sauda nesses dois ilustres homens públicos as instituições republicanas que honrosamente simbolizam e têm servido.

C. R.

(N.º 65 - 19/XII/25)

Slhi

Texto 19

A SITUAÇÃO POLÍTICA

Não era, evidentemente, um golpe de Estado o que pedíamos ao sr. Presidente da República (1), nem nunca pela cabeça nos poderia ter passado que S. Exa. fizesse sobrepor a sua vontade pessoal às chamadas indicações parlamentares. Não achariamos bem que, tendo jurado num dia respeitar a Constituição, se apressasse logo no outro a esfarrapá-la cordialmente, só porque entre as calvas dos seus concidadãos S. Exa. teria visto alvejar alguma que lhe parecia mais luzidiamente predisposta para as profundas congeminências da salvação. Nem nos julgue S. Exa. tão indefectìvelmente ignorantes ou tão zelosamente desconhecedores dos deveres cívicos, que não reconheçamos os limites estreitíssimos que aos seus movimentos marca duma maneira iniludível o nosso regime constitucional. Nenhum de nós aqui ignora que a Constituição o transforma, por assim dizer, no vistoso pêndulo ornamental dum relógio a que outros se encarregam de dar corda.

Mas nem o respeito que lhe devemos como Chefe de Estado nem a consideração que em todas as circunstâncias S. Exa. nos tem merecido como Cidadão, nos devem impedir, salvo melhor juízo, de declarar com a sinceridade que em tempos de *antanho* se usava mesmo para com os Reis, que julgamos a sua atitude neste momento talvez pouco consentânea com as mais imperiosas exigências da vida nacional.

S. Exa. não podia nem devia sobrepor-se à vontade parlamentar, mas poderia talvez ter influído duma maneira decisiva,

---

(1) *Bernardino Machado.*

Slhi

sem por forma alguma transgredir a esfera das suas tão altas como reduzidas funções e mecher no mecanismo da relojoaria constitucional – sem fazer mais nada do que interpretar, como chefe supremo, o sentimento quase unânime dos seus melhores concidadãos – para que os partidos e os grupos com representação no Parlamento fizessem um pequenino esforço para se compenetrarem da gravidade excepcional do momento (que nem tudo são rosas, cheques, sobrescritos lacrados, lugares de vice-governadores e notas falsas na vida dum político), e da urgência cada vez maior dum governo nacional, dum governo de salvação pública, dum governo que não precisasse de enviar bilhetes amorosos às guarnições revoltadas, de passar sob as forcas caudinas dos generais cúmplices nem de confiar a redução do funcionalismo à mão providencial das Parcas, dum governo enfim que fizesse esta coisa milagrosa e inédita – governar, e que não contivesse no seu seio os rotundos zeros grandiloquentes e os homens que têm presidido, com tão grande prosperidade dos seus apaniguados, a esta bambochata e *degringolade* vertiginosa que tem sido, de há anos a esta parte, a vida da República.

Quem era que, logo após a sua eleição, se recusaria a ouvir o sr. Presidente da República e lhe negaria o direito de, em tão angustiosas circunstâncias, traduzir sinceramente as suas graves apreensões e as suas exortações patrióticas, se o fizesse com aquela isenção, aquela visão segura das coisas, aquele tacto, que não exclui energia nem calor comunicativo, aquela sugestiva e persuasiva eloquência que costuma pôr nas suas palavras, e adjurasse os nossos homens públicos a travar o andamento para o abismo, convencendo-os de que nem só do Angola e Metrópole, do Banco Ultramarino e de comissões chorudas vive o homem, que é preciso cairmos em nós, esfregarmos os olhos, acordarmos, tomarmos consciência do lugar que ocupamos no planeta, e fazermos todos, com os olhos assim bem abertos, o pensamento disposto e a vergonha

Slhi

fazendo subir a cor ao rosto, um implacável exame de consciência?

Estamos ou não num destes momentos em que um Chefe de Estado, não podendo ser o ditador que domina pela violência, tem de ser um pouco o Apóstolo que vence pela convicção, e deve concentrar todas as suas capacidades numa força irresistível de dialéctica, apresentando-se diante dos políticos como um intérprete da *élite* da nação, pintando-lhes com cores vivas o lamentável quadro, conjurando-os em nome do país, apelando para o que neles ainda existe de puro e espiritual, tentando ferir nas pederneiras daqueles cérebros o lume oculto que possam lá conter? Estamos ou não num destes momentos em que o sr. Presidente da República devia deixar de ser um pouco o *homem que cumprimenta,* para ser o homem que perora, que incita, que sugestiona, que invectiva, que se obstina e que convence? Um Chefe de Estado, numa república parlamentarista, não será talvez um órgão da vontade nacional, mas também nada o obriga a que seja um surdo-mudo. *Quod non agit non est,* dizia não sei se Leibnitz, velho amigo de S. Exa.. Ora S. Exa. *est,* disto não temos nem a sombra de aquela dúvida cartesiana que poderemos ter em relação ao sr. Trindade Coelho (2) ou ao sr. Schwalbach (3), que talvez não existam. Logo S. Exa., não sendo uma pura concepção metafísica, uma simples entidade abstracta dum mundo ultra-platónico e evanescente (como serão porventura aqueles senhores!), poderia ter agido – poderia ter sido tão real como esta pena com que escrevo e que apalpo entre os meus dedos e este espírito nervoso que em mim freme e se agita e que os bonzos talvez já considerem a estas horas um perigo para

---

(2) *Henrique Trindade Coelho, director de* O Século, *figura destacada da Cruzada Nun'Álvares e amigo pessoal de Mussolini. Veio a desempenhar importantes funções na ditadura militar implantada em 1926.*

(3) *Eduardo Schwalbach, director do* Diário de Notícias *e dramaturgo.*

Slhj

a segurança pública. S. Exa., desta feita, ou não viu as coisas com a sua clareza habitual, ou não foi suficientemente caloroso e persuasivo. S. Exa. não se ergueu suficientemente no bico dos pés, e à altura das circunstâncias! Ah! se o tivesse feito, talvez tivesse conseguido alguma coisa de útil para a nação e se não tivesse limitado a ser o pêndulo do relógio que bateu a hora... do sr. António Maria da Silva.

A hora do sr. António Maria da Silva! É isto que nos confrange. Permita que lhe diga, senhor Presidente, que esta não era a hora do sr. António Maria da Silva. Bateu-a talvez o relógio do Congresso, bateu-a o do sr. Custódio de Mendonça (4), o do sr. Silva Barreto (5)... Mas em todos os outros relógios do país, afinados pelo meridiano da nossa verdadeira longitude, a hora que bateu, que eu ouvi-a, embora surda, como a duma cebola de algibeira, se foi a do sr. António Maria da Silva... não foi a do seu triunfo, mas a do seu declínio. Os relógios que S. Exa. ouviu eram em grande parte os dos estômagos de alguns ilustres parlamentares, que apesar de já tanto terem comido, persistem em dar horas com tão teimosa eloquência, que ou a necessidade é muita, sr. Presidente da República, ou o apetite enorme! Estão a dar horas desabaladamente, e por isso marcam no mostrador, a letras negras – António Maria.

Efectivamente este homem (permita S. Exa. que lhe diga) é hoje o símbolo vivo da Incapacidade e da Corrupção que alastra pelo país. Este indivíduo, cuja cultura é ínfima, cuja competência governativa é diminuta, cuja inteligência política se reduz aos processos da mais baixa regedoria, cujo apreço pela boa literatura e ideologia democrática se avalia pelas íntimas relações que mantém com um órgão escrito em papel de embrulho e com pena de piassaba por jornalistas que

---

(4) *Custódio de Mendonça: ver nota 6.*
(5) *Silva Barreto. Senador e inspector do ensino primário.*

Slhi

manejam as pílulas farmacológico-políticas de M. Homais e têm o uso do sabão na conta dum dos mistérios da Santa Madre Igreja, este homem que, pela linguagem, parece falar-nos sempre do fundo das casinhas com cortinas de ramagens da diplomática rua de João do Outeiro, tem sabido manejar com uma penetração psicológica e uma habilidade inigualáveis as pedras maiores do nosso tabuleiro político. Nunca a Palavra se pôs como com ele ao serviço de qualquer interesse – pois com ele a Palavra (maior conquista e atributo do Homem) esteve vibrante nove horas ininterruptas, sem desfalecimentos e tremuras e sem ter de ir ao *water closet!* Em 9 horas seguidas, por causa deste homem, amigos, a Palavra não foi lá dentro!

A fraqueza dos outros é, em verdade, a grande força em que ele se apoia. Não há por aí Margarida mais ou menos fácil a quem ele não tenha cantado, com a sua barbicha mefistofélica, a ária de *il dio del oro,* nem vaidade que não acaricie, moleza de carácter que não apalpe, brecha por onde não tente fazer entrar a sua alavancazinha de corrupção. Estuda com uma sagacidade inexcedível o sistema de cristalização na malandrice de todos os que se lhe aproximam, o plano de *clivagem* por onde a pedra vai rachar. Cada perversão alheia conta-a ele por uma vitória própria. As raízes do seu poderio cria-as e multiplica-as no lodaçal das podridões humanas. Aí onde há uma quebra, um vácuo, um rombo, uma falha, procurem bem, lá tem ele uma raíz: elas penetram por todos os interstícios, metem-se por todas as fendas, infiltrando-se multiplicando-se, ramificando-se, anastomosando-se, até formar uma rede tal que este homem, dentro de pouco, já não é um político, mas um Polipo. Há seres assim, sinuosos, pérfidos, lentos, enleadores, tenazes, que vivem à custa dos tecidos vivos. Outros, dos mortos. Este vive da matéria em decomposição. Onde há qualquer coisa que cheire mal, um cancro, uma chaga, um simples foco de pús, lá está o serzinho minúsculo, de barbicha mefistofélica e bigodes-antenas em riste,

S|hi

de fraque, a pôr o seu ovo, a incubar – e a vencer. Assim conseguiu ele falsificar toda a vida da República. Porque, neste regime que nos rege, não são só falsas as notas do Angola e Metrópole: é a própria Democracia, é a Vida que são falsas, embora contenham as assinaturas autênticas dos propagandistas que no tempo da monarquia nos prometiam luz, claridade, nobreza, independência, capacidade e justiça.

As razões mesmas que deveriam condenar esse indivíduo ao ostracismo (sr. Presidente da República) foram as que o elevaram ao Capitólio. Governa, com aprazimento aparente de V. Exa. e de nós todos.

E todavia o passado político deste cidadão devia contra-indicá-lo para a tarefa que se está exigindo ao governo dum país que chegou a este estado da consciência pública, a este desvairamento das altas classes sociais (piores mil vezes que o povo, a quem chamam indisciplinado), a estas burlas-monstros e a esta suprema desvergonha de republicanos e monárquicos enfeudados à majestade auri-luzente e flamígera e à omnipotência divina da sagrada Burra Apis! Foi ele ou não depois de Monsanto que por mais tempo ocupou as cadeiras do Poder? E da sua administração o que saíu, senão o acréscimo do declive em que impenitentemente todos vamos resvalando? Sobre outro pode haver dúvidas. Sobre este não. Deu já as suas provas – eloquentes. Pedir *bis* acho que é abusar da paciência dos espectadores.

Estará arrependido? Mas até agora o que lhe ouvimos, não foi a expressão do seu arrependimento, foi a da clamorosa condenação. E assistimos a este espectáculo cómico, certamente único no mundo, em que o homem que tem conduzido toda a política nacional, assaca aos outros as responsabilidades dos erros e dos crimes que se cometeram sob a sua égide e bandeira, gritando como do seio duma sarça ardente: *O país tem estado a saque!* O país a saque, e ele inocente, puro, nas nuvens, arqui-angélico, a olhar compungido os saqueadores!

Slhj

Arrependido? Mas então o já famoso telegrama para o comissário de Moçambique (6), em que se fez a afirmação expressa de que os interesses dos corrilhos têm, mesmo neste momento de perigo, de dominar os supremos interesses nacionais? Esse telegrama é um programa, uma declaração de princípios, e um *test* psicológico. É ele mesmo, assim mesmo, hoje mesmo – com as mesmas manhas de ontem, os mesmos princípios do ano passado, a rede de raízes a alastrar, a ir até Quelimane, Inhambane e Ilhas de Bijagoz, a levar a pretos e brancos os sucessores de Mousinho de Albuquerque sob a forma de piolhos emigrantes da sua barba mefistofélica.

Arrependimento? Nunca. Ele foi, é e continuará a ser *o maior destruidor do idealismo republicano.* Ele é o dono mais responsável deste regime que tem por tabuleta Política & Negócios. E é isto o grave. Não se destrói assim, senhores, sem profundas consequências morais, as raízes do idealismo a um partido e a uma nação. Destruir o idealismo é destruir a alma, a seiva, a chama de vida, que nos faz resistir às tentações, reprimir os impulsos brutais e nos dá uma razão de viver para alguma coisa mais que para estes actos digestivos, estes gozos, estas licenças, estas volúpias e estas defecações, para as quais não é preciso nem alma, nem seiva, nem chama de vida.

No caso do Angola e Metrópole *em si mesmo* temos a certeza da inocência perfeita da grande maioria dos nossos

---

(6) A Seara *publicara no n.º 64, de 12 de Dezembro de 1925, sob o título* A saque, *o seguinte telegrama: «Alto Comissário Moçambique. Lourenço Marques. – Pedimos caloroso empenho requisite imediatamente Custódio Mendonça director Serviços Estatística defesa económica Ministério Trabalho vogal Conselho Superior Estatística Previdência, qualquer governo Província, lembrando Quelimane, visto governador desafecto partido acabado comissão. Impossibilidade governo, qualquer serviço secretários Comissariado compatível aptidões e idoneidade. É redactor principal* Rebate *desde fundação e como jornalista pode prestar-lhe relevantíssimos serviços. Seu republicanismo conhece-o sua honestidade...(?) pedido fazemos. Esperamos resposta esta via. – (aa) Domingos Pereira, Vasco Borges, Pereira Leite, ... Costa (provàvelmente Delfim Costa), António Maria da Silva».*

Slhi

políticos. Mas o Angola e Metrópole é um acidente, um caso, um grandioso *fait-divers*. O que importa sobretudo é o espírito, as condições, o ambiente, que tornaram possível esse caso, esse *fait-divers*, esse acidente. Foi a contínua simbiose da Política com a Banca, a política posta ao serviço dos interesses particulares, a política que deixou de representar ideias e aspirações para ser a representante no parlamento dos Burnays, dos Ulrichs, da Moagem, dos Tabacos, do Ultramarino, do Soto Maior, dos Fonsecas, Santos & Viana, e que criou orgãos subsidiados por estas Burras e dirigidos por burros, por homens que têm muito menos de jornalistas que eu de poeta lírico, e ocultam, com fins inconfessáveis, a fonte donde lhes mana a metálica linfa – foi esta fórmula, esta tabuleta, esta chapa, esta marca de grilheta, este sinal de canga, este ferrete de ignomínia – Política & Negócios –, que prostituiu, corrompeu nas suas origens o regime que fôra criado sob a impulsão das ideias mais puras e das ambições mais nobres. É ainda a Portuguesa o hino oficial deste país? Peço aos maestros António Maria e Cunha Leal que o substituam. Deve ser antes a ária – *il dio del oro, del mondo signor*, posta em batuque de pretos.

Quando a função e a missão dos elementos preponderantes duma sociedade (ricos que põem lá fora o dinheiro, exaurindo à nação o seu sangue, políticos, jornalistas, escritores, mestres que pregam o erro e a mentira), são assim falsificados, não tarda que tudo esteja falsificado nas nossas mãos – desde os alimentos que compramos às próprias notas com que o fazemos. *Falsificação* é realmente a fórmula suprema de toda a vida portuguesa. Falsificada a política, falsificada a literatura, falsificada a justiça, falsificado o jornalismo, falsificada a crítica, falsificada talvez a tua indignação, leitor! Alves dos Reis (7), Bandeira (8), dois criminosos?

(7) *Alves dos Reis: ver página 196*
(8) *Bandeira, cúmplice de Alves dos Reis.*

Slhi

Decerto, – mas sobretudo dois símbolos. As coisas têm uma força de impulsão, ilustríssimos senhores, e cada átomo de poeira gera um mundo. *Os maiores culpados, repetimos, são os que destruiram ou tentam destruir o idealismo republicano.*

António Maria? O quê? António Maria? perguntamos nós espantados, como se tivessemos sido vítimas de um sonho. Pode lá ser! Agora! Mas é. É, e vejamos como é.

Tendo-se esboçado em favor das nossas colónias o único movimento de opinião de que nestes tempos mais próximos temos memória – tendo-se feito ver claramente os perigos que nos rodeiam, e que nem as elegâncias diplomáticas e o servilismo do sr. Vasco Borges (9), nem as boas palavras da Inglaterra poderão por si sós evitar – quando as assembleias mais graves, cordatas e paralíticas se resolvem por fim a espreguiçar-se, a estender os braços, a agir – quando a mocidade, deixando as Elviras e as guitarras, grita, implora e exorta – quando se pensa que afinal vai surgir alguma coisa, e raiar acima dos Apetites, das Vaidades e das Vacuidades o fulgor de uma vida nova incipiente – o governo lança amoníaco vesical sobre toda esta fermentação patriótica, responde com o punho franciscanamente cerrado a todas estas exortações, e quais são os primeiros actos dessa nova administração colonial íntegra e salvadora? A nomeação dum praticante do jornalismo para governador dum distrito, só porque tem no lombo a marca partidária, e a dum militar brioso, embora pouco preparado para os assuntos coloniais e de espírito um pouco ferido de inibição e de catalépsia, para a pasta das colónias, só porque com ele no ministério se pode contar com a guarda republicana. Estão a ver? Ele é assim, foi sempre assim, há-de

---

(9) Vasco Borges: Em 1920 foi ministro da Instrução do governo do coronel António Maria Baptista, sendo posteriormente ministro dos Negócios Estrangeiros. Homenageado em 1932 pela acção como ministro da República, aderia em 1934 ao Estado Novo. Morreu em 1942, desembargador da Relação de Lisboa.

Slhj

ser sempre assim: regedor do Redondo, redondamente. O regedor do Redondo só sabe reinar sobre a abjecção, segurando os seus sequazes pelos tentáculos, comunicando com eles pelo umbigo, e batendo-lhes de quando em quando no estômago com tal força de persuasão, que não há patriota que lhe resista e boca que não se alargue e encha de água em homenagem aos imortais princípios.

Quando acabará a regedoria do regedor do Redondo? Ou antes disso cairemos todos ao charco – redondamente?

Este artigo, para acabar bem, sinto-o, devia encerrar-se com um período candente, bem martelado nas frases, largamente ritmado, em que eu pusesse a vibração, o estrondo e a eloquência dum canhão de 45. De facto isto, para ser literàriamente suportável, todos estão a vê-lo e a desejá-lo (Filomeno, Cabeçadas, Tamagnini, José Domingues), deveria acabar com um caloroso apelo à revolução. É o que exigia de facto, não a lógica, mas o *tonus* literário, o desenvolvimento do estilo, o *rinforzamento* retórico, o pendor que se ia acusando na minha prosa, e ao mesmo tempo as mais vivas, as mais clamorosas, as mais retumbantes tradições nacionais. Neste ponto, porém, o estilo falece-me, e o cérebro mirra-se-me, até ficar tão seco, tão murcho, tão esquálido como a castanha pilada dum crânio da Travessa da Água da Flor.

As revoluções para nós não são coisas que se receitem, como um remédio para as hemorroidas. São arcos tensos que desferem a seta pronta a partir, uma força viva *qui déclanche.* Quando quererão os senhores criar a força viva? Quando quererão tender o arco?

Numa palavra, quando será que a Revolução não será também uma coisa falsificada – e se reconheça que não se poderá fazer nada sem o Espírito, única luz, única força e única fonte da vida – o Espírito, que é no princípio e no fim de todas as coisas – o Espírito, que talvez tivesse criado o mundo e certamente cria tudo no mundo –, e assim façamos

Slhi

uma verdadeira democracia idealista por processos realistas, um Governo e uma Autoridade vivos, para o maior bem de todos, e sem suprimir, como na Itália e na Espanha, aquilo sem o qual se não pode conceber a justiça nem o ideal nem a vida nem a dignidade humana, aquilo que para o Espírito é o maior bem do mundo – a liberdade?!

RAÚL PROENÇA

(N.º 67 - 2/I/26)

Texto 20

AS ATITUDES DO SR. CUNHA LEAL

Segundo dizem os jornais, o sr. Cunha Leal, ao contrário do que pensavam certas pessoas para quem os méritos do fogoso parlamentar não são ainda (apesar do caso edificante do *Século*) apreciados com toda a justiça, o sr. Cunha Leal aceitou o lugar de vice-governador do Banco Nacional Ultramarino para que fora nomeado, à sombra dum decreto que indignadamente combateu e que o partido nacionalista considerou nas suas moções parlamentares como um dos actos mais desprestigiosos da República.

É tempo, pois, agora que o facto é consumado, e que o sr. Cunha Leal meteu no bolso integralmente (ao que nos têm afirmado) a primeira maquia, de avivar a lembrança das desmemoriadas gentes, fazendo-lhes ler um pedacinho soberbo de aquela eloquência tão fulminante que S. Exa. costuma empregar nas suas exasperadas invectivas – numa câmara em que o próprio João Brandão (1), se viesse ao mundo, encontraria maneira de instalar o seu púlpito de moralista.

No seu discurso, protestou em primeiro lugar o sr. Cunha Leal contra as *violências* do decreto. «O sr. Ministro das Finanças – dizia ele ao sr. Pestana Júnior, que mal sabia então que estava cortando a posta que havia de ser digerida pelo seu temeroso adversário –, o sr. Ministro das Finanças – repetia colérico, vozeirando as frases, cerrando os pulsos, como um Catão da Guardunha, e pondo nas suas palavras um grande cunho de sinceridade, como sói dizer-se nos relatos parla-

(1) *Célebre quadrilheiro.*

Slhi

mentares –, impondo dois administradores a cada um dos bancos emissores, faz isto por um acto de sua livre vontade, e repito, para provocar barulho, porque sabia que nós haviamos de protestar.» Não reparem na gramática, no estilo, na elevação das ideias: é essa a condição de continuarmos a aceitar que o sr. Cunha Leal é um grandessíssimo orador, e não é patriótico desfalcar nem do próprio Catão da Guardunha a galeria das nossas glórias nacionais. «Então – continuava S. Exa., cada vez mais torvo e inflamado – esperou o nosso protesto e o nosso ruido, porventura para especulações políticas e para pôr à prova o seu radicalismo, o qual só representa, neste momento, um assalto ao direito de propriedade... Sr. Presidente: creio que o sr. Ministro das Finanças, criando os lugares de vice-governadores como os criou, *não encontrará, para honra dos homens da República, nenhum suficientemente honesto que possa aceitar tais lugares.* Eu compreendo até certo ponto, sr. Presidente, que um ministro, adentro do critério de defesa das instituições republicanas, como accionista, possa concorrer às eleições dos corpos gerentes desses bancos, como aconteceu no Banco de Portugal, onde conquistámos alguns lugares; porém o que não compreendo, nem posso compreender, é o assalto à mão armada, pois que *fiscalizar é uma coisa e administrar é outra.* Que significa tudo isto, sr. Presidente? Significa que o sr. Ministro das Finanças resolveu *meter dois intrusos dentro do Banco Nacional Ultramarino, dois indivíduos cuja cara eu gostaria de ver no momento de entrarem na casa dos outros.* Se alguém quiser entrar em minha casa contra o direito e contra minha vontade, eu defender-me-ei a tiro. O caso é paralelo, visto que o Estado *não pode* proceder de harmonia com o que se acha estabelecido neste decreto senão *cometendo um acto de violência...* Como é bom que a responsabilidade de cada um fique claramente definida, devo declarar que a *República não pode nem deve administrar aquilo que é dos outros,* e que deve

Slhi

ser respeitado à face dos contratos. Eu dou este conselho às assembleias gerais e direcções dos bancos: não aceitem os vice-governadores que lhes forem impostos.»

O sr. Cunha Leal, não contente com isto, afirmava ainda a *inconstitucionalidade* do decreto e a *imoralidade* dum acto governativo que parecia querer favorecer «políticos categorizados, dando-se assim ao público a impressão de que se fêz qualquer coisa, não para servir os interesses nacionais por uma melhor fiscalização dessas instituições bancárias, mas *para servir os interesses e a cobiça de qualquer pessoa que porventura têm ingerência dentro da política.*»

Finalmente, como corolário lógico de tão veementes apóstrofes (que S. Exa. emitia com uma sinceridade sempre perturbante e avassaladora), o fogoso *leader* nacionalista concluia pela «*absoluta certeza de que não há homem digno de respeito dentro da Repúblida que queira conquistar lugares entrando por uma porta que não é a principal,* servindo-se, para entrar, de um subterfúgio da lei, de uma imposição ou de uma violência... *A oposição nacionalista fará disso um ponto de honra para o regime ...*»

Uma moção dessa minoria, apresentada na sessão de 19 de Janeiro de 1925, concretizava nitidamente a desinteressada e desassombrada atitude do partido em face do decreto, que pretendia «impor sem lei e contra lei, a certos bancos, a obrigação de aceitar e remunerar directores nomeados pelo governo», pretensão que, dizia a moção ainda, «o próprio prestígio da República deve impedir que se efective».

Como se explica então que o sr. Cunha Leal aceite agora (e segundo alguns, depois do seu próprio pedido!) um lugar que ainda o ano passado da mesma era de Cristo só poderia ser desempenhado por pessoas sem suficiente honestidade e sem respeito de si próprias? Como foi que a minoria nacionalista se esqueceu tão depressa do *prestígio da República?*

Passou um ano, ou uma eternidade? E nesta eternidade

SIhi

que cataclismos se deram, que transformações catastróficas, que dilúvios, que conversões miraculosas da consciência, que novas formas de vida, para explicar semelhante mudança de atitudes? Já outros astros brilharão no zodíaco? Já será outra a estrela polar? Ah! como é frágil o mundo! Basta uma simples chuvinha de oiro (a chuva chamada de molha-espertos) para transformar a face do planeta e a própria visão do universo. Estes cataclismos não os explica a geologia, mas explicam-nos a *Arte de furtar* e certas poesias chocarreiras de João de Deus,

> O dinheiro é tão bonito,
> Tem tal chiste o ladrão...
> Que safitifica o decreto
> Que condenava a moção.

É esse o «ponto de honra» – *In pecunia veritas.*

Foram-se no enxurro as grandes frases. «Assalto à propriedade»? Figura de retórica, simplesmente. O sr. Cunha Leal menos honesto, menos digno por aceitar tal lugar? Nada disso: um benemérito da Pátria, um eterno sacrificado. Catão e Catilina, depois de tantas discórdias em todos os compêndios de história romana, abraçam-se comovidos. Afinal de contas, parodiando o nosso amigo António Sérgio, podemos dizer que Catão é Catilina, e Catilina Catão!

Mas Catão e Catilina, consubstanciados no corpo e alma do sr. Cunha Leal, entenderam que, para efeitos discursivos, era necessário encontrar uma explicação salvadora. E encontraram-na. É que ele não sabia que os bancos aceitariam de boa-mente o decreto!

Eis a *trouvaille.* O sr. Cunha Leal costuma ter destas ignorâncias paradisíacas. Já quando entrou para o *Século* não sabia que era a Moagem que o governava, nem que era lícito fazer-se *na casa dos outros* o seu próprio descrédito. Afinal de contas o sr. Cunha Leal é um ingénuo, uma pobre criança iludida, a quem dá vontade de fazer festas... depois de tirar os aneis dos dedos.

Slhi

Infelizmente a explicação do sr. Cunha Leal e dos seus amigos (entre os quais, por uns zum-zuns que nos chegaram, teríamos de incluir os outros seus colegas do Banco), prova simplesmente que, perante os actos que ultrapassam certas marcas de desfaçatez concedida aos homens públicos, não há maneira de encontrar um sofisma engenhoso. Toda a gente é estúpida quando não tem razão... e há outros dispostos a saberem tê-la!

Onde é efectivamente que no discurso do sr. Cunha Leal se encontra expressa a exclusão de tal circunstância? E demais essa circunstância é fictícia: os bancos não fizeram senão inclinar-se perante uma decisão do Governo, que, a não ser respeitada, poderia lesar os seus interesses. Vieram à boa paz... mas de Varsóvia. Aceitaram os factos com uma risonha filosofia: eis tudo. Nietzsche poderia dizer que eles tinham o *amor fati*.

E tanto assim é que o próprio sr. Cunha Leal afirmou que o Estado não tinha maneira de proceder em harmonia com o decreto «*senão praticando um acto de violência*». Quer dizer: S. Exa. não poderia ser nomeado, fosse quais fossem as circunstâncias, (de mal contida exasperação ou de risonha filosofia) senão por um acto ilegal e violento!

Mais ainda: não só o discurso do sr. Cunha Leal não exclui tal circunstância, como o seu próprio espírito e as suas expressas afirmações, se a subentendem – é para a combater. A essência dos seus raciocínios (do que poderíamos chamar, em linguagem schopenhauriana, os seus apetites raciocinadores) reside numa distinção absolutamente clara entre fiscalização e administração: o Estado tem o direito de fiscalizar, mas não o de administrar. E por isso (longe de admitir a conivência ou o agrado dos bancos) formalmente os aconselhava a resistir por todas as formas, incluindo ainda as mais enérgicas e homicidas, contra os políticos intrusos. Esse agrado, essa conivência, que hoje apresenta como justificatórias do

Slhi

seu procedimento, era exactamente o que ele não podia de forma alguma compreender... quando no horizonte o sol mostrava aos outros o seu rotundo disco de oiro.

Tudo mudou, porém. Já não há violências, não há inconstitucionalidade, não há receios de que o decreto possa apenas servir os apetites de políticos influentes. Como tudo se transforma na paisagem só porque uma pequena mancha doirada poisou agora mesmo sobre a minha consciência!

S. Exa. entrou – e não houve nem protestos nem tiros. O partido nacionalista fez mictório do prestígio da República, e os banqueiros receberam Catilina, sem lhe perguntarem notícias de Catão.

Disse o sr. Cunha Leal que gostaria de ver a cara dos políticos desonestos ao entrarem na casa dos outros. O sr. Cunha Leal satisfez decerto o seu desejo. No Banco Nacional Ultramarino há sem dúvida espelhos suficientes para que S. Exa. se pudesse entregar a um tão interessante e gracioso movimento de curiosidade. Catão pôde ver nesse dia ao espelho a cara de Catilina (2).

RAÚL PROENÇA

(N.º 71 - 23/I/26)

---

(2) *A campanha de Proença contra Cunha Leal prosseguiu no n.º 74 (13/II/26):* Os outros; *n.º 78 (13/III/26):* O congresso nacionalista ou o triunfo dos imponderáveis; *n.º 79 (20/III/26):* Variações sobre um tema novo.

Slhi

Texto 21

MEMORANDUM DO REPUBLICANO

É preciso deitar abaixo o regime António Maria da Silva-Cunha Leal. É preciso que todos os verdadeiros democratas se esforcem por essa queda. É preciso que organizem uma força que instaure, com um governo que governe, a moralidade republicana.

(N.º 74 - 13/II/26)

Slhi

Texto 22

CONGRESSO ESQUERDISTA

O primeiro congresso esquerdista (1) representou incontestàvelmente uma afirmação de força, tendo marcado pela ordem em que decorreu e pela importância de alguns dos discursos pronunciados pelas suas principais figuras. Para sermos justos, não deveremos, porém, atribuir a disciplina do Congresso apenas a uma firme deliberação tomada pela assembleia, ou ao seu alto nível de educação social, mas sobretudo ao facto de que, tratando-se dum partido de formação recente, não houve tempo para no seio dele se degladiarem sitemas de ideias e surgirem irredutibilidades pessoais. O ataque ao regime actual e ao partido de que saíram, dá a todos esses homens uma convergência de esforços e uma unidade de ideias que se deve tomar em linha de conta, se se quer ser inteiramente justo, ao pôr em confronto a serenidade e disciplina do seu congresso com a agitação e a violência de disputas pessoais dos que o precederam. Entre os discursos pronunciados, devemos distinguir, pela sua importância política, os do sr. Pestana Júnior, quanto à questão financeira, e do

---

(1) A 17 de Junho de 1925, foi derrotado na Câmara dos Deputados um governo António Maria da Silva no qual não tivera representação a corrente avançada. Na aprovação da moção de desconfiança pesaram também os votos de muitos parlamentares da corrente esquerdista, de que José Domingues dos Santos era figura mais representativa. Pouco depois, em sessão conjunta do directório e dos parlamentares do Partido Democrático, foi decidida a irradiação dos deputados e senadores que haviam votado contra o governo. Consumava-se a separação entre a maioria moderada e a minoria avançada até então coexistentes no Partido Democrático. O agrupamento autónomo que assim se constituiu passou a chamar-se Esquerda Democrática.

SIhi

sr. José Domingues dos Santos, quanto à reforma constitucional, em que foram definidas algumas das ideias e pontos de vista há muito sustentados na *Seara Nova.* Os aderentes do novo partido – mostra-se também – são já numerosos e aguerridos. Pena é que seja ainda tão diminuto o número dos seus homens de *elite.*

A *Seara Nova* agradece as saudações que os congressistas lhe dirigiram.

R. P.

(N.º 86 - 6/V/1926)

SIhi

Texto 23

A CRISE POLÍTICA

Régie, liberdade, monopólio (1) – em volta das três palavras levantou-se não apenas uma discussão decorosa de ideias e princípios, mas a mais desbocada campanha de insinuações e insultos. De um e outro lado se fala de corrupção, venalidade, suborno. Como ao tempo da intervenção na guerra, citam-se gorgetas, inventam-se infâmias, urdem-se calúnias.

Não será possível admitir que se defenda a *régie*, sem se ser delapidador do erário? Não é crível que os defensores da liberdade a apregoem, sem lhes besuntarem as mãos? O próprio horror ao monopólio não será um espectro retórico da propaganda?

---

(1) *Questão dos tabacos. A 30 de Abril de 1926 terminava a concessão do monopólio do fabrico dos tabacos. O governo (de António Maria da Silva) propôs, quanto ao estatuto futuro da actividade tabaqueira, a formação de um «serviço fabril e comercial do Estado»* – régie – *sob a direcção de um Conselho de Administração em parte de nomeação oficial, em parte designada pelas associações comerciais e industriais de Lisboa e Porto. Qualquer que fosse a sua solução, pressentia-se que a questão seria um factor desencadeante da crise das instituições republicanas.*

No número 1000, de 26 de Outubro de 1946, escreveria David Ferreira: «Era natural que cada partido político se esforçasse por fazer triunfar a sua solução. Entendendo, porém, que os mais altos interesses nacionais deveriam sobrepor-se aos interesses políticos dos partidos e agrupamentos e aos interesses materiais das clientelas devoristas da Banca e da Finança, empenhadas também no triunfo da sua solução, decidiu a SEARA NOVA promover um amplo debate acerca da questão dos Tabacos. Prestou-nos em tal emergência a sua valiosa colaboração o sr. Álvaro de Castro, que se prontificou a orientar o número especial que a SEARA deveria publicar sobre o assunto.

«Aos representantes, que nos pareceram mais indicados, dos vários partidos e agrupamentos políticos, quer republicanos quer monárquicos (dos monárquicos constitucionais foi escolhido o Sr. Alberto Pinheiro Torres); aos representantes das várias correntes do operariado; a certas individualidades dos meios de negócios, e a algumas pessoas categorizadas pela sua competência e pela sua dedicação ao estudo dos

SIhi

Não quebramos lanças pelo sr. António Maria da Silva, nem esperamos grandes benefícios da sua administração, para o País. Mas não compreendemos a finalidade política dum banzé permanente, com tampos de carteira partidos, gritaria, compassos de Maria da Fonte e imposições à presidência da República. Mau seria realizar o assalto ao poder pelas portas travessas dos tumultos e da desordem, e não pela ampla escadaria da representação nacional. Estranhos parlamentares, aqueles que assim zelam o prestígio do parlamento!

A maioria, dizem, distribuiu bilhetes, durante muitos dias, apenas aos partidários da *régie*, para nas galerias fazerem pressão sobre o decorrer dos debates. Se assim foi, procedeu também no mais condenável espírito de indisciplina e tirania. Isso o que mostra é lavrar dum lado e do outro a mesma consciência desordeira, o mesmo fanatismo de seita, a mesma ausência de civismo consciente e dignificador.

Perguntam alguns jornais a que conduzirá tudo isto, não

---

problemas económicos, financeiros e sociais – foi entregue um pormenorizado questionário acerca da maneira como entendiam dever ser resolvida a questão dos Tabacos. Depois de recolhidas todas as respostas, que seriam integralmente publicadas no seu número especial, emitiria em seguida a SEARA NOVA as suas conclusões sobre o assunto, fundamentadas no estudo dos pontos de vista expendidos livremente pelas mais variadas opiniões. A Nação ficaria assim convenientemente elucidada. É este comércio de ideias teria a vantagem de permitir a toda a gente escolher, preconizar, apoiar e defender a solução que lhe parecesse mais consentânea com os supremos interesses nacionais.

«Não pôde, todavia, a SEARA NOVA contribuir, como desejava, para o esclarecimento desta magna questão».

Por amável informação de David Ferreira, podemos aqui transcrever o texto do Inquérito acerca do regime futuro dos tabacos, *redigido por Álvaro de Castro:*

INQUÉRITO ACERCA DO REGIME FUTURO DOS TABACOS

– Qual dos sistemas se deve adoptar em Portugal, – liberdade ou monopólio do Estado?

– O regime livre deve ser completo, entrando a indústria do tabaco na regulamentação geral de todas as indústrias ou deverá ser limitada quanto

Slhi

sabendo dar a resposta. Parece-nos bem claro o desenlace de semanas seguidas de esterilidade tumultuosa num parlamento já com péssimas tradições: prepara-se, inglória e lastimosamente, mais uma revolução ou pronunciamento, venha da esquerda, da direita, dos partidos ou do exército. Se o governo dominar o movimento, e os tampos das carteiras continuarem a bater, impõe-se a dissolução, com eleições tendo por plataforma essencial a questão dos tabacos. Triunfando o movimento, a directriz da política dependerá evidentemente de quem assaltar o poder. – Aos homens sinceros das esquerdas, que connosco andaram na campanha anti-fascista, lembramos amigàvelmente que a desordem é sempre a pior inimiga da liberdade.

(N.º 89 - 27/V/26)

à cultura do tabaco, ou quanto ao exercício da indústria, ou quanto à importação, ou ainda quanto à venda?

– Preferindo-se o monopólio do Estado, deve esse monopólio abranger a cultura, o fabrico e a venda, ou só algumas ou uma destas operações?

– E no monopólio do Estado, que modalidade – a da exploração directa (régie) ou a da exploração por uma companhia concessionária?

– Que elementos de apreciação fornecem os vários regimes que tem estado em vigor?

– Qual desses regimes a experiência tem provado ser o melhor sob o triplice aspecto financeiro, económico e social?

– Qual o critério geral a adoptar na resolução deste momentoso problema: –

a) - o das vantagens financeiras do Estado ou o das vantagens do consumidor?

b) - o da protecção da indústria nacional ou o da maior produtividade fiscal?

– Deve o Estado protecção aos actuais operários e pessoal da companhia concessionária, qualquer que seja o regime adoptado?

– Deve atender-se no futuro regime à protecção da cultura colonial do tabaco?

– A que devem ser aplicadas as receitas integrais dos tabacos?

SIhi

Texto 24

UMA «NOBRE JORNADA» DO INTEGRALISMO LUSITANO

Quando os «heróicos» mancebos da Acção Realista e do Integralismo Lusitano, com a sua pateada e as suas ampolas de sulfídrico, manifestaram a intenção de não deixar prosseguir António Sérgio (1), logo reconheci a necessidade duma reacção violenta.

Mas é preciso que nos entendamos, porque eu não comungo, srs. intelectuais, o que eu chamarei a «votre petite morale»: se reconheci essa necessidade, não foi como amigo, nem como membro do mesmo grupo político ou intelectual.

É que, antes de pertencer a um grupo, faço parte duma sociedade. Acima dos meus deveres de amizade, tenho de reconhecer os meus deveres de cidadão.

Se em vez de António Sérgio, que é um dos homens que mais estimo no mundo, falasse o sr. Samuel Maia ou o sr. Sousa Costa, o sr. Pequito Rebelo ou o sr. Félix Correia, julgaria o meu dever regulado pelas mesmas normas e sujeito às mesmas condições. Não me preocuparia nem com a natureza das minhas relações pessoais, nem com as contingências da reciprocidade. Eu nunca comunguei, nas coisas do espírito, o *do ut des* da economia. Tenho para mim que um espírito é tanto mais rico quanto mais dá, e não quanto mais recebe.

Demais eu estava ali como cidadão que livremente tinha ido assistir a uma conferência, e como sócio de uma colectividade que a tinha, também livremente, promovido. Surgira,

---

(1) *Conferência «O clássico na educação e o problema do latim», no salão de S. Carlos em Maio de 1926. O texto vem publicado no 2.º volume dos* Ensaios.

Slhi

a coarctar-me o exercício desses dois direitos (muita gente só vê, no caso, o direito do conferente!), um bando de energúmenos. O meu dever era resistir. Não só por uma questão de interesse pessoal e de respeito próprio, mas sobretudo em obediência ao interesse social bem entendido.

Efectivamente abdicar perante uma violência é justificá-la, é sancioná-la com a nossa aquiescência, é erigi-la em poder legítimo. Podemos dizer mesmo que a instituimos assim em norma jurídica. Atitude de resignação? Dizei antes de cumplicidade. Porque com ela contribuimos para dar novas forças aos perturbadores e aos criminosos, generalizar os abusos, aumentar o número das vítimas, fazer substituir, por assim dizer, ao estado de direito, o estado de violência. «Celui qui défend son droit – escreve um filósofo francês (*) – défend le droit de tous... Ce n'est pas pour la laisser inactive que la société nous assure chacune de nos libertés. C'est pour le bien de tous qu'elle confère à chacun son droit; et tout droit nous impose un devoir correspondant. A plus forte raison nous impose-t-il celui de le défendre.»

Se muitas vezes renunciamos ao exercício das nossas pequenas liberdades espirituais, é para evitar perigos e dissabores que nos parecem inteiramente desproporcionados com as vantagens que elas nos fazem auferir. Mas não sejamos então hipócritas e não mascaremos a nossa cobardia ou o nosso comodismo com o desprendimento e a resignação; tenhamos nesse caso a sinceridade de confessar que não é só às nossas liberdades, mas ao nosso dever social que renunciamos. Pela nossa abdicação, constituimo-nos em agentes de perversão e degradação social, e contribuimos para tornar menos existente de facto a sociedade humana.

De resto, deixem-me dizer-lhes que eu formo sobre a

(*) G. Belot.

Slhi

eficácia do esforço individual uma ideia precisamente oposta à da maioria dos portugueses. Para estes tudo é inútil. E quando adregam de ser intelectuais, esta convicção reveste-se de um pessimismo literário que é apenas a expressão da sua psicologia de impotentes, e que está aliás de acordo com a moda duma certa literatura de *turris eburnea,* relaxada e céptica. Há na maneira como confessam a sua impotência a pretensão duma superioridade, e o orgulho duma inteligência desabusada. São derrotistas por elegância: o combate pode desmanchar-lhes as pregas do *peplum.*

Pelo contrário, por mim, julgo que grande parte das arbitrariedades e das violências apenas triunfam porque a maioria dos homens não possuem em geral bastante força de carácter para se lhes oporem com energia. Em verdade, eles são inteiramente merecedores dos prejuízos que lhes causam. É porque tenho esta convicção que os srs. me vêm sempre em pé de guerra. Exactamente porque sou um ente social e de razão, é que a minha atitude perante a vida é uma atitude guerreira.

Animado por estes princípios, não admira, pois, que eu tentasse organizar, desde logo, a resistência. O dever, para nós, era varrer a feira. Os perturbadores seriam uns 30 ou 40, armados quase todos de grossos bengalões. No resto da assistência, como reconheceram aliás, não por lealdade, mas por inépcia, os integralistas (**), predominavam as senhoras, e a maior parte dos homens comungavam princípios muito diferentes

---

(**) Nos seus jornais, os integralistas oscilaram sempre entre a tentação de apoucar a assistência e a de enaltecer a sua coragem – pretensão evidentemente contraditória para quem se dá ao luxo de ter cabeça. «*Três dúzias de pessoas,* mais ou menos, escutavam o sr. Sérgio... A *diminuta* assistência, distraída, olhava para trás.» *(Época).* «A assistência é, *na sua maioria,* formada por senhoras... A *Seara* tem *poucas espigas.*» *(Acção Realista).* Pelo contrário, «a mocidade acorreu *numerosa,* elementos da Acção Realista e do Integralismo, estudantes, advogados, engenheiros, escritores, e até lá vimos, no fundo da sala, um combatente da Grande Guerra...» *(Acção Realista).*

Slhi

dos da *Seara Nova.* Como se sabe, a conferência não fora promovida pela *Seara,* nem se prendia, de perto ou de longe, com a nossa actividade política. Do nosso grupo, por acaso, estávamos apenas quatro, incluindo eu próprio. Pedi a Mário de Castro meia dúzia de homens decididos. Com o auxílio deles pensava poder expulsar os demagogos. Mas ambos reconhecemos dentro de pouco que apenas poderíamos contar com as nossas próprias forças. Tínhamos de nos bater na proporção de 4 contra 40 – empresa que já roçava um pouco pelo quixotismo e pela quimera.

Acabava de o reconhecer quando, de súbito, vi um dos nossos amigos, Rêgo de Sousa (1), ilaqueado por vários integralistas. Não pude conter-me mais. Foi então que, vencendo a resistência que estava opondo à minha intervenção uma senhora de minha família, avancei para o grupo, com a minha bengala de passeio.

Para quê insistir no que já foi afirmado nos jornais de todas as cores? Para quê pôr em maior relevo essa pequena escaramuça de quarenta integralistas contra quatro homens da *Seara Nova* (***), prèviamente convencidos de que tinham só a contar consigo próprios, e a cobardia com que os agressores de Rêgo de Sousa recuaram para o fundo

---

(1) *Manuel Rego de Sousa, estudante da Faculdade de Letras; veio a morrer heròicamente, como combatente da liberdade, na tentativa revolucionária de 26 de Agosto de 1931.*

(***) O sr. Luís Gonzaga Monteiro dirigiu uma carta ao *Diário de Lisboa* em que declarava ter-se posto activamente ao lado de António Sérgio. O *Diário* não reproduziu a carta *in extenso,* mas do resumo que publicou, poderia deduzir-se, *por simples hipótese,* a suposição de que o sr. Monteiro teria tomado parte no combate. O sr. Albino Neves da Costa, que era o chefe do grupo protestante, transformou logo, porém, a hipótese, numa certeza, arriscando-se ao ridículo do cair numa esparrela... talvez armada inconscientemente por um seu correligionário. Muito lampeiro e senhor de si, dirigiu aos jornais uma declaração, de que extracto os seguintes períodos:

SIhi

da sala logo ao primeiro embate? Foi um triste espectáculo – sobretudo porque o deu a mocidade em flor, a *giovinezza* heróica. Recuando, *cavando,* entretiveram-se então a lançar cadeiras sobre mim, que não atingiam o alvo e seguiam o caminho da origem. No cúmulo do desprezo, atirei-lhes à cara, por fim, com a minha própria bengala. Em certa altura uma senhora gritou: – São uns cobardes!

V. Exa., minha senhora, exprimiu na sua indignação uma das sentenças mais cruéis que pode proferir o seu sexo. E na verdade essa *giovinezza* heróica não merece – nem a bengala dum homem, nem o sorriso duma mulher. Batendo-lhes, fui excessivo. Eu não deveria ter-lhes tocado – nem com uma flor.

Esperar-se-ia que esta mocidade «convicta e galhardamente viril», entre a qual havia, diz a *Época,* «engenheiros, advogados, escritores, poetas, estudantes, e até militares condecorados na Guerra» se resignaria no dia seguinte a um silêncio envergonhado. Engano. Embandeiraram em arco! Clamaram vitória! Ergueram-se nos bicos dos pés e julgaram-se heróis, no orgulho mais tintamarrescamente jovial que eu ainda vi.

Mentiram conscientemente e caluniaram sem escrúpulo.

«A resposta à palavra de honra do sr. Proença dá-a por mim uma local no *Diário de Lisboa* de hoje:

«*Do sr. Luís Gonzaga Monteiro, oficial principal dos correios e telégrafos, recebemos uma interessante carta em que nos comunica que, quando do conflito do Teatro de S. Carlos, também ele se colocou activamente ao lado de António Sérgio, defendendo a liberdade do conferente.*

«Sem comentários».

Sem comentários, não. Permita S. Exa. que pelo menos junte aqui o do próprio sr. Gonzaga Monteito, que, numa carta que me dirigiu, diz o seguinte: «Apresso-me a informar V. de que, quando digo que intervim activamente no conflito de sábado último no Salão de S. Carlos, quero dizer tão sòmente que fui enérgico no protesto contra os perturbadores da ordem, e não que tomei parte directa na luta corpo a corpo que ali houve...»

Fica-se, pois, sabendo que sempre vale mais a minha *palavra de honra* que a obstinação do sr. Neves da Costa e a sua coragem heróica de afirmar.

Slhi

Fizeram ver que o conflito tinha sido com a *Seara,* com toda a *Seara;* que todos os indivíduos que se encontravam na sala pertenciam ao nosso grupo; que nos tínhamos ocultado por trás das senhoras; e finalmente que António Sérgio (que realizou a sua conferência com uma serenidade admirável) titubiava e tremia!

Não satisfeitos com este entusiasmo delirante, fizeram alguma coisa mais, que merece ficar arquivada entre os feitos mais gloriosos da sua gloriosa «jornada». Eles, que nos seus órgãos, ainda há pouco encareciam a minha «atitude honrosíssima» em face da Grande Imprensa, aproveitaram-se dela e dos seus ódios para nos infamar. De facto a local que sobre a ocorrência foi publicada no *Notícias* não pode deixar de ter sido redigida ou inspirada directamente por um dos homens que perturbaram a sessão. As expressões de Neves da Costa que deram origem ao conflito foram reproduzidas textualmente, com uma fidelidade diplomática. Não houve um agravo, um doesto, uma injúria para o conferente que se esquecessem de registar. Pelo contrário, teve-se o cuidado de não escrever uma só palavra de justiça para António Sérgio, uma simples referência à nossa atitude, uma só expressão de censura ou de estranheza perante a violência dos energúmenos. Nem ao menos se tentou, a propósito, uma pálida defesa da República e da Democracia – que esse jornal diz hipòcritamente defender, quando na verdade está sempre pronto a cravar o punhal no peito do que tem a desgraça de cair, ou o mau gosto de não servir os seus interesses. Nesse dia o *Notícias* foi o órgão do Integralismo Lusitano contra nós, pelos mesmos desinteressados motivos por que serviu, numa das piores fases da sua governação, o sr. António Maria da Silva, e por que, no dia seguinte ao da sua queda, cobriu cobardemente o seu cadáver político com a lama da sua alma torpíssima (****).

(****) Repare-se que, poucos dias antes da eclosão do actual movimento

Slhi

O *Diário de Notícias* é uma abjecção de que só poderiam servir-se com lógica, governos de imbecis ou de facínoras. E todavia não houve ainda governo algum que o não adulasse e requestasse. Tudo passa; o *Notícias* não, nem a sua torpeza, nem a sua perniciosa influência sobre a nação; porque a vida portuguesa não é uma evolução do Espírito, mas uma mutação caleidoscópia de Aparências.

O Exército pôde fazer uma revolução; não pôde sanear esta espessa atmosfera de mentira, de cobardia e estupidez em que vivemos. As forças das armas são impotentes para a reforma do Espírito, que só as *elites* do Pensamento e da Coragem cívica poderão realizar um dia. Por isso é possível, sem um protesto e uma repulsa unânimes, ver o jornal de maior circulação no país urinar como um cão em cima dum cadáver.

Não condeno Schwalbach. Schwalbach é uma sombra, e eu tenho um medo enorme das sombras. Não haverá para ele, da minha parte, uma palavra de censura, como a não tenho hoje para o homem que eu tão vivamente combati quando ele estava na glória, incensado pelo *Notícias,* e que este morde com raiva, agora que ele se encontra na desventura. Mas é preciso falar directamente a alguém, para que cesse de vez este regime de irresponsabilidade em que se colocou o *Notícias.*

Há dois responsáveis supremos: na política geral do órgão, Pina Lopes; no resto, José Sarmento. Falo, pois, a este. José Sarmento, agora, como no caso Vitorino Godinho, foi a mim e à *Seara Nova* que tu quiseste caluniar. Por ódio mesquinho, recusaste-te a publicar a nota da *Seara* que esclarecia o assunto. Tu não tens moral nem convicções. Tu não conheces nem a generosidade, nem a lealdade, nem a dedicação por uma

---

militar, o *Diário de Notícias* atacava, em artigo de fundo... a Ditadura. Hoje, porém, é o primeiro a lamber as botas aos ditadores e a pedir-lhes violência e energia.

Slhi

ideia. O que tu conheces é, com todas as subalternidades, todos os baixos ódios dos lacaios. José Sarmento, desculpa este cumprimento, mas tu és absolutamente vil.

Desta vez, não te contentaste com a prosa, quiseste também a fotografia. Ilustraste a tua infâmia. É bom às vezes ser miserável – por imagens. Mas, além de tudo, tu és estúpido, como estúpida foi no caso a *Época* e a *Acção Realista*. Porque, debaixo da fotografia que publicaste e aqueles jornais reproduziram, poderias ter escrito a epígrafe: – *Estado a que ficou reduzido o salão de S. Carlos depois da luta travada entre quarenta integralistas e quatro membros da «Seara Nova»*.

É um documento precioso, como diz muito bem a *Época* – da cobardia humana.

*

Por último, quero dirigir-me aos moços que estão connosco – à juventude da *Seara Nova*.

Quero dizer-lhes que é neles que eu vejo a verdadeira nobreza – a *giovinezza* em que confio.

Mancebos, nunca confundais a crítica com o insulto, como fizeram os integralistas, ao dizer que Sérgio tinha insultado um morto.

Ir a uma conferência para impedir de falar o adversário, não, nunca vós cometereis esta ignomínia. Não podereis querer triunfar pelo silêncio: o vosso orgulho mesmo o exige.

Nunca ataqueis também a poucos, sendo muitos. A vossa vitória custar-vos-ia então mais que a derrota aos inimigos.

Sede leais, nobres, cavalheirescos, mas sede também corajosos e agressivos na defesa da vossa liberdade e do vosso direito. Defendei-os a todo o transe. E que se não diga nunca que mereceis ser chamados integralistas pelo amor que tendes... à integridade das vossas costelas.

Continuai trabalhando, no seio da juventude, pelo

Slhi

ressurgimento da Pátria. Sois os mais nobres, devereis ser os condutores. Continuai na árdua tarefa, com a mesma esperança e sem nenhuma ingenuidade. A grandeza dos homens avalia-se pela força com que procuram realizar um ideal e a resistência que opõem às suas vãs aparências.

RAÚL PROENÇA

P. S. – É evidente que, quando falo aqui em integralistas, me refiro apenas aos que cometeram os distúrbios na conferência de António Sérgio. Não praticarei a injustiça de avaliar todos pela mesma bitola. A energia na defesa e no ataque não deve excluir a ponderação.

(N.º 90 - 3/VI/26)

Slhj

Texto 25

CORRUPTO E CORRUPTOR

Qual é mais nefasto, o político corrupto ou o corruptor? O corruptor, mil vezes, porque o corrupto, servindo-se a si, pode servir por vezes a Nação; enquanto o corruptor, corrompendo tudo em sua volta, e corrompendo a nação, destrói as fibras da moralidade e pratica contra ela o pior crime.

R. P.

(N.º 90 - 3/VI/26)

Slhj

Texto 26

A REVOLTA MILITAR

Nota oficiosa da *Seara Nova* redigida e publicada em 30 de Maio:

O grupo *Seara Nova,* com a autoridade que lhe advém do seu passado, através do qual avulta a propaganda constante a favor de um governo digno da Nação, propõe nesta hora à consciência pública as seguintes interrogações:

1.ª - Será uma *ditadura militar,* como aquela que parece ter preconizado o general Gomes da Costa, o sistema governativo que mais convém aos sentimentos liberais do povo português?

2.ª - Terão os indivíduos apontados para assumir a direcção do governo os requisitos indispensáveis para o bom desempenho desse papel? Isto é: terá o general Gomes da Costa – justiça feita às suas qualidades de cabo de guerra – manifestado a suficiente ponderação para ser chefe de um governo excepcional, e terá o comandante Cabeçadas – justiça feita à sua honorabilidade – aqueles requisitos indispensáveis, e a possibilidade de se libertar firmemente de todas as influências de partido ou de facção?

Tais interrogações as dirige sobretudo a *Seara Nova* à força armada, no momento em que esta, havendo-se resolvido a uma intervenção decisiva na vida da Nação, acaba de assumir responsabilidades gravíssimas, que a impelem a não querer perder nem uma parcela mínima das excepcionais possibilidades de bem servir o País, que a corrupção dominante da política portuguesa acaba de colocar nas suas mãos.

Como afirmação de princípios, a *Seara Nova* declara:

Slhi

Que apoiará um governo excepcional e com liberdade de acção, composto de competências, o qual tenha por objecto realizar as reformas essenciais, estabelecer a moralidade administrativa e fazer uma obra de educação cívica, a fim de preparar a possibilidade de um insofismado regime de instituições democráticas, adaptadas às necessidades do nosso tempo;

Que reprovará um governo com a tendência a firmar um regime anti-liberal e o predomínio de classe, e a não respeitar a liberdade de consciência sob todas as suas formas.

(N.º 90 - 3/VI/26)

SIhi

Texto 27

A DITADURA MILITAR

Ninguém, nos meios influentes, nos quis ouvir.

Nem os do governo, nem os da oposição.

Não nos ouviram os do governo, quando sustentámos que não deviam prosseguir no seu apoio a uma política de suborno e esterilidade, apenas reduzida a uma função meramente «tentacular», confundindo a competência com os serviços prestados aos corrilhos políticos, levando a retórica aos últimos *records* da abjecção e o emprego sistemático da venalidade ao ponto de procurar estender por todo o país, a coberto duma política de tabacos (defensável em si mesma), a rede da corrupção até as mais longínquas ramificações e anastomoses, corroendo e degradando assim as últimas fibras da consciência nacional.

Não nos ouviram os da Oposição, quando lhes afirmámos que não há o direito de agir sob um impulso puramente destrutivo – que, verdadeiramente, como dizia Comte, «não se destrói senão o que se substitui» – que a simples ideia negativa de que «isto vai mal» não autoriza ninguém a mover sequer um dedo – e que não havia nada mais perigoso para o país que voltar os olhos para a solução duma ditadura a que todos davam uma adesão meramente abstracta e verbal, espécie de panaceia independente dum programa concreto de governo e da capacidade política e moral dos ditadores.

Para uns e para outros nós éramos a voz de Cassandra. Ninguém quis escutar os nossos conselhos nem os nossos presságios. O resultado aí o tendes à vista, com todas as suas confusões, com as nuvens cada vez mais negras acasteladas sobre um horizonte cada vez mais incerto. Para onde vamos? Quem

Slhi

não corre a foguetes é esta a pergunta que faz no íntimo da sua consciência.

Não queremos partilhar nenhuma das glórias da revolução, nem nenhum dos entusiasmos com que foi acolhida. Somos insensíveis à «estética» do movimento. Não sentimos, como diria o nosso amigo dr. X., vocação nenhuma para puxar à carroça dum ditador. Também não somos nem flagelantes nem eunucos. Tudo razões para que não nos ajoelhemos à passagem dos cortejos triunfais, clamando pela graça do chicote.

Combatemos aqui, com alguma coragem e energia, os crimes dos nossos políticos. Nunca, porém, entrámos em movimentos conspiratórios, nem defendemos a hipótese duma ditadura militar. Víamos a melhor solução num reagrupamento das forças partidárias e na união de todos os políticos bem intencionados contra um regime de corrupção simbolizado nos dois nomes de António Maria da Silva e Cunha Leal. Hoje que a palavra *político* levanta contra si um coro de blasfémias, ousamos proclamar bem alto o nosso delito.

De nada valeram, é evidente, os salutares avisos. Continuaram, de um lado e de outro, a caminhar para a mesma catástrofe. Irredutíveis, só conheciam uns a pertinácia de manter o *statu quo,* só os movia aos outros a ideia de deitar abaixo o Corruptor. Estes erros fazem-se pagar caro. Quando os políticos dum país fecham assim os olhos às realidades, vem fazê-los abrir, para ver as estrelas, a bota dum ditador.

A bota que veio foi enorme – enorme e contundente. Tem dado pontapés em barda – nos políticos, nos militares, e na lógica. Por ora temos a reconhecer que ninguém ganhou. Nem os planos do novo governo, nem a capacidade dos seus homens, nem os seus primeiros actos, nem a unidade e rapidez da sua acção são de molde a inspirar-nos confiança ou simpatia.

A acção governativa, efectivamente, é como uma bússola doida. Tem oscilado constantemente em procura dum ponto

Slhi

de equilíbrio, que não chega a encontrar. Debatem-se e entrechocam-se a cada momento, e por vezes dentro do mesmo crânio, concepções antagónicas. Não há afirmação de um dia que não seja contraditada pela do dia seguinte. Estamos nas águas do rio de que falava Heraclito, ou assistimos às mutações dum caleidoscópio? Dir-se-ia afinal que não é nem o sr. Gomes da Costa, nem o sr. Cabeçadas, nem o sr. Carmona que nos governam: mas Tyckè, a deusa do Acaso. Sentimos que uma palavra, uma intriga, um encontro fortuito, uma indisposição do estômago, uma noite mal dormida, podem modificar o curso dos acontecimentos e pôr-nos à mercê das maiores contingências. Temos a impressão de que as coisas hão-de vir a decidir-se, sim – mas num jogo de dados.

Numa revolução preparada com tantos meses de antecedência, não se pensou sequer no ministério que deveria constituir-se. Nem ministros, nem planos, nem ideias. Além do bota-abaixo, não viram mais nada. Por fim, lá se improvisaram uns senhores ministros – que confessaram ingènuamente serem incompetentes ou «absolutamente leigos», e não terem programa. Creio que só Portugal poderá tirar o privilégio destas situações esdrúxulas, a que se chama entre nós movimentos de salvação. Há, ao todo, uns «apontamentos» do sr. Mendes dos Remédios (1), e umas solitárias congeminações do sr. Dias Ferreira (2). Não se sabe bem o que vai sair da gaveta deste senhor – nem se ela é uma *boîte à surprises* ou uma boceta de Pandora.

Quanto ao chefe do governo, assevera o sr. Gomes da Costa que é um rapaz muito modesto e «que está por tudo».

---

(1) *Professor da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e ministro da Instrução.*

(2) *José Eugénio Dias Ferreira: o «reprovado» de 1907, professor do Instituto Superior do Comércio. Os seus artigos políticos encontram-se reunidos no volume* Política Nacional *(1926).*

Slhi

Eis um elogio que muito bem concebo que se aplique a um criado de quarto, mas que nunca pude prever que pudesse vir a ser aplicado – a um chefe de governo! Não creio que o sr. Mendes Cabeçadas venha a reduzir as suas funções presidenciais a levar copos de água aos outros triúnviros, e que queira passar à história sob o epíteto de Cabeçadas, *o bom rapaz*. Fazemos votos por que as palavras do sr. Gomes da Costa sejam inteiramente infundadas, e que o presidente do ministério não seja o painel de palha que dele querem fazer. Saber dizer *não* um número indefinido de vezes é a primeira condição dum chefe de governo. Se se obstina em ser um «bom rapaz», estamos perdidos. – Pelo que diz respeito ao *Homem*, é forçoso confessar que é uma consolação vê-lo tão estouvadamente gárrulo, e tão encantadoramente inconstante e versátil

como una piuma al vento.

Ao ouvir o sr. Gomes da Costa, compreendo melhor a doutrina hegeliana da identidade dos contraditórios.

O pior é porém os desentendimentos que começaram a existir entre esses homens logo desde o primeiro dia do seu triunfo. Todos sentem que pisamos um terreno instável. Que surpresas nos reservará o futuro? Em que medida este ministério obedecerá à vontade de uns, de que seja uma ditadura militar, e à dos outros, de que seja uma ditadura civil? Que relações vão existir entre a Junta Governativa, o Triunvirato, e os senhores absolutamente leigos e dos apontamentos? Até onde se fará, como se fez com Sidónio, inconscientemente, a *mise-en-scène* da restauração monárquica? Iremos assistir a novos pronunciamentos? Continuarão algumas divisões do exército a afirmar ao sr. Gomes da Costa que *apenas estão com ele em absoluto?* Manter-se-á duma vez a disciplina e o prestígio da Autoridade, ou não será doravante possível estabelecer distinção entre a Política e o Quartel? Dúvidas que ninguém

Slhi

pode resolver, porque é cheio de incertezas e de névoas o dia de amanhã.

Entretanto causa estranheza que o sr. Cabeçadas não abandone o partido do sr. Cunha Leal, que tem de ser incluído, embora S. Exa. o não queira, no número dos nossos políticos mais impudentes e mais nefastos. Levantou protestos, mesmo entre os seus adversários a demissão de Plínio da Silva e Pinto Teixeira (3). E a demissão pura e simples do sr. António Maria da Silva (4), sem se atender às suas circunstâncias pessoais (ele ainda não possui sequer um prédio nas avenidas novas) não foi um acto justo nem generoso. Lembro-me que, quando do julgamento do 19 de Julho, o sr. Silva foi testemunha de defesa do sr. Cabeçadas, e que este, depois de afirmar que não tinha feito a revolta contra ele (!), lhe manifestou a sua maior consideração e simpatia. Não seria mais digno de aplauso que S. Exa. lhe testemunhasse essa consideração agora, que é presidente do ministério, sendo aquele réu, do que quando era réu e aquele presidente do ministério? Mas eu estou a ver as coisas à luz de uma lógica e de uma moral talvez excessivamente estática. A verdade é que estamos sobre as águas dum rio movente e fluido. Tudo muda. Só não muda, como dizia um sábio antigo, a lei segundo a qual as coisas mudam...

*

Que esperar?

Nem tanto que nos julguemos absolutamente salvos, nem tão pouco que nos consideremos perdidos.

Se não podemos fazer, desde já, grandes coisas, é porque o mal é bem mais fundo do que parece. É porque ele deriva essencialmente da nossa completa mediocridade.

---

(3) *Funcionários superiores dos Caminhos de Ferro do Estado; engenheiros.*
(4) *António Maria da Silva era administrador geral dos Correios e Telégrafos.*

Slhi

Instalados na vida moderna, não temos uma *elite* dirigente à altura dela.

A nossa incapacidade, em todos os domínios, salvo raras excepções individuais, causa arrepios.

Tão grande como a nossa incapacidade, só há a nossa inconsciência.

Teremos então de cruzar os braços?

É evidente que não. Temos de fazer o que tem pregado a *Seara Nova,* e o que afirmo individualmente desde 1910: preparar, por uma educação cuidadosamente dirigida, e sobretudo pelo influxo do estrangeiro, como fez o Japão, a China, a Turquia, e virá a fazer o Egipto, uma verdadeira *elite* da Técnica e da Cultura. Além disso, temos de resolver, com as pratas da casa, os problemas mais urgentes e essenciais. *Tudo isto é absolutamente inadiável.* Para a conservação do nosso imenso domínio colonial, importa ainda mais a criação duma *elite* do que o desenvolvimento e fixação dum Exército. As nossas colónias defender-se-ão melhor administrando-as bem do que ocupando-as pelas armas. É sobretudo a nossa estupidez e incapacidade que estão conspirando contra elas.

O que urge criar antes de mais nada, *e desde já,* é um sistema de bolsas e pensões que permitam o estudo no estrangeiro a milhares de portugueses em todos os domínios do pensamento, da técnica e da administração. *Toda a nossa política nacional tem de ser dirigida para a criação duma Elite nacional.* O dinheiro, o muito dinheiro que teremos a gastar para esse fim reverterá em oiro. Porque, reparem, os próprios bens materiais, desde que são obra do Homem, são um produto do Espírito. O português, mesmo o mais culto, profundamente saloio na inteligência, pisca o olho a estas verdades, e julga que, quando pedimos o que poderemos chamar a beneficiação do Espírito, nos colocamos num terreno estritamente espiritual, absolutamente estranho aos interesses do mundo. Quando ouvem falar em educação, sorriem. Como

Slhi

são muito espertos, pensam que a educação, nas sociedades modernas, é um luxo. Vamos resolver primeiro – dizem – os problemas agrícolas, os problemas coloniais, os grandes problemas da administração. Mas, de repente, voltam-se em todas as direcções, a ver quem virá resolvê-los, e não encontram ninguém. É que antes de terem resolvido o problema da Terra, eles não viram que era preciso resolver o problema do Homem.

Não podemos, porém, ficar à espera, é evidente, de que surja essa Elite. Se não devemos proceder como se esse não fosse o problema capital, não temos todavia o direito de adiar as questões mais urgentes, sob o pretexto de não possuirmos homens inteiramente aptos a resolvê-las. É preciso viver. Vivamos, pois, – o melhor que pudermos. É necessário iniciar a resolução dos problemas da Terra, da Rega, da Energia, da Higiene, da Assistência, das Estradas, do Exército, das Colónias. Mas para tudo isto se requer um mínimo de competência – competência política, que não exclusivamente técnica, como pensa o integralismo governamental. Cremos, pois, que governantes sem qualidades políticas e ainda por cima «absolutamente leigos» nos assuntos das suas pastas nada têm que fazer no presente momento. Um governo incapaz é mais funesto ao país que um governante desonesto: não me cansarei de o repetir. As condições de excepcional gravidade em que se encontra Portugal não se coadunam com governos de aprendizes e *diletanti*.

Não pedimos a ninguém o regresso ao *statu quo*. Pedimos apenas aos actuais detentores do Poder um demorado e reflectido exame de consciência. Fazer um movimento contra a incompetência governativa para instalar no Terreiro do Paço indivíduos confessada ou inconscientemente incompetentes, afigura-se-me, salvo o devido respeito, que é abusar escandalosamente da estupidez dum povo.

A Mendes Cabeçadas, a Gomes da Costa, a Alves Pedrosa

SIhi

e a quase todos os outros, pedimos, em nome da Consciência, que vale mais ainda que a força das armas, o serviço inestimável de não utilizarem as circunstâncias excepcionais do momento e de entregarem o governo nas mãos de homens competentes. O ministério, como está, é uma caricatura dos nossos piores governos parlamentares. Exprimindo esta convicção e esta exigência, que apenas nos são ditadas pela compreensão das mais altas conveniências nacionais, não fazemos mais, senhores, do que pôr à prova a sinceridade das vossas intenções! É preciso que o povo não tenha amanhã o direito de dizer que vistes o argueiro no olho do vizinho e não vistes no vosso o cavaleiro... do Apocalipse.

RAÚL PROENÇA

(N.º 91 - 10/VI/26)

Slhi

Texto 28

A REPÚBLICA E O EXÉRCITO

Há, dentro da revolta, bastantes oficiais que são sinceramente republicanos e desejam o prestígio da Força Armada.

Pode haver entre eles e nós uma discordância de ideias sobre os processos de realizar essa obra de dignificação da Pátria e reabilitação da República, – usando a linguagem dos seus manifestos.

Fez-se um movimento militar do qual discordámos, por não confiar nos resultados que dele iam advir para o país, dadas as características com que, desde o início, se apresentou. Rotulou-se esse movimento de republicano-nacional. Mas, depois de triunfante, apresentou-se como programa revolucionário, uma série de medidas entre as quais grande maioria são integralisto-monárquicas. Admitiram-se, como chefes, oficiais políticos partidários, e entre eles monárquicos. Baldeou-se um homem a quem faltava energia, mas que era indiscutìvelmente republicano. Argumentou-se, para justificar esse acto violento, pretendendo que estava agindo sob a influência de elementos nocivos, filiados em diferentes partidos. Mas esqueceu-se que, entre os chefes e os instigadores do segundo pronunciamento, há monárquicos e políticos partidários igualmente nocivos.

Nada disto foi possível verificar a esses oficiais republicanos, porque confiavam na intangibilidade do Ideal que os impelira para a revolta. Nada disto lhes foi possível observar, porque a intriga fervilhava em torno, e ignoravam o que se estava passando fora da sua esfera de acção.

Depois a situação esclareceu-se. O Comandante Mendes Cabeçadas cedeu, abandonado por quase todos os que dispu-

Slhi

nham de força, e retirando-se para não derramar sangue inùtilmente.

Apesar das tropas concentradas no Quartel de Campolide desejarem ver o Comandante Cabeçadas na Presidência da República, e o Comandante Afonso Cerqueira (1) no Ministério do Interior, verifica-se que a carta que nesse sentido foi enviada ao Sr. General Comandante da Divisão não surtiu efeito ou não chegou ao seu destino.

No Ministério do Interior coloca-se o Dr. António Claro que, embora republicano histórico, já depois de implantada a República dirigiu no Porto a *Palavra,* jornal monárquico, rotulado de católico.

A situação actual, sinceramente julgamos, vai arrastar-nos, se não para a monarquia, para um período de retaliações e de opressão. Cremo-lo, como cremos no republicanismo de muitos oficiais envolvidos no movimento. É necessário atalhar a tempo as tendências que já estão a manifestar-se

Não esqueçamos que não pode haver tranquilidade nas ruas nem nos espíritos, sem um governo que mereça a confiança dos republicanos!

Ora o governo que está no poder, se com o Comandante Cabeçadas à sua frente não correspondia às aspirações nacionais, agora, que de lá o expulsaram, ainda pior se harmoniza com as necessidades do momento.

Mendes Cabeçadas é um homem honesto e incapaz de trair a República. Se estava rodeado de elementos nocivos, era destes que deviam libertá-lo, inculcando-lhe para chefe de gabinete um homem enérgico e sério como o Comandante Afonso Cerqueira.

---

(1) Afonso de Cerqueira: oficial da marinha que sempre se bateu pela legalidade republicana: em 1911, contra a primeira incursão monárquica; em 1917, contra o pronunciamento sidonista; em 1919, contra os monárquicos instalados em Monsanto e contra a restauração monárquica no Norte. Ficou célebre a sua atitude em defesa dos vencidos, depois da derrota da tentativa monárquica de Monsanto.

Slhi

Fala-se em competências. Fala-se em técnicos.

E no poder não se põem técnicos nem competências. Com uma fobia mórbida pela palavra *político,* uma parte do Exército esquece que são condições essenciais para ser ministro a competência política e o conhecimento geral dos assuntos concernentes às pastas a gerir.

Aos membros do actual governo faltam-lhes estes requisitos (com raríssimas excepções). Mas, para maior tristeza, falta-lhes também um programa aceitável, falta-lhes o ambiente que dá a força moral.

A força material não basta. É uma força que se esgota e que só perdura pela violência.

E o programa apresentado pelo sr. general Gomes da Costa não cabe duma maneira geral dentro do regime republicano.

É isto que devem ponderar todos os sinceros. É isto que é necessário conhecer.

A solução que as circunstâncias exigem é única: um autêntico governo nacional de competências, presidido por uma figura de grande prestígio que possa contar com o apoio de todos os portugueses.

Pretende-se que faltam nomes. Não é verdade. De resto, em torno de uma figura que se impusesse ao respeito e à confiança do país, reunir-se-iam os homens bons da nação portuguesa.

Esse presidente de governo poderia ser o Almirante Gago Coutinho. Bem sabemos que sorrirão. Bem sabemos que vão responder-nos:

– O Almirante não aceita!

Cremos convictamente que o Almirante aceita, se verificar a gravidade da hora, se lha demonstrarem, e se lhe disserem que Portugal pede mais aquele sacrifício.

Perante a gravidade da situação, ninguém tem o direito de recusar a sua colaboração com o Almirante, e os chefes do

Slhi

movimento serão certamente os primeiros a reconhecer que só um homem de categoria excepcional poderá restabelecer a paz entre a família portuguesa.

A Força Armada, confiando nele e nos homens que entender escolher, reingressará na ordem, acabando com atitudes indisciplinares que tanto prejudicam a vida interna.

E ter-se-ia conseguido debelar um mal que tende a agravar-se, com evidente perigo para a República e para a Nacionalidade.

(N.º 93 - 23/VI/26)

Slhi

Texto 29

UM HOMEM DE PRINCÍPIOS

Competentista; nacionalista; anti-partidarista. Por outras palavras: «busquem-se as competências onde quer que elas estejam»; ponha-se acima de tudo o interesse nacional; arredem-se as preocupações do sectarismo. São estes os princípios do sr. Nobre de Melo.

Ora, mal chegou à sua efémera poltrona, sua exa. declarou às gazetas:

«A comissão de estudos luso-americanos não pode ser mantida como está. Muitos elementos terão de sair, embora eu aprecie o seu valor intelectual».

Pessoas de «valor intelectual», na própria opinião do elegante ministro, e portanto os mais *competentes* para uma comissão de estudos. Mas demitidos. Consequências dos princípios *competentistas* de sua exa.

Comissão desfeita, – porque decerto os membros restantes se solidarizariam com os demitidos. E como o trabalho que lhe está afecto é do maior interesse nacional – prejuizo para a *Nação*. Corolário dos princípios *nacionalistas* de sua exa.

Mas a Comissão, sendo meramente de estudos (para propor aos ministros, e jamais para *fazer*) tem menos possibilidade de contrariar o governo que uma dactilógrafa. Esta, ao menos, sempre pode demorar o envio de um ofício, ou errar uma palavra propositadamente. A demissão, portanto, queria ser uma pirraça a certas pessoas, de reconhecido «valor intelectual», que não têm a glória e a felicidade de servir na

---

(1) *Ministro dos Negócios Estrangeiros.*

Slhi

Cruzada (2) do sr. Nobre de Melo, sob o rigor amado do seu comando. Efeito, isto, do *anti-sectarismo* de sua exa.

Honra à coerência, à sinceridade e ao mérito!

Mas acreditou, de verdade, fazer uma pirraça muito forte aos «homens de valor intelectual», retirando-os de uma comissão que só dá trabalho, e nenhum proveito? *Mais non, Monsieur le Ministre: pas du tout. Ça ne ferait que les amuser. Diderot l'a dit: il est difficile de se fâcher contre les personnes ingénues: elles désarment.*

A. S.

(N.º 94 (3) - 8/VII/26)

---

(2) Cruzada Nun'Álvares

(3) O primeiro número da revista que ostenta a inscrição: «Este número foi visado pela Comissão de Censura».

Slhi

Texto 30

A «SEARA NOVA» E A CENSURA

Devem ter reparado os nossos leitores que a *Seara Nova*, depois de manter durante mais de oito meses, a regularidade da sua publicação semanal, já saiu, por duas vezes com largos intervalos. A nossa obra, de doutrina e crítica, que representa um sacrifício constante e árduo, tanto de colaboração como de administração, por parte de uma dúzia de pessoas devotadas e idealistas, não se coaduna com o lápis censorial de oficiais, mas cuja existência o país e nós ignorávamos por completo há dois meses.

Estamos a coleccionar os artigos cortados por eles; se chegarem para dar um número, sairão, em melhores dias, com uma dedicatória solene aos censores.

Até lá iremos obedecendo ao seu capricho literário e inexperiente, mantendo à nossa Revista a feição puramente doutrinária. Assim se explica que, por estes calores de Junho, Julho e Agosto, se tenham deixado descansar um pouco mais os redactores e os compositores da *Seara*.

(N.º 96 - 12/VIII/26)

Slhi

Capítulo III

PROGRAMA POLÍTICO

SEARA NOVA

Fig. 5 - Capa do n.º 2 (5/XI/1921) da autoria de *Leal da Câmara*.

Fig. 6 - Jaime Cortesão
(Desenho de José Tagarro no n.º 57 de 24/X/1925).

Texto 1

SOLUÇÕES POLÍTICAS

OS MALES MÁXIMOS E OS REMÉDIOS MÍNIMOS – O QUE A «SEARA NOVA» PROPÕE COMO SOLUÇÃO IMEDIATA À CRISE NACIONAL

Os últimos acontecimentos revolucionários tiveram uma virtude: – patentear à evidência a nossa desorganização social e as ameaças de morte que cercam a nação. Chegámos a um tão perigoso estado de dissociação, que, por momentos, o mesmo grito de alarme se ergueu de todos os agrupamentos da opinião política portuguesa. «Ante os perigos de toda a espécie que caracterizam a angustiosa situação do país é indispensável e urgente a união dos esforços de todos os portugueses honestos e bem intencionados, venham eles donde vierem...», afirmou o ex-deputado monárquico sr. Carvalho da Silva, numa entrevista ao *Diário de Lisboa* concedida. Por sua parte os três maiores partidos da República, levados por essa mesma necessidade, uniram-se para a defesa e realização dum programa mínimo. E o escritor ilustre sr. Manuel Ribeiro, entrevistado por aquele jornal, falando em nome dos comunistas, deseja, em conclusão, «tranquilidade e calma para a solução dos mais instantes problemas económicos do país...» Esse mesmo estado de desorganização permitiu que uma grande parte da imprensa estrangeira, e em especial da inglesa, logo após a retirada dos navios de guerra estrangeiros, que durante um mês fundearam no Tejo, começasse, movida por inconfessáveis razões, uma campanha a favor da intervenção estrangeira em Portugal. Uma revista inglesa ressuscitou a velha questão de saber a quem de verdade cabem as respon-

SIhi

sabilidades na retirada da batalha do Lys para as lançar, contra toda a razão e à mistura das afirmações mais caluniosas, sobre o exército português. Por mais que se diga, é impossível diminuir a gravidade extrema deste facto. A situação portuguesa chegou a um estado tão melindroso, que já os políticos de todas as cores o reconhecem, e os estrangeiros preconizam como único remédio salvador a sua intervenção.

Atingimos o extremo em que uma ligeira oscilação pode provocar a última derrocada.

Não obstante esta aparente identidade de vistas adentro do país, muitos homens ainda teimam em erros e ilusões perigosíssimas. Se é certo que os extremistas, como claramente o deu a entender o sr. Manuel Ribeiro, repelem a ideia duma revolução social isolada em terras portuguesas, e o sr. Emílio Costa preconizou nesta revista a necessidade de reformas imediatas dentro do regime actual, ao contrário os monárquicos persistem em crer que o melhor remédio seja a mudança do regime e muitos dos chamados conservadores, fora e dentro da República, preparam, não obstante as sangrentas lições de Outubro e as gravíssimas indicações externas, um novo assalto ao poder por meios revolucionários. Por sua vez, os partidos republicanos, como se depreende do programa mínimo em que assenta a sua união, partilham um erro semelhante ao dos monárquicos, supor que as mudanças meramente superficiais possam remediar o mal. Com efeito, da leitura do seu programa mínimo lícito será depreender-se que os nossos dirigentes políticos desconhecem as causas profundas da crise nacional e os meios eficazes para a debelar

É lamentável que desse documento não ressalte a intenção de acudir às instantes necessidades educativas e que os partidos se tenham unido apenas para uma acção, que não vai além dos expedientes transitórios, tal a de conceder prémios, realizar empréstimos e reformas tributárias.

SIhi

Pretender curar um doente pelo tratamento dos sintomas, deixando que a causa destruidora permaneça, equivale a condená-lo à morte. Antes de mais nada, a crise não é política, mas nacional. Com o nosso actual tipo humano dominante não há regime político capaz de tornar próspera a nação. Não é o regime, nem a agricultura, nem a indústria, nem as finanças que verdadeiramente estão em crise. *O que em Portugal, há alguns séculos, está em crise é o português.* Enquanto se não melhorar o tipo social dominante, escusamos de pensar em melhorar o país de vez. *Cada vez mais o trabalho governa o mundo, dá carácter e coesão aos povos e gera o tipo das futuras sociedades.* Só pelas múltiplas iniciativas, a disciplina voluntária e a organização do esforço produtivo as nações se robustecem e progridem. Ora com um português abúlico, madraço, parasitário e impulsivo impossível se torna organizar o trabalho útil e vencer o *deficit* da produção. E enquanto esse *deficit* persistir, escusado será pensar de vez em baratear a vida, equilibrar os orçamentos, regular os câmbios e estabelecer a ordem. Depositar esperanças definitivas nos armazéns reguladores, nos empréstimos, em prémios, em impostos, em isolados fomentos coloniais e em movimentos da direita ou da esquerda é persistir na inútil e mortal terapêutica dos paliativos. O remédio, demorado mas eficaz, consiste em melhorar o tipo social. *O que urge é educar para e pelo trabalho, produzir para educar e pela educação.* A resolução dos dois mais graves problemas – o educativo e o económico – faz-se concomitantemente. Suprimir toda a burocracia civil e militar inútil, obrigando todos os ociosos a um trabalho de utilidade colectiva, constitui uma medida de carácter juntamente económico e educativo. Acabar com um ensino que cria os doutores e políticos palavrosos e os aspirantes a militares e burocratas; criar a escola trabalhista; suprimir toda a propriedade inútil com o fim de a tornar produtiva, preenche igualmente os mesmos fins. Todavia o remédio de efeito mais salutar e

Slhi

duradoiro será transformar o jovem português, desde a infância, dentro da família e pela escola, educando-lhe a vontade enfraquecida ao máximo pelos erros e morbos ancestrais.

Onde as forças políticas capazes de encetar com firmeza esta obra? Os partidos da República? Desgraçadamente os governos e os parlamentos saídos dos partidos, eles o reconhecem já, têm consecutivamente dado nos últimos anos as mais graves provas de incapacidade. Com a instabilidade governativa, em que soçobram todas as boas intenções, não se pode tentar a realização de reformas profundas. O seu mesmo programa mínimo implicitamente confessa a incapacidade para uma acção de largo fôlego.

Também as soluções extremas que implicam as outras correntes políticas, são inviáveis em Portugal. Uma, a extrema direita, conservadora e capitalista, hoje, em parte alguma da Europa pode ser a reguladora única dos interesses sociais. A outra, – a extrema esquerda proletária não pode igualmente exercer aqui a sua preconizada ditadura. Já porque tal ditadura exige uma organização trabalhista e uma independência económica, que nos escasseiam por maneira evidente, já porque sendo nós um país de tão precária independência, não podemos assumir no mundo isoladamente uma atitude extrema.

Demais erram e iludem-se grosseiramente os que fiam apenas das soluções políticas a pública salvação. Num país, onde as classes dominantes têm horror ao trabalho honrado e independente, até um governo de Bismarks, Cavours e Pombais havia de falir por incapaz. Não há indivíduo, por poucas que sejam as suas aptidões ou possibilidades de acção, que não tenha responsabilidade no bom ou mau andamento dos negócios públicos. Dentro duma nação, por mais que se isolem, todos são bons ou maus políticos. Porque o progresso dum país resulta do valor produtivo de cada indivíduo, da sua vontade, desinteresse e espírito de sacrifício. Em verdade,

Slhi

é a soma dessas energias que transforma e governa a nação. Assim aos que nos solicitam a cada passo para que partilhemos do poder, diremos que as grandes reformas sociais não se realizam apenas governando. Aos que nos pregam que só as organizações partidárias permitem as grandes afirmações e realizações políticas responderemos que esses agrupamentos acabam por criar um espírito de baixo comunismo e uma moral de cumplicidade, essencialmente prejudiciais à pureza dos princípios. E a todos eles diremos, em resumo, que há uma vasta política fora da *política* e também se governa fora do *governo*.

Quer isto dizer que a acção dos governos tenha forçosamente de ser estéril? De modo algum. Desde que um governo tenha a auxiliá-lo uma acção colectiva suficiente, pode e deve realizar grandes progressos.

A *Seara Nova,* já o dissemos, entende que é extremamente defeituosa a organização actual dos partidos e que a República necessita para o seu regular funcionamento duma grande reforma de todos os seus poderes. Mas reconhece também a impossibilidade de substituir ou alterar profundamente por agora todos esses organismos. Atingimos um estados tal de desorganização que o menor abalo nos pode ser fatal. Procuremos, pois, realizar o máximo e o melhor esforço com os quadros e as fórmulas existentes. Mas para isso torna-se indispensável que o acordo dos partidos vá mais longe. Eles podem e devem entender-se sobre a maneira de debelar o mal nas suas causas e não apenas no tratamento dos sintomas. A situação portuguesa não admite mais delongas. Urge reconstruir desde os alicerces, resolvendo, como dissemos, os problemas educativo e económico. Dir-nos-ão que salvar um país por um sistema de reformas que tem por base a educação leva demasiado tempo. Todavia, a história o prova, nenhum resultado sério e duradoiro se pode obter por processo diferente.

Slhi

Não é nosso intuito ditar aqui essas reformas. Mas a *Seara Nova* já começou a apresentar as bases da solução para o problema educativo pela pena do Dr. Faria de Vasconcelos e está contribuindo para a solução do problema económico com os notáveis estudos de Ezequiel de Campos (1). O ideal seria que os partidos acordassem com os técnicos num plano inteiro de governação e que um governo de competências, recrutado dentro e fora dos partidos, munido de garantias de estabilidade, encetasse a sua realização. Mas se isso for impossível, *que ao menos os partidos se entendam, para a solução dos problemas educativo e económico, essencial à salvação do país, em dar continuidade governativa dentro das pastas da Instrução, Agricultura e Comércio, entregando-as a competências estranhas aos partidos, mas por eles apoiadas, de maneira a garantir-lhes durante quatro anos a estabilidade necessária.* Pretender salvar o país dentro da instabilidade dos últimos governos e sem atacar a sério a solução conjunta daqueles dois problemas só acarretará mais desprestígio e culpas sobre esses organismos partidários, retardando ou impossibilitando a salvação do país.

Aos olhos do estrangeiro estamos perdendo os últimos restos de prestígio. Os jornais ingleses lançam sobre nós os piores insultos. Começamos a ser dificilmente tolerados como povo livre dentro da Europa. Nem já devemos perder tempo a discutir o direito que assiste a essas nações de nos vexarem. A única resposta satisfatória está na mudança de processos. Basta de expedientes. Basta de assaltos ao poder. Basta de assomos de tardio pundonor. Se não procurarmos sem tardança, com firmeza e honestidade, pôr fim à desorganização actual, daremos nós próprios razão aos estrangeiros, acabando por ser, clara ou disfarçadamente, os seus escravos.

JAIME CORTESÃO

(N.º 5 - 24/XII/21)

(1) *Ver cap. IV e V.*

Slhi

Texto 2

PROGRAMA MÍNIMO DE SALVAÇÃO PÚBLICA (*)

O grupo *Seara Nova,* preocupado com os perigos extremos da crise portuguesa, cumpre o dever de levantar o seu grito de alarme sobre o egoísmo, a inércia e o desvario colectivos, e expor o programa de governação extraordinária que julga indispensável entrar em execução para Portugal vencer as dificuldades presentes e consolidar os seus destinos.

Chegou na verdade a proporções inquietadoras a crise nacional. Aumentou dia a dia a nossa desorganização social e política. Não se fez o menor esforço para resolver os mais instantes problemas nacionais com essa decisão, esse golpe de vista e esse espírito de continuidade que exige toda a grande obra colectiva. Havendo uma reforma integral a fazer nos nossos processos de administração, na nossa organização social e na nossa própria mentalidade, e a instaurar uma governação que se desenvolvesse segundo um verdadeiro plano arquitectónico, temos vivido num regime de ministérios relâmpagos, que não vão nunca além das tarefas de simples expediente. As classes, por seu lado, enclausuram-se no mais obstinado egoísmo, provocando, pela sua cegueira e imprevidência, as maiores calamidades sobre o país. Foram em sucessivo crescendo o gosto do luxo, a imoralidade, as despesas improdutivas e o dinheiro tornou-se, nas mãos dos seus detentores, de agente de transformação económica e moral, em simples instrumento de prazer e de exploração. O parasitismo, que era já, antes da guerra, a chaga

(*) « No programa, que inserimos neste número, colaboraram, além dos directores da revista, os nossos ilustres colaboradores Quirino de Jesus e Ezequiel de Campos».

SIhi

que nos corroía as entranhas, exarcebou-se ainda mais. E arrastados na onda da loucura colectiva, os que sentiam a necessidade de modificar um tal estado de coisas, longe de tentarem os processos profícuos de renovação, lançavam-se no círculo vicioso das revoluções sem finalidade, agravando os males que se propunham combater, pela desorientação cada vez mais completa, pela indisciplina cada vez mais profunda, pela incapacidade dia a dia mais formidável, quebrando assim, com todos os laços de coesão e solidariedade, todas as esperanças de redenção. A continuarmos deste modo, afundar-nos-emos no sorvedouro. E torna-se necessário, por um grande esforço colectivo, que imponha a cada um o cumprimento do seu dever social, travar o impulso quase irresistível que nos leva para o abismo. Essa a razão do nosso grito. Possa ele encontrar repercussão em todas as consciências generosas!

Façamos um rápido esboço da situação. Cresceu desde 1914 em mais de um milhão de contos a dívida do Estado, engrossando sempre o *deficit* anual do Tesouro, que já excede 400.000 contos, não obstante os agravamentos tributários. A ruína do país é ainda maior, pois já sobe muito acima de 2 milhões de contos. Apesar disso, foram absorvidos valores superiores a essa enorme cifra por numerosos elementos enriquecidos à custa do Estado e dos restantes cidadãos. E para cúmulo, uma parte considerável desse espólio tem sido para colocações no estrangeiro, onde já estão em reserva deste modo para cima de 200.000 contos em ouro, com enorme prejuízo da nossa economia e da nossa finança.

Embora se fizesse um tão imoderado uso do crédito e das emissões fiduciárias, e tão grandes fossem os lucros dos beneficiários da guerra, sem a contrapartida de impostos necessários e justos, não há nem pode haver, no meio de tantos desregramentos e ilusões, de tanta loucura e de tanto egoísmo, nem o fomento público, nem as fecundas iniciativas privadas

Slhi

que a época imperativamente exige. Vieram predominando cá dentro as despesas de esbanjamento e de consumo, as explorações implacáveis e exaustivas, o amor desenfreado da agiotagem, da jogatina e da dissipação. Como se fôramos vencidos, e nos esmagasse o peso de indemnizações de guerra, os câmbios vieram piorando sempre, até ser já de quase 1200 por cento o ágio, e a vida vem encarecendo de forma que atinge hoje um custo cerca de 15 vezes maior do que em 1914.

Pela acção de tantas calamidades, naufragam as classes liberais, medianas e pobres; endividam-se e arruinam-se os estabelecimentos de assistência; multiplicam-se as dificuldades, as misérias, as greves, as violências, os motins; o ódio e a desgraça abrem todos os dias diante de nós perspectivas mais aterradoras. A riqueza, o trabalho, a produção, o rendimento efectivo, a própria população decaem sucessivamente, e esta última de modo a comprometer gravemente a colonização do nosso território, tanto na metrópole como nas nossas possessões ultramarinas.

Eis a que situação trágica nos levaram o nosso parasitismo e a nossa incapacidade tradicionais, exacerbado um, tornada mais patente a outra pelo estado criado pela guerra. Exige-se um esforço heróico de reorganização radical, apoiado por todos os portugueses bem intencionados que ponham acima dos seus interesses pessoais, de classe ou de partido, a causa suprema da salvação nacional. A experiência tem demonstrado que só um esforço prodigioso, realizado fora dos métodos parlamentares (que somos os primeiros a defender nas circunstâncias normais da vida política) poderá encarreirar o país no caminho da salvação. Trata-se duma obra tão larga e profunda, com tanta unidade e coesão, e tão pouco do agrado afinal dos que têm feito deste país simples logradouro dos seus apetites, que só a continuidade de alguns meses dum poder forte e respeitado, constituido por verdadeiras competências, e com um apoio decidido na opinião pública, poderá

Slhi

assegurar o seu empreendimento. Ante o estado em que se encontra a consciência pública, a capacidade dos homens, as dificuldades tremendas da situação e o sem-número de resistências que se opõem a toda a tentativa de política nacional, a tarefa é difícil, não o ocultamos, mas não é impossível. Julgamos possível que após uma activa propaganda das nossas ideias acordem no país todos os elementos sãos e vigorosos, que apenas esperam uma fórmula de reconciliação e um campo de acção para se consagrar ao serviço da causa nacional. Julgamos ainda que as próprias dificuldades da crise, tornando-se dia a dia mais angustiosas, acabarão por impor um programa de salvação pública, que será aceite mesmo por aqueles que hoje ofereceriam à sua efectivação a mais obstinada resistência. Todos os portugueses em cujo espírito se não obliterou ainda inteiramente a consciência dos seus mais bem entendidos interesses acabarão por aceitar todos os sacrifícios legítimos, para que vivam e viva o país. Os próprios partidos são obrigados, pelas necessidades públicas e as suas mais justas conveniências, a facilitar de todos os modos a realização dessa obra nacional. É forçoso abandonar de vez a falsa ideia de que se pode prosseguir no caminho que temos trilhado, ou confiar, para nossa salvação, nas reparações alemãs, que para pouco podem chegar, ou principalmente nos créditos ou nos empréstimos externos que os Estados mais ricos não se dispõem a fornecer a quem não dê garantias seguras de regeneração económica e financeira. Perante estas realidades ignoradas ou esquecidas, cairam e vão cair os programas dos partidos, porque todos põem acima de tudo as suas esperanças nos auxílios do estrangeiro, tanto as suas situações os impedem de atacar de frente o problema nacional. Conseguem assim apenas perpetuar e agravar terrìvelmente a crise no turbilhão de ministérios impotentes, e tão anulados pelas leis que hoje governam o mundo como pelas revoluções que se levantam contra eles.

Há que mudar, por uma questão de vida ou de morte,

Slhi

de métodos políticos. A República tem-se caracterizado até hoje pela violenta combatividade nos domínios da religião e da política, e pela inércia na economia e na finança; o grupo *Seara Nova* entende que chegou o momento de seguir por caminhos inteiramente opostos, isto é, pela tolerância em religião e em política, e pela intensa actividade reformadora na estrutura económico-social e na finança. Assim ele julga propor-se uma mais completa realização da democracia e uma mais segura defesa da República. E como entende que o bem-estar económico dum país vale sobretudo por favorecer a cultura e a civilização, não sendo a prosperidade material um fim em si mesmo, mas um meio para atingir os mais altos fins, que são os espirituais, e como fia sobretudo a salvação definitiva de Portugal do melhoramento físico e mental das novas gerações, o grupo *Seara Nova* liga uma importância máxima ao problema da educação, que, com o económico e o financeiro, formam as partes fundamentais do seu programa de realizações políticas.

Para o pôr em prática, não se constitui en partido político, nem se propõe a conquista do poder. Quer continuar sempre, como tem sido até aqui, um grupo de orientação doutrinária, formador de correntes de opinião, e exigindo sempre, em nome da consciência nacional e do seu próprio pensamento ofendido, a satisfação dos mais altos interesses nacionais. Não querendo constituir, por si, um ministério para a execução desse programa, ele estará sempre disposto, porém, a colaborar com todas as pessoas competentes e corajosas que o queiram realizar, e a apoiá-las decididamente enquanto se conservarem fiéis ao seu espírito. A *Seara Nova* move-a apenas esta grande ambição: intervir activamente na vida política do país sem se transformar em partido político. Quer continuar a exercer na sociedade portuguesa uma espécie de poder espiritual – no posto de mais desinteresse, de mais eficácia, e de maior perigo. Assim a auxiliem e a apoiem

Slhi

na sua acção patriótica todos os portugueses de boa vontade!

1.º – Reforma da Constituição, de maneira a assegurar-se a representação das competências técnicas ao lado das políticas e a garantir mais eficazmente a separação dos poderes.

2.º – Redução a oito do número de ministérios (Interior; Justiça e Cultos; Finanças; Guerra; Marinha e Colónias; Estrangeiros; Fomento; Educação).

3.º – Redução das despesas do Estado e das autarquias locais sobre estas bases:

a) a diminuição, que deverá ir até uma elevada percentagem, realizar-se-á segundo certa progressão no primeiro ano da nova gerência, reduzindo-se e reformando-se os quadros, proibindo-se as acumulações, salvo casos especiais, excluindo-se, sem vencimentos, os funcionários que tiverem outros meios suficientes de vida, e assegurando-se aos adidos os destinos possíveis nos serviços novos da reconstituição nacional e nos campos da acção económica privada onde possa chegar a influência do Estado e das autarquias;

b) todas as explorações do Estado deverão ser custeadas pelas receitas respectivas, elevando-se para esse fim os preços e as tarifas.

4.º – Defesa organizada das classes medianas e pobres, pela acção directa do Estado, contra os abusos da exploração mercantil e a reincidência da política financeira e fiscal.

5.º – Reorganização dos serviços de assistência, acudindo-lhes com os recursos indispensáveis, e suspendendo, quanto às misericórdias, a desamortização dos bens cujos rendimentos lhes são necessários.

6.º – Fomento das instituições de previdência e cooperação, especialmente as caixas económicas e as cooperativas de produção, consumo e crédito, favorecendo-as com disposições protectoras e com auxílios financeiros em casos especiais.

Slhi

7.º – Aperfeiçoamento do regime presidional, utilizando os condenados nas obras de reconstituição económica.

8.º – Reforma da lei do inquilinato, fortalecendo as garantias dos inquilinos e impedindo os seus abusos.

9.º – Reforma das leis do trabalho, tendo-se em vista assegurar os direitos dos operários e aumentar a actividade económica, dentro do espírito da mais larga justiça social, e proteger os interesses da mulher e da criança.

10.º – Morigeração dos costumes pela repressão eficaz do jogo, limitação da actividade da taberna e da venda de bebidas alcoólicas, e medidas preventivas e repressivas contra a vadiagem.

11.º – Um regime de emigração destinado a guiar, proteger e utilizar para a pátria o emigrante, mantendo-lhe a nacionalidade nos países estranhos.

12.º – Cooperação moral, financeira e económica dos portugueses da América do Sul e do Norte e de quaisquer países estrangeiros na obra de reorganização nacional.

POLÍTICA FINANCEIRA

1.º – Divisão do orçamento do Estado, incluindo os serviços autónomos, em orçamento ordinário e orçamento de reconstituição nacional.

a) Compreendem-se no segundo as verbas destinadas: a reparações extraordinárias, instalações, melhoramentos e desenvolvimentos relativos aos serviços autónomos do Estado e às outras obras públicas; a expansão agrícola e colonização interna do país; ao fomento da produção indígena da colonização portuguesa nas províncias ultramarinas; ao abastecimento público; a outros quaisquer misteres de reconstrução económica. Serão transferidos do actual orçamento ordinário e extraordinário do Estado para o da reconstituição nacional todas as verbas que ficarem subsistindo e

Slhi

forem abrangidas, por sua natureza, na referida classificação.

b) Compreendem-se no primeiro todas as demais despesas e receitas do Estado, que serão consideradas ordinárias, e deverão estar equilibradas.

2.º – Decisiva contribuição durante certo período de tempo de toda a riqueza adquirida, e especialmente a nova, para a obra de restauração nacional, devendo considerar-se a dívida do Estado como o passivo real dessa riqueza.

3.º – Reforma fiscal em obediência aos seguintes princípios:

a) Instituição do imposto cedular e geral do rendimento;

b) Separação entre os impostos do Estado e os das autarquias locais;

c) Diminuição ulterior dos impostos de consumo.

4.º – (Para antes de aplicada a reforma fiscal). Actualização moderada e transitória das taxas dos actuais impostos directos e indirectos, agravando-se a contribuição de registo por título gratuito, declarando-se o Estado herdeiro além do 4.º grau, com a garantia de sustento e educação dos que viviam com o falecido, suprimindo-se a contribuição sumptuária sobre o valor locativo dos prédios e estabelecendo-se um imposto extraordinário sobre a cifra dos negócios, afectando especialmente o luxo.

5.º – Preparação da pauta definitiva e negociação de tratados de comércio, procedendo-se com rapidez ao possível inquérito económico.

6.º – Superintendência eficaz do Estado em todo o mercado do dinheiro, dos câmbios e dos valores mobiliários, com reforma dos bancos emissores, da Caixa Geral dos Depósitos, da lei bancária geral e da Bolsa, tudo subordinado, com as devidas sanções, aos seguintes fins:

a) Valorizar progressivamente a nota;

Slhi

b) Dominar a especulação cambial e mercantil, desviando dela os recursos e disponibilidades;

c) Impedir a expatriação de fortunas através da Banca e da exportação;

d) Promover a repatriação das que se evadiram;

e) Diminuir o número de intermediários;

f) Desenvolver o crédito da agricultura, da indústria e do verdadeiro comércio;

g) Canalizar todos os possíveis recursos de capitais públicos e privados para a obra de reconstituição nacional e particularmente para a expansão da lavoura e da colonização na metrópole e no ultramar.

7.º – Reforma do regime dos cheques e estabelecimento de câmaras de compensação.

8.º – Constituição das *régies* que forem indispensáveis para aumento das receitas com supressão de intermediários desorganizadores e barateamento da vida.

9.º – Organização da defesa fiscal do Estado, com sanções graves para a reivindicação ou entrada do que lhe for devido por lei.

10.º – Reforma e unificação da contabilidade pública.

11.º – Remate da política financeira, económica e social com o recurso aos créditos e empréstimos internos e externos e à reforma ulterior de toda a dívida nacional e da moeda.

POLÍTICA AGRÁRIA

1.º – Utilização e povoamento das terras em predomínio de sequeiro, dos pousios de longo período, nas regiões de menos de 25 habitantes por quilómetro quadrado, obtendo-se as terras por expropriação, por pagamento em terra da contribuição de registo por título gratuito (em alguns casos) e por opção do Estado na venda em hasta pública de prédios adequados.

Slhi

2.º – Execução, sob os auspícios do Estado, das obras de rega de valor local e regional, e povoamento das respectivas terras irrigáveis em lotes de família; e estímulo à execução das obras de rega de interesse individual.

3.º – Povoamento dos tratos agrícolas das matas do Estado.

4.º – Povoamento e arborização das terras incultas do Tejo e do Sado, por imposição legal.

5.º – Melhoramento da organização e da técnica agrícola por meio de:

a) Montureiras e silos obrigatórios;

b) Ferramenta agrícola aperfeiçoada, obrigatória;

c) Subsídio de animais reprodutores, de sementes aperfeiçoadas e de plantas;

d) Folhetos de vulgarização de conhecimentos agrícolas, e educação agrícola;

6.º – Estímulo ao aumento de produção e à valorização dos terrenos, bem como ao melhoramento das relações entre os interessados no cultivo, pela reforma da contribuição predial rústica com mais equidade e justiça.

POLÍTICA INDUSTRIAL

1.º – Utilização metódica da energia hidroeléctrica, e dos combustíveis minerais aproveitando o *apport* do Estado pelas indemnizações de guerra.

2.º – Realização metódica da rede de transportes de força.

3.º – Encerramento das oficinas e fábricas condenadas pelas más condições higiénicas ou pelo mau rendimento do trabalho, e promoção da reforma das utilizáveis.

4.º – Utilização das sucatas, e fabrico de máquinas agrícolas.

5.º – Instalação de estaleiros navais modernos para navios de madeira.

6.º – Favores a indústrias proveitosas: do linho, açúcar de

Slhi

beterraba, álcool industrial, frio, secagem de produtos agrícolas, pesca do bacalhau, etc.

POLÍTICA COMERCIAL

1.º – Melhoramento da marinha mercante pela:

a) Valorização dos transportes marítimos pela sua entrega a empresas nacionais de navegação;

b) Protecção à marinha mercante nacional.

2.º – Melhoramento dos caminhos de ferro pelo arrendamento dos do Estado; unificação dos serviços de exploração de todas as linhas de via larga; melhoramento, ampliação e incorporação dos caminhos de ferro regionais de metro em unidades adequadas; *apport* do Estado às empresas de materiais, máquinas, ferramentas, etc., provenientes das indemnizações de guerra; e estímulo à conclusão de linhas e ramais iniciados, e de novos caminhos de ferro.

3.º – Melhoramento de estradas, confiando os serviços de estudo, construção, reparação e conservação das estradas não municipais às Juntas de Fomento distritais, subordinadas, nas finanças e na orientação geral, ao governo central, e estimuladas para a adopção de processos de trabalho rendoso.

4.º – Melhoramentos dos portos de mar, especialmente de Lisboa e Leixões, e de navegação fluvial, particularmente do baixo Tejo; oportunamente do rio Douro.

5.º – Política do abastecimento dos géneros fundamentais, utilizando transitòriamente no máximo a produção colonial (especialmente do milho, trigo, oleaginosas e algodão), com o mínimo de intermediários, mediante os armazéns da Manutenção Militar, as cooperativas, e, possìvelmente, os celeiros municipais, mas sem prejuízos para o Estado nem para os municípios.

Slhi

POLÍTICA COLONIAL

1.º – Nacionalização efectiva do território, população, agricultura, indústria e comércio das províncias ultramarinas, sem prejuízo da justa admissão de cooperações económicas estrangeiras.

2.º – Extinção das grandes concessões territoriais e industriais, nas épocas fixadas para o exercício do direito de resgate.

3.º – Emprego dos meios necessários para garantir os direitos e interesses da nação contra a propaganda das missões estrangeiras.

4.º – Defesa, protecção e civilização das raças indígenas.

5.º – Estímulo aos indígenas para a cultura, especialmente do milho, do trigo, do algodão e das oleaginosas; profilaxia pecuária.

6.º – Colonização agrícola portuguesa, principalmente dos planaltos de Angola, mediante favores do Estado, especialmente de obras de rega e viação.

7.º – Ligação das colónias com a metrópole e entre si.

8.º – Criação de grandes organismos nacionais em que o Estado e os particulares associem capitais e esforços para o desenvolvimento da colonização portuguesa e execução de obras de utilidade pública no ultramar.

POLÍTICA PEDAGÓGICA

1.º – Neutralização política do Ministério da Educação durante um período de 4 anos.

2.º – Liberdade de ensino com fiscalização do Estado.

3.º – Ensino primário e secundário gratuitos.

4.º – Concessão de bolsas de estudo para o ensino superior aos indivíduos de maior capacidade que não estejam em condições de sustentar-se pelos seus recursos.

5.º – Preparação mais eficaz do pessoal docente pela reor-

Slhi

ganização das escolas normais, cursos de aperfeiçoamento, concessão de bolsas de estudo no estrangeiro, contrato de professores estrangeiros, intercâmbio, etc.

6.º – Medidas atinentes a estimular a acção do pessoal docente.

7.º – Reorganização do Conselho Superior de Instrução, convertendo-o num organismo criador e activo de direcção e administração educativas.

8.º – Remodelação das repartições do Ministério da Instrução no sentido de uma administração científica e experimental.

9.º – Criação da Inspecção Técnica Geral da Educação Nacional.

10.º – Realização gradual da descentralização e autonomia escolares.

11.º – Criação do Tesouro da Educação Nacional.

12.º – Intensificação da educação física da mocidade portuguesa e facilitação à inspecção médico-escolar de todos os meios necessários para realizar a sua missão.

13.º – Organização eficaz das obras de assistência escolar.

14.º – Criação de escolas para anormais e atrasados.

15.º – Criação de jardins de infância.

16.º – Reorganização da escola primária em conformidade com os princípios da pedagogia científica.

17.º – Fusão dos liceus, das escolas primárias superiores num tipo de escola onde a par duma forte cultura geral, essencial e primordial, se inicie a orientação profissional.

18.º – Criação dos serviços de orientação profissional.

19.º – Reorganização do ensino secundário especial.

20.º – Transformação das escolas em escolas de trabalho activo, onde ao lado duma intensa cultura da personalidade e duma forte educação do carácter, se desenvolvam e fortifiquem as virtudes sociais e se inspire o culto do interesse colectivo.

Slhi

21.º – Concessão às Universidades de todos os meios necessários para poderem desempenhar com a maior eficácia e autonomia as suas funções de transmissão de conhecimentos e formação de profissionais, de criação de ciência, e sobretudo, – ponto capital da sua mais elevada missão – de elaboração dos ideais da vida nacional, organizando a cultura em serviço da direcção espiritual da nação.

22.º – Fomento da *educação popular* pela criação, em todo o país, de um número cada vez maior de centros de cultura geral e educação social. Esses centros deverão ser autónomos, com o carácter de associações independentes, subsidiadas pelo Estado e fiscalizadas superiormente na sua orientação pedagógica e na sua administração.

(N.º 12 - 15/IV/1922)

Slhi

Texto 3

CARTA ABERTA DIRIGIDA A SUA EXA. O PRESIDENTE DA REPÚBLICA (1) PELO GRUPO «SEARA NOVA»

Exmo. Senhor:

Diz-se, Exmo. Senhor, que é V. Exa. partidário de se iniciar, sem tardança, uma política de pacificação e reconstrução de Portugal: por isso nos dirigimos a V. Exa., para lhe pedir que persevere nessas ideias construtivas, e lhe apresentarmos a maneira de ver de um grupo consciente de patriotas.

Chama-se esse grupo *Seara Nova.* Ouvirá dizer V. Exa. que a *Seara Nova* pouco pesa. Dizem-no pessoas habituadas ao processo de agir dos partidos políticos, e que não contam com as forças morais. Outros lhe dirão que é comunista e bolchevista, e outras fantasias do mesmo género. A *Seara Nova* é democrata, e só ignorantes poderão supor compatíveis o relativismo democrático e o absolutismo comunista. Em primeiro lugar, tendo uma forma de mentalidade essencialmente construtiva, persistentemente concretizadora, entende esse grupo que não deve entrar na faina política mais activa sem uma prévia elaboração e propaganda de ideias nítidas: por isso, pelo que respeita à acção externa, se tem limitado até agora a seguir com o maior interesse todas as obras que julga úteis, tais como a Junta de Educação, a reorganização da Biblioteca, os congressos de Agricultura, a reforma da educação pública apresentada ao Parlamento; pelo que toca à propaganda de

---

(1) *Teixeira Gomes*

Slhi

Fig. 7 – Raul Proença

Slhi

ideias prosseguirá nela este próximo inverno, por meio de conferências e vários escritos nas publicações periódicas em que tem simpatias; e, pelo que se refere à organização interna, reserva-se o direito de a ir fazendo sem grandes anúncios para o grande público.

Não quer isto dizer, Exmo. Senhor, que sejamos candidatos aos postos políticos nas grandes fainas de reconstrução. A *Seara Nova* não é um partido, nem se opõe a partido algum; deseja, sim, ajudar os partidos a aperfeiçoarem-se e a governar bem. O importante, para nós, não é ter a glória de reformadores: é que a reforma se ponha em obra. Não somos destituídos de convicções, de persistente boa vontade, e, em alguns ramos, de especializada competência técnica: e é nessa estrita qualidade que desejamos ser prestáveis, como voluntários colaboradores de uma política nacional. Estas palavras que empregamos farão compreender a V. Exa. que não somos «pretendentes»; que buscamos trabalhos, e não «lugares»; que ambicionamos servir, em suma, não a nós, nem uma classe, mas sim a Nação.

AS CAUSAS PERMANENTES DA ANARQUIA

O governo que, quando V. Exa. tomou o seu cargo, presidia o meneio dos negócios públicos (2), logrou manter a ordem geral no que respeita às manifestações visíveis, dando-nos, assim, uma intermitência na série de lutas de mão armada que têm enegrecido a nossa História, desprestigiando-nos no estrangeiro: teve, no sr. Vitorino Guimarães, um ministro das Finanças, com intuitos de economia, de quem o Parlamento e o ambiente desprezaram a boa vontade; esboçou, com o sr. ministro Joaquim Ribeiro, uma obra do

(2) *Da presidência de António Maria da Silva.*

Slhi

maior alcance pela pasta da Agricultura; e, na da Instrução Pública, levou ao Congresso um projecto de lei cujas linhas essenciais, sendo as que nós mesmo preconizamos, merecem lògicamente o nosso elogio e o nosso apoio; no conjunto, porém, a acção desse ministério, sendo acaso suficiente para os dias comuns de qualquer país, não pôde estar, como convinha, à altura da situação; e se lhe não regateamos elogios como mantenedor da ordem visível, temos que confessar que também manteve, na pleníssima virtualidade dos seus efeitos mais deploráveis, as causas profundas e fundamentais da nossa anarquia permanente, a qual, como se sabe, não é menos grave e abominável naqueles momentos em que não supura, sangrenta, na luta estoiraz dos caminhos públicos.

São causadores da nossa crise certos defeitos muito graves, de V. Exa. bem conhecidos, no arranjo económico da grei e na educação que tem recebido. No combate a essa crise não é possível dar preferência a um qualquer de tais factores; porque, se a formação social é o elemento básico da educação, a educação, por sua vez, é o factor de mais importância na formação social de todos nós. O jogo da causalidade, nos fenómenos sociais, apresenta-se sempre como um círculo, em que tudo é, ao mesmo tempo, a causa da sua causa e o efeito do seu efeito.

Cumpre, portanto, iniciar ao mesmo tempo a solução dos dois problemas.

Permaneceu V. Exa. alguns anos em Inglaterra, e lá estudou, certamente, as causas do predomínio das populações anglo-saxónicas, onde quer que se estabeleçam; e, por contraste, as da decadência em que vegetamos. Tem, pois, critério para avaliar das soluções gerais do nosso problema; cumpre, porém, fazer dele uma ligeira análise.

Viu decerto V. Exa. a diferença fundamental: a orientação particularista do indivíduo anglo-saxónico, a orientação comunitária do indivíduo português; notou depois que as instituições (do Estado e sem ser do Estado) têm o mesmo nome que

Slhi

em Inglaterra, mas outras funções e outros fins, outra natureza e outros efeitos, porque são sempre pervertidas pelo carácter da sociedade; percebeu, decerto, que todas elas tendem a transformar-se em simples pretextos, cujo fim verdadeiro é sustentar umas certas castas, subtraindo a gente culta e os clientes da gente culta à concorrência natural e ao esforço progressivo; verificou também que a vida económica é em grande parte artificial, vivendo por isso as «forças vivas» muito menos das forças próprias que das forças que lhes empresta o Estado, à custa, afinal, de todos nós, porque todos nós somos o Estado; advertiu que muitas instituições, em vez de factores de fomento são factores de esterilização; que o Estado aqui é o órgão básico de um parasitismo estrutural, dos interesses mais contrários aos interesses da comunidade, desenvolvendo-se na proporção das calamidades nacionais; viu o crédito organizado, não tanto para dar auxílio à nossa média e pequena indústria, como para perverter as actividades em várias manobras de especulação; observou, decerto, nestas últimas, um movimento desproporcionado ao trabalho honesto e produtivo; viu o Norte a debater-se na pulverização da propriedade, e despovoado o Sul do País por falta de impulso colonizador; viu a penúria do arvoredo e desaproveitados os nossos rios; importantes matérias primas, como a cortiça, exportadas em bruto para o estrangeiro, para as importarmos manufacturadas; viu a necessidade de restringirmos, no orçamento geral do Estado, as despesas improdutivas com a parte do pessoal que pouco faz, e de aumentarmos consideràvelmente os dispêndios produtivos, em instrumentos de trabalho e na educação de competências técnicas; viu grande número dos nossos rurais forçados a fugir para o Brasil, ou para a conquista de lugares do Estado; patenteou-se-lhe, enfim, a urgência de abrir, por todas as formas, à mocidade portuguesa, ao sair da escola ou da sua aldeia, campos bastantes de actividade nas funções «usuais» e produtivas, em prejuízo das «liberais», e de modificar

Slhi

agora com esse fito, por um plano harmónico de vida nova, as condições da Economia e o ideário da Educação.

O problema português é um: o da estrutura social da grei; mas cumpre, para o atacar, considerá-lo ao menos nas seguintes faces:

a) o político-administrativo; *b)* o financeiro; *c)* o agrário; *d)* o agronómico; *e)* o das indústrias; *f)* o educativo.

O PROBLEMA POLÍTICO E O FINANCEIRO

a) É necessária a reforma do actual regime parlamentar, cujos defeitos, hoje, ninguém de boa fé contesta já. Não preconizamos um parlamento técnico, substitutivo do parlamento político; desejamos, porém, ao parlamento político conceder o esteio de uma assembleia técnica, introduzir na Constituição o «referendo» e a «iniciativa», e moralizar cuidadosamente os processos eleitorais, como se fez, por exemplo, na Argentina. Por outro lado, não preconizamos o Presidencialismo puro; mas desejamos o presidente mais liberto dos parlamentos, e que não limite a sua função, como agora, ao de máquina de assinar papéis onde se põe tudo o que os outros querem: que ele possa (por outros termos) ante o Parlamento e os partidos, defender legalìssimamente a vontade da Nação, quando o Parlamento e os partidos se divorciarem dessa vontade.

Cumpre, também, descentralizar a administração pública: *mas proceder aí, como no resto, pelo método experimental,* educando pacientemente a capacidade autonomista das *elites* provinciais, e ensaiando as várias reformas em áreas restritas do território, antes de pensar em generalizá-las a todo o âmbito do País.

b) É o das finanças um problema que nos não compete minuciar agora; mas faltaríamos ao que devemos a V. Exa. e ao País se lhe não confessássemos a nossa opinião de que não é possível resolvê-lo sem medidas bem dolorosas, e reduzindo

Slhi

o funcionalismo aos elementos mais vitais, criadores e progressivos. Evidentemente, *só teria autoridade para tais medidas quem abrisse, ao mesmo tempo, novos campos de actividade,* empregos para os sacrificados, por meio de reformas criadoras na economia nacional; cumprindo não esquecer que, segundo o aforismo bem conhecido, não pode haver finanças sãs onde não houver política sã, e que nada sólido se pode alcançar sem a valorização da nossa moeda, dependente, como se sabe, da balança comercial.

O PROBLEMA AGRÁRIO

c) Já ninguém, no nosso tempo, defende o absolutismo individualista do direito de propriedade. A propriedade é uma função social, e deve, portanto, submeter-se a regras, para maior vantagem da sociedade. As modificações que sob este critério convém que introduzamos no nosso direito, pelo que respeita à propriedade rústica, teriam as mais delas por fins essenciais:

1.º – Promover a colonização, a fixação do homem na terra pátria, e o aparecimento da pequena ao pé da grande propriedade, nos sítios em que predomina esta última;

2.º – Impulsionar a concentração parcelária nas regiões onde se padece do excessivo parcelamento;

3.º – Impelir ao alargamento das culturas;

4.º – Corrigir as deficiências da legislação civil no que respeita ao arrendamento dos prédios rústicos;

5.º – Mobilizar a propriedade, facilitando por essa forma a concessão de créditos à agricultura.

Essas reformas de carácter jurídico, outras de índole educativa, outras de organização do crédito e dos transportes, são indispensáveis ao pleno efeito das reformas agronómicas; e, recìprocamente, só por estas alcançarão o seu fim. É necessário que acentuemos, perante o público português (tão

Slhi

unilateral e tão simplista) a quase absoluta inutilidade (e por vezes inconveniência) de todas as medidas e reformas que se decretam isoladamente.

O PROBLEMA AGRONÓMICO

d) A acção técnica do Estado, no problema agronómico português, tem que definir-se, por um lado, pelo que toca à *agricultura,* e pelo que toca à *silvicultura,* pelo outro.

No que concerne à agricultura, as medidas que a situação reclama poderiam sumariar-se da seguinte forma:

1.º – Assistência técnica, competente, à lavoura;

2.º – Fornecimento directo de meios de produção, já em *géneros* (maquinaria e utensilagem, gados, sementes, adubos, etc.), já em *capital* (crédito agrícola);

3.º – Melhoramentos no ambiente físico, especialmente pela hidráulica agrícola e pelo incentivo à colonização (desbravamento de incultos, divisão e aproveitamento de baldios, etc.);

4.º – Incentivo à comercialização dos produtos agrícolas.

Pelo que respeita à *silvicultura*, a acção do Estado, pela natureza do problema, pela situação da maior parte dos perímetros a arborizar – terá que ser, por via de regra, uma integral execução dos trabalhos necessários por conta própria. O facies mesológico do País atribui-lhe características de uma região florestal, devendo as matas revestir-lhe uns 40% da superfície, ou seja o dobro da área silvícola de agora. Cumpre intensificar imediatamente, e a todo o transe, a arborização por conta pública, mediante aumentos de dotação e o reforço necessário do quadro técnico actuante, embora sob o regime contractual ou de empreitadas.

Envolve a assistência técnica, como primeiro ponto a resolver, a preparação de técnicos excelentes. A solução deste problema conduz, por via lógica, à criação de especialistas,

Slhi

pelo estudo em escolas agrícolas que dêem os conhecimentos basilares, e pelo trabalho em núcleos técnicos de estudos regionais (as estações agrárias) que minuciem aqueles conhecimentos na aplicação às necessidades agrícolas de cada região bem diferenciada; da combinacão destes estudos num departamento central resultaria o conhecimento agrícola do País, alicerce científico de toda a obra.

Claro, como é condicionada a ciência agronómica por um longo labor experimental, por uma forte especialização, e, ainda, por uma estreita adaptação do trabalho ao ambiente geral em que se opera (estudos regionais) haverá que condenar, de maneira radical, as organizações que centralizam, burocratizando-os, os serviços dos problemas técnicos (que cumpre atacar ao mesmo tempo em vários pontos do País, com a modalidade específica que, em cada ponto, o ambiente regional determina); e condenar também, do mesmo passo, as que dispersem pelo País os técnicos isolados, sem a necessária coordenação científica. Desses vícios, até hoje dominantes, resulta o estar por fazer ainda o reconhecimento agronómico de Portugal, e o faltar aos nossos técnicos, por via da regra, aquele cabedal de ciência concreta, sem o qual a faina de propaganda é exercida com timidez, quando se requer vigor combativo e o entusiasmo próprio de um apostolado estrénuo.

É preciso que, sempre que se trate incontestàvelmente de meios materiais de progresso agrícola, os subministre o Estado aos lavradores, ensinando-os a servirem-se deles: em certos casos, como adiantamento simples, em outros como empréstimo, em outros, ainda, como fornecimento com bónus, comunicando assim aos particulares aquele espírito progressivo que deve animar a governação.

O que se sabe sobre o problema hidráulico é na verdade quase nada. Releva, pois, organizar metòdicamente o seu estudo, decompondo-o por bacias hidrográficas. Conviria que promovesse estes estudos uma repartição especial, constituida

Slhi

por um núcleo fixo, e pequeno de técnicos especializados, ao qual se agregariam, a título de empreitadas, e para cada estudo a realizar, os trabalhadores necessários das diferentes categorias. A orientação suprema dos estudos deveria ser pedida, para obra verdadeiramente eficaz, a uma das competências estrangeiras de autoridade internacional, que se chamam em toda a parte sempre que um problema complexo de especialidade tem de ser posto em equação. Feitos os estudos, seguir-se-iam as respectivas obras. Raríssimas vezes competiria ao Estado o tomá-las à sua conta; conviria formar empresas, ficando ao Estado a acção fiscal. A ideia de muitas obras de pequeno vulto deve preferir-se neste caso a quaisquer planos de grandes obras.

Pelo que respeita à comercialização, importa, antes de tudo, infundir confiança ao produtor – ponto em que claudicou a nossa política desde a guerra, com tabelamentos, taxas de exportação e empecilhos de vária ordem.

O POUCO QUE SE FEZ E O MUITO QUE RESTA A FAZER

Como dissemos, iniciou uma obra importante o ministro sr. Joaquim Ribeiro ([3]), se bem que embaraçada de muitas formas pela inércia da burocracia. Haviam-se já fundido, no tempo do ministro Ernesto Navarro ([4]), os serviços de instrução e do fomento agrícolas – medida essencial para assegurar a cooperação técnica; recentemente, instituiram-se as estações agrárias, definindo-se o princípio basilar de que não há fomento duradoiro sem investigação anterior rigorosamente conduzida,

---

([3]) *Nomeado em Agosto desse ano, em governo da presidência de António Maria da Silva.*

([4]) *Fizera parte do governo António Maria da Silva empossado em Fevereiro de 1922.*

Slhi

para exacto conhecimento do ambiente em que se opera; delineou-se o exercício de uma estação agrária central, a que, entre outras funções, cabe a de formar por tirocínio os técnicos experimentais que se devem espalhar pelos outros núcleos.

No que respeita aos auxílios directos à lavoura, em material, legislaram-se as medidas mais urgentes desde a passagem de António Granjo pelo ministério da Agricultura (5). Criou-se uma Junta de Fomento Agrícola, administradora de um Fundo de Fomento Agrícola, à semelhança do que se fazia no departamento da Instrução com o Fundo de Ensino Agrícola, o qual, dentro da modéstia dos seus recursos financeiros, tem prestado reais serviços às escolas de agricultura. Ficaram sendo atribuições daquele Fundo o custear subvenções para a lavoura mecânica, e prémios de cultura para superfícies arroteadas de novo. A lavoura acudiu prontamente a aproveitar estes auxílios: compraram-se numerosos tractores e alguns aparelhos de debulha, graças àquelas subvenções; e têm aumentado animadoramente, de ano para ano, os requerimentos de prémios pelo arroteamento de novas áreas, não obstante a pequenez deles. Importa porém observar que, estando reduzidas, quase, as receitas do Fundo à magra dotação orçamental, nunca foi possível ter em dia o pagamento das subvenções, e dar início a outros trabalhos, como, por exemplo, o custeio de estudos de hidráulica agrícola. No orçamento vigente foi aumentada a dotação, e o ministro sr. Joaquim Ribeiro consignou ao Fundo algumas receitas importantes, das quais a principal é um imposto da Moagem, igual à diferença entre os preços do trigo exótico e do nacional. Ao mesmo tempo, foram alargadas as atribuições do dito Fundo de Fomento, de maneira que se concedessem, por exemplo, bónus para adubações, se adiantassem pequenas máquinas, se contra-

(5) *António Granjo fora presidente do Conselho e ministro da agricultura em 1920.*

Slhi

tassem técnicos estrangeiros, etc.; e remodelou-se a Junta que administra o Fundo, dando larga representação às classes agricultoras.

Releva prosseguir nesta obra com a máxima intensidade, *gastando com ela o que for preciso, não admitindo que seja por aí que se façam os cortes orçamentais.* Há despesas mais necessárias que as mais necessárias reduções de gastos. Ora, não tem sido possível obter do Ministério das Finanças, no momento em que nos encontramos, as próprias dotações aprovadas no Orçamento; o Fundo de Fomento Agrícola não recebe os seus duodécimos, e tão pouco o do Ensino Agrícola; os estabelecimentos, escolas, postos agrários, viram embargadas as colheitas, embaraçados agora os trabalhos culturais do novo ano, por atrasos de pagamentos. Aventuraram-se os lavradores a despesas que são vultosas, em tractores e maquinaria agrícola, fiados na subvenção que o Estado agora lhes não concede; e vê-se impossibilitado o Laboratório de Patologia Veterinária, estabelecimento modelar, mas pobre, de acudir à devastação da massa pecuária do País; não há vacinas, e são pagas, as importadas, por preços exorbitantes. Assim se passam as coisas, como se não fosse a agricultura, com a educação, uma das essenciais alavancas para o ressurgimento de Portugal!

Por outro lado, cumpre que a organização do crédito e transportes facilite a comercialização dos produtos nacionais.

O PROBLEMA INDUSTRIAL

Demorámo-nos mais com a agricultura, porque é nela que são possíveis os remédios mais rápidos, e de maior vantagem social, à crise que atravessamos.

e) Pelo que respeita ao problema industrial, propunha o manifesto da União Cívica, o seguinte:

Slhi

a) Emenda da Lei das Águas, sob este critério: 1.º – caducidade de todas as concessões actuais em que se não tenham cumprido as cláusulas relativas ao prazo marcado para começo das obras, ou em que se não haja trabalhado com a intensidade correspondente à que tècnicamente devia haver para serem executadas no período respectivo, assim como daquelas em que se tenham pedido modificações e prorrogações, e as obras não estejam em plena actividade, revertendo à disponibilidade do Estado as concessões caducas, *para salvaguarda dos interesses nacionais;* 2.º – classificação das quedas de água, e seu agrupamento, para concessão oportuna em máxima vantagem do trabalho português; 3.º – intervenção efectiva do governo para a realização imediata dos aproveitamentos hidroeléctricos fundamentais e da rede fundamental de transportes de electricidade; 4.º – reserva dos melhores valores hidroeléctricos potenciais para o aproveitamento por portugueses; 5.º – cumprimento estrito da lei emendada, fora da tradicional indiferença burocrática;

b) Estímulo à utilização dos combustíveis nacionais na produção de electricidade por capitais portugueses, principalmente para o abastecimento da região industrial de Coimbra e Lisboa. Reserva das minas de carvão e dos outros jazigos minerais, para a actividade portuguesa.

c) Quotização *obrigatória* da indústria regional para a execução das obras de abastecimento da força por empresas portuguesas, com a colaboração facultativa dos municípios, no critério da grande centralização do aproveitamento hidro ou termoeléctrico.

d) Melhoria do rendimento do trabalho português pelo encerramento *obrigatório* das oficinas e fábricas condenadas pelas más condições higiénicas ou pelo mau aparelhamento e localização; reforma das utilizáveis, dentro de períodos e critérios definidos.

e) Concessão de favores para o aproveitamento da sucata

Slhi

de ferro e fabrico de máquinas agrícolas adaptadas ao ambiente português; favores às indústrias proveitosas do linho, do açúcar de beterraba, do álcool industrial para combustível, do frio (especialmente nos caminhos de ferro, nos mercados e nos portos), da secagem de produtos agrícolas, da pesca do bacalhau, etc.

O PROBLEMA PEDAGÓGICO

f) É costume de portugueses insistir no que os separa, e não naquilo que os pode unir; nos pretextos de antagonismo e não nos motivos de cooperação. Falta-nos o senso social, somos irredutíveis e absolutistas; ninguém se contenta, por isso, de poder impor parcialmente a sua opinião ou o seu critério; e, se se diverge num pormenor, não se procura colaborar: ataca-se a obra no seu conjunto, com arranques de nevropata e cegueiras de touro em fúria.

Não procederam desta forma os indivíduos que colaboraram com o ministro sr. Camoezas (7), comportam-se assim, todavia, a mor parte dos poucos críticos e adversários desse projecto. Sente-se neste o concurso, ou convergência, de critérios diferentes mas complementares, e sem prejuízo, portanto, da sua unidade. O sensato, tanto nos defensores como nos críticos, seria reconhecer, antes de tudo, o que há excelente na tentativa, e apresentar depois com simpatia as correcções e aditamentos, *pois como um esboço para ser emendado se apresentou, aliás, o projecto de lei.* Quanto a nós, conviria separar no projecto, as medidas susceptíveis de realização imediata, a saber:

1.ª – Criação de 4 escolas experimentais: infantil, primária,

---

(7) *João Camoezas, ministro de um governo António Maria da Silva em 1923, elaborava um projecto de reforma da educação em que os «seareiros» participaram.*

SIhi

secundária, de continuação, com novo regime de composição de cursos;

2.ª – Modificação dos programas;

3.ª – Criação do Museu Pedagógico de Lisboa, com o fim de organizar desde já material de ensino para as escolas, publicar guias para os professores, etc.;

4.ª – Remodelação do ensino normal e criação do Instituto de Ciências da Educação;

5.ª – Criação de uma Junta de Promoção de Estudos;

6.ª – Criação de uma Junta de Estudos Sociais;

7.ª – Criação de uma Residência de Estudantes;

8.ª – Fundação de um internato no tipo das Escolas Novas;

9.ª – Contrato de professores estrangeiros, para, sobretudo, o ensino de continuação e o ensino técnico;

10.ª – Nomeação de uma comissão executiva das reformas, e de uma comissão de reforma do ensino superior.

NECESSIDADE DE UMA GOVERNAÇÃO EXCEPCIONAL

Tais são as medidas que, em resumo, nós julgamos mais instantes, e que (repetimos) só supomos eficazes no *conjunto* das realizações.

Não é já possível pôr em dúvida que são necessárias a Portugal, nos apuros a que está chegado, medidas de governo excepcionais – que só poderão ser iniciadas, num lapso de tempo mais ou menos curto, por métodos excepcionais de governação. A profundidade, a concentração e a rapidez de tais medidas não se compadecem com a morosidade, com as resistências passivas de toda a ordem, do sistema parlamentar *tal como tem funcionado.* Em resumo, cremos que, assentes as linhas fundamentais de um plano geral de reorganização, cumpre formar, com políticos de prestígio moral, que se vão buscar onde quer que estejam, assistidos dos técnicos mais

Slhi

competentes, e seguros do acatamento e da disciplina da força armada – um governo que, com largas autorizações, possa resolver sinceramente o nosso problema financeiro, e lançar as bases, enfim, da reorganização da nacionalidade.

Desejamos muito que os partidos queiram enveredar por essa estrada. Não nos anima qualquer empenho no desprestígio dos políticos; bem ao contrário; e é com mágoa que verificamos, nos partidos portugueses, a ausência de planos de governação; com mágoa os vemos declararem-se aptos a fornecer ministérios ao País, a si mesmos se considerando democratas e republicanos, e não darem ao povo, sequer, aquela importância bem pequena de lhe explicarem, em duas palavras, como pretendem governá-lo. A situação a que chegamos já não admite dilacções; sabe V. Exa. que ela é pior – muito pior – do que tendem a fazer crer as informações oficiais. A política que se vem seguindo, fingidamente democrática, tem já contados os seus dias; e, ou a matam os próprios políticos por vias ordeiras e legais, com a reforma dos velhos costumes: ou ela cairá às mãos da revolta, abatida por um golpe de força – golpe que, oxalá, para bem de todos, eles se esforcem por tornar inútil.

PERIGOS DE UMA DITADURA MILITAR

Sabe V. Exa. que, com efeito, existe quem pense neste momento numa ditadura militar, sob a sugestão dos acontecimentos de Espanha; e, a avaliar pelo que ouvimos, têm os indivíduos que nela pensam certas convicções que nos parecem erradas. É que crêem esses indivíduos que o governo de Primo de Rivera se tem mantido como uma manifestação característica do chamado «espírito das direitas», uma reacção contra as ideias democráticas: e sonham, por isso, organizar governo com homens animados desse espírito, e ligados, mais ou menos, às oligarquias que exploram a grei. Não poderia haver

Slhi

maior engano, a nosso juízo, acerca da verdadeira natureza das condições de existência do Directório espanhol. O Directório, se pode suprimir neste momento os processos de administração, os *meios*, as fórmulas constitucionais, que instituiram no passado século os partidários da Democracia (supondo-as conducentes aos seus fins) com aplauso de grande parte da opinião pública, foi porque essas fórmulas imperfeitas, adoptadas porque se supunha (repetimos) que fossem os meios mais adequados para atingir os fins da Democracia – deram o resultado contraproducente de virem a ser (lá como cá, em Espanha como em Portugal) um obstáculo à realização do ideal dos democratas, e um instrumento das oligarquias; e por isso a acção do Directório, olhada a princípio com desconfiança por todos os democratas da nação espanhola, recebe já agora o decidido apoio de elementos avançados, na legítima acepção desta palavra – porque se tem mostrado, afinal, em certas medidas decretadas e em vários actos que praticou, realmente democrática e reprimidora das oligarquias. De outra forma, já o Directório espanhol estaria a estas horas desacreditado, e sob a ameaça de desmoronamento. Deveriam pensar neste facto os que sonham em Portugal com um governo militar de inspiração reaccionária, aliado às oligarquias.

Por outro lado, os que sonham com um movimento radical extremista, não deveriam esquecer que, se são necessárias, com efeito, medidas libertadoras, elas requerem, no entanto, ponderação e disciplina, a maior decisão patriótica mas os menores abalos na sociedade, toda a generosidade compatível com uma reforma para maior justiça, toda a calma e toda a prudência com a renovação – impondo, por isso, os sacrifícios necessários, mas só os necessários, procedendo sempre sem paixão, e com o maior respeito e liberdade para as convicções religiosas de cada um.

Diríamos também (e tanto aos primeiros como aos segundos) que as circunstâncias de Portugal não são as mesmas que as de Espanha; que nem o povo português compreenderia as

Slhi

coisas da mesma forma, nem a força armada portuguesa está como está a espanhola; que a intervenção militar na política é sempre delicada e perigosíssima, e que por isso os militares, sem deixarem de se interessar pelo governo do seu País, e de exercer a sua influência para que se regenere e se moralize, devem limitar, no entanto, ao mínimo necessário, a sua directa intervenção nos negócios do governo.

Aos políticos, enfim, pediríamos que não sonhem na continuação dos processos vulgares de até agora, do deixar-se ir pela corrente, daquele respeito da gente inerte pelos abusos consagrados, nem em pôr a governar o País indivíduos desacreditados por quaisquer fortes responsabilidades no agravamento dos nossos males, e sem autoridade, portanto, para desfazer o que fizeram. Um dia, que já não vem longe, há-de ser necessário arrepiar caminho, remar enfim contra a maré, reagir com calma, mas a valer, contra o sistema de tantos erros, abusos, inércias, parasitismos, origens permanentes das desgraças nacionais. Desistam os políticos portugueses de escamotear de alguma maneira os anseios reformadores, de fingir que andam marcando passo, e de tentar meter em antigos odres, segundo a imagem dos Evangelhos, o vinho novo e generoso das aspirações dos «homens bons». Talvez se riam dos nossos avisos; mas um dia (ou a bem, ou a mal) ver-se-á que em nós lhes falava a razão.

Expostas assim sumàriamente as nossas convicções sobre o momento político, subscrevemo-nos, Exmo. Senhor,

de V. Exa.

atentos veneradores,

O GRUPO «SEARA NOVA»

(N.º 27 – S. d. mas correspondente a Out.-Nov. de 1923)

Slhi

Capítulo IV

PENSAMENTO PEDAGÓGICO

SIhi

Fig. 8 - Faria de Vasconcelos

SIhi

Texto 1

BASES PARA A SOLUÇÃO DOS PROBLEMAS DA EDUCAÇÃO NACIONAL

O grupo de homens que dirige esta revista confiou-me a honrosa missão de expor perante a opinião pública os princípios e os meios de acção que julga mais convenientes para a solução dos problemas de educação nacional.

Cumprindo a promessa feita no seu número anterior, inicia hoje a revista uma série de artigos consagrados à indicação das bases para as reformas da instrução e educação nacional.

Quer começar por estes problemas porque entende que não é sòmente uma afirmação de princípios, mas o cumprimento dum dever cívico, dizer ao país, com clareza, que a obra de ressurgimento a que todos aspiramos, não pode ser eficaz nem duradoira se não assentar no terreno firme duma verdadeira educação.

É com efeito na nossa educação que se pode encontrar o caminho mais seguro e fecundo para a solução da crise nacional.

Todas as medidas – agrícolas e industriais, económicas, e financeiras, administrativas e políticas – por mais generosas, melhor pensadas e competentes que sejam não podem frutificar e produzir os resultados que delas se esperam, se todos nós de alto a baixo, não contribuirmos com a nossa inteligência e o nosso carácter, com o nosso esforço e a nossa fé para a realização efectiva e insofismável dos princípios que elas encerram e dos meios que elas preconizam.

Por outro lado, convém notar desde já que é defeito capital de muitas leis e decretos julgar que basta enunciar

Slhi

princípios e meios da sua efectivação para resolver os problemas tão complexos e delicados que a vida implica.

Não se conta, como urge contar, com os homens, com os seus defeitos e qualidades, com as suas aptidões e os seus vícios, com a sua maneira de ser herdada ou adquirida, com as realidades e as possibilidades do meio em que vivem.

Querer construir fazendo abstracção do homem e do ambiente, das suas acções e reacções recíprocas, é pretender construir sobre a areia movediça e estéril.

Sem uma reforma lenta e dolorosa até se for necessário dos nossos costumes nenhuma medida será viável e fecunda. Ora a reforma dos costumes, cremos nós que só se pode empreender e realizar pela educação. Não tomamos esta palavra ùnicamente no seu sentido escolar; ela é mais complexa e mais vasta, compreendendo todos os meios de acção que exercem uma influência modificadora sobre o indivíduo e a colectividade. Convém contar com eles e pedir-lhes a sua participação decidida e esclarecida na obra em que todos nos devemos empenhar. Mas se compreendemos bem que o problema educativo não se limita ùnicamente à escola, isso não significa que na reforma dos costumes a escola não desempenhe, como de facto desempenha, um papel importantíssimo e primordial. É das reformas escolares que eu me ocuparei.

Não basta dizer que é preciso reformar a educação e a instrução e convertê-las em funções adequadas às necessidades de toda a ordem que experimentamos. Exprimir um desejo e sentir uma aspiração não é satisfazê-los. Importa saber em que sentido se devem fazer as reformas e como levá-las à prática. É indispensável conhecer as condições às quais devem obedecer a sua concepção e execução.

É de notar desde já que uma condição essencial reside na maneira de fazer as reformas, na necessidade de proceder com tino, com reserva, com verdadeiro espírito científico, evitando as aplicações em globo, as generalizações imprudentes,

Slhi

que resultam dum ardor ideológico, que nem sempre tomam em conta as realidades palpáveis e que tantas vezes, para acabar com o que há de mau, destroem o que há de bom. As iniciativas e reformas que se aplicam a grandes massas de população, de tão variada composição, requerem ser ensaiadas em pequena escala e em condições duma verdadeira experiência científica, antes de serem decretadas.

Outra condição essencial reside nos homens. Sem homens preparados devidamente, sem o pessoal necessário, não se pode pensar em realizar uma reforma fecunda do ensino e da educação. Por mais bela que seja a reforma, por melhores que sejam os princípios em que assente, essa reforma ficará letra morta se não houver quem compreenda o seu espírito e quem o realize na prática. Teremos nós os homens necessários para empreender e executar um plano verdadeiro de ressurgimento educativo, eis a pergunta que deve acudir ao espírito dum reformador sincero e de boa fé, que não pretende iludir-se nem iludir os outros.

Não menos fundamental é a condição que diz respeito à organização científica das instituições escolares e dos serviços técnicos e administrativos. O rendimento qualitativo e quantitativo do trabalho educativo depende da sua organização material e espiritual. Os educadores, por melhores que sejam, não podem fazer tudo por si, independentemente dos recursos que são indispensáveis. É preciso fornecer-lhes os meios de poderem levar a cabo a sua missão. É inadiável que as escolas e os serviços técnicos e administrativos que a elas se referem obedeçam a um plano bem definido de pensamento e de acção, dentro do qual todos os esforços convenientemente utilizados convirjam harmònicamente para o fim que se pretende alcançar. Não são sòmente os quadros dentro dos quais tem que mover-se a organização e administração escolar que importa remodelar, mas o próprio espírito, os princípios em que se baseia. É tanto a forma como a alma que convém modificar.

Slhi

Outra condição fundamental é o dinheiro, factor indispensável para realizar as reformas. Importa dizer ao país que, em matéria de educação e instrução, é preciso consentir os sacrifícios necessários, por maiores que sejam, dando-lhe ao mesmo tempo a objectiva certeza de que os recursos financeiros são utilizados com o mais elevado espírito de administração. Com uma organização científica dos serviços técnicos e administrativos, evitar-se-ão as despesas excessivas ou inúteis e tornar-se-ão verdadeiramente produtivas aquelas que se fizerem. É de toda a necessidade que os serviços de educação tenham recursos próprios e uma autonomia financeira adequada.

Por último convém que todo o plano de reformas educativas se inspire num ideal claro e definido. É preciso que em todos os organismos escolares se saiba para onde vamos, em que medida cada um deles pode contribuir para o bem comum.

Qual é a missão da escola portuguesa, desde a infantil até à Universidade? Que deve ela fazer na formação espiritual da mocidade? Que ideal pode e deve propôr ao seu pensamento e à sua acção? Quais são os deveres fundamentais que deve cultivar e quais as aspirações que lhe compete desenvolver? Não se trata de longínquas torres de marfim, nem de cumes inacessíveis. Há objectivos mais próximos e imediatos, que nem por isso deixam de ser tão belos e reconfortantes como os outros que se perfilam nos horizontes sem fim. São esses que importa desprender e oferecer como motivos de pensamento e regras de acção pelo bem do país.

Definidas as condições que se nos afiguram mais essenciais para empreender e realizar as reformas de educação, passaremos agora a indicar as bases para a solução dos problemas que elas implicam, assentando os seus princípios gerais e os meios gerais, também, de levá-las à prática.

Creio inútil dizer que não entrarei, por agora, em pormenores de regulamentação. Antes de tudo o que convém é definir e precisar a orientação geral.

Slhi

1 – A *maneira como se deve proceder na elaboração e introdução das reformas.*

É preciso sair do empirismo, da improvisação, da falta de critério científico que preside, regra geral, à elaboração e introdução das reformas e iniciativas em matéria de educação e ensino e criar órgãos e trâmites apropriados para esse trabalho.

a) Afigura-se-nos detestável o princípio que tantas vezes se segue de passar por cima dos organismos competentes, sem ouvi-los, como devem ser ouvidos, sobre as reformas a realizar e as medidas a tomar. Não só importa consultar os estabelecimentos escolares e os serviços competentes, mas até por essa consulta criar, se necessário for, uma opinião escolar esclarecida sobre as reformas e medidas que se pretendem adoptar.

O sistema das pequenas comissões que à porta fechada deliberam sobre graves problemas que interessam todo o país, deve ser posto de parte.

Importa tornar insofismàvelmente obrigatório o princípio da *consulta prévia* aos organismos competentes.

b) Isto não obsta a que, recolhidos os dados necessários por um inquérito devidamente feito, se nomeiem então a comissão ou as comissões que se julgarem convenientes para estudar, interpretar os elementos e opiniões coligidas e propor as soluções adequadas.

c) Para traduzir em factos a medida anterior convém criar um seviço de *inquéritos escolares*, que formaria ou uma repartição autónoma ou uma divisão de outra repartição e que seria encarregada de formular e coligir todos os dados relativos aos problemas de educação: experiências feitas, opiniões e conselhos das escolas, indicações sobre as vantagens e os defeitos notados na prática relativa a programas, métodos, etc.

d) Inútil será acrescentar que a resposta à consulta feita deve ser exigida dentro dum prazo fixado com preci-

Slhi

são, para evitar morosidades ou descuidos prejudiciais.

e) Mas tudo isto não basta ainda. É preciso ir mais longe e criar um organismo novo dum real alcance prático: uma *escola ou uma série de escolas experimentais modelares*, onde possam ser ensaiadas ou experimentadas, segundo critérios científicos, as reformas e iniciativas propostas, tanto técnicas como administrativas, antes da sua generalização e aplicação a todo o país. Quantos erros, quantos defeitos, quantas perdas de tempo e de dinheiro se evitariam! Proceder em pequena escala, rodear as reformas e iniciativas das melhores condições de experiência, verificar com cuidado o que vale a teoria posta à prova da prática, os obstáculos que encontra, a maneira de removê-los, que economia prodigiosa de esforços tantas vezes perdidos ou nocivos! Essas escolas dotadas de um pessoal seleccionado, seriam um verdadeiro laboratório de pedagogia prática nacional e poderiam servir de modelo para a organização gradual e prudente das outras escolas.

f) Isso não obstaria por sua vez a que, além desses organismos necessários, se facilitassem a cada escola os meios necessários de liberdade e acção para que, quando o julgue conveniente ou oportuno, possa criar no seu seio, ou dum modo permanente ou transitório, uma *secção experimental* de reformas e iniciativas. É preciso que os regulamentos escolares adquiram para esse efeito a flexibilidade de que não gozam e estimular não só o espírito criador, mas formar a capacidade realizadora dos educadores portugueses.

Tudo quanto dissemos, prudente e novo ao mesmo tempo, mas necessário e urgente na criação, tem por objecto essencial preservar o país em matéria de educação e ensino da obra estéril e tantas vezes nociva da improvisação, do critério sucessivamente cambiante dos reformadores, das generalizações imprudentes e apressadas, das tentativas fracassadas, do *gâchis* em tempo, em dinheiro e em esforços

Slhi

das reformas insuficientemente amadurecidas e compreendidas, dos saltos bruscos no desconhecido e das violentas modificações como da rotina cristalizada da sua estrutura escolar.

É um grito de alerta para que em tudo quanto se refere ao seu ensino e educação o país caminhe com um passo seguro, apoiado na convicção científica de que só por lentas e graduais evoluções se pode fazer uma obra de valor.

2 – *As reformas e o pessoal*

Sem homens, sem pessoal docente, técnico e administrativo à altura da sua missão não é viável uma educação digna deste nome.

Temos matéria prima excelente. Eu que tenho passado uma grande parte da minha vida no estrangeiro tive ocasiões repetidas de verificar que possuimos qualidades de valor.

Os vícios e defeitos que nos afligem, que são muitos, mas que não vem para agora analisar, não são constitucionais, irredutíveis. Podemos corrigi-los, libertar-nos deles e valorizar as nossas aptidões, latentes ou efectivas.

Pelo que se respeita ao pessoal docente, sobre o qual recai a admirável tarefa da educação nacional, convém notar desde já alguns dos defeitos da organização e administração escolar:

a) a deficiência e a insuficiência das escolas normais actuais para a formação profissional que reclamam as exigências inadiáveis duma educação moderna;

b) a falta de estímulo adequado para o pessoal que educa e ensina;

c) a quase impossibilidade em que este se encontra de poder aperfeiçoar-se, de aprofundar e completar, à medida das suas necessidades, a sua formação profissional;

d) uma situação material quase irrisória, que obriga os

Slhj

professores a multiplicar as suas ocupações, com prejuízo manifesto da obra a que devem consagrar-se exclusivamente;

e) a falta de critério na selecção dos homens e na utilização conveniente e adequada das suas reais capacidades.

f) a impreparação profissional do pessoal administrativo.

Contra os defeitos apontados é indispensável reagir enèrgicamente, adoptando as medidas e as reformas que se impõem.

1) Com relação às *Escolas Normais* parece-nos ser conveniente *reorganizá-las*, nas bases que propomos.

a) Nada justifica a separação que hoje existe entre as Escolas Normais Primárias e as Superiores. É preciso que elas formem um todo. Não são apenas razões de economia de dinheiro e de esforços que se perdem, mas necessidades de orientação e de ambiente educativo a que importa atender. Convém romper os tabiques que existem entre estas escolas e organizá-las sobre uma base de estreita interdependência e interpenetração.

b) Além das secções para a formação dos professores primários e secundários, é indispensável criar, dentro da escola normal única, outras secções imprescindíveis, tais como as destinadas à formação: de educadoras para os jardins de infância, de professores de trabalhos manuais e de desenho, de médicos escolares e professores de educação física, de professores para as escolas especiais médias de indústria, agricultura, comércio, etc., de professores para as escolas de anormais, de pessoal para as obras de assistência escolar, de professores para os institutos de educação superior dos adultos, do pessoal administrativo das repartições, serviços e organismos escolares, etc.

c) Inútil será acrescentar que a organização destas secções deve fazer-se gradualmente, á medida das disponibilidades financeiras que se devem criar e da formação profissional do seu pessoal no país ou no estrangeiro.

Slhi

d) Devemos fazer notar que a extensão e natureza dos programas, a duração dos cursos, a qualidade das provas, etc., tomará em conta o objectivo especial de cada secção, dando-lhe a flexibilidade necessária.

e) Deve ser exigido aos alunos que pretendam entrar nas Escolas Normais o curso completo do ensino secundário. Importa elevar o nível da sua cultura geral para o ingresso nestas escolas. É opinião corrente no vulgo que se ocupa de questões de ensino, a de julgar que para educar e ensinar crianças não se carece duma grande cultura. É um erro profundo contra o qual convém reagir, pois o que a experiência e a prática demonstram e a pedagogia moderna assenta como uma das suas bases essenciais é que essa educação exige conhecimentos complexos e delicados e que essa complexidade e delicadeza é tanto maior quanto menos elevada é a graduação das escolas. Por outro lado perde-se de vista que nos nossos tempos a acção do professor não se pode limitar ùnicamente à escola, mas deve exercer uma missão social de difusão da cultura nos centros onde vive e que esta será tanto mais eficaz e ampla quanto mais fecunda e vasta for a sua preparação. Onde quer que haja uma escola, esta tem que ser um centro de cultura para o meio e de acção inteligente sobre ele e posta assim não só ao serviço da população escolar mas da própria colectividade.

f) Mas para evitar a cristalização do professor nos pequenos centros, dar uma razão de ser a essa cultura mais ampla e estimular a sua acção progressiva e fecunda, convém modificar o sistema das nomeações e promoções, dividindo as escolas num certo número de classes, às quais os professores teriam gradual acesso em condições de serviço, mérito e antiguidade a determinar com cuidado.

g) As razões indicadas anteriormente farão compreender a razão pela qual as Escolas Normais devem ser consideradas como escolas superiores e integradas nos organismos universitários.

Slhi

h) Importa estabelecer ainda para os candidatos às Escolas Normais um *exame de selecção* que convém não confundir, como para aí se diz e se faz, com o exame de admissão. São duas coisas diferentes.

i) Além das escolas de aplicação que devem funcionar nas Escolas Normais para a prática metodológica dos alunos, convém que elas possuam igualmente como anexos um instituto de orientação profissional e uma escola experimental modelo.

j) Tudo o que diz respeito à organização interna das Escolas Normais (programas, métodos, material, administração, selecção do professorado, direcção, etc.) será desenvolvido em bases especiais quando abordarmos a reorganização das outras escolas.

Por agora basta indicar os princípios gerais apontados.

2) Formado o pessoal nas escolas respectivas é indispensável que possa aperfeiçoar-se e completar os seus estudos no estrangeiro.

Para esse efeito devem ser criadas *bolsas de estudo.*

Mas para que estas surtam efeito e não sejam apenas motivo de simples passeio e distracção pessoal, à custa do Estado e sem proveito para ele, como acontece nalguns países, urge rodear a sua concessão das precauções e garantias necessárias.

As bolsas de estudo devem ser concedidas aos professores que satisfaçam a um certo número de requisitos essenciais, entre outros:

a) terem já prática do ensino;

b) terem revelado aptidões especiais, amor à profissão, espírito de iniciativa, o que poderá ser comprovado pelos trabalhos feitos, iniciativas realizadas, informe do director da escola, do conselho escolar, dos inspectores técnicos do ensino;

c) aprovação em provas especiais.

Slhi

Mas isto não basta ainda. Abandonar os professores no estrangeiro ao Deus-dará da sorte, é sistema que não tem dado resultados. É indispensável que em cada país os professores com bolsas formem uma *missão de estudo* que tenha à sua frente um Inspector técnico encarregado e responsável:

a) da direcção dos estudos;

b) da fiscalização do trabalho;

c) de informar trimestralmente sobre os resultados obtidos pelos bolsistas.

Inútil será dizer que a escolha dos diferentes países para as missões de estudo deve obedecer a um rigoroso critério científico e profissional, em harmonia com as aptidões escolares desses países e as aptidões dos bolsistas.

Por último convém que o bolsista que regressa ao país fique adstrito a certas obrigações fundamentais, entre outras:

a) apresentação dum relatório escrito sobre os seus estudos;

b) realização de conferências nas escolas que lhe forem indicadas;

Além das bolsas de estudo, convém *contratar professores no estrangeiro.*

Indiquemos algumas das bases em que esses contratos devem ser feitos:

a) a duração dos contratos será por períodos largos;

b) o contrato far-se-á ou para o ensino de certas disciplinas, ou para a direcção técnica de escolas, ou para a organização e direcção de laboratórios e institutos, ou para os cargos de assistentes técnicos dos organismos educativos;

c) os professores contratados além da função para que foram chamados terão a seu cargo cursos de aperfeiçoamento para o professorado nacional;

d) no contrato de professores estrangeiros ter-se-á em vista a necessidade de trazer ao país, não professores isolados, mas um *núcleo* composto de especialistas que forme por si um todo capaz de realizar *um plano de conjunto.*

SIhi

3) Sem o *estímulo necessário*, a grande maioria dos professores não possui uma razão forte de agir e de lutar pela causa que lhe é confiada. Queixam-se os professores de que não encontram na organização escolar actual incentivos legítimos, de que a sua acção é abandonada ao acaso e à indiferença, de que o seu trabalho não é apreciado nem aquilatado, como deveria sê-lo e de que não lhes são dados os meios fecundos para desenvolver em termos felizes a sua obra profissional.

A solução deste problema exige a aplicação de uma série de medidas que passamos a indicar.

a) Desde já convém notar que urge modificar a situação material quase irrisória em que se encontram os professores. Nas circunstâncias actuais o professor é quase tudo menos professor. Porque ao mesmo tempo que é professor é advogado, é médico, é comerciante, é funcionário público.

São múltiplas e variadas as ocupações a que consagra a sua actividade, com prejuizo manifesto da escola e por necessidade imprescindível da sua existência material. É preciso por um lado elevar, como devem sê-lo, os ordenados, e por outro, estabelecer em seguida e em condições a estudar a incompatibilidade da profissão do ensino com outras profissões que são de natureza a prejudicá-la.

b) Importa organizar uma verdadeira Inspecção técnica das escolas, que nada tem que ver com a inspecção de carácter administrativo organizada em muitos países e que não é mais no fundo do que improdutiva e complicada burocracia escolar. É de toda a necessidade separar nìtidamente as funções administrativas das técnicas, de modo que o trabalho do professor seja fiscalizado e orientado pedagògicamente, alentado devidamente e sujeito a sanções no caso da sua insuficiência comprovada. Organizada a valer, e não para inglês ver, a inspecção técnica das escolas, o professor encontrará nela – além da direcção da escola – um meio e um órgão adequado para a apreciação e estímulo do seu trabalho, das suas aptidões, das suas iniciativas e dedicação.

Slhi

c) Deve ser concedido, como nos Estados Unidos, um semestre de férias com o ordenado por inteiro, no fim de cada quatro anos, aos professores que, pelo seu trabalho, iniciativas, aptidões e dedicação sejam credores desta medida.

d) Devem igualmente ser concedidos durante um período variável, mas não superior em todo o caso e por cada vez a cinco anos – um suplemento de ordenado aos professores que se encontrarem nas condições do § anterior.

e) Importa facilitar aos professores, por uma acertada contribuição financeira do Estado, a publicação de trabalhos de merecimento, a realização de experiências e de iniciativas.

f) Sendo uma causa de desalento, que muitas vezes os leva a um desolado cepticismo, a falta de material de estudo – nos laboratórios, bibliotecas, etc. – é indispensável dotar as escolas dos meios necessários para uma educação e instrução dignas deste nome.

g) Além das bolsas de estudo, é de toda a necessidade criar em proveito dos professores cursos de aperfeiçoamento, devidamente organizados, que lhes permitam alargar e aprofundar os seus conhecimentos.

h) O estado deve igualmente facilitar aos professores os meios necessários para realizarem viagens de estudo.

i) Deve ser concedida a aposentação com o ordenado por inteiro aos professores que tenham completado vinte e cinco anos de serviço, com a faculdade de poderem ser mantidos no posto por dois períodos sucessivos de cinco anos.

j) Os professores devem ser chamados a intervir directa e eficazmente na organização escolar, tanto técnica como administrativa do país, criando-se para esse efeito os meios e órgãos apropriados, que a seu tempo serão indicados.

4) O *intercâmbio de professores* é uma medida cuja necessidade e importância não carece de ser justificada. Para realizá-la conveniente e efectivamente uma condição é essencial: o

Slhi

dinheiro. Sem os créditos indispensáveis, fica, como muitas outras, no papel. Estes não devem ser mesquinhamente poupados.

Convém além disso pensar com cuidado nos países com os quais se estabelece o intercâmbio de professores. Que na Europa não se exclua a Alemanha e a Itália, onde muito temos que aprender. Mas não fiquemos apenas no velho continente. Precisamos olhar com maior fé e com maior amor para a América. Não carecem de ser justificadas e enaltecidas as elevadas razões espirituais que nos devem fazer pensar no Brasil e nos Estados Unidos, na Argentina, no Uruguai, no Chile e nos outros países da América do Sul. Os melhores embaixadores são os espirituais. São as almas que abrem os caminhos; por eles podem em seguida andar as coisas.

Mas não é sòmente o intercâmbio internacional que convém organizar, é também o nacional, criando entre as diferentes escolas do país uma sadia e vigorosa emulação, rompendo os tabiques que entre elas existem, fomentando e apertando os laços fraternais que entre elas devem existir, em proveito da nação.

5) Outra medida que o grupo preconiza é a *reorganização do Conselho Superior de Instrução Pública*, título demasiado restritivo que não indica senão uma parte das funções.

Este organismo, que passaria a denominar-se *Conselho Superior de Educação Nacional*, deve ser chamado a desempenhar um papel de importância muito mais considerável do que aquela que até hoje lhe tem sido atribuida.

De simples figura decorativa que é, convém transformá-lo num órgão eficaz de pensamento e de acção.

Indicamos as bases em que deve ser feita a reorganização do citado Conselho.

a) O Conselho Superior de Educação Nacional será composto de vogais, uns em número limitado nomeados pelo

SIhi

governo, outros eleitos pelos diferentes grupos de ensino, pelos órgãos de descentralização escolar, pelos representantes das forças produtivas do país, pelas sociedades científicas e pelas associações dos pais e dos estudantes.

b) O Conselho será presidido pelo Ministro da Educação Nacional. Entende o grupo Seara Nova que durante um período transitório e para o efeito da boa execução dum plano de reformas, que obedeça a um espírito eficaz de unidade e continuidade, o Ministério da Educação Nacional deve ser neutralizado politicamente, de modo que o Ministro seja mantido no seu posto quaisquer que sejam as vicissitudes da situação política.

c) Fará parte do Conselho como vogal nato o Inspector Geral da Educação Nacional, que presidirá ao Conselho na ausência do Ministro.

d) As funções do Conselho não serão apenas consultivas, mas deliberativas e executivas nas condições que determinará o seu regulamento especial.

e) O Conselho terá por missão dirigir pedagògicamente a educação, imprimir unidade à sua variedade estrutural e dinâmica, coordenar os princípios e a acção dos diferentes organismos escolares, administrar económica e financeiramente o tesouro escolar.

f) Pormenorizemos algumas das suas funções. O Conselho terá a seu cargo: fiscalizar a educação por intermédio do corpo de inspectores, elaborar as bases gerais dos programas, métodos e processos de educação e ensino, conceder bolsas de estudo, contratar professores estrangeiros, organizar cursos de aperfeiçoamento, conferências pedagógicas, exposições escolares, ordenar a criação de escolas, formular e propor o orçamento geral da educação, distribuir pelos diferentes órgãos de descentralização escolar as somas votadas, administrar as propriedades, móveis e imóveis, pertencentes ao tesouro escolar, receber heranças, legados, doações, dar parecer documentado sobre

Slhi

todas as consultas que lhe sejam feitas, organizar processos disciplinares, etc.

g) Para o efeito da elaboração das medidas pedagógicas, administrativas, económicas e financeiras que têm de ser submetidas à discussão e aprovação do Conselho Superior de Educação Nacional e para a sua consequente execução, funciona junto dele uma Delegação técnica e executiva, presidida e dirigida pelo Ministro e composta do Inspector Geral da Educação, dos reitores das três Universidades do país e de três vogais eleitos pelo Conselho.

h) O Conselho Superior de Educação Nacional reunir-se-á seis vezes por ano, a Delegação técnica e executiva duas vezes por mês, e as extraordinárias que julgar conveniente.

i) Oportunamente, quando as condições da organização escolar o permitirem, será gradualmente e prudentemente introduzido o *referendum* escolar, ficando a cargo do Conselho Superior de Educação Nacional o estudo tanto das medidas como das condições em que elas devem ser submetidas ao dito *referendum.*

j) Aos órgãos de descentralização escolar será concedido o direito de iniciativa em condições a estudar e a determinar pelo Conselho Superior de Educação Nacional.

k) Reuniões periódicas dos órgãos de descentralização escolar irão preparando o terreno, gradual e prudentemente, por uma educação conveniente, para a constituição dentro de alguns anos duma Assembleia Nacional dos Educadores.

l) A reorganização do Conselho Superior de Instrução implica a remodelação dos serviços técnicos e administrativos do Ministério da Instrução. Tanto as bases para esta remodelação, como para a determinação das atribuições do Ministro, organização e funcionamento dos corpos de descentralização escolar e inspecção da educação nacional, serão indicadas em números seguintes desta revista.

Slhi

6) Como já dissemos o grupo *Seara Nova* preconiza a neutralização política do Ministério da Educação pelo menos durante um período transitório que permita levar a cabo com unidade de vistas as reformas necessárias. É preciso pôr a salvo das flutuações e das contingências da política o Ministério da Educação e convertê-lo num organismo de acção perseverante e de largas perspectivas.

Uma obra como a educativa não deve estar à mercê dos vaivéns políticos nem do critério contraditório de ministros que na sua sucessão vertiginosa fazem e desfazem sem cessar.

Convém, pois, rodear a acção ministerial de condições de viabilidade, de unidade e de continuidade na realização dum plano educativo adequado às necessidades do país.

a) A neutralização política traz como consequência imediata a estabilidade da função ministerial e portanto a possibilidade real não só de estudar mas de levar à prática uma série de reformas indispensáveis. Julgamos não ser necessário insistir na necessidade e importância desta condição.

Há outras condições que importa destacar.

b) Uma delas consiste em pôr a política fora do Ministério da Educação. A única política que nele se deve fazer é uma política pedagógica, a política dos interesses gerais e nacionais em matéria de educação, a política das grandes direcções educativas, política de princípios, que nada tem que ver com a política «tout court».

c) Poderá parecer, à primeira vista, que criado o Conselho Superior de Educação Nacional e a Inspecção Geral de Educação, o papel do Ministro ficará reduzido ao de uma simples figura decorativa. Tal não sucederá.

A função ministerial é uma função de governo e de administração. A função governativa consiste em fixar de acordo com o Conselho Superior de Educação Nacional, a sua Delegação técnica e executiva e a Inspecção Geral

Slhi

de Educação, as grandes direcções a imprimir à política pedagógica. A função administrativa consiste em escolher os meios de realização e em pôr em prática os princípios da política pedagógica fixada.

d) Sob o ponto de vista técnico, o Ministro deve gozar do direito de iniciativa de reformas. Já dissemos que para o efeito da elaboração das medidas pedagógicas, administrativas, económicas e financeiras que têm de ser submetidas à discussão e aprovação do Conselho Superior de Educação Nacional e para a sua consequente execução, funcionaria junto dele uma Delegação técnica e executiva, presidida e dirigida pelo Ministro e composta do Inspector Geral da Educação, dos Reitores das três Universidades do país e de três vogais eleitos pelo Conselho. Além desta função de iniciativa e de direcção, o Ministro como presidente do Conselho Superior de Educação Nacional pode exercer sobre este uma acção eficaz e proveitosa, orientando os seus trabalhos, coordenando e harmonizando os seus esforços, imprimindo unidade à sua obra. Assim poderá estabelecer um programa de acção e de política pedagógica ao serviço dos interesses gerais da nação.

e) Sob o ponto de vista administrativo o Ministro terá a direcção superior de todos os serviços administrativos da Educação. Mas é preciso entender esta função num sentido verdadeiro moderno. A administração experimental e científica nada tem que ver com a pseudo-administração, em vigor na grande maioria dos países. A administração experimental e científica que o taylorismo criou e aplicou nas grandes indústrias e que hoje começa a invadir e a renovar as pesadas máquinas do estado, compõe-se, como o notam Wilbois e Vanuxem, baseando-se nas experiências de Faial, de cinco grandes elementos: Administrar é *prever,* quer dizer saber e decidir, conhecer ao mesmo tempo o objecto, o meio, o sujeito da acção colectiva, fixar a direcção, determinar

Slhi

o itinerário e definir a ordem de marcha. Administrar é *organizar,* quer dizer conceber a forma necessária aos grupos de trabalho para a boa realização do plano, praticar a divisão do trabalho, determinar a hierarquia, guarnecer os quadros, recrutar o pessoal, fazer progredir a elite, eliminar os sem valor, garantindo a estabilidade do conjunto. Administrar é *mandar e obedecer,* quer dizer pôr em movimento a máquina pela «mise en jeu» da autoridade, da responsabilidade, da iniciativa e da disciplina. Administrar é *coordenar,* quer dizer fazer funcionar as relações extra-hierárquicas, relações com o exterior e relações dentro do organismo em questão. Por último administrar é *fiscalizar* o esforço administrativo, completando-o e garantindo o seu efeito.

É fácil de ver o partido enorme que um verdadeiro chefe – e o Ministro deve sê-lo – pode tirar da função administrativa concebida e realizada nestes termos, como função de previsão, de organização, de comando, de coordenação e de fiscalização, que industrialize e taylorize o Ministério de Educação.

f) A função administrativa aparece assim como uma função duma importância capital, que requer aptidões especiais. E de passagem, isto leva-nos a examinar o problema seguinte: deverá ser um técnico o Ministro da Educação? A opinião corrente, à moda, é que deve ser um técnico. Opinião simplista, no fundo, que se detém na aparência de verdade que flutua sobre a superfície das coisas. Pode-se ser um excelente professor e não se saber dirigir uma escola, pode-se ser um homem versado e profundo em assuntos de pedagogia e não se ser um educador. Um excelente engenheiro pode ser um incompetente manifesto na direcção duma empresa, um violinista admirável pode revelar-se um chefe de orquestra detestável. As qualidades e aptidões que deve possuir um administrador são diferentes das dum espe-

Slhi

cialista: cultura geral, equilíbrio de todas as faculdades, as pessoais e as sociais, sentido das realidades, conhecimento dos homens, espírito de iniciativa e sentimento de responsabilidade, qualidades de previsão, de organização, etc. Se o especialista reunir estas qualidades a boas mãos será confiado o Ministério. Se as não possuir pois que fique na sua escola ou faculdade a educar e a ensinar e que se escolha um homem que seja um verdadeiro administrador no sentido moderno e científico da palavra.

7) Indicadas assim a natureza e a missão da função ministerial convém abordar agora a necessária e consequente remodelação dos serviços administrativos do Ministério de Educação.

Preconiza o grupo Seara Nova toda uma série de medidas que vamos enumerar e analisar.

a) Antes de tudo convém criar uma verdadeira Escola de Administração experimental e científica onde se possa fazer a formação administrativa do pessoal destinado a preencher os quadros respectivos. Quando nos ocuparmos da organização das escolas indicaremos o tipo de estrutura e funcionamento a que deve obedecer. Por agora limitar-nos-emos a notar que um pessoal administrativo que não possui uma cultura geral pedagógica, ou especialistas da educação que não têm formação administrativa, não podem – por melhor que seja o seu zelo e boa vontade – prestar os serviços que deveriam prestar no Ministério de Educação. Em todos os países se sente a necessidade instante de criar uma elite administrativa.

. . . . . .

8) Sem uma fiscalização adequada e idónea, não produzirá a educação os resultados que dela se devem esperar, nem a organização escolar surtirá todos os seus legítimos efeitos.

. . . . . .

Slhi

9) Não basta criar os órgãos indicados. E preciso ir mais longe, descentralizando o melhor possível o governo e administração da educação, nos termos que seguem.

a) O país será dividido em três grandes zonas educativas, correspondentes às três grandes Universidades que existem.

b) Em cada uma destas zonas haverá um Conselho Técnico Universitário de Educação que terá a seu cargo a superintendência sobre os serviços técnicos e administrativos da zona universitária. As suas atribuições serão fixadas pelo Conselho Superior de Educação Nacional dentro do espírito da melhor e mais proveitosa autonomia.

c) O Conselho Técnico Universitário de Educação será presidido pelo Reitor da Universidade e compor-se-á: 1) do Senado Universitário; 2) dos reitores das escolas secundárias; 3) dos directores das diferentes escolas que existem na sede da zona; 4) de vogais eleitos pela Câmara Municipal, pelas associações de estudantes, de pais de estudantes, das associações operárias, industriais, comerciais e agrícolas da zona universitária.

d) Para a execução das medidas tomadas pelo Conselho Técnico Universitário funcionará junto dele uma Delegação Executiva de 5 vogais nomeados pelo Conselho Superior de Educação Nacional.

e) Sob a superintendência directa do Conselho Técnico Universitário funcionarão em cada concelho as Juntas de Educação cujos vogais serão nomeados e cujas atribuições serão fixadas pelo Conselho Superior de Educação Nacional.

3 – *Criação do tesouro de Educação Nacional*

Já o dissemos, sem dinheiro não é possível realizar as reformas indispensáveis nem satisfazer as exigências duma verdadeira obra educativa. Se há ramo onde não se devem poupar esforços é no da educação, pondo à sua disposição todos os meios necessários.

Slhi

É de toda a necessidade que os serviços da educação nacional tenham recursos próprios, gozem duma autonomia financeira adequada e fiquem sujeitos a uma efectiva responsabilidade na sua administração.

Para esse efeito importa criar um tesouro próprio de educação nacional.

Para organizar um projecto em forma, seria preciso conhecer exactamente as diferentes fontes de receita, as possibilidades da sua utilização, a disponibilidade dos recursos a indicar.

Carecendo dos dados necessários para um trabalho rigoroso e claro, limitamo-nos a dar a conhecer, como base para a solução do problema, a organização argentina do tesouro comum das escolas e do seu fundo permanente, certos de que nela muito se encontrará de aproveitável no nosso país.

O tesouro escolar é constituído na Argentina por:

1.º) 10% da venda de terras da nação; 2.º) 50% dos juros dos depósitos judiciais; 3.º) 40% das contribuições directas; 4.º) 15% do imposto de patentes; 5.º) 15% das receitas e rendimentos municipais; 6.º) juro produzido pelo fundo permanente das escolas; 7.º) montante do direito de matrícula escolar; 8.º) montante das multas impostas pelas autoridades escolares; 9.º) montante das penas pecuniárias e multas impostas por qualquer autoridade e que não tenha aplicação diversa por lei especial; 10.º) bens que na falta de herdeiros caibam ao Estado; 11.º) 5% de todas as sucessões entre colaterais; 12.º) 10% de todas as heranças ou legados entre estranhos; 13.º) doações em dinheiro, bens móveis ou imóveis e títulos feitas em favor da educação; 14.º) somas votadas pelo congresso anualmente.

Dos fundos supra-mencionados reserva-se anualmente 15% destinado à constituição dum fundo permanente de educação, administrado independentemente do tesouro comum

Slhi

das escolas. O capital do fundo permanente é depositado no banco nacional gozando do juro atribuído aos depósitos particulares. O rendimento do dito fundo é capitalizado durante dois anos, passados os quais se pode aplicar o rendimento sucessivo à educação comum.

Inútil acentuar as vantagens que para a educação resultam de os organismos técnicos e administrativos poderem contar com recursos próprios que lhes permitam não estar à mercê de contingências variadas e de orçamentos insuficientes e deficientes.

A administração do tesouro da educação ficaria a cargo dum organismo adequado, e as diferentes somas seriam distribuídas pelo Conselho Superior de Educação Nacional de acordo com os Conselhos Técnicos Universitários, em conformidade com as verbas dos diferentes orçamentos aprovados.

4 – *A reorganização das escolas*

Convém examinar agora a série de problemas relativos à reorganização das escolas.

Comecemos pela base, pelos alicerces fundamentais: antes de tudo os jardins de infância, para terminar na Universidade.

Não basta proceder à reorganização dos serviços técnicos e administrativos da educação, não basta criar ainda aqueles que são necessários, urge imprimir às próprias escolas a orientação mais adequada quanto à sua estrutura e funcionamento (1).

. . . . . .

FARIA DE VASCONCELOS

(N.º 3, 5, 7, 9, 11 – de 20/XI/21 a 15/IV/22)

---

(1) Nesta série de artigos, que ficou interrompida, o autor não teve oportunidade de ocupar-se senão dos jardins de infância, apontando os seus fins pedagógicos e sociais, estudando o problema da sua sustentação pelo Estado, criticando várias experiências efectuadas no estrangeiro, enunciando os princípios sobre os quais deveria assentar o seu funcionamento, estabelecendo o programa das suas actividades.

Slhi

Texto 2

NO GOVERNO

Reproduzimos aqui o relatório que António Sérgio apresentou ao seu ilustre sucessor, ao entregar-lhe a pasta da Instrução Pública (1).

Ex.mo Sr. Comandante Helder Ribeiro, ilustre Ministro da Instrução Pública:

Começo por declarar que me é sobremaneira agradável fazer entrega da pasta da Instrução a um professor tão distinto como V. Ex.a, e animado das intenções de que me deu conhecimento na pequena conversação que ontem tivemos.

Parece-me conveniente depor em suas mãos um muito sucinto relatório do que fiz, do que tencionava fazer, e do estado actual dos negócios mais importantes.

Como sabe V. Ex.a, em matéria de instrução o que mais importa é a formação de professores e a existência de escolas modelares ou experimentais, com pessoal seleccionado, donde parta para as outras o exemplo e o impulso reformador: por isso, foi meu principal objectivo preparar as coisas para poder enviar estudiosos portugueses às melhores escolas estrangeiras, e abrir no próximo ano lectivo quatro escolas experimentais: infantil, primária, secundária, de continuação.

Decretou-se a fundação da Junta de Orientação dos Estudos; não cheguei a nomear os seus membros porque

---

(1) Sobre a saída dos ministros seareiros do governo Álvaro de Castro, ver 1.13.

Slhi

ainda não foram aprovadas nas Câmaras as minhas propostas relativas ao governo económico dela, e à percepção de receitas para o seu funcionamento. Logo declarei ser-me indiferente a maneira de obter essas receitas; importa ao pedagogista que elas existam, não a sua proveniência: e creio que o melhor serviço que poderiam prestar as oposições seria apontarem-nos as fontes que lhes parecem de recomendar.

Criei o Instituto do Cancro (velha aspiração há muitos anos protelada) que está agora funcionando.

Nomeei uma Comissão que me propusesse a melhor forma de se realizar entre nós a determinação e educação dos anormais de idade escolar, Comissão com cujo relatório concordei, e que decidi tornar permanente, para que se encarregasse de tal serviço.

A Comissão Pedagógica, que também por mim foi nomeada, traz adiantados os seus trabalhos, apesar das poucas sessões que teve; determinou, já, o esquema da organização do ensino primário e secundário, os seus vínculos com o universitário e o especial, e escolheu também os professores que hão-de esquissar os novos programas, os quais deverão ser muito podados em relação aos actuais, e coordenados entre si, de maneira tal que constituam, enfim, a unidade da classe, o que entre nós nunca se deu.

Não prossegui na correcção de vários defeitos administrativos, e não iniciei a simplificação e economia em certos serviços, porque cedo me convenci de que era da maior conveniência atacar esses problemas simultâneamente e em conjunto, esperando pelo relatório da Comissão de Economias. Ficou esta última composta do Secretário Geral do Ministério, o Dr. João de Barros, do Sr. Raúl Proença, e de um representante da Associação Comercial. o Sr. Moysés Amzalack. Pareceu-me bem que as chamadas *forças vivas* verificassem a seriedade com que o Estado quer pôr ordem, economia e moralidade nos seus serviços, sendo que assim ganharia

Slhi

o Estado a autoridade conveniente para lhes exigir sacrifícios, indispensáveis à regeneração do País.

Está redigido, e sendo examinado cuidadosamente, um novo projecto de regulamentação dos serviços de instrução primária.

Foi encarregado o cônsul em Londres de comprar à casa editora os direitos de tradução das *Object Lessons,* de Murché, cuja difusão entre os professores primários deveria dar um grande impulso à tão necessária modernização da técnica pedagógica entre nós.

A criação do *Boletim Pedagógico* obedeceu à conveniência de fornecer aos professores informações de carácter prático, concretas, facìlimamente utilizáveis, sobre novos processos de ensino de que lhes é difícil ter notícia, já pela actual carestia de todas as obras estrangeiras, já pelo obstáculo que a maioria encontra no ler o inglês e o alemão. O primeiro *Boletim,* publicado já, contém instruções para o emprego fácil dos modernos processos de ensinar a ler; era minha intenção que explicasse o segundo a organização e funcionamento das sociedades escolares florestais, e expusesse o terceiro algumas modernas directivas do ensino primário e secundário das ciências naturais.

Encontrei em grande atraso o pagamento dos professores primários interinos, e não tive tempo de remover as dificuldades burocráticas que se opunham à solução rápida dessa triste situação. Tenho redigida uma proposta de lei sobre o assunto, que deponho nas mãos de V. Ex.ª.

Criei um serviço especial de cinematógrafos circulantes, com fitas instrutivas, fazendo-se uso de um Pathé-Baby que me foi oferecido pelo Sr. Moquenco, para a Junta de Orientação dos Estudos. Trabalho na organização de uma sociedade particular de indivíduos beneméritos, para aquisição de aparelhos e fitas, e sua distribuição pelas escolas e universidades populares; interessa-se por este assunto o Sr. José de Mattos Braamcamp.

Slhi

Às câmaras municipais remeti uma circular, perguntando-lhes se desejavam encarregar-se da administração da instrução primária, fornecendo o Estado mensalmente os fundos necessários para pagar ao pessoal, e dispondo os municípios das verbas dos seus orçamentos destinadas a rendas de casas para escolas, mobiliário, material didáctico, e conservação e reparação dos edifícios escolares. As importâncias que o Estado forneceria são provenientes da contribuição de 32% para o fundo de instrução primária, nos termos do artigo 66 da lei de 21 de Setembro de 1922.

Claro está, a este regime deveria corresponder uma cuidadosa fiscalização do Estado.

Era minha intenção criar a Inspecção Técnica do Ensino Geral; e, pelo que respeita ao ensino superior, voltar à completa autonomia das Universidades, que elegeriam os seus reitores, com um Delegado do Governo junto delas.

A Comissão do Intercâmbio Universitário com a França foi transformada em Comissão de Intercâmbio Intelectual, generalizando-se a sua alçada a todos os trabalhos intelectuais, e às relações com todos os povos. Estão iniciadas negociações para intercâmbio com a Alemanha, a Espanha e a Itália.

Pelo que respeita à Alemanha, era minha ideia determinar a vinda de professores deste país, pela conta das reparações ou das cargas dos navios ex-alemães, inclusive para as aulas de carácter técnico de uma escola de continuação modelo, que pretendia criar no Porto.

Está pendente um projecto de aumento de propinas que permitiria libertar a verba de 250 contos inscrita no orçamento para material escolar dos vários liceus, e metade da destinada às Universidades. Estas somas tencionava eu propor que se repartissem por serviços que carecem de recursos; entre as aplicações mais necessárias, figura uma anuidade para pagamento de juros e amortização de um empréstimo desti-

Slhi

nado a melhorar as instalações dos liceus do Porto, um reforço à dotação da Faculdade Técnica desta cidade, e subsídios a publicações científicas e a universidades populares.

No Porto, a má instalação da Faculdade de Medicina seria remediável pela sua transferência para um edifício ocupado hoje pela Guarda Republicana, e que esta, ao que parece, poderia dispensar; já tomara a iniciativa de negociações para esse fim com o ilustre colega de V. Ex.ª, o Sr. Ministro do Interior.

O Conselho Superior de Instrução Pública está instituido de maneira que não pode funcionar. Redigi uma remodelação desse organismo que o tornasse eficiente, – projecto que não levei ao Parlamento, por desejar que o examinasse primeiro a Comissão Pedagógica que nomeara. Propunha nele uma *secção electiva* que reuniria em Outubro todos os anos, antes da abertura das aulas, e uma *secção nomeada* e permanente, com duas subsecções, ou comissões: uma *administrativa,* outra *pedagógica.* Teria esta por objecto ir ajustando de contínuo o funcionamento dos estudos (cumpre abandonar a velha ideia das reformas instantâneas e definitivas, legisladas num momento), e aquela, resolver numerosos casos de natureza pessoal, burocrática, que hoje ocupam exageradamente a atenção de quem é ministro, tirando-lhe tempo para se consagrar aos negócios gerais do ensino público.

A actual organização dos serviços, com efeito, parece que visa propositadamente a não deixar trabalhar a sério. O Ministro só pode trabalhar de manhã: de manhã, porém, não estão no ministério os funcionários; à tarde tem o Ministro Parlamento: há no ministério os funcionários, mas não há Ministro. Conviria, creio eu, ritmar a vida oficial pela vida civil, fixar a entrada do pessoal às 10 horas (suponhamos) saída para lanche das 12 1/2 às 2, e saída definitiva pelas 6. Penso também que deveria haver subsecretários de Estado que substituíssem o Ministro no Parlamento, como sucede

SIhi

em Inglaterra; sessões deste em que só se discutissem os projectos de lei (nas quais se marcaria limite do tempo para os discursos de cada um), e sessões extraordinárias, para a parte espectaculosa das interpelações e torneios políticos. Como disse a V. Ex.ª, pela actual organização sobem à decisão do Ministro as questiúnculas mais pequenas, com perda do tempo considerabilíssima, e prejuízo muito grave para a continuidade na execução da lei.

Está pendente dos Deputados um projecto de lei que ali apresentou um dos nossos antecessores. Tendo sido chamado a interferir na redacção desse projecto, e a dar-lhe uma revisão sumária de carácter pedagógico e estilístico, quase que só prestei atenção à sua parte pedagógica, pois no que respeita à administrativa havia divergências fundamentais entre mim, por um lado, e pelo outro o Sr. Faria de Vasconcelos e o Ministro Sr. João Camoesas: a reunião de todos os órgãos no gabinete do Ministro, sob a presidência do respectivo chefe, julguei-a sempre insustentável. Parecendo-me boas as intenções daqueles senhores, e as genéricas directrizes da parte pedagógica do projecto, prestei-lhes a minha colaboração, com a condição de se pôr em relevo o que eu classificava de susceptível de realização imediata, e reservando-me o discutir pormenores quando chegasse a oportunidade. Não pude impulsionar a discussão do projecto durante a minha estada no Ministério, porque o Sr. Dr. João Camoesas, membro e presidente de uma das Comissões parlamentares de instrução pública, declarou-me ser-lhe impossível o tratar de tais assuntos (porque estava então a fazer um livro) quando lhe propuz o continuarmos no sistema de colaboração que havíamos seguido enquanto S. Ex.ª era Ministro. Pelo que toca ao Dr. Faria de Vasconcelos, sofreu de desgostos e de doenças, que o impediram de trabalhar e de falar comigo, desde a minha entrada no Ministério. Por isso, repito, nada pude adiantar em tal assunto.

S]hi

Tal é, em resumo, o estado em que deixo as diferentes questões, que V. Ex.ª impulsionará ou modificará, conforme lhe dítar o seu bom critério.

Reiterando os meus protestos de consideração, e agradecendo a V. Ex.ª a gentileza das amáveis palavras que me dirigiu, subscrevo-me

De V. Ex.ª
M.º At.º Venr. e Obgd.º

ANTÓNIO SÉRGIO

P. S. – Ao redigir apressadamente este relatório, esqueci-me de mencionar um assunto que já verbalmente tratara com S. Ex.ª: o das Escolas Primárias Superiores (1). Era minha ideia (com que S. Ex.ª concordou) que os trabalhos de gabinete e de inspecção para a reforma do Ensino Primário Superior estivessem ultimados antes de Julho, de maneira que durante as férias se preparasse tudo para a abertura das escolas reformadas no princípio do próximo ano lectivo. S. Ex.ª, como disse, concordou comigo, e nesse sentido se está trabalhando actualmente. – A. S.

(N.º 34 - 9/IV/24)

---

(1) Criadas por decreto de 5 de Maio de 1919 (ministro Leonardo Coimbra) em substituição das antigas escolas normais de Lisboa, Porto e Coimbra e das escolas de habilitação ao magistério primário das restantes sedes de distrito, as Escolas Primárias Superiores foram providas de pessoal docente dotado de preparação discutível. Por decreto de 7 de Janeiro de 1924, o ministro António Sérgio ordenava a suspensão do seu funcionamento para a respectiva reorganização, que seria efectuada por decreto de 4 de Junho do mesmo ano pelo ministro Helder Ribeiro. Seriam extintas por decreto de 15 de Junho de 1926 pelo ministro Mendes dos Remédios, interrompendo-se, pràticamente até 1942, a formação de professores, substituídos por regentes escolares.

SIhi

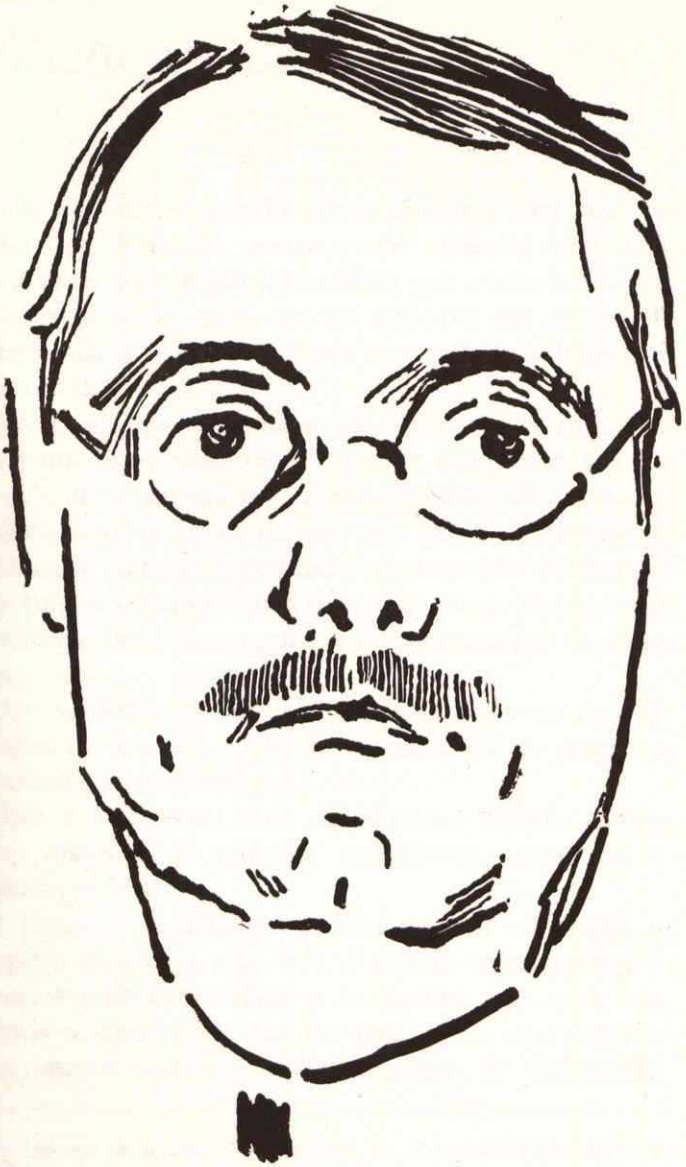


Fig. 9 - António Sérgio
(Desenho de José Tagarro no n.º 58 de 31/X/1925)

SIhi

Texto 3

EDUCAÇÃO REPUBLICANA (1)

«Fui convidado amàvelmente a assistir a esta festa, e entendi que devia vir, porque tenho atrás de mim uma vasta obra de doutrinação democrática, que venho realizando há uns poucos de anos, que os senhores não conhecem porque ainda não foi vulgarizada – e que seria bom que conhecessem.

Pareceu-me que, tratando-se de celebrar uma afirmação republicana, ao mesmo tempo que se inaugura a sala de uma aula, me competia falar a mim, ministro da instrução, da educação republicana, da instrução pública democrática.

As mais urgentes necessidades de instrução pública no nosso país são o aperfeiçoamento dos nossos técnicos nas melhores escolas do estrangeiro, e a democratização do nosso ensino.

Que se deve entender por democratização ou republicanização do ensino? – É ter escolas onde se pregue a democracia e a república? –

Não: é ter escolas onde se adquiram aqueles *hábitos,* aquelas maneiras de proceder, que devem caracterizar o cidadão republicano.

A pregação de doutrinas políticas, sociais ou religiosas, feita pelos mestres à mocidade, é muitas vezes contraproducente; a melhor mocidade, a de espírito mais vivo, tem tendência a opor-se ao que lhe pregam os seus mestres; saíram muitos ateus do colégio religioso de Campolide;

---

(1) *Discurso de António Sérgio, ministro da Instrução, no Centro Tomás Cabreira em sessão comemorativa da vitória republicana de Monsanto.*

Slhi

nas escolas da Monarquia surgiu a mocidade republicana; das escolas da República não deixam de ir saindo, agora, muitos jovens que são monárquicos. – Que significa tudo isto? – Significa que o que importa, neste caso, não é pregar a Democracia dentro das aulas da escola pública: o que importa, sobretudo, é fazer da própria escola, do conjunto dos estudantes, uma sociedade democrática.

É isto o que tenho pregado, e o que expus há muitos anos, numa série de estudos sobre a educação cívica, mostrando como os alunos de uma escola se podem organizar sob a forma de democracia, elegendo os seus magistrados, desde o presidente da República até aos vereadores e aos juízes, e habituando-se assim a proceder republicanamente. Seria isto, senhores, a democratização da mocidade, não por *palavras,* mas por *actos.*

Democratizar a escola é, além disso, desvanecer o mais possível a velha distinção das classes *liberais* e das classes *mecânicas,* obrigando os futuros cidadãos, a qualquer classe que eles pertençam, ao trabalho manual na escola; dando carácter e base científica e portanto *liberal,* aos trabalhos mecânicos; colocando nas mesmas escolas, em comunidade de trabalho, os filhos do povo e os da burguesia; e organizando os grupos de alunos em corporações profissionais.

Democratizar a escola é ainda dificultar o acesso das altas carreiras universitárias aos filhos dos ricos que não têm capacidade para os mais difíceis trabalhos de ciência e da literatura; e, *pelo contrário,* facilitar esse acesso aos filhos dos pobres que nasceram com talento.

Neste sentido estou procedendo, e continuarei a proceder, se as circunstâncias me permitirem demorar-me no ministério. Para isso apresentarei, à medida que for oportuno, projectos de lei que me permitam:

1.º Remodelar a escola primária no sentido de a ligar

SIhi

o mais possível com o trabalho profissional da região e com as necessidades do nosso povo;

2.º Instituir a educação cívica pela República Escolar e pela organização corporativa dos grupos de estudantes;

3.º Desenvolver e aperfeiçoar o ensino primário superior, tirando-lhe o carácter doutoral, e dando-lhe um carácter de um treino prático para as necessidades da vida do trabalho e da cultura cívica democrática, – de maneira que, a par de uma cultura geral suficiente, prepare para os cargos médios das profissões, como sejam chefes de oficina, empregados de escritório, caixeiros viajantes, regentes agrícolas, etc.;

4.º Aumentar as propinas das Universidades, de maneira a dificultar o seu acesso aos pouco aptos para a alta cultura, obtendo dinheiro, ao mesmo tempo, para as bolsas de estudo aos filhos dos pobres que tenham talentos para as altas funções intelectuais.

Vim trazer-vos aqui ideias claras e concretas, e não eloquência; não sou orador; e é necessária a divisão do trabalho, e que uns analisem os problemas, enquanto os outros entusiasmam as almas; o espírito mais nobre, mais vasto, entre os democratas da nossa terra, Antero de Quental, escreveu o seguinte: «o entusiasmo é bom, porque eleva o espírito; mas a crítica é melhor ainda, porque o esclarece.» Esclareçamos os problemas, para que tenhamos, o mais breve possível, pedagogia republicana nas escolas portuguesas.»

ANTÓNIO SÉRGIO

(N.º 30 - 31/I/24)

Slhi

Texto 4

PROBLEMAS PEDAGÓGICOS

Se quisesse definir em poucas palavras a pedagogia que preconizo, desde há doze ou quinze anos, diria que é uma pedagogia do Trabalho, contra a pedagogia da Leitura; uma pedagogia da Produção, contra a Armazenagem de conhecimentos; uma pedagogia de Acção Social, contra a pedagogia das Ideias Abstractas – essa tradicional pedagogia que, separando absurdamente a prática da teoria, o trabalho da ciência, a vida do saber, – esteriliza as inteligências, torna parasitas os que estudaram, e cava assim separações entre as classes sociais: de um lado, uma falsa ciência puramente especulativa, uma ciência inútil e de vadiagem; do outro, uma prática de puro empirismo, rotineira.

Este ensino, separado da vida, que as escolas tradicionais nos têm dado, divide a sociedade em duas castas: os chamados «intelectuais» (que melhor se diriam os «bisantinos») só sabedores de abstracções; e os chamados «manuais», que são máquinas de ganhar pão: e de aí lutas e incompreensões. Ora, a pedagogia nova de que vos falo, reunindo no mesmo ensino a escola e a oficina, tomaria para seu objecto o manualizar os intelectuais, por assim dizer, e intelectualizar os manuais: unir o pensamento e a vida comum, a ciência e o trabalho; fazer da sociedade uma coisa una, fraterna, em que as diferenças de ierarquia, necessárias à disciplina, não fossem diferenças de qualidade.

Por outras palavras: a pedagogia que preconizo não vê no aluno um *indivíduo* – uma alma abstracta, isolada, inteligência pura; vê nele um futuro *trabalhador,* uma célula social, um membro de Corporação, uma parte componente

Slhi

duma oficina ou de uma granja; o que na aula se irá aprender é o serviço social, a política corporativista, a associação no trabalho e a respectiva disciplina.

ANTÓNIO SÉRGIO

(N.º 38 - Set.-Out./24)

Slhi

Texto 5

EDUCAÇÃO POPULAR

«Não pode haver uma regeneração nacional sem uma regeneração moral, não pode haver uma regeneração moral sem uma educação enérgica.»

FICHTE

«Esperar-se-á em vão o ressurgimento do país se o objecto das leituras, as preocupações e a mentalidade do público se não modificarem.»

VICTOR CAMBON

Propomo-nos, nesta série de artigos, expor os nossos pontos de vista sobre educação popular e o modo como os temos aplicado, vai para três anos, na direcção da Universidade Popular Portuguesa.

O problema da educação popular, entre os que estão compreendidos no vasto problema nacional, não é dos menos importantes, como, apesar das afirmações em contrário, os políticos e os educadores o têm realmente considerado. Ouve-se, com efeito, falar da educação do povo, constantemente, nos jornais, nos discursos dos políticos, e sobretudo nas conversas das pessoas graves que se dignam fazer o seu exame à situação actual da sociedade. É sobretudo a seguir e a propósito de certos acontecimentos políticos e sociais que mais se eleva o coro das lamentações: *A sociedade está perdida! O povo já não tem educação! Nada há a esperar!...*

De resto, carregar a nota em matéria de educação popular, foi velho efeito retórico empregado nos velhos tempos da propaganda republicana. *A Monarquia tem interesse em conservar*

Slhi

o povo na ignorância! – dizia-se nesses bons tempos, e afinal, hoje, há quem se julgue no direito de dizer o mesmo da República. É legítima essa afirmação? Quem tem pensado realmente, a sério, na educação do povo, na sua miséria espiritual maior ainda que a sua miséria material? Que têm feito os políticos e os educadores nesse sentido?

Havemos de analisar aqui a obra da República nessa matéria, e examinar as condições em que nos encontramos presentemente, e as esperanças que podemos alimentar de que se realize um largo movimento de verdadeira educação popular.

Primeiro do que tudo, porém, vamos precisar o sentido que damos às palavras *educação popular,* e desse modo delimitar o âmbito do problema que nos ocupa. É extraordinária a confusão que se manifesta constantemente no emprego dessas palavras. A maior parte das pessoas que as empregam dá-lhes a significação de educação *primária,* referindo-a sobretudo às crianças em idade escolar. Há, por exemplo, nos cursos das Escolas normais primárias, uma disciplina denominada *História da educação popular em Portugal.* Aí está a tal significação.

Geralmente liga-se, também, a ideia de educação popular com a do *analfabetismo.* A maior parte das pessoas que aparecem em público, a falar destes assuntos, principalmente políticos e jornalistas, continuam a confundir lamentàvelmente essas coisas que afinal não têm nada, ou quase nada, uma com a outra. Podíamos demonstrar o que afirmamos com variadíssimas citações de discursos e artigos de *prestigiosas* pessoas da nossa terra, até de ministros da instrução.

Outras vezes dizendo-se educação popular pensa-se na educação dos operários, isto é, dos trabalhadores manuais. E ainda, quando é um avançado que fala ou escreve, muitas vezes se quer dizer, com a expressão educação popular, a preparação dos trabalhadores para a conquista dos seus direitos políticos e sociais.

Slhi

Nenhum desses significados nos serve.

Primeiramente *educação,* para nós, é *educação humana,* isto é, *preparação, formação integral tanto quanto possível,* de *homens.*

Permita-nos o leitor, que insistamos nestas coisas já ditas e reditas pelos especialistas competentes. Cada vez julgamos mais necessário precisar ideias fundamentais e ligá-las lògicamente, e insistir, para que só assim, claras, distintas e justas, influam na nossa acção, embora banais...

Temos pois que o verdadeiro ideal educativo é cada vez mais o que há de fundamental na nossa maneira de encarar a educação popular.

Não teríamos dúvida em dizer *educação social* se não receássemos os termos que fàcilmente, nos tempos que vão correndo, são mal interpretados. O termo *social* e todos os que andam de roda do termo *socialismo* têm, mais do que quaisquer outros, esse defeito.

Quanto aos actuais Liceus e Universidades do nosso país, confessamos sinceramente que os julgamos completamente afastados do ideal educativo apontado. Os Liceus poderiam, se fossem organizados devidamente, entregar à sociedade os seus educandos com um primeiro esboço da educação que defini. Seria esse então, em nossa opinião, o seu *principal* objectivo, do qual se poderiam aproximar tanto mais quanto mais tarde abandonassem os seus alunos. E não dizemos que o pudessem realizar duma maneira completa porque entendemos que a verdadeira educação do homem implica experiências morais só possíveis ao constituir-se a família e ao iniciar-se a educação dos filhos. Dissemos: se os Liceus fossem organizados devidamente. Mas é que, precisamente, um dos maiores males que – em nossa opinião – afectam o ensino público em Portugal, está no espírito que preside ou melhor que não preside ao ensino liceal. O mesmo diremos das Escolas Primárias Superiores, que não passam

S|hi

de Liceus de via reduzida com todos os defeitos dos Liceus, terrìvelmente agravados. Seria outro problema vastíssimo a tratar e que está fora do nosso propósito, limitando-nos agora a afirmar que nem os Liceus, nem as Escolas Primárias Superiores, de modo algum realizam a educação social da gente portuguesa.

Muito menos as Universidades o fazem.

Um indivíduo formado em qualquer das faculdades é, em geral, da máxima ignorância, nas matérias de ensino das outras faculdades, e mais do que na matéria, no próprio espírito ou resultados essenciais desse ensino para a cultura. O que aprendeu no Liceu? Onde isso vai! Só raros privilegiados de memória ou de bons mestres liceais guardam, depois de especializados na sua profissão e ao entrar na vida, os elementos duma cultura geral suficiente. O que acontece, muitas vezes, é uma natural necessidade do espírito levar a uma auto-cultura mais ou menos perfeita. É bem conhecido, por exemplo, o facto, que se dá, no nosso meio, de serem os médicos que dão maior contingente de pessoas duma cultura geral equilibrada.

Há certas faculdades, as de letras, que deviam talvez mais do que as outras, formar indivíduos com uma cultura geral equilibrada. A nossa observação diz-nos que são precisamente essas que, no momento actual, mais pseudo-cultos deitam para a vida. Se não nos enganamos na nossa observação, não deixaria de ser útil investigar as causas desse facto.

Vê-se, pois, que também a Universidade não realiza o ideal de educação social necessário.

De resto, de passagem, diremos que a Universidade tal como está organizada, não só não é Universidade, como também sob o ponto de vista da sua utilidade material está muito longe ainda dos seus verdadeiros objectivos. E ainda que, sob todos os pontos de vista, ela afectasse

Slhi

uma organização perfeita e um espírito adequado, restaria o facto de a sua acção incidir apenas spbre um número muito limitado de indivíduos, apenas os destinados a constituir as elites da nação.

Ora o problema, nas condições em que nos interessa, implica uma acção sobre toda a gente portuguesa.

É certo que há quem pense numa coisa a que dão o nome de *extensão universitária,* pela qual a acção duma verdadeira Universidade viria a incidir sobre todo o povo, através possìvelmente duma outra instituição – a Universidade Popular – que seria assim como que um prolongamento daquela.

As pessoas que assim pensam afirmam, por exemplo, que não há actualmente em Portugal, verdadeiras Universidades Populares, porque não há uma verdadeira Universidade. Estamos em desacordo completo com esta opinião que tem, de resto, vários aspectos. Primeiramente, a *extensão universitária* bem entendida não é, julgo eu, uma vulgarização ou popularização da cultura universitária – mas sim uma transposição dessa cultura no espaço, isto é duns centros universitários para outros, com o fim de desenvolver, completar e apurar essa cultura pela relacionação cada vez mais intensa desses centros. Deste modo a verdadeira extensão universitária está ligada ao *intercâmbio universitário.*

Em segundo lugar, a educação popular tal como a definimos, tem um carácter tão próprio, tão *sui-generis,* que a Universidade não pode realizá-la dum modo perfeito sem perigo de modificar e perverter mesmo o seu próprio espírito.

Não queremos dizer com isto, que professores da Universidade não possam realizar e dum modo perfeito uma obra de educação popular. O que dizemos é que o carácter da Universidade como *todo* é inadaptável às condições da verdadeira educação popular. A Universidade é, ou antes *deve ser,* um sistema de altos institutos científicos destinados, primeiro ao fomento do progresso científico em todos os

Slhi

distritos da Ciência, depois à formação de profissionais de certas actividades científicas e à formação de homens. Admito que se diga *educação republicana,* como se pode dizer educação monárquica, anarquista, bolchevista, etc. Nenhuma dessas educações, porém, interessa ao verdadeiro educador. Educação republicana, por exemplo, é a formação de republicanos: interessa aos *políticos* republicanos. Também se podia dizer e fazer educação para carpinteiro, para estadista, etc.

Lembra-nos, neste momento, dum triste dia em que nos encontrámos, pela primeira e única vez, graças a Deus, metidos entre dez ou doze conspícuas pessoas que, em comissão oficial, se propunham reformar a instrução primária no nosso país. A certa altura, no desejo de pôr alguma ordem nas ideias, pedimos que se estabelecesse, primeiro do que tudo, o fim ou fins da *instrução primária.* Pois, leitor, um colega da comissão, logo acudiu que sobre esse ponto não podia haver dúvidas: a instrução primária deveria ter por fim a preparação de *bons cidadãos republicanos...*

Mas voltemos ao enunciado que fizemos do verdadeiro ideal educativo. Claro está, que é preciso dizer o que se entende por *homens,* e aí surgem algumas dificuldades, se quisermos ser precisos e completos. Mas se isso não é possível, duma maneira perfeita, parece-nos também que não será absolutamente necessário. Com efeito, não bastará dizer que *verdadeiros homens* são *aqueles que adquiriram uma cultura geral, o mais possível completa e sistematizada, e o sentimento e o hábito da sua aplicação a fins sociais e individuais harmónicos, e escolhidos tão livremente quanto possível?*

É esta a concepção que usamos, salvas, é claro, a interpretação e a extensão que damos aos termos empregados, e que melhor iremos esclarecendo quando da sua aplicação no decorrer destes artigos.

Indicado o que julgamos ser o verdadeiro ideal educativo, resta-nos indicar a aplicação do adjectivo *popular.*

SIhi

Tem-se geralmente, no nosso meio, a ideia de que os operários é que precisam mais de educação. Para muitas pessoas mesmo, o termo popular só a eles se deve aplicar; essas pessoas sentir-se-iam diminuídas se as incluíssem também no que se designa com a palavra *povo*. Vestígios de velhas distinções sociais que nada significam hoje senão a estreiteza de espírito de certas pessoas que se julgam cultas.

Em nosso entender, a *educação humana* como acima a delineámos, só em muito poucos indivíduos está realizada, e é precisamente esse facto que consideramos o maior mal da sociedade contemporânea. E é principalmente, talvez, nas pessoas cultas, ou que se julgam tais, que esse mal é pior nas suas consequências, e mais difícil de combater.

Examinem-se, por exemplo, os móveis íntimos da conduta dos homens que mais conhecemos em volta de nós, ou que mais se destacam na sociedade pela sua interferência na política, na arte, no alto comércio, na alta indústria, etc. Que ideais lhes descortinamos? Que concepções da vida e da humanidade harmonizam a sua conduta individual com a social? Não é difícil chegar a conclusões desoladoras a esse respeito. A mediocridade mental e moral dos homens mesmo dos mais notáveis, é espantosa. E sendo assim, porque estranhar a falta de educação das classes mais humildes, mais desprotegidas da sorte?

Mas ponhamos isso de parte, ficando assente que, para nós, *educação popular é a educação dos adultos de todas as classes sociais, a educação da massa geral da nação.*

Do que temos dito, decorrem variadíssimas consequências a atender sobretudo no estudo dos meios a empregar para realizar a verdadeira educação popular. Podem também levantar-se numerosas dúvidas e objecções às ideias essenciais ou aos termos que empreguei.

Pode, por exemplo, dizer-se que a educação popular,

Slhi

tal como a apresento é, afinal, a *educação social* da nação, e pode perguntar-se se uma tal educação não é a que procuram efectuar os institutos oficiais de ensino público, tais como os Liceus, as Universidades, as Escolas Primárias Superiores.

Pode dizer-se que na nossa definição de educação humana não precisámos os ideais do verdadeiro homem, podendo depreender-se que todos achamos legítimos, uma vez que sejam escolhidos livremente e tenham as suas raizes numa cultura geral da personalidade. Pode perguntar-se que lugar damos em educação ao ideal religioso, e se achamos conveniente ou mesmo possível uma acção educativa da extensão que defini, sem ser inspirada por uma determinada concepção político-social. Pode perguntar-se se, na educação geral da gente portuguesa, não há que atender a alguma coisa de especial, característico dum ideal nacional próprio. Pode, ainda, duvidar-se de que uma concepção tão larga da educação da nação seja alguma coisa mais do que uma simples utopia, uma generosa fantasia...

Deixando para mais tarde as numerosas questões práticas do problema, examinaremos, desde já, sucessivamente, todas essas objecções ou dúvidas que são essenciais, procurando esclarecer e precisar (...) (1) superiores e especializados, necessários à economia da sociedade (médicos, advogados, engenheiros, professores, agrónomos, etc.). Esses institutos científicos devem ter naturalmente uma mínima relacionação, na sua organização e nas suas actividades, subordinada a uma concepção superior sobre o ideal da nacionalidade e da civilização contemporânea.

Nestas condições, vê-se que predominam na Universidade a *criação científica,* a *especialização,* a preocupação das *profissões* superiores, a formação de *elites.*

---

(1) *Falta no texto.*

SIhi

Ora tudo isso está completamente de lado, na nossa concepção de educação popular. Trata-se aqui, na parte da cultura intelectual, de fornecer ao maior número de indivíduos, teòricamente a todos os que constituem a sociedade, uma soma de conhecimentos, que seja um resumo, uma síntese do saber humano, em todas as suas modalidade, no momento actual da civilização.

Deixamos, como já dissemos, para um estudo ulterior os problemas pròpriamente didácticos que aparecem na realização desse objectivo; são importantíssimos, e a nosso ver envolvem mesmo uma didáctica nova a criar, com base nos mesmos princípios psicológicos da moderna pedagogia e nos da psicologia das sociedades, em que há já muitos trabalhos aproveitáveis.

O que desde já se vê é uma diferença essencial, só na parte de cultura intelectual, entre a educação popular e a educação universitária.

É certo que os mais competentes para fazer sínteses gerais que tenham autoridade científica, e não caiam no fácil erro de vagas e imperfeitas generalizações, são os melhores especialistas das respectivas ciências. Mas é também certo que, dadas as características do trabalho universitário, que acima apontamos, há muito poucos (e no nosso meio raríssimos) os que se interessam ou dedicam a essas sínteses. É sabida a antipatia que têm em geral os especialistas pelo que não é... da sua vitrine. Principalmente entre as classes médias, mesmo nas chamadas cultas, é regra geral a falta de cultura integral. É espantosa a ignorância dum professor de letras em ciências, e vice-versa, dum professor de ciências em letras. Um advogado, em geral, é um ignorante perfeito em tudo o que não são leis. E assim por diante. Nos artistas, por exemplo, mesmo nos prestigiosos, já o leitor observou alguma vez a enormidade da sua incultura? É este um mal gravíssimo de que enferma toda a cultura superior contemporânea.

Slhi

Infelizmente, o nosso horror hipócrita pela verdade não nos deixa ver, ou proclamar, esses grandes males que ninguém sabe aonde nos conduzirão. Vá lá a gente dizer ao primeiro bacharel que encontra que ele é provàvelmente um grande ignorante e, em cultura intelectual, verdadeiramente indigno do tempo maravilhoso em que vive!

Vê-se pois que na educação popular deve haver, dominando, uma preocupação de generalidade, de síntese, de conclusões essenciais, e harmònicamente ligadas, que não há na educação universitária.

Na educação popular a preocupação constante deve ser dar ao indivíduo toda a soma de elementos necessários para que ele forme de si, da sociedade e do universo, a concepção mais perfeita que comporte a civilização contemporânea, a personalidade do indivíduo e o seu meio.

Claro que uma tal concepção não se prende apenas com a cultura intelectual. Nem uma cultura mesmo integral (física, intelectual, moral, etc.) representa o objectivo único da educação. Dissemos acima que homens – verdadeiros homens – são aqueles que, tendo uma cultura geral, o mais possível completa, têm além disso o sentimento e o hábito da sua aplicação a fins individuais e sociais harmónicos e escolhidos tão livremente quanto possível. Quer isto dizer que a educação deve procurar que não se fique na simples cultura dessa personalidade. Um *homem completo* é aquele que *soube e pôde formar um ideal para a sua vida, ideal que sendo individual, tem que ser compatível com os de todos os outros na vida mais larga que a todos abarca* – a vida social. Um homem completo tem ainda, além do sentimento desse ideal, para o qual toda a sua cultura concorre, o *hábito* da sua realização, isto é, a vontade e o costume de realizar, ou procurar realizar, incessantemente, esse ideal.

Tudo isto que se compreende no vasto objectivo da educação popular, tal como a entendemos, arrasta numero-

Slhi

síssimos problemas de ordem prática. Indicaremos em artigos futuros o que os nossos estudos e experiências nos ensinam a esse respeito. Agora o que importa afirmar é que em nossa opinião, actualmente, em parte nenhuma no nosso país, seja em que instituição for, se realize tal objectivo (2).

FERREIRA DE MACEDO

(N.º 8 – 15/II/22)

(2) *A anunciada continuação não foi publicada*

SIhi

Capítulo V

PENSAMENTO ECONÓMICO

Slhj

SEARA NOVA

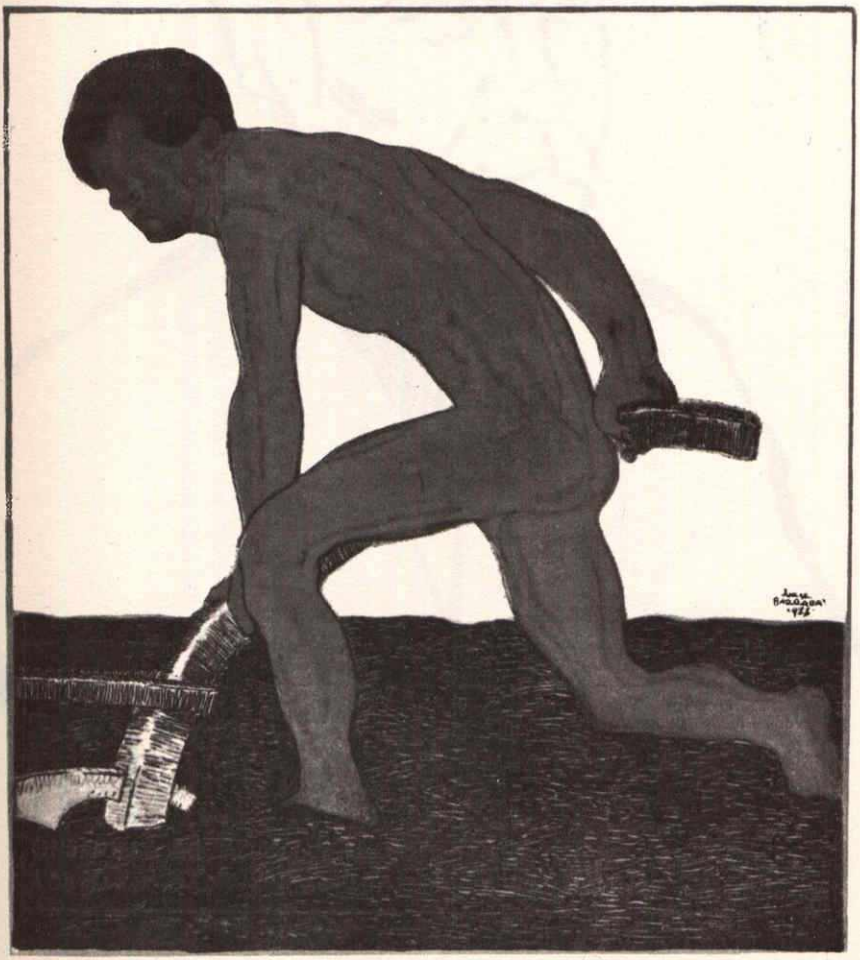


Fig. 10 - Capa do n.º 19 (3/XI/1922) da autoria de *Jorge Barradas*.

SIhi

Fig. 11 - Ezequiel de Campos.
(Desenho de José Tagarro no n.º 58 de 31/X/1925).

Slhi

Texto 1

O PROBLEMA PORTUGUÊS (1)

As resultantes finais dos desatinos e das deficiências na vida nacional mostram que, actualmente, o problema português se concentra, em última instância, nas duas grandes questões relacionadas: a questão financeira e a questão do Pão Nosso Quotidiano, elo da máxima tracção na cadeia dos nossos problemas económicos.

A QUESTÃO FINANCEIRA resolve-se:

1.º pela redução das despesas prejudiciais;
2.º pelo aumento das receitas úteis e justas;
3.º pelo emprego sensato das receitas públicas.

1.º A redução das despesas precisa de ir crescendo muito depressa até à eliminação completa das contas parasitárias – o que importa o cerceamento de mais de uma centena de milhar de contos em 1922; continuando-se depois na redução de tal forma que em menos de um lustro haja o equilíbrio orçamental *insofismável;*

2.º O aumento das receitas precisa de ser feito por maneira que a tributação estimule o trabalho útil e rendoso da Grei, e ao mesmo tempo vá remodelando a actividade e a educação, especialmente na agricultura (predomínio do cultivo à pecuária manadia), na indústria (eliminação do fabrico mal organizado), e no comércio (estorvo às actividades

(1) *Primeiro artigo de uma longa série que depois deu origem ao tomo I de* Lázaro!...

Slhi

parasitárias, ao vício e ao luxo). Tal remodelação da actividade colectiva para muito mais rendosa e útil à comunidade (razão suprema para se poder descansar sem reduzir o grau das comodidades da vida) importa modificações profundas e o saneamento do equilíbrio das oligarquias dominantes da Finança, da Terra, da Indústria, do Comércio e Navegação; e o robustecimento (quase formação) de classes novas na posse e cultura da Terra, e na exploração da Indústria.

3.º As receitas precisam ser empregadas em administração honesta de obras de produção e educativas, de bom rendimento de trabalho.

A resultante deve ser o equilíbrio financeiro *lucrativo* no mais curto prazo de tempo. – Da súmula da questão do Pão Nosso Quotidiano infere-se algumas das providências financeiras; do exame do problema económico e educativo a directriz da remodelação das receitas e despesas da governação: pois estas estão subordinadas à magna questão de valorizar a gente vária e o país de tão dilatado e tão diverso quadro geográfico.

A questão do Pão Nosso Quotidiano envolve dois problemas: o comercial e o da produção.

O problema comercial, de valor decrescente à medida que se resolve o da produção, deve ser tratado de maneira que se vão reduzindo, até aos limites da máxima economia de actividade colectiva, os intermediários que actualmente são demasiados e muito onerosos:

a) A intervenção do governo na compra e abastecimento do trigo (que redundara na *annona* e em enormes prejuízos), na exploração da frota captada na guerra e dos caminhos de ferro do Estado (que rematara em descalabros e vergonhas), coordenada com o carácter actual da gente portuguesa, impõe a abstenção completa do Governo dos problemas comerciais (fim imediato do negócio dos trigos, etc.), a exploração da

Slhi

frota por empresas em que o Estado entre com navios, e o arrendamento dos caminhos de ferro do Estado mediante obrigações, cauções e lucros regulares;

b) Celeiros municipais e paroquiais, abastecidos nas épocas melhores, e estimulantes da actividade agrícola regional;

c) Cooperativas de produção e consumo.

Mas de pouco valerá o esforço na solução do problema comercial do abastecimento do Pão Nosso, que é balda antiga na governação portuguesa desde a *almotaçaria em todalas cousas* de D. Fernando, sem se resolver ao mesmo tempo, e *sobretudo,* o problema da produção suficiente e *rendosa,* ao menos dos géneros mais fundamentais da alimentação, e das matérias-primas do vestuário e do calçado – sendo para a alimentação os cereais panificáveis, os farináceos, as gorduras e os azotados usuais da grande maioria da população o que importa: porque a mera eliminação parcial do intermediário nem fará a reforma dos métodos de produção (caros e deficientes), nem diminuirá notàvelmente a concorrência dos negociantes, ainda que o governo continuasse a comprar com dinheiro de ninguém, crédito ilimitado, imposição da lei e pessoal burocratizado (de salário garantido); ficando afinal de os factores fundamentais da carestia da vida – a insuficiência para o consumo geral e exportação, a carestia intrínseca da produção, e os intermediários inextinguíveis. Em suma: o problema comercial não se pode resolver de modo nenhum sem a produção *suficiente e rendosa,* e sem os transportes oportunos (suficientes e organizados) e de tarifas razoáveis.

O problema da produção agrícola em escala suficiente (no tempo e na quantidade) é, pois, agora o magno problema, para não agravarmos até à revolução caótica e à falência a miséria nacional.

Têm de vir pelo esforço *mínimo* de todo o território nacional (da Ibéria e das Colónias) os produtos, sempre

Slhi

em atenção ao equilíbrio económico e demográfico, para a maior ventura da Grei e maior dignidade de Portugal na comunhão dos povos: o que importa a exclusão da política unilateral, só pela Metrópole, ou só pelas Colónias.

I – *Subsídio da Metrópole:*

O problema da produção agrícola resume-se em duas ordens de questões relacionadas: agrárias e técnicas. As duas questões constituem hoje um problema complexo, de solução difícil e demorada, não tanto pela questão agrícola em si, mas principalmente pela questão agrária, a colidir violentamente com toda a nossa política tradicional e da hora presente, só favorável ao desleixo.

A questão agrária, que assim predomina em acuidade e delicadeza sobre a questão técnica e toda a política portuguesa, estorva a produção agrícola suficiente porque:

1.º – A terra está nas mãos de quem não tem empenho nenhum no cultivo dela mais intenso, visto que na organização actual e nos processos da rotina, onde a pecuária manadia predomina por metade do país, os lucros são maiores, mais certos e muito mais fáceis do que na agricultura de trabalho rendoso; e a oligarquia da terra não a aliena, por a considerar ainda, e com razão, o melhor valor;

2.º – A governação desvia dos campos a gente do cultivo, e fomenta a desordem agrária;

3.º – As fortunas novas e as antigas não corrigiram as tendências deficitárias da produção agrícola provenientes da oligarquia do solo e da governação comunista do Estado.

Esquema da Solução da Questão Agrária, em primeira aproximação:

1.º

a) Facultar terra e meios de cultivo a todos os portu-

Slhi

gueses, em família ou individualmente, que desejem ser cultivadores, por quatro maneiras, ao menos: 1.ª – expropriação para partilha e povoamento duma parte das terras ermas das regiões do país que têm menos de 25 habitantes por quilómetro quadrado; 2.ª – pagamento em terra, para o mesmo fim, da contribuição por título gratuito, quando recair sobre prédios rústicos além de certa área; 3.ª – opção pelo Estado na venda de prédios rústicos em hasta pública; 4.ª – expropriação, também para partilha conveniente e povoamento, das terras irrigáveis abrangidas nos projectos de rega de valor local e regional;

b) Estimular o cultivo das terras de pousios longos, entre outros processos, pela reforma da contribuição predial rústica, fazendo que tais terrenos venham a pagar em prazo curto (no da possibilidade da reforma de exploração agrícola) imposto predial correspondente à área do terreno e à sua capacidade agrícola valorizável;

c) Remodelar a organização agrícola e os processos de cultivo do Noroeste: 1.º obrigando cada casa de lavoura ao Norte do Mondego a cuidar melhor das matérias fertilizantes (estábulos impermeáveis, montureiras regulares – medida aliás geral a todo o país) e do alimento do gado (silos); 2.º obrigando ao cultivo as terras de mato ou pinhal que *devam* ser aradas, providenciando um sistema normal de abrigos do vento; 3.º facultando instrumentos de semear e sachadores, e a educação do seu emprego rendoso e lucrativo, de modo a obter-se maior produção por pessoa cultivadora: que tudo contribuirá para maiores disponibilidades de cultivadores para as outra regiões do País;

d) Provocar a limitação racional da cultura da vinha e a eliminação completa da da chicória: a primeira sobrecarregando com taxa pesada os terrenos de várzea, especialmente das Beiras, da Estremadura, do Alentejo e do Algarve, com vinha a ocupar metade ou mais do solo,

Slhi

e muito pesadamente os de várzea em uso exclusivo de vinha; a segunda proibindo-a, sob multa severa.

2.º

e) Cessar toda a obra pública e municipal, excepto as de *indiscutível* utilidade pública instante, enquanto se procede à reorganização da actividade agrícola e industrial da Grei (pelo menos por quatro anos); fechar implacàvelmente toda a actividade construtiva parasitária e de valor secundário (edifícios públicos e municipais, bairros sociais, etc.); e abrir larga e tentadoramente a de fomento útil e são (obras de rega e enxugo, de aproveitamento hidroeléctrico, construção de casais, etc.);

f) Licenciar tropa em escala máxima, e chamar apenas os recrutas, soldados e oficiais militares absolutamente indispensáveis e que façam menos falta ao labor e à valorização mental da gente; fechar de vez, por um lustro ao menos, a Escola do Exército e as que carrilam para ali;

g) Dispensar o máximo número de funcionários públicos de todas as categorias e de todas as oficinas burocráticas, mantendo daqueles e destas apenas o indispensável para a realização do plano do governo capaz da reforma política de povo em comunismo burocrático para nação de trabalho coordenado, rendoso e de bem-estar individual e colectivo; e de futuro só nomear os absolutamente necessários pela sua capacidade técnica ou administrativa;

h) Onerar proibitivamente por alguns anos (um lustro pelo menos) as futuras construções e reconstruções nas cidades e nas vilas de todo o país, excepto as de *indiscutível* utilidade pública instante;

i) Reduzir o urbanismo (descongestionar as cidades), e embaraçar *oportunamente* a emigração, preparando o povoamento do nosso país da Ibéria e a colonização;

3.º

j) Estimular a cultura mais intensa e racional da terra: o que está directamente relacionado com

Slhi

A Questão Técnica da Produção Agrícola – Dum modo sumário: o ambiente agroclimático é ingrato, se não frequentemente hostil, à produção intensa e assegurada; a agricultura de todo o país não está bem apetrechada para lutar com as anomalias do ambiente; não faz um trabalho rendoso, e não tem uma organização adaptada às possibilidades agrícolas de cada casa de lavoura (isto é, o cultivo que faz, fá-lo com trabalho humano em demasia, mas nem por isso bastante, em regra, para a salvaguarda das variações meteorológicas; e não cultiva em escala suficiente as plantas, nem explora em número bastante os animais domésticos, quando chega a adoptar um conjunto adequado às condições locais, de plantas e de animais da casa agrícola); como não tira proveito regular dos recursos de pomar e florestais possíveis do terreno não exclusivamente em culturas arvenses e hortícolas.

A ingratidão agroclimática obriga a correcção forte dos métodos de cultura, e ao alastramento larguíssimo de matas e da terra de regadio; o que importa a remodelação da ferramenta e da organização das casas agrícolas: tudo supõe a intervenção solícita do Governo no abastecimento de máquinas agrícolas, na salutar educação agrícola e florestal, nas obras de rega e arborização.

Os outros elos da cadeia económica em maior tensão, logo a seguir ao do Pão Nosso Quotidiano, são o das matérias-primas fundamentais do vestuário e do calçado, e o da força para o labor de toda á gente. – A valorização das recursos minerais e das quedas de água, assim como a remodelação do trabalho industrial, e o desenvolvimento da navegação e do comércio, devem emparelhar com o aumento da produção agrícola.

II – *Subsídio das Colónias:*

Portugal não tem recursos de gente na Ibéria nem em quantidade, nem sobretudo em qualidade (com saber, com iniciativa e com dinheiro bastante) para realizar depressa e dum jacto uma colonização larga e intensa, em relação com

Slhi

a área das nossas terras da África, da Ásia e da Oceânia; também as necessidades de produtos tropicais não obrigam a tais trabalhos de colonização; e a situação internacional ficará regular se na medida da nossa capacidade de colonização soubermos valorizar o nosso esforço com inteligência e canseira. Por isto não é prudente sonhar planos larguíssimos de fomento colonial que não somos capazes de realizar: melhor será limitarmos a nossa actividade a um plano modesto, em harmonia com o nosso trabalho porfiado, sim, mas não de megalómanos – porque a colonização precisa, sem dúvida, de militares e de burocratas, mas tem de ser feita por *colonos,* que hão-de ter outra estrutura mental e de acção que a daqueles.

Apetrechar caminhos de ferro e portos por nós e para nós, simplesmente na medida das nossas necessidades maiores, sem estorvar a ampliação metódica para o futuro; fazer, um regime *bom* de trabalho, as estradas necessárias: mas lembrarmo-nos que os meios de transporte são apenas uma parte do condicionamento da colonização essencial que se fundará na exploração da terra, e na *rosse* e exploração por nós dos factores primários da riqueza colonial, que urge acautelar, explorando nós esses factores (petróleo, carvão e outros jazigos minerais, quedas de água, cultivo das melhores terras e exploração das melhores indústrias), sem o que ficaremos com os encargos da colonização, e o estrangeiro com o lucro, pela invasão económica e financeira.

As Colónias podem abastecer desde já a Metrópole até à fartíssima superabundância de açúcar, de oleaginosas diversas, de milho, de feijão, de couros, de carne, etc.: questão apenas de tino e de honestidade para com *todos* os produtores, de melhorar os meios de transporte nos caminhos de ferro; de silos, de armazéns e meios de embarque, e de trabalho ordenado das frotas do comércio. Estão as engrenagens de todos estes factores do nosso abastecimento pelas

Slhi

Colónias muito emperradas, desde as relações com os indígenas até à porta de saída das alfândegas, para que não se possa considerar uma tarefa trabalhosa a remodelação de tais serviços até à sua normalização. Tal é absolutamente necessário, porque a riqueza colonial valorizável na Europa por mera desobstrução da sua vinda, é muitíssimo grande. Resolvia-se logo o abastecimento de pão de milho barato a toda a população do Norte, enquanto se não obtivesse milho bastante na Metrópole; e ao mesmo tempo a gordura animal e a carne embarateceriam com o milho de África. – E a maravilha de prosperidade que as Colónias poderiam proporcionar depressa logo que soubéssemos e quiséssemos preparar nelas circunstâncias de situação *lucrativa* para uma terça parte, sequer, da nossa gente da emigração!

A dominar completamente o problema português a questão da educação, que será resolvida, afinal, pela solução dos problemas económicos e financeiros, quando tivermos transformado este comunismo burocrático e mavórtico num povo de iniciativa e de trabalho metódico, rendoso e humanitário. O problema da educação há-de ser resolvido ao mesmo tempo que se resolvam os outros: nem se compreende como se possa educar um povo no trabalho sem ser a trabalhar; nem cabe no juízo do mais desatento político que se possa ir primeiramente educar toda a gente, para a valorizar depois pelo trabalho: falíamos antes.

É necessário obter uma solução suficiente e oportuna para o problema português: cada mudança de governo é marcada pela soma de mais uma parcela grande de desatinos ao estendal enorme de insensatez dos governos transactos. Na Primavera de 1920 começara a queda livre no vazio da loucura governativa.

A grande questão prévia de todo o problema português é saber se pode surgir de facto um escol da inteligência, do sentimento e da acção, pouco numeroso embora, mas capaz

Slhi

de apreender a responsabilidade da hora presente, e de definir o rumo da política que nos salve; e ao mesmo tempo afoito a impor a solução *suficiente* a quem governar.

EZEQUIEL DE CAMPOS

(N.º 1 - 15/X/21)

SIhi

Texto 2

O ABISMO ECONÓMICO E FINANCEIRO

Um dia Péricles estava de semblante carregado. – «Que tens?» – perguntou-lhe o sobrinho.

– «Não sei como hei-de apresentar contas ao Povo» – respondeu-lhe o *Olímpico.*

– «Preocupa-te só com a maneira de lhas não prestar» – acudiu prontamente o homem da nova geração.

Os nossos governantes subiram muitos furos acima de Péricles e de Alcibíades. Não têm cuidados, em nenhum dos dois sentidos. Quão ridículo se acharia o ministro português que até pensasse na forma de ocultar ao Povo as cifras do Tesouro e da Economia Nacional!

Não temos realmente orçamento desde 1916 e contas públicas e estatísticas do comércio externo desde 1919. São provisórias, limitadas e atrasadíssimas as da produção agrícola. A nota da dívida flutuante veio apenas até Junho de 1920. Assim se causa o desespero dos que estudam. Ao menos são poucos.

Vamos, porém, às realidades que sòmente os cegos não podem ver. Sobre o que há publicado oficialmente o cálculo prudente levanta o resto.

A nossa dívida pública nominal em circulação era de 648000 contos em Julho de 1914. Em fins de Dezembro de 1921 podemos orçá-la entre 1700000 e 1800000 contos. Tanto vale como dizer que desde o começo da guerra até agora o Estado gastou cerca de 1100000 contos por empréstimos e créditos, além de todas as suas restantes receitas.

Slhi

Em princípio, todo esse quantitativo é de ouro. Só o não seria quando se declarasse a falência pela diminuição do valor legal da nota. Mas uma boa parte daquela dívida tem de ser mesmo paga naquela moeda. Anda isso por 250000 contos, cerca de 85000 dos quais estão compreendidos no aumento de 1100000 contos que houve desde 1914.

Duas circunstâncias tornam imensamente grave a situação denunciada por aquele *déficit* acumulado de mais de um milhão de contos durante menos de oito gerências. De um lado é o ter sido isso por despesas ruinosas e nada por fomentos e reconstruções. De outro, é o ir crescendo aos saltos o *déficit* anual, mesmo depois da guerra. Ele foi de pouco mais de 100000 contos, já esmagadores, em 1919. Pulou talvez para 250000 contos em 1920. Não terá sido realmente inferior a 350000 contos em 1921. A tendência iniludível é para ser muito maior em 1922, com as presentes engrenagens, dêem que voltas derem aos impostos.

As nossas despesas públicas totais, incluidas, portanto, as dos serviços autónomos, eram de cerca de 65000 contos em 1913-14. No começo de 1921 foram orçadas em 565000 contos para o actual ano económico. Eram já mais 287000 contos sobre os 278000 previstos para 1920-21. Em doze meses excederam o dobro nos cálculos. A realidade vai ser pior, por causa dos maiores ágios cambiais e dos aumentos de ordenados e salários que estão no horizonte. No fim o total irá a 650000 contos, ou mais ainda!

As receitas globais do Estado eram de 68000 contos em 1913-14. Apenas chegaram a 118000 contos em 1920-21 e a 213000 contos em 1921-22. Em todos os casos excluímos as de empréstimos e créditos, os juros de títulos de dívida pública na posse da fazenda e outras verbas que no orçamento só figuram por jogos de contabilidade.

As despesas cresceram 8,5 vezes desde 1914, conforme o orçamento proposto, e mais ainda na realidade. As receitas

Slhi

andaram até pouco mais do triplo. Se as primeiras foram ruinosíssimas na sua marcha, as segundas também o foram, em certo sentido. O Estado não recebeu muitas centenas de milhares de contos que deviam ter entrado nos seus cofres por uma tributação justa.

Nos impostos directos é que está o encargo especial das classes que têm maior capital, fortuna ou rendimento. Mas, desde 1914-15 até 1921-22 inclusive, o Estado haverá cobrado apenas 42000 contos pela contribuição industrial e 64000 contos pela predial rústica e urbana, e portanto 106000 contos pelas duas. Não é menos ridículo do que trágico.

No mesmo período há numerosas sociedades industriais e comerciais que, uma por uma, tiveram lucros líquidos totais superiores aos 42000 contos e mesmo aos 64000. Há pelo menos três ou quatro que os tiveram, cada uma por si, a mais de 100000 contos. Uma ganhou mais de 150000 contos no território nacional. A anomalia que isto representa em face do tesouro público tem exigências terríveis!

Desde 1914 o Estado perdeu mais de um milhão de contos? Pois muitos elementos sociais tiveram, no seu conjunto, lucros efectivos superiores a isso no mesmo lapso de tempo! Eles absorveram com preços e ágios de espoliação uma grande parte daquilo que o Estado gastou, uma porção notável da fortuna antiga dos restantes cidadãos e ainda somas importantes que a posteridade destes há-de pagar. Quase todos os males que enlouqueceram esta nação lançada para o abismo têm aí a sua causa tremenda.

A catástrofe económica é ainda maior do que a financeira, se é que podemos separar esta daquela, ou deixar de incluir parte da primeira na segunda. Ela tem uma expressão trágica nas relações da circulação fiduciária com a reserva metálica e a dívida do Estado ao Banco emissor,

Slhi

na crise cambial, na carestia pavorosa da vida e na decadência da população, onde tudo o mais vem bater por fim.

A circulação de notas passou de 83000 contos em Julho de 1914 a 267000 quando terminou a guerra. Depois galgou sucessivamente a 371000, 611000 e 696000 contos no fim de 1919, de 1920 e de 1921. A progressão foi, portanto, crescendo ainda mais depois de haver acabado aquela calamidade. Se em 1921 o aumento foi menos do que em 1920, apesar de ter sido maior o *déficit,* deve-se o facto a que se recorreu a outras fontes de crédito. Serviram-se dos depósitos da Caixa Geral, da Caixa Económica Portuguesa e do Banco de Portugal e da venda de títulos internos de 3% e de outros expedientes, sem haver disso contas publicadas.

A reserva de ouro apenas passava de 8000 contos em 1914 a 9700 em 1921. E ainda para isso temos de considerar como tal o depósito de Libras, 250000, que o Banco tem à ordem no de Inglaterra. Ela conservou-se, pois, essencialmente a mesma.

Verdade seja que a situação é um pouco modificada pela existência de um fundo de amortização e reserva que está em 12380 contos, pelo depósito de 5199 contos de obrigações da Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses e pela carteira de títulos de 3944 contos mais ou menos realizáveis no estrangeiro. Mas tudo isto é sempre um vale fundo dominado pela alta montanha das notas.

O débito do Tesouro ao Banco subiu de 47000 contos em Julho de 1914 para 153000 ao acabar a guerra. Depois voava para 215000, 500000 e 635000 contos no fim de 1919, 1920 e 1921. A circulação foi assim absorvida progressivamente pelas finanças ruinosas do Estado.

A carteira comercial que, antes da guerra, embora limitada, excedia 20000 contos, apenas chegava a 139000 contos em fins de 1920, e baixava depois sempre, até andar por

Slhi

volta de 105 000 contos em Dezembro de 1921. Está aí um sinal bem saliente da nossa derrocada económica. Não se deve esquecer que as mercadorias têm valor médio superior dez vezes, pelo menos, ao de 1914.

A carteira do crédito agrícola no Banco veio sendo sempre insignificante. Ainda está sòmente em 4500 contos. Nada mais seria preciso para se conhecer que a nossa lavoura está no mais fundo do abismo nacional.

Em certa maneira poderíamos dizer que, para essas duas classes de operações de crédito económico, o Banco só foi buscar cerca de 44 500 contos à circulação fiduciária. O resto delas seria assim feito com 55 000 contos de depósitos passivos do mesmo estabelecimento. É outra expressão da crise e da anomalia, quando olhamos para a montanha do papel emitido.

A divisa de Londres descia de 45, em Julho de 1914, a 30 ao concluir-se a guerra, e depois a 21, a 6 e a 4,5 em Dezembro de 1919, de 1920 e de 1921. A libra-cheque tem hoje, pois, um ágio de mais de 1000 por cento, precipitando-se a derrocada cambial terrìvelmente desde o fim de 1919, aos saltos mortais.

O mesmo sucedeu por isso e por tudo o mais com o flagelo da carestia da vida. Os nossos números-índices, partindo de 100 em Julho de 1914, foram subindo em igual mês de cada um dos anos seguintes a 111, 137, 162, 293, 317, 552, 824 e 952, devendo hoje estar em 1300 ou 1400. E não é mais do que isso por se comprar geralmente em menor quantidade e serem os artigos piores. Quem vive como em 1914 paga vinte e mais vezes o que pagava então.

A balança do nosso comércio externo acusava em 1913 o *déficit* de 54 000 contos. Este baixou a 42 000 em cada um dos anos de 1914 e 1915 pelos primeiros efeitos da guerra sobre as importações, com esgotamento dos *stocks* antigos de mercadorias estrangeiras. Mas foi depois subindo a 73 000,

Slhi

82 000, 95 000 e 123 000 contos em 1916, 1917, 1918 e 1919. Foi até maior, porque uma grande parte do produto das exportações foi depositado lá fora pelos exportadores ou por quem no fim de tudo adquiriu as respectivas cambiais. As estatísticas mostrarão mais tarde resultados piores em 1920 e 1921, os mais críticos da economia nacional.

A produção da terra portuguesa baixava gravemente, em especial desde 1917. Como consequência necessária, crescia velozmente a importação de substâncias alimentícias estrangeiras. De 1914 a 1919 a de cereais e de farináceos, para só falarmos desta, foi de perto de um milhão de toneladas. Ela excedeu 2 200 000 toneladas desde 1908 a 1919, no valor declarado de 147 000 contos, que se representariam por cerca de um milhão de contos da moeda actual. O nosso corpo de delito económico está aí em resumo.

E todos os males vieram acabar naturalmente em devastação demográfica. A população de Portugal era de 5 960 050 habitantes em 1911. Pela progressão anterior deveria ser hoje de 6 500 000 pelo menos. É provável que já não chegue aos 6 000 000. Diminuiu pela emigração excessiva dos primeiros anos da década precedente e pela mortalidade superior à natalidade desde 1918. As estatísticas já o mostraram quanto a esse ano. Depois o dirão quanto a 1919, 1920 e 1921. Se a fúria das epidemias abrandou, a dos flagelos económicos foi crescendo implacàvelmente. O censo de Lisboa já esclareceu que a cidade, abandonada a si, teria em 1920 menos indivíduos do que em 1911. Para ter mais, vieram da província talvez cerca de 55 000, com todas as consequências do novo urbanismo, pior do que o antigo.

Olhando para a situação em conjunto, qual foi a mina económica nacional? Esta é mais difícil de calcular do que a do Tesouro.

A nossa riqueza total podia avaliar-se em contos 3 200 000

Slhi

ao começar a guerra. Achar-se-á hoje reduzida a menos de metade, tomando por medida a moeda daquela data?

Destruíram-se ou desbastaram-se, de várias maneiras, enormes capitais antigos do Estado, das corporações administrativas, das sociedades comerciais e das particulares, sem a reparação correspondente, às vezes impossível, como nos consumos de florestas, que só os anos podem restaurar. Acresceu também a perda de perto de 90 000 contos, ouro, pela nova dívida externa. A soma de todos estes valores, ao câmbio de 1914, deve ser verdadeiramente colossal, num país pequeno, que era já pràticamente pobre. Com os ágios de agora esse prejuízo representaria alguns milhões de contos.

Mas onde iria ter o cálculo se nele metêssemos também a perda constituida pelas desorganizações da capital e do trabalho, pelas tendências absorventes da especulação e da agiotagem e pelo decrescimento contínuo da actividade rural? E quanto pesa aí também o facto de terem muitos portugueses transferido para o estrangeiro as suas fortunas ou parte delas? Esta expatriação de capitais deve ter-se aproximado de 100 000 contos-ouro pelo menos. Alguns dizem 200 000 contos desde 1910!

Mas a situação ainda aparece mais desastrosa quando se considera a propensão para se agravarem as causas que a determinaram. Nem ela vem só de uma governação cada vez mais ruinosa, por força das engrenagens actuais. Vem talvez mais de uma especulação louca e exaustiva, nas classes em geral, conjugada com a já aludida decadência da produção agrícola.

Desde 1916 para cá multiplicaram-se anòmalamente as sociedades comerciais, grandes, medianas e pequenas, para o exercício do comércio e da indústria. Este movimento ainda continua em elevado grau, como todos os dias se vê no *Diário do Governo*. Uma parte considerável dos lucros excessivos deste período de espoliação nacional foram e vão para aí.

Slhi

E porque é tudo isto assim? Pelo furor da especulação, julgada o melhor meio de vida, sejam quais forem as boas excepções que se devam ressalvar.

Desse facto e de outros não derivou também sòmente o excesso das operações em relação às mercadorias existentes e o encarecimento cada vez maior destas, num regime novo em que diminuem sempre as quantidades e crescem os valores. Veio o esgotamento progressivo dos recursos dos consumidores. Veio por fim a própria superprodução industrial num país que apenas pode ser bem caracterizadamente agrícola! Os *stocks* amontoam-se nas fábricas e nos armazéns, apesar de terem aquelas já restringido a laboração. Nunca estiveram tantos produtos fabris segurados nas companhias de seguros como desde o verão passado.

Mas ao mesmo tempo que sucedia isto, via-se diminuir cada vez mais a exploração rural do país. As sementeiras de Castelo Branco para baixo vêm decaindo pavorosamente. Aumenta por isso mesmo e por outras causas a importação de trigo e de outras substâncias alimentícias, enquanto se pode obter ouro para tais compras, à custa de quedas cambiais no abismo.

Chegamos assim ao caso mais monstruoso da economia nacional. Se a nossa lavoura produzisse mais 300000 contos de cereais e de outros alimentos e de matérias-primas fundamentais, tudo seria comprado cá dentro, sem receio de superabundância. O mercado estava e está garantido, com a circunstância de que tudo o mais se animaria. No entretanto, nem o Estado, nem a agricultura, nem as outras classes capitalistas querem fazer essa justa, necessária e segura exploração da terra! O que a loucura nacional quer, e cada vez mais, é a especulação com mercadorias cada vez mais limitadas, e até a produção de artigos industriais excessivos para a nossa pobreza crescente, com proteccionismos alfandegários que favoreçam estes monopólios para extermínio da população!

Slhi

A desordem que isto põe diante do espírito reflexivo é ainda pior do que a do Tesouro público e a da circulação fiduciária e a dos câmbios, embora se prenda com elas e com outras. Um dos maiores pontos de ataque está aí, quando apareça um governo que saiba, queira e possa endireitar a vida nacional.

De Julho de 1914 para cá o Estado reuniu perto de 2000000 de contos pelos impostos, rendimentos diversos e créditos para as suas despesas. Os estabelecimentos bancários tiveram em função progressiva centenas de milhares de contos por ano – cerca de 500000 contos no fim. A agricultura, a indústria e o comércio tiveram e têm nas suas mãos recursos ainda muito superiores. Todos juntos, em vez de fazerem a felicidade nacional, com os seus instrumentos de riqueza, fizeram a ruína, a desordem e a desgraça desta pátria em perigo. Tal é a verdade lúgubre.

Como se há-de obrigar todos eles ao arrependimento, à reparação e ao cumprimento dos seus destinos? Eis o problema terrível, porque as multidões em todas as classes atiraram-se de cabeça para o abismo.

Sòmente homens bem preparados e com apoios extraordinários poderão fazer aí a transformação indispensável, operando fora de todas as engrenagens de ignorâncias, de vícios e de crimes, que se estabeleceram neste país, onde predominam os instintos contrários à solidariedade de uma pátria.

Essa governação poderosa tem certamente de aplicar múltiplas soluções de reconstrução nacional. Mas será forçada a guiar-se por três lemas preponderantes. Um é o corte inevitável de algumas centenas de milhares de contos nas despesas actuais, deslocando-se uma grande parte do funcionalismo civil e militar para a actividade económica. Outro é o desenvolvimento das receitas pelos impostos e pelas explorações do Estado, tomando-se como base a justa reabsorção de uma elevada percentagem das fortunas feitas em espoliação do

Slhj

Tesouro e do país. O terceiro é a conquista rápida de uma produção agrícola na metrópole e nas colónias, que nos garanta quase todas as subsistências e matérias-primas necessárias, pelo emprego de uma nova técnica e de algumas centenas de milhares de contos de créditos sàbiamente distribuidos.

Ou se faz isto que hoje as classes não querem, ou dentro de poucos anos Portugal terá apenas 5 000 000 de habitantes. E nesses mesmos será maior o número de loucos, de miseráveis, de empalmados e de revolucionários.

QUIRINO DE JESUS

(N.º 7 - 1/II/22)

Slhi

Texto 3

A CRISE PORTUGUESA (1)

A crise multissecular do Português apresenta-se actualmente em situação delicada, pois o ambiente internacional turva-se em nosso desfavor para a Sociedade das Nações.

Não ignoramos que por várias vezes, quando perto da falência, as sublevações do gentio deram a solução para o arranjo da vida colonial pelos negócios múltiplos que a nação liquidara em prejuízo de si mesma. E, como regra geral, a colocação dos representantes do governo por todo o nosso domínio colonial obedecia sobretudo ao favor para o equilíbrio financeiro dos despachados do Terreiro do Paço, limitando-se a capacidade e os cuidados destes à miseranda tarefa da desvacação e do descabramento das terras gentias.

Foi a colonização portuguesa inoculada pelos vírus da exploração oriental, não tendo jamais apreendido, como norma geral, cuidado honesto e científico da valorização das gentes indígenas e dos recursos naturais, alguns de tão simples aproveitamento, para consolidação do nosso vastíssimo e, potencialmente, tão rico território de Além-mar, segundo a *utilização efectiva,* como resolvido na conferência de Berlim de 1885, em complemento dos direitos históricos.

A verdade é que nem nos caminhos de ferro e nos portos, no aproveitamento dos recursos minerais, desde o cobre aos diamantes e ao petróleo, na cultura, colheita e transporte dos produtos agrícolas, na expansão industrial e comercial, nem tão pouco nos cuidados de civilização e enobrecimanto das

---

(1) *Discurso pronunciado por ocasião do quarto aniversário da* Seara Nova.

Slhi

gentes indígenas, nós temos assoalhado um metódico, intenso e proveitoso trabalho, de modo que, pela grandeza e bondade incontestável dos factos inegáveis, se esmague, incontrovertìvelmente quaisquer manejos e pretensões ao usufruto, pelo menos, dalgumas das nossas terras ultramarinas, ora cobiçadas.

E quando mais urgia, prevendo a liquidação das despesas e das ambições da Grande Guerra, uma política sensata nas Colónias, temos de registar a megalomania do fontismo esbanjador e ruinoso, em desarmonia com as nossas possibilidades financeiras, técnicas e administrativas, o satelitismo de Londres, e a continuação do parasitismo delapidador dos despachados para as Colónias.

As operações bélicas em África durante a Grande Guerra foram a cornucópia de ganhos para todos, em quase completo prejuízo da nação.

Esta dissipação continuada pela do fontismo grandioso e perdulário, sem que na África tivéssemos bases de actividade sólida e lucrativa, rematava na intransferência do dinheiro ultramarino – pronúncio do afastamento económico-político dos nossos interesses coloniais.

Regista a Inglaterra todos os anos o crescimento pelos juros, da nossa dívida de Guerra. Ouve-se, como grasnar de corvos, as invejas dos povos potentes em torno da Sociedade das Nações. Adivinha-se a ânsia de maior grandeza da África do Sul. – Não será, pois, exagero de sensibilidade o receio de os fortes do mundo acharem *excessivamente natural* e *desaproveitado* o melhor do nosso domínio de Além-mar, e liquidável o endosso dos vinte e tantos milhões de libras da dívida da Guerra aos irrequietos da terra de Cecil Rhodes...

É indispensável que a *Seara* acorde na opinião pública o amor à nossa terra das Colónias; e, mais do que isto, que urgentemente contribua para a modificação do espírito

Slhi

de exploração por lucro pessoal e das clientelas que tem caracterizado a nossa administração no Ultramar.

Na Metrópole a crise apresenta também aspectos graves como nunca, por não haver nem homens nem dinheiro para o início da sua resolução.

A maior parte da gente preocupa-se apenas pela agitação política, sem atender, nem sequer os mais responsáveis na governação, à correcção fundamental da vida portuguesa.

Pela vitória eleitoral, distribui-se muito dinheiro para estradas, sem prèviamente se ter alcançado os instrumentos e a organização de aproveitar bem o dinheiro repartido. Enquanto se continua o parasitismo crónico mantendo-se Lisboa em permanente estado revolucionário, e a governação sempre em favor das entidades arruinadoras.

Não se repara que assim se vai agravando sempre a miséria geral de tudo.

A crise de Portugal enraíza-se nos defeitos orgânicos do território e dos povoadores: defeitos que não têm sido corrigidos, antes agravados, pelo decorrer dos séculos.

Os defeitos do território cifram-se, em resumo final, na falta de chuva estival suficiente por metade do país; e na falta de combustíveis minerais e de minérios de ferro fácil e lucrativamente exploráveis.

Os defeitos dos povoadores filiam-se no sistema de exploração das gentes submetidas na Ibéria, e achadas das Descobertas; e na falta de tradições de rega por não terem nunca existido nas terras nórdicas, nem no Noroeste da Ibéria, mas que seriam necessárias para o bom usufruto da metade de Portugal ao sul e a leste das alturas que demarcam as terras atlânticas ao norte do Mondego.

Nunca o Português foi enclausurado no «canapé de D. João VI», para se ver obrigado a corrigir a secura da terra no estio; para suprir, com os combustíveis nacionais

Slhi

e a força das suas quedas possíveis de água, o combustível estrangeiro: *para converter o sistema de exploração em sistema de utilização.* Jamais nenhuma das nossas rotas políticas modificara a estrutura do território ou da gente.

Dominado o serraceno do Douro até ao mar do Algarve, fomos, depois da ida a Ceuta, explorá-lo ao norte de África. Daqui entramos no gozo dos achados orientais. Dissipados os *fumos* da Índia com o afundamento das naus apodrecidas, descobrimos o ouro e as pedrarias do Brasil. Perdido este, fizemos a almoeda dos bens nacionais; desperdiçámos os empréstimos internos e externos com o fontismo. Terminado este, iniciámos a exportação sistemática do melhor do crescimento da nossa população, na Europa e na África, saldando assim o nosso desequilíbrio económico, e somando à dívida consolidada os *déficits* anuais do Orçamento. - Quando estava a esgotar-se toda a riqueza, e a minguar a gente para a exportação, surde a Grande Guerra, que nos faculta novos empréstimos, nova dissipação em agravamento do parasitismo; e, estancados aqueles, nos encaminha para o desbarato da riqueza amealhada com os montões de escudos enganadores de prosperidade.

Agora, com os bancos exaustos de dinheiro, com a penúria industrial e comercial, com um forte desequilíbrio económico e financeiro, com a permanente agitação política e a rematada incapacidade governativa, quer nos grandes homens que restam do governo provisório e afins, quer nos neo-homens, fracos negociantes do Terreiro do Paço, só um recurso nos vai restando depois do empréstimo *rácico,* em conjunto com o imposto espoliador: – exportar gente da metrópole para todo o mundo, e exportar pretos de África para os diamantes. Este gado humano nos vai dando os francos, as patacas e as libras com que cá e lá vamos atamancando uma vida miserável de expedientes.

Slhi

Uma grande parte da imprensa mascara os perigos de Portugal e os remédios da crise; outra ignora-os completamente. Toda mantém religiosamente a continuação dos processos da decadência.

Quanto a mim, nem a correcção dos defeitos do território, nem a valorização da gente se pode dar sem o recurso a dois factores essenciais de perturbação do ambiente natural e da educação da gente, quais são a rega dos campos e a utilização hidroeléctrica. No fim apenas o aproveitamento sistemático da água da chuva.

Em tudo é necessário começar pelo princípio. E neste caso basta simplesmente consolidar a actividade de dois técnicos capazes – um para as primeiras obras de rega; outro para as primeiras obras hidroeléctricas.

Não vejam, porém, nestes empreendimentos iniciais toda a solução da crise do Português. Ridícula norma unilateral isso seria. É indispensável a acção permanente de governo moralizador, humanitário e sabedor, para corrigir os gastos bélicos e paisanos dando-lhes proficuidade, para encaminhar o ensino e a moral, a riqueza e o gozo: *para fazer surgir a ciência da utilização em proveito da grei vilipendiada.*

Mas esta tarefa árdua não se pode realizar, de modo nenhum, sem dois profissionais orientadores e *executores* da rega e do aproveitamento hidroeléctrico.

Fontes, impertigado, declamava em Abril de 1856: «Se fosse possível passar uma lei para que a nação portuguesa viajasse por três meses, estávamos salvos». Bem viajados têm andado os governadores de Portugal, e cada vez nos arruinam mais. Porque só colhem as impressões de gozo da outra banda dos Pirenéus, quando as grandes lições para a política de Portugal devem ser aprendidas aquém dos Pirenéus, na Espanha.

Portugal e Espanha constituem o pequeno continente sudocidental da Europa, com seus problemas específicos,

Slhi

inerentes ao feitio extravagante, complexo e variadíssimo do seu meio agroclimático, e dos seus recursos minerais.

A Espanha, com um passado de dissipação e de sistema de exploração colonial semelhante ao nosso, quando perdeu Cuba e as Filipinas, e se viu por isso pouco menos que enclausurada na Ibéria, recorreu aos dois grandes factores – a rega e a utilização hidroeléctrica – para reconstituir a sua vida. Alargou pelo vale do Ebro, pelos vales dos afluentes do Douro, do Tejo e do Guadiana, e pelas terras luminosas da orla mediterrânea, a prática de regadio consolidada nas obras pré-mouriscas; como lhe faltava o açúcar de Cuba, passou a cultivar grandes extensões de beterraba, e instalou ao lado de quase todas as estações de caminho de ferro do vale do Ebro uma fábrica de açúcar, a última estando agora a completar-se em Miranda do Ebro. Ao mesmo tempo iniciou os aproveitamentos hidroeléctricos, para servir não só o grande centro metalúrgico, Bilbau, a grande cidade fabril que é Barcelona, a feraz terra agrícola que é Valência, mas todas as cidades, vilas e aldeias da Espanha, dispensando para isso o carvão estrangeiro e espanhol. E activou a chama dos altos fornos e dos conversores, e instalou fornos eléctricos de aço, para fazer os carris dos seus caminhos de ferro, os perfis estruturais e as ferramentas, enquanto se aparelhava para fazer locomotivas, vagões, caldeiras... e charruas, semeadoras e debulhadoras.

É na Espanha, até aos picos dos Pirenéus, que devemos ir colher as lições previdentes para a nossa política geral.

Iniciou a Espanha a sua vida, depois da perda das terras ultramarinas repousando logo toda a sua actividade nos três pontos: Bilbau a metalúrgica, Barcelona a fabril, e Valência, a agrícola. Acolá, no Cantábrico, a indústria do ferro e do aço; em Barcelona os tecidos e indústrias diversas; em Valência as cebolas e as laranjas.

Logo outros centros de actividades similares começam

Slhi

a desenvolver-se: em Sagunto, no Mediterrâneo, a siderurgia em labaredas como no Cantábrico; muita indústria por toda a parte; e sobretudo a agricultura de regadio em progresso e alastramento por toda a terra de verão árido. À força e rega do Ebro, no sistema Noguera-Segre que abastece de electricidade Barcelona, segue-se a força do Cinca para Bilbau, com linha de transporte de 280 quilómetros de comprimento. A seguir ao porto do Musel. junto de Gijon, no Cantábrico, o porto de Sevilha, no Guadalquivir, a cerca de oitenta quilómetros do Mediterrâneo, para grandes navios. Depois da rega pela água e pela força do rio Segura, por 40.000 hectares de terras alicantinas abaixo de Múrcia, a rega do vale do Guadalquivir entre Córdova e Sevilha também por muitos milhares de hectares. A par da represa grande de Mequinenza, no Ebro, em complemento dos sistemas Cinca e Segre, a represa grande de Jándula com os seus 400 milhões de metros cúbicos, no Guadalquivir...

Para estas obras e empreendimentos se encaminhou o melhor do capital espanhol, quer exclusivamente, quer em emulação ao estrangeiro.

Os homens do começo, como Ibarra dos primeiros altos-fornos, do Desierto, e Chavarri tiveram continuadores como José Maria Martinez Rivas, Echevarria e Sota; Urrutia, o iniciador das quedas de água, ao falecer, há poucos meses, deixou uma plêiade de engenheiros hidroeléctricos em que se destaca Carlos Mendoza; o financeiro D. Enrique Ocharan promove o alargamento, no Banco de Vizcaya, do capital até 60 milhões de pesetas, que vão ser acrescidas com mais 40 milhões, sendo o negócio maior deste banco o empreendimento hidroeléctrico...

Perdoai-me o entusiasmo; mas sinto ainda o deslumbramento das chamas do Desierto e da Basconia, e o estonteamento dos números que na semana passada vi representados na vida de Bilbau!

Slhi

*

Uma aristocracia do coração, do pensamento e da acção para o bem de Portugal é o que mais nos falta hoje.

À mudança de regime em 5 de Outubro de 1910 não se seguiu uma mudança no sistema da vida nacional; e os fundadores da República e seus continuadores não mostraram, nos três lustros de aprendizagem, nenhuma competência para o governo.

Como cidadão de maioridade que se julga muito mal governado, quero protestar contra esta balda de apoio e até elogio aos homens públicos que tem no seu activo apenas a promoção da ruina portuguesa pelo filhotismo, pela corrupção da *Ordem Pública,* pelas medidas financeiras desastradas, pela estampagem louca de notas, pela penhora em Londres dos nossos haveres, pelo fomento permanente do comunismo burocrático e mavórtico na moralidade do Sapateiro de Braga...

Quero protestar contra esta insânia da opinião pública, mantida pelos responsáveis da nossa ruína colectiva, para gáudio dos arruinadores e seus paladinos em S. Bento.

Não tenho ilusões nenhumas acerca da gravidade da nossa situação colonial, e das dificuldades de conseguir, cá e lá, governadores e governação capazes da ventura nos nossos destinos.

A tarefa mais espinhosa e mais difícil é obter um escol *capaz* e *hábil* para orientar e fazer a governação necessária.

Apelo para vós todos, os de mais idade e os moços, que não estais presos às engrenagens da decadência portuguesa: estudemos, dentro das realidades dos homens e da natureza, os problemas de Portugal; preguemos as suas soluções; obriguemos a elas.

O esforço de quatro anos, a boa camaradagem e unidade de acção até agora, seja o penhor e o estímulo do trabalho futuro de propaganda e realização.

Só decaem os povos que não marcam os pontos na esteira

Slhi

da sua viagem histórica. Vivemos por muitos séculos pelo sistema da exploração dos achados nas Descobertas. Bons companheiros tive nesta política; mas todos eles emendaram a vida, passando, cedo ou tarde, a usar a ciência da utilização dos seus recursos naturais e da valorização da sua gente, enquanto nós ficávamos a rezar e a mandriar.

Estamos em condições naturais e étnicas bem diferentes das nações industriais do mundo, especialmente da Europa, que equilibram a sua vida pelo trabalho metalúrgico e fabril. Nenhum povo pode viver feliz sem o equilíbrio económico e financeiro. Aquele, havemos de o obter pela superabundância de produtos agrícolas, na metrópole e nas colónias, em vez de pela exportação de gente, branca e preta; e o equilíbrio financeiro pela valorização da grei em trabalho útil, rendoso e humano.

EZEQUIEL DE CAMPOS

(N.º 57 – 24/X/25)

Slhi

Índice das figuras

87 Fig. 1 – Reunião do grupo fundador da *Seara Nova* no Coimbrão, em casa de José Leal.
88 Fig. 2 – Capa do n.º 1 (15/X/21) da autoria de *Leal da Câmara*
147 Fig. 3 – Capa do n.º 5 (24/XII/21) da autoria de *Leal da Câmara*
168 Fig. 4 – Capa do n.º 32 (1/III/24) da autoria de *José Tagarro*
251 Fig. 5 – Capa do n.º 2 (5/X/21) da autoria de *Leal da Câmara*
253 Fig. 6 – Jaime Cortesão (Desenho de *José Tagarro* no n.º 57 de 24/X/25)
275 Fig. 7 – Raúl Proença
295 Fig. 8 – Faria de Vasconcelos
327 Fig. 9 – António Sérgio (Desenho de *José Tagarro* no n.º 58 de 31/X/25)
347 Fig. 10 – Capa do n.º 19 (3/XI/22) da autoria de *Jorge Barradas*
349 Fig. 11 – Ezequiel de Campos (Desenho de *José Tagarro* no n.º 58 de 31/X/25)

Slhi

O Volume I de *Seara Nova-antologia* foi fotocomposto em caracteres Garamont por PROGRAFE-fotocompositores lda e impresso em offset por ANTUNES & AMÍLCAR

Lisboa, Dezembro de 1971

SIhi